



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

**O RECURSO À DROGA NAS PSICOSES:
ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE**

VIVIANE TINOCO MARTINS

Rio de Janeiro
Julho/2009

**O RECURSO À DROGA NAS PSICOSES:
ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE**

Viviane Tinoco Martins

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof. Dra. Angélica Bastos Grimberg

Rio de Janeiro

Julho de 2009

**O RECURSO À DROGA NAS PSICOSES:
ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE**

Viviane Tinoco Martins

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor.

Aprovada por:

Prof^a Angélica Bastos Grimberg
Dr^a Psicologia – PUC- SP

Prof^a Ana Beatriz Freire
Dr^a Psicologia – PUC- RJ

Prof^a Salette Maria Barros Ferreira
Dr^a Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental – UFRJ

Prof^a Maria Silvia Garcia Fernández Hanna
Dr^a Teoria Psicanalítica – UFRJ

Prof. Marcus André Vieira
Dr. Psicanálise – Université de Paris VIII

Rio de Janeiro

Julho/2009

FICHA CATALOGRÁFICA

MARTINS, Viviane Tinoco.

O recurso à droga nas psicoses: entre objeto e significante

Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2009

Orientadora: Angélica Bastos Grimberg

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/

Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2009.

Referências Bibliográficas:

1. Psicanálise 2. Psicose 3. Drogas 4. Objeto 5. Significante 6. Estabilização
psicótica 7. Suplência 8. Letra

I. Grimberg, Angélica Bastos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título.

*Dedico esta tese aos meus pais que
sempre me incentivaram e investiram
no meu percurso acadêmico e profissional.*

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Angélica Bastos pela orientação dedicada, tranqüila e rigorosa e pela aposta na conclusão desta trajetória de estudo.

À Prof^a. Ana Beatriz Freire pelas considerações sobre este trabalho durante a Banca de acesso a este Programa de Doutorado e no Exame de Qualificação que me incentivaram a dar seguimento a minha pesquisa.

Ao Prof. Marcus André Vieira pelas importantes contribuições durante o Exame de Qualificação que permitiram dar um norte a esta pesquisa e manter a instigação pelo amplo estudo do tema do uso de drogas na psicose.

À Prof^a. Ana Cristina Figueiredo pelas contribuições para este trabalho durante a Banca de acesso a este Programa de Doutorado.

Ao Henrique pelo amor, companheirismo, presença constante e alegria, imprescindíveis em minha vida. Agradeço também por me ajudar a carregar os livros em nosso circuito entre Rio, Petrópolis e Ibitipoca e por compreender os momentos em que tive que ficar distante para concluir este trabalho.

À minha avó Ruth Machado Tinoco (*in memoriam*) pelas palavras doces nos momentos mais amargos.

Aos meus irmãos Adriana e Vinícius pelo interesse e curiosidade sobre este trabalho.

A Salette Ferreira por acompanhar meu percurso profissional e acadêmico, sempre contribuindo de forma delicada e precisa.

Ao Marcelo Cruz com quem mantenho interlocução constante sobre a clínica do uso de álcool e outras drogas, por sua contribuição na minha formação desde a graduação e pela compreensão nos momentos em que tive de me ausentar para a conclusão deste trabalho.

Ao Romildo do Rêgo Barros pela escuta.

A Glória Maron pelo feliz encontro, pela parceria de trabalho frutífera, pela amizade, pelo incentivo e pela escuta atenta que me auxilia na construção de casos clínicos.

A Edmar Oliveira, Flavia Fasciotti, Ana Paula Machado e Renata Paiva parceiros de trabalho que me concederam licença para estudo, fundamental para concluir esta tese.

Aos amigos Cristiane Mazza e Erimaldo Nicácio pelo interesse e incentivo para dar continuidade a esta trajetória de pesquisa.

Aos colegas do doutorado, em especial Rosa Alba Oliveira e Cristina Frederico com quem pude compartilhar as angústias e alegrias deste percurso.

Aos amigos do CAPS-ad Raul Seixas com quem pude compartilhar os impasses e as possibilidades da clínica com psicóticos que usam drogas.

Aos meus pacientes, que com suas invenções contribuíram para meu trabalho.

Aos colegas do Cartel sobre o Seminário 23, Isabel Ramos, Vanda Almeida, Marcio Barbeito e Glória Maron, pelos encontros instigantes e pela compreensão nos momentos de ausência, necessários para terminar esta trajetória de pesquisa.

À Stefanie Freire da Biblioteca da Escola Brasileira de Psicanálise que muito me auxiliou em minha pesquisa bibliográfica.

RESUMO

O RECURSO À DROGA NAS PSICOSES: ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE

Nome da autora: Viviane Tinoco Martins

Orientadora: Angélica Bastos Grimberg

A presente tese tem como objetivo investigar a articulação entre a clínica das psicoses e o consumo de drogas. Com base em um percurso que articula teoria e clínica, elaboramos uma hipótese central que norteia nossa pesquisa calcada na adoção da terminologia *recurso à droga*, cuja etimologia remete à idéia de uma tentativa de apaziguamento de dificuldades, que, em nosso trabalho, corresponde à tentativa de dar uma solução aos efeitos da forclusão do Nome-do-Pai. Ao formularmos nossa hipótese, tivemos o cuidado de introduzir a noção de tentativa de solução para apontar que este recurso não é absoluto e pode apresentar fragilidades. Reconhecer essa fragilidade permite que nos afastemos da interpretação de alguns autores, que reconhecem que o uso de drogas pode operar, em alguns casos, como uma suplência à forclusão do Nome-do-Pai. Nossa tese é fundamentada pelo ensino de Lacan, com ênfase em suas contribuições provenientes sobre o conceito de significante e a noção de *Verwerfung*, passando pelos avanços decorrentes da conceituação do objeto *a*, cuja conseqüência foi a pluralização dos Nomes do Pai, e da introdução da topologia dos nós, que lhe permitiu re-articular a noção de suplência na década de 70. Ao longo desta trajetória, também nos apoiamos na obra de Freud, tomando como bússola a articulação de Lacan dos textos freudianos. Nossa hipótese central desemboca em mais duas hipóteses sobre o estatuto de droga: (1) a oscilação entre objeto e significante, e (2) que o seu consumo comporta alguns modos de operação na dinâmica psíquica das psicoses. Assim, identificamos dois modos de operação da droga: o primeiro corresponde à irrupção de um gozo ilimitado, que pode comparecer nas psicoses já desencadeadas e participar da cena dramática do desencadeamento desempenhando um papel coadjuvante. A relação entre droga e gozo apresenta um paradoxo: para alguns casos, o seu consumo opera liberando um gozo excessivo e, em outros, permite uma moderação do gozo. O segundo modo de operação da droga corresponde às tentativas de estabilização e correspondem a cinco modalidades: a moderação de gozo, a passagem ao ato, a compensação imaginária, o delírio e a escrita, que se articulam com o recurso à droga de acordo com a singularidade de casos clínicos que serão apresentados. Empreendemos uma articulação entre os modos de operação da droga e seu duplo estatuto de objeto e significante. Quanto à dimensão da escrita, a partir do estudo de um caso clínico encontramos um novo estatuto da droga, a saber, de letra, que condensa o gozo, depositando-o nas palavras escritas.

Palavras-chave: psicanálise, psicose, drogas, objeto, significante, estabilização psicótica, suplência e letra

RESUME

LE RECOURS A LA DROGUE DANS LES PSYCHOSES : ENTRE OBJET ET SIGNIFIANT

Nom de l'auteur : Mme Viviane Tinoco Martins

Sous la direction de : Mme Angélica Bastos Grimberg

Cette thèse a pour objectif d'examiner l'articulation entre la clinique des psychoses et la consommation de drogues. A partir d'une réflexion qui articule théorie et clinique, nous avons élaboré une hypothèse centrale qui oriente notre recherche fondée sur l'adoption de la terminologie du *recours à la drogue*, dont l'étymologie nous renvoie à l'idée d'une tentative d'atténuer des difficultés et qui dans notre travail correspond à une tentative de trouver une solution aux effets de la forclusion du Nom-du-Père. Dans la formulation de notre hypothèse, nous avons eu soin d'introduire la notion de tentative de solution pour marquer que ce recours n'est pas absolu et qu'il peut présenter une fragilité. Reconnaître cette fragilité, nous permet de nous éloigner de l'interprétation de certains auteurs, qui concèdent que l'utilisation de drogues peut opérer dans certains cas, comme une suppléance à la forclusion du Nom-du-Père. Notre thèse se fonde sur l'enseignement de Lacan et plus particulièrement sur ses contributions au concept de signifiant et à la notion de *Verwerfung* et sur les apports qui découlent de la conceptualisation de l'objet *a* et dont il résulte la pluralité des Noms-du-Père et à l'introduction de la topologie des noeuds, ce qui a permis une relecture de la notion de suppléance dans les années 70. Au long de cette trajectoire, nous nous sommes également appuyées sur l'oeuvre de Freud, en prenant comme boussole l'articulation faite par Lacan des textes freudiens. Notre hypothèse centrale se dédouble en deux nouvelles hypothèses sur le statut de la drogue : (1) une oscillation entre objet et signifiant, et (2) que sa consommation comporte certaines modalités opérationnelles dans la dynamique psychique des psychoses. De ce fait, nous avons identifié deux modalités à partir desquelles la drogue opère, la première correspond à une irruption d'une jouissance illimitée, qui peut se manifester dans les psychoses déclenchées et participer à la scène du déclenchement en interprétant un rôle secondaire. Cette relation entre drogue et jouissance présente un paradoxe : dans certains cas, sa consommation libère une jouissance excessive et dans d'autres cas, elle permet une modération de la jouissance. La seconde modalité opérationnelle de la drogue correspond à des tentatives de stabilisation qui se rapportent à cinq modes : la modération de la jouissance, le passage à l'acte, la compensation imaginaire, le délire et l'écriture. Ils s'articulent avec le recours à la drogue en accord avec la singularité des cas cliniques qui seront présentés. Nous avons fait une articulation entre les modalités d'opération de la drogue et son double statut, celui d'objet et celui de signifiant. Quant à la dimension de l'écriture, à partir de l'étude d'un cas clinique, nous avons rencontré un nouveau statut à la drogue, à savoir, de lettre, qui condense la jouissance, en l'entreposant dans les mots écrits.

Mots-clés : psychanalyse, psychose, drogues, objet, signifiant, stabilisation psychotique, suppléance et lettre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<i>Percurso teórico</i>	13
CAPÍTULO I - A FORACLUSÃO DO NOME-DO-PAI E A PLURALIZAÇÃO DOS NOMES-DO-PAI: LÓGICA DO SIGNIFICANTE E TOPOLOGIA DOS NÓS	16
I – A) Sobre a causalidade psíquica	19
I – B) O paradigma da exclusão de um significante	20
I – C) O Grafo do Desejo e a Incompletude do Outro	28
I – D) O advento do objeto <i>a</i> e a pluralização dos Nomes-do-Pai	30
I – E) A Topologia do Nó Borromeano	34
CAPÍTULO II - O ESTATUTO DA DROGA: ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE	45
<i>O excesso de objetos da contemporaneidade</i>	51
II – A) Do objeto perdido do desejo à diversidade de objetos da pulsão	56
II – B) O objeto <i>a</i> e os objetos comuns	60
II – C) As cinco formas do objeto <i>a</i>	75
II – D) O objeto <i>a</i> : entre o campo do Outro e o campo do sujeito	84
<i>Alienação e separação</i>	88
<i>O caso João e a alienação</i>	94
<i>O caso Thiago e a tentativa de separação</i>	96
II – E) A voz e o olhar: as experiências alucinatórias	98
II – F) Do culturalismo do objeto <i>a</i> ao objeto mais-de-gozar	111
<i>Mais de gozar: sobre as invenções de Lacan e Marx</i>	113
II – G) O significante	117

CAPÍTULO III – O RECURSO À DROGA: MODOS DE OPERAÇÃO	136
III – A) Irrupção de um gozo ilimitado	138
III – A) 1. Desencadeamento clássico	138
III – A) 2. O papel secundário da narcose na cena do desencadeamento	142
III – B) Modos de estabilização	144
III – B) 1. Suplências	146
III – B) 2. Outras invenções	152
III – B) 3. Moderação de gozo	156
<i>O caso Paulo Cezar</i>	159
III – B) 4. Passagem ao ato	163
III – B) 5. Compensação imaginária	166
III – B) 6. Delírio	170
III – B) 6. 1. O caso Eduardo	177
III – B) 6. 2. O caso Kodjo	181
III – B) 7. Escrita	184
<i>Escrita e letra</i>	189
<i>Escrita e o ‘pharmakon’</i>	196
<i>A química da letra em Joyce</i>	199
III – B) 7. 1. O caso Lara	201
<i>Drogas e errância</i>	202
<i>A escrita como tentativa de cifrar o gozo</i>	205
<i>A emergência de construções delirantes</i>	207
<i>A escrita como trabalho de estabilização</i>	210
CONCLUSÃO	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221
ANEXOS	237

Opiário

Fernando Pessoa

“É antes do ópio que a minh'alma é doente.
Sentir a vida convalesce e estiola
E eu vou buscar ao ópio que consola
Um Oriente ao oriente do Oriente.

Esta vida de bordo há-de matar-me.
São dias só de febre na cabeça
E, por mais que procure até que adoeça,
já não encontro a mola pra adaptar-me.

Em paradoxo e incompetência astral
Eu vivo a vincos de ouro a minha vida,
Onda onde o pundonor é uma descida
E os próprios gozos gânglios do meu mal.

É por um mecanismo de desastres,
Uma engrenagem com volantes falsos,
Que passo entre visões de cadafalsos
Num jardim onde há flores no ar, sem hastes.

E caí no ópio como numa vala.

Ao toque adormecido da morfina
Perco-me em transparências latejantes
E numa noite cheia de brilhantes,
Ergue-se a lua como a minha Sina.

Por isso eu tomo ópio. É um remédio
Sou um convalescente do Momento.
Moro no rés-do-chão do pensamento
E ver passar a Vida faz-me tédio.

Levo o dia a fumar, a beber coisas,
Drogas americanas que entontecem,
E eu já tão bêbado sem nada! Dessem
Melhor cérebro aos meus nervos como rosas”

INTRODUÇÃO

“É então indispensável que o analista seja ao menos dois.
O analista para ter efeitos e o analista que esses efeitos teorizam.”
(Lacan, 1974-5/Lição de 10/12/1974)

O interesse pelas formulações teóricas relativas às vicissitudes da clínica com sujeitos que recorrem ao uso de drogas nos acompanha desde nosso percurso de graduação. A questão do uso de drogas na clínica das psicoses foi definida enquanto objeto de estudo de nossa dissertação de mestrado. A experiência clínica acumulada em um serviço de saúde mental que oferece atenção diária a pacientes usuários de drogas também permitiu manter a instigação pelo tema que articula psicose e uso de drogas, o que resultou em uma trajetória de pesquisa teórico-clínica depositada nesta tese, que se propõe a demonstrar efeitos clínicos e teorizá-los. Nessa trajetória seguimos a orientação de Lacan aos analistas de se duplicarem, produzindo efeitos e com eles orientar a investigação teórica.

Sabemos que Freud contra-indicava o tratamento psicanalítico a sujeitos psicóticos. Em seu artigo sobre a técnica psicanalítica intitulado “Sobre o início do tratamento” (1913/1996), Freud adverte aos analistas que tenham cautela na definição do diagnóstico, para não cometer o equívoco de aceitar um paciente psicótico em análise, na medida em que “ele não pode cumprir sua promessa de cura se o paciente está sofrendo, não de histeria ou neurose obsessiva, mas de parafrenia” (1913/1996:140).

As restrições freudianas sobre a análise de pacientes psicóticos estão relacionadas à noção de transferência. Devido à retração da libido dos objetos para o eu, os sujeitos psicóticos apresentariam dificuldades de estabelecer transferência com o analista (Freud, 1917[1916-7]/1996). Freud acrescenta que a dificuldade de introduzir sujeitos psicóticos em análise está relacionada ao fato destes já empreenderem uma tentativa de cura que dispensa a intervenção do analista (1917[1916-7]/1996).

Ao final de sua obra, Freud (1940[1938]/1996) apresenta uma posição mais otimista quanto à possibilidade de incluirmos sujeitos psicóticos em análise. Ainda que reconheça as mesmas limitações descritas acima, abre um campo de possibilidade de adaptações da técnica analítica que permitem a inclusão da psicose no âmbito do tratamento psicanalítico. A orientação de Freud de renunciar ao tratamento de psicóticos

deixa de ser absoluta, e ele passa a vislumbrar um futuro no qual uma possível vertente de tratamento se abra.

A articulação entre psicanálise e psicose é tributária das contribuições de Lacan, que, em seu retorno a Freud, inaugurou um tratamento possível para sujeitos psicóticos, incluindo o manejo dos desencadeamentos e das tentativas de recuperação evocadas por Freud. A idéia de um “tratamento possível” supõe que não se trata de uma psicanálise tradicional, aquela inventada por Freud em função de sua experiência clínica com a neurose, mais particularmente com a histeria (Zaffore, 2005:92).

Em seu escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-8a/1998), Lacan se dedicou ao seguinte objetivo: “restaurar o acesso à experiência que Freud descobriu” (p. 590) para com isso permitir uma revisão do tratamento analítico de modo a incluir o acesso à dinâmica psíquica das psicoses. Tal revisão da técnica psicanalítica é de fundamental importância para alcançar êxito na direção do tratamento de sujeitos psicóticos, “pois usar a técnica que ele [Freud] instituiu fora da experiência a que ela se aplica é tão estúpido quanto esfalfar-se nos remos quando o barco está encalhado na areia” (idem). Assim, Lacan instrumentalizou os analistas para não recuarem diante da psicose, ampliando o acesso do sujeito psicótico ao tratamento analítico. Com isso, abriu-se a possibilidade de desencalhar o barco e permitir dar uma direção psicanalítica ao tratamento de psicóticos. Com Lacan é viável assumir os remos e dirigir o barco em direção ao mar da clínica das psicoses.

Em nosso percurso teórico seguiremos a trilha aberta por Lacan para o tratamento possível das psicoses empreendendo um contra-ponto com os textos freudianos trabalhados por ele, em seu retorno à obra de Freud.

Na atualidade, a chamada clínica dos novos sintomas, na qual se inclui o uso metódico de drogas, dada a sua complexidade e o obscurecimento do diagnóstico estrutural, via régia do tratamento psicanalítico, pode nos levar a novamente encalhar o barco e perder a possibilidade de utilizarmos os remos da técnica psicanalítica.

Viganó (2001) em seu artigo “*Une nouvelle question préliminaire: l'exemple de la toxicomanie*” aponta que a clínica dos novos sintomas introduz um impasse para a psicanálise, tal como a psicose antes de Lacan o fazia. Os novos sintomas introduzem um problema acerca dos limites do tratamento psicanalítico e interroga sua nosografia. O autor evoca a indicação lacaniana de não retroceder diante da psicose e a aplica à clínica dos novos sintomas. A questão do gozo que está implicada no cerne da profusão

dos novos sintomas da atualidade afasta a possibilidade de apreendermos a dinâmica psíquica de tais sintomas sob a égide das formações do inconsciente.

Na clínica com sujeitos que consomem drogas observamos que é cada vez mais comum a presença de psicóticos. Tal constatação também é ressaltada por autores como Naparstek e Galante (2008) que observam um incremento em sua prática clínica da relação entre o consumo de drogas e a psicose. Zaffore (2005) aponta que muitas vezes o que leva o sujeito psicótico a uma análise é um problema com drogas. Nesse sentido, a autora destaca que é “importante enfatizar que muitas vezes o visível, o que aparece como problemático é a droga, mas por trás disso há uma subjetividade psicótica” (p. 95).

Em um artigo denominado “*Penser la toxicomanie à partir de la psychose*” (2003), Aucremanne, Josson e Page partem do princípio de que nem todas as pessoas ditas toxicômanas são psicóticas; entretanto, apontam que a toxicomania é esclarecida pela psicose. Para os autores, “a toxicomania permite esclarecer a função dos usos da droga como um tratamento do real do gozo deslocalizado, mas também para tratar o Outro ou para colocar à distância a questão sexual” (p. 67). Por outro lado, a própria psicose pode ser esclarecida pela toxicomania. A droga aparece como um modo de tratar o Outro demasiado próximo ou perseguidor (idem).

Como trabalhamos em nossa dissertação de mestrado, o uso de drogas atrelado à categoria de toxicomania não se constitui como uma estrutura suplementar, mas um fenômeno clínico que comparece nas três estruturas clínicas, a saber, a psicose, a neurose e a perversão (Martins, 2004). Nesse sentido, “a toxicomania e a psicose de nenhuma maneira podem situar-se no mesmo nível” (Zaffore, 2005: 93). O acesso ao diagnóstico estrutural se dá por meio da elucidação da função que a droga ocupa para cada sujeito.

A articulação entre o consumo de drogas e a clínica das psicoses se constitui como objeto central de nossa pesquisa. Uma vez que definimos nosso recorte teórico, partimos de um retorno à Freud para apreendermos suas contribuições sobre o tema e subsídios teóricos que pudessem dar uma direção ao nosso trabalho. Nossa trajetória teórica não se restringe à obra de Freud; também acompanhamos o ensino de Lacan, que tem início em um retorno à Freud na década de 50 e avança até a década de 70, quando se ancora na topologia dos nós. É digno de nota que também recorreremos aos primeiros estudos de Lacan sobre a psicose, que datam das décadas de 30 e 40.

Tomando como ponto de partida a obra de Freud, nos deparamos com as seguintes palavras:

Como última técnica de vida, pelo que menos lhe trará satisfações substitutivas, é-lhe oferecida a fuga para a enfermidade neurótica, fuga que geralmente efetua quando ainda é jovem. O homem que, em anos posteriores, vê sua busca da felicidade resultar em nada ainda pode encontrar consolo no prazer oriundo da intoxicação crônica, ou então se empenhar na desesperada tentativa de rebelião que se observa na psicose. (Freud 1930[1929]/1996:92)

Trata-se de uma passagem de um texto de Freud inteiramente dedicado ao mal-estar, intitulado “O mal-estar na civilização” (1930 [1929]/1996), onde aborda a natureza do recurso à intoxicação empreendido por alguns sujeitos. No trecho que destacamos aqui, ficamos surpresos com o fato de Freud colocar num mesmo plano, a intoxicação e a psicose. Além de colocar no mesmo plano essas duas situações, Freud ressalta que o sujeito pode escolher uma ou outra. Diante desta constatação, nos questionamos acerca das situações em que o sujeito recorre às duas situações ao mesmo tempo. A riqueza dessas palavras de Freud aponta para a necessidade de nos determos um pouco mais nas contribuições desse texto. Nele, Freud discorre sobre o antagonismo fundamental entre as exigências pulsionais e as restrições impostas pela civilização, que impedem a satisfação da pulsão e, conseqüentemente, geram mal-estar.

O sujeito, uma vez regido pelo princípio do prazer, tem como objetivo evitar o desprazer e obter felicidade. A felicidade para Freud é compreendida no sentido da satisfação pulsional. No entanto, ele ressalta que a intenção do sujeito de encontrar a felicidade através do princípio do prazer está fadada ao fracasso, em função de sua própria constituição, restando-lhe apenas a possibilidade, muitas vezes remota, de evitar o desprazer.

Além do mal-estar proveniente da ausência de um objeto para satisfazer o desejo e das restrições que incidem sobre a satisfação da pulsão, Freud aponta três fontes de sofrimento com as quais o sujeito se depara em sua vida: o corpo, condenado a falência, o mundo externo e o relacionamento entre os homens. Freud reconhece que a vida nos proporciona muitos infortúnios e que para suportá-los o sujeito precisa lançar mão de medidas paliativas, tais como: derivativos poderosos, satisfações substitutivas e substâncias tóxicas. Atemo-nos agora a essa última, as substâncias tóxicas, que são de grande importância para esse trabalho, uma vez que está diretamente relacionada com a

questão das toxicomanias. Freud considera o uso de substâncias tóxicas como um dos métodos mais interessantes e eficazes de evitar o sofrimento, pois são capazes de influenciar nosso organismo, tornando-nos insensíveis ao mal-estar. Apesar dessa apreciação, ele adverte quanto aos perigos da intoxicação:

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhe concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois se sabe que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina a sua capacidade de causar danos. (Freud, 1930 [1929]/1996:86)

Freud estabelece uma relação entre as diversas formas que o sujeito dispõe de buscar uma sensação tênue de felicidade e a questão da economia da libido. Na procura pela felicidade, o sujeito realiza formações de compromisso, ou seja, sintomas, que na mesma medida em que lhe causam sofrimento, constituem satisfações substitutivas. É a partir desse paradoxo que muitos sujeitos procuram uma análise. Cabe ressaltar que, apesar do mal-estar ser constituinte da subjetividade humana, poucos são os sujeitos que dirigem uma demanda de tratamento a um analista. O sintoma, para muitos sujeitos, consiste em uma forma de satisfação à qual é atribuída uma função hegemônica em suas vidas, tornando a possibilidade de endereçamento de uma demanda quase inviável.

A aventura humana em direção à felicidade está fadada ao fracasso. Na juventude a fuga para a doença neurótica constitui-se como uma “última técnica da vida” (Freud, 1930[1929]/1996:92) que oferece ao sujeito satisfações substitutivas. Ao longo da vida, o sujeito, ao deparar-se com a frustração suscitada pelo seu fracasso, pode vislumbrar duas possibilidades de “consolo”: a escolha da psicose ou a busca da satisfação proveniente da intoxicação crônica. Na atualidade, não diríamos que o sujeito faz uma escolha pela psicose de forma tão tardia, mas poderíamos inferir que tais sujeitos mencionados por Freud seriam psicóticos compensados, que não passaram pelo desencadeamento da psicose.

O nosso interesse nessas formas de “consolo” descritas por Freud deve-se ao recorte clínico que elegemos em nosso trabalho, ou seja, o enlace entre a estrutura psicótica e o fenômeno do uso de drogas. Trata-se de um recorte que aponta para uma associação particular dessas duas possibilidades de “consolo”. É o caso do sujeito que, além de romper suas relações com o mundo externo, ainda recorre à intoxicação como resposta ao mal-estar suscitado pela impossibilidade de encontrar a felicidade e pelas conseqüências dessa ruptura com a realidade. Tais conseqüências, com Lacan, também dizem respeito a uma ruptura com a ordem simbólica e ao fato do sujeito não aceder à significação fálica.

Para introduzir as contribuições lacanianas acerca do que ele denominou o uso metódico de drogas, elegemos três formulações oriundas de seu ensino. A primeira data da década de 30, na qual o uso de drogas é associado a uma tendência à morte, que em alguns casos se apresenta de forma mais radical, como nas experiências de *overdoses*, e em outros se manifesta na forma de “suicídios lentos”.

Essa tendência psíquica à morte, (...) revela-se em suicídios lentos muito especiais que se caracterizam como “não violentos”, ao mesmo tempo em que aí aparece a forma oral do complexo: greve de fome na anorexia mental, envenenamento lento de certas toxicomanias pela boca, regime de fome das neuroses gástricas. (Lacan, 1938/1985:29)

A segunda consideração lacianiana, oriunda da década de 60, aponta que no uso de drogas está em jogo uma modalidade de gozo que incide sobre o corpo do sujeito. Nessa formulação, Lacan define que “um corpo é algo feito para gozar, gozar de si mesmo” (Lacan, 1966/2001:11). Nesse momento de seu ensino, Lacan valoriza a dimensão do gozo que articula com a dimensão da ética da psicanálise, oposta ao modo meramente policial de tratar a questão do consumo de drogas. Ao se opor a essa dimensão policialesca de abordar o uso de tóxicos, também faz uma crítica à terminologia toxicomania que, para ele, evoca a abordagem policial do problema.

Materializemos estes efeitos [da ciência] sob a forma dos diversos produtos que vão desde os tranqüilizantes até os alucinógenos. Isto complica singularmente o problema do que até aqui foi qualificado, de maneira puramente policial, de toxicomania. Basta que um dia estejamos na posse de um produto que nos permita recolher informações sobre o mundo exterior, vejo mal como uma contenção policial poderia exercer-se aí. (Lacan, 1966/2001: 11)

Essa consideração lacaniana do gozo do corpo pode se afinar com a perspectiva da psicose, na medida em que se articula com a liberação de um gozo ilimitado promovido pela intoxicação. Entretanto, é importante destacar que “o tóxico nas psicoses não necessariamente produz um excesso de gozo, em alguns casos vem limitar este gozo no corpo produzindo um precário enganche ao Outro” (Naparstek e Galante, 2008:43-4).

A terceira contribuição de Lacan, mais tardia em seu ensino, referente à década de 70, aponta que no uso de drogas está em jogo um rompimento com casamento com o falo. Trata-se de um rompimento com o gozo fálico (Lacan, 1975a/1976).

Miller (1993), ao se remeter à formulação lacaniana que aponta a droga como o que permite ao sujeito escapar ou romper o casamento com o pequeno pipi, destaca que tal formulação não se constitui enquanto uma definição da toxicomania, mas sim “uma tentativa de definição da droga enquanto tal” (Miller, 1993:16). Trata-se de uma ressalva que destaca a relação particular que o sujeito estabelece com a droga em detrimento de uma categoria universalizante.

O gozo fálico, para Lacan, é referido ao gozo sexual, parcializado, porque referido à lógica do falo. O gozo fálico é considerado um gozo-fora-do-corpo (Lacan, 1974a/1988), uma vez que não é referido ao imaginário, ou seja, à imagem do corpo. O gozo fálico está vinculado ao simbólico. Lacan vai situar o gozo fálico na interseção entre o simbólico e o real na figura topológica do nó borromeano. A existência do objeto *a*, que se localiza no centro deste nó – na tripla interseção entre real, simbólico e imaginário – é o que permite separar o gozo fálico do gozo do corpo. A compreensão do gozo fálico como efeito dessa separação levou Lacan a considerá-lo como “anômalo do gozo do corpo” (Lacan, 1974a/1988:28).

O gozo fálico é orientado por uma lógica que impõe a perda de um gozo absoluto e permite ao sujeito extrair um quinhão de gozo da relação sexual. Um rompimento com o falo constitui, portanto, uma ruptura com o orientador da sexualidade do sujeito.

Uma vez que consideramos a questão da ruptura com o gozo fálico na toxicomania, cabe um questionamento acerca da natureza do gozo que o sujeito obtém na montagem toxicomaniaca.

As duas formulações lacanianas que tocam a questão do gozo, como atesta Santiago (2000), não são excludentes. O sujeito na toxicomania, ao mesmo tempo em

que faz uma ruptura com o falo, o que implica o rompimento com a possibilidade de extrair um gozo fora do corpo, extrai gozo de seu próprio corpo.

Na psicose, o uso de drogas não parece estar em acordo com a consideração teórica de Lacan (1975a/1976) referente à ruptura com o gozo fálico. Santiago (2001) aponta a necessidade de confrontar essa tese lacaniana com o campo das psicoses, onde se observa “não apenas uma ruptura, mas, sobretudo uma verdadeira exclusão da função fálica” (Santiago, 2001:175). Tal necessidade de confrontação deve-se ao fato de essa tese pressupor uma inscrição prévia do registro fálico, o que não se dá nas psicoses. A formulação lacaniana que articula o rompimento com o gozo fálico e a toxicomania se aplica ao campo das neuroses, na medida em que pressupõe a “presença simultânea da simbolização do Nome-do-Pai” (Santiago, 2001:176). Contrapor a tese da ruptura com o falo com a estrutura psicótica permite elucidar uma possível e equivocada compreensão da toxicomania no campo das psicoses e apontar a inadequação da aplicação de tal tese em nossa teorização acerca do uso de drogas na psicose.

Antes de avançarmos nas conseqüências desse confronto entre a formulação lacaniana de ruptura com o falo e o campo das psicoses, é importante nos atermos a uma discussão acerca da terminologia “toxicomania”, que também encontra críticas mesmo no âmbito das neuroses. Tais críticas repousam no fato de essa acepção privilegiar o objeto em detrimento do sujeito. “Na orientação lacaniana a toxicomania é um termo que indica a relação de um sujeito com uma substância química natural ou sintética como objeto de gozo privilegiado” (Réquiz, 2006:170). Tal terminologia também remonta a uma classificação antiga da psiquiatria, referente às monomanias de Esquirol, que se articula com a noção de delírio parcial, mais adequada à clínica das psicoses. Assim, sua aplicação aos fenômenos contemporâneos desconsidera o contexto atual regido pela lógica de consumo (Inem, 1999:133).

Zafropoulos (1988) aponta que, de um ponto de vista epistemológico, o enunciado a seguir, se apresenta com toda força: “o toxicômano não existe” (p. 8) e ainda pela via da metapsicologia não há uma estrutura ou personalidade toxicomaniaca. O autor aponta que estamos diante de uma “epidemia do gozo” (p. 11), que se constitui como uma maneira de compreender o consumo de drogas na contemporaneidade.

Nesse sentido, Miller (1993) se apropria da fórmula de Zarifopoulos (1988) para afirmar que “a categoria clínica da toxicomania não está bem formada” (Miller, 1993: 17). Entretanto, reconhecermos a inexistência do toxicômano não impede que determinados sujeitos se designem por essa categoria, na medida em que “tenha entrado

em certa relação com a droga e que consente em definir-se cada vez mais, em simplificar-se a si mesmo, nesta relação com a droga” (idem).

A investigação clínica do fenômeno da toxicomania à luz da psicanálise é marcada pelos mais diversos obstáculos e dificuldades conceituais. Enfrentar os aspectos determinantes dessas dificuldades exige, primeiramente, que se questione a acessibilidade do saber analítico ao fenômeno toxicomaniaco. É preciso perguntar-se em que medida o uso das drogas, no sentido do que Jacques Lacan designa como “*um uso metódico dos tóxicos*”, é passível de uma reflexão analítica, a exemplo do que ocorre em outros tipos clínicos. Se se tomar o uso de drogas como referência essencial, meu primeiro axioma recai sobre a insuficiência da toxicomania como categoria clínica para a psicanálise. Em outras palavras, a toxicomania em si mesma não constitui um conceito do campo freudiano. Ainda a esse respeito, é forçoso admitir-se a tese da inexistência do toxicômano, tese que, apesar de tudo, não chega a negligenciar a especificidade do problema do uso da droga no leque das estruturas clínicas freudianas. (Santiago, 2001: 17)

Laurent (1995a), ao se deter em casos de sujeitos psicóticos que recorrem ao uso de drogas, apresenta uma posição contrária à adoção do termo toxicomania, considerando que na psicose não há inscrição da ordem fálica. Assim, não se trata de uma formação de ruptura com o falo, com o Outro, como se observa nas neuroses, dado que a ruptura já está dada em termos estruturais nas psicoses.

Na psicose o consumo de drogas pode estar a serviço de um enganche com o Outro. Zaffore (2005) observa que se encontram casos nos quais o consumo de drogas se constitui como “um modo de enlaçar-se com o Outro e não romper com o Outro” (p. 96).

Laurent (1995a) propõe a adoção da terminologia da psiquiatria clássica – as monomanias de Esquirol –, que seria mais adequada para definir a particularidade do recurso à droga nas psicoses. Tal adequação refere-se a casos em que o sujeito psicótico adere a uma única droga e é possível reconhecer o predomínio da dimensão significativa que a nomeia. Sua indicação nos parece pertinente para pensarmos a articulação entre o uso de drogas e o delírio, que privilegia o sujeito e sua construção particular. Tal articulação se constitui como objeto de nossa investigação e será desenvolvida em nossa tese.

Em nosso percurso teórico, adotaremos a terminologia “recurso à droga”. A palavra “recurso” definida como “ato ou efeito de recorrer; meio de vencer uma dificuldade ou embaraço; auxílio; ajuda; socorro; proteção; amparo; remédio” (Ferreira,

1996). Uma outra definição para o termo também é pertinente em nosso trabalho, como vemos nos termos “refúgio, proteção e cura” (Dicionário On-line Priberam da Língua Portuguesa, 2009). A partir da etimologia da palavra “recurso” é possível discernir diferentes conjunturas relativas ao uso de drogas nas psicoses. O termo “recurso” remete à idéia de uma tentativa de apaziguamento de dificuldades, que, em nosso recorte teórico e clínico, diz respeito às vivências psicóticas.

A adoção dessa terminologia é correlata de nossa hipótese central que norteia este trabalho e é calcada na compreensão de que alguns sujeitos psicóticos, ao recorrerem à droga, fazem uma tentativa de dar uma solução dos efeitos ruidosos da forclusão do Nome-do-Pai. Ruidosos na medida em que confrontam o sujeito com experiências de estranheza, de angústia, perplexidade e invasão de gozo decorrentes de alucinações verbais e fenômenos que atingem o corpo.

O recurso à droga também pode ser utilizado por sujeitos psicóticos que ainda não atravessaram o desencadeamento típico, como uma tentativa de lidar com a perplexidade e as vicissitudes do período denominado pré-psicose.

A adoção da terminologia “recurso à droga” requer que nos detenhamos sobre a definição de droga. Como vimos em Freud em seu artigo intitulado “O mal-estar na civilização” (1930 [1929]/1996), em que aborda a natureza do recurso à intoxicação empreendido por alguns sujeitos, refere-se à ação dos “veículos intoxicantes” e não elenca as substâncias que poderiam ser definidas através dessa categoria. Apesar dessa aparente indefinição, Freud dá ênfase ao mecanismo de atuação de tais “veículos” e destaca, entre suas propriedades, a possibilidade de aliviar o sofrimento e produzir um prazer de caráter imediato.

O termo “droga”, em nosso trabalho, é utilizado para designar qualquer substância psicoativa, classificada atualmente como lícita ou ilícita, que tenha sido tomada como um recurso por um sujeito frente aos impasses e sofrimentos provenientes de sua estrutura psicótica. Uma ressalva é feita quanto aos medicamentos que evidentemente cumprem função de apaziguamento das vivências psicóticas e encontram-se situados na relação transferencial com o médico responsável pela prescrição que induz o sujeito ao uso do remédio. O nosso campo de interesse neste trabalho diz respeito a uma dimensão de originalidade do recurso à droga, que se constitui como uma tentativa de solução das agruras da psicose engendrada pelo sujeito no encontro particular com uma determinada substância psicoativa, oferecida pelo mercado de consumo lícito, farmacológico ou ilícito de drogas. Nosso recorte referente

aos tóxicos não nos parece impeditivo de incluir referências teóricas sobre os usos particulares dos medicamentos, uma vez que tais usos nem sempre encontram correspondência com as orientações médicas ou com princípios ativos dos fármacos. Nesse sentido, Laurent (2002a) descreve um uso muito particular do medicamento *Haloperidol* realizado por um sujeito que, quando se sentia perseguido por seu pai, também psicótico, exigia o uso desse medicamento. Tal exigência estava associada a uma construção homofônica sobre o nome do medicamento. Assim, quando estava mal, solicitava o *Haloperidol* mediante a seguinte construção “*allô, pére idole*”¹ (Laurent, 2002a:32).

Miller (1993) destaca a necessidade de se desenvolver considerações sobre a toxicomania e a psicose. Ressalta que “é certo que na toxicomania não podemos falar enquanto tal de foraclusão, dado que na psicose, se bem há foraclusão da castração, esta retorna do real, em particular na paranóia” (Miller, 1993:19). “Se quisermos encontrar uma categoria onde colocar a toxicomania diante da foraclusão na psicose, poderíamos quiçá apelar à insubordinação ao serviço sexual” (Miller, 1993:19).

O uso de drogas realizado por sujeitos psicóticos reserva particularidades. Éric Laurent (1995a) destaca que alguns sujeitos psicóticos buscam algo muito preciso no uso de drogas, que não se restringe às suas propriedades químicas, ou seu estatuto peculiar de objeto ofertado pelo mercado de consumo, mas aponta para o estatuto significativo da droga. Apesar do uso de drogas na psicose não se restringir a uma resposta ao imperativo de consumo da lógica de mercado, consideramos que o sujeito psicótico não estaria alheio aos fenômenos de consumo da atualidade. Não podemos negar que a droga, enquanto objeto e significante, se insere na dimensão dos objetos ofertados pela ciência, pelo mercado lícito, ilícito e farmacológico. O que nos interessa é o uso particular que o sujeito psicótico fará desses objetos, de que forma ele articula o estatuto de significante da droga em sua cadeia significativa.

Em nosso trabalho abordaremos o duplo estatuto da droga que aponta para a dimensão de objeto comum ofertado nas prateleiras da atualidade e a dimensão de significante. Ambos os estatutos estão em jogo na dinâmica da psicose; entretanto, de acordo com o caso clínico, há a prevalência de uma dimensão em detrimento de outra.

Ao formularmos nossa hipótese central, tivemos o cuidado de introduzir a noção de tentativa de solução para apontar que o recurso à droga não é absoluto e pode

¹ Tradução do francês: “Alô, pai ídolo”.

apresentar fragilidades. A clínica demonstra que nem sempre o recurso é eficaz para dar solução às dificuldades impostas pela estrutura psicótica. A constatação clínica de que esse recurso pode falhar não nos impede de identificar, na busca repetitiva por drogas empreendida por alguns sujeitos, uma tentativa frustrada de sanar os efeitos nefastos da forclusão na psicose.

Reconhecer a fragilidade do recurso à droga permite que nos afastemos de interpretação de alguns autores, tais como Vallet (1998) e Le Poulichet (1996) que reconhecem que o uso de drogas pode operar, em alguns casos, como uma suplência à forclusão do Nome-do-Pai. A noção de suplência será apresentada em nossa pesquisa teórica.

Em nosso trabalho identificamos dois dos modos de operação na dinâmica psíquica engendrados pelo recurso à droga nas psicoses, que se constituem como desdobramentos de nossa hipótese central. Tais modos de operação correspondem, em primeiro lugar, à irrupção de um gozo ilimitado e, em segundo, às tentativas de estabilização. Cabe ressaltar que tais modos de operação não são estanques, podendo comparecer em um mesmo caso clínico, em diferentes momentos de sua evolução.

A constatação clínica de que o uso de drogas na psicose se constitui como um recurso na tentativa de solucionar os efeitos nefastos da fenomenologia psicótica está em consonância com uma indicação preciosa da psiquiatria clássica, que Lacan denominou como a “velha clínica” (Lacan, 1957-8a/1998:580), sem deixar de reconhecer nela uma força de abordagem. Nesse sentido, Maleval aponta que

o ensino de Lacan sobre a estrutura da psicose não se produziu ao modo de uma ruptura com a psiquiatria clássica, e assim o demonstram as múltiplas referências a esta última das que se nutre. Insistimos em considerar que clínica psicanalítica e clínica psiquiátrica podem enriquecer-se mutuamente, sem por isso confundir-se. (Maleval, 2002:22-3)

Guiraud (1994), em seu relato do caso Paul, a propósito do tema dos assassinatos imotivados, menciona o uso de vinho como uma tentativa de conter a invasão das vivências psicóticas. Tais vivências são listadas pelo autor a seguir: “inércia, desinteresse, e um *sentimento penoso de estranheza interior*” (Guiraud, 1994:88 – grifos do autor). O autor, então conclui: “se bebeu foi para lutar contra a invasão desses sintomas” (Guiraud, 1994:88).

Sentia-se invadido por um mal-estar inexplicável e tornava-se dia a dia mais inativo. “Para distrair-se e reconfortar-se”, tentou beber até quatro litros de vinho em um dia. A bebida entristecia-o, dizia “tornava-me abestalhado”. (Guiraud, 1994:87)

É digno de nota que a menção desse caso em nosso trabalho não possui a pretensão de tecer comentários acerca de possíveis relações entre passagens ao ato e uso de tóxicos, mas sim colocar ênfase sobre o recurso à droga como uma tentativa de apaziguamento das vivências de invasão de gozo na psicose. O relato desse caso também evidencia de maneira primorosa a paradoxal função desempenhada pelo vinho. Ao mesmo tempo em que se constituía enquanto recurso para oferecer conforto e amenizar o mal-estar, reconduzia o sujeito à tristeza.

Percurso teórico

A trajetória de pesquisa que adotamos nesta tese se inicia pela tentativa de circunscrever no ensino de Lacan os desdobramentos do conceito de foraclusão do Nome-do-Pai, que se constitui como um fator causal da estrutura psicótica. Assim, empreenderemos uma trajetória que inicia na década de 50, quando Lacan formula o termo a partir da *Verwerfung* freudiana. Ao nos dedicarmos a demonstrar essa intervenção conceitual original de Lacan, faremos um breve percurso sobre a obra de Freud, no sentido de demonstrar as passagens primordiais de onde Lacan extraiu ou deduziu o termo *Verwerfung*.

Assim, no primeiro capítulo desta tese acompanharemos o ensino de Lacan tendo como norte a noção de foraclusão, apontando suas nuances conceituais. Tais nuances são decorrentes das mudanças de paradigma que partem da lógica do significante sob a primazia do simbólico e atingem a lógica topológica do nó borromeano, na qual o real torna-se prevalente.

No segundo capítulo nos dedicaremos a apreender o duplo estatuto da droga, a saber, de objeto e de significante, que se apresentam indissociáveis na clínica. Assim, empreendemos um percurso teórico que tem início na constatação de que, na atualidade, os objetos assumem uma primazia em detrimento dos ideais. Seguimos delineando a noção de objeto em Freud, descrevendo uma trajetória que parte do objeto perdido do desejo e se dirige à diversidade de objetos da pulsão.

O advento da conceituação do objeto *a* também se constituiu como norte em nossa apresentação do conceito de objeto. Nela nos deteremos em demonstrar a

diferença entre este objeto particular, situado entre o campo do sujeito e do Outro, e o objeto comum.

Ainda sobre o objeto, nos detemos nas operações constitutivas da subjetividade, a saber, alienação e separação, que têm como resultado a extração do objeto *a*, mediante a intervenção do princípio de separação encarnado pelo Nome-do-Pai. Assim, constatamos que na psicose, devido à inoperância do Nome-do-Pai, não há extração do objeto *a*, o que tem como consequência a sua aparição alucinatória no real, sob a forma da voz invasora e do olhar prevalente que visa o sujeito.

Ao concluirmos a abordagem do objeto neste capítulo, introduziremos a noção de objeto mais-de-gozar, que se apresenta sob uma forma de objeto cultural disposto nas prateleiras do mercado. Apesar de a droga poder se constituir enquanto um objeto cultural, em nossa investigação teórica sobre o seu uso nas psicoses, veremos que o objeto droga não nos parece ser indicativo da função de objeto mais-de-gozar na dinâmica psíquica das psicoses.

Ainda nesse capítulo sobre o duplo estatuto da droga, apresentaremos a noção de significante, sua relação com as formações do inconsciente e com o gozo. Uma abordagem sobre o uso particular do significante na psicose também se constituiu como objeto de nosso estudo.

Em nosso terceiro capítulo nos dedicaremos aos modos de operação inerentes ao recurso à droga. Assim, iniciamos pelo modo de operação que diz respeito à irrupção de um gozo ilimitado, que demonstra a fragilidade do recurso à droga em oferecer estabilidade ao sujeito psicótico, na medida em que pode participar da cena do desencadeamento, desempenhando um papel coadjuvante. As condições fundamentais para um desencadeamento clássico da psicose também será objeto de investigação neste capítulo.

O segundo modo de operação que se refere às tentativas de estabilização também foi trabalhado nesse capítulo. Antes de apresentarmos as modalidades de estabilização que podem se apresentar articuladas ao recurso à droga, nos dedicamos a abordar a questão da suplência, que consideramos não ter relação com o consumo de drogas. O recurso à invenção também será abordado inicialmente, na medida em que questionamos de que modo esse se articula com o recurso à droga, uma vez que a invenção pressupõe uma bricolagem, uma construção de um recurso muito particular, próprio ao sujeito. Já o recurso à droga se apresenta como um objeto padronizado pela lógica de mercado, não requer um trabalho do sujeito de construção particular, basta

acessá-lo nos locais onde a droga é ofertada pronta para ser consumida. Entretanto, a articulação significativa que o sujeito constrói em torno do significante droga, pode ser indicativo de uma bricolagem, como vimos a propósito do *Haloperidol*, de recurso inventivo para alguns casos.

As modalidades de estabilização que se articulam de modo particular com o recurso à droga são cinco: a moderação de gozo, a passagem ao ato, a compensação identificatória, o delírio e a escrita. Para cada uma dessas modalidades de estabilização a droga opera em seu duplo estatuto de significante e de objeto. Entretanto, nosso objetivo é demonstrar que em cada uma dessas tentativas de estabilização um estatuto pode prevalecer sobre o outro. No que se refere à escrita, reconhecemos outro papel que a droga pode desempenha, a saber, o estatuto de letra, que será abordado na seção dedicada à escrita.

É importante destacar que tais modos de operação foram identificados a partir de uma articulação entre a clínica e a investigação teórica. Nesse sentido, julgamos pertinente incluir neste último capítulo alguns fragmentos e casos clínicos oriundos de nossa clínica e da literatura psicanalítica.

CAPÍTULO I - A FORACLUSÃO DO NOME-DO-PAI E A PLURALIZAÇÃO DOS NOMES-DO-PAI: LÓGICA DO SIGNIFICANTE E TOPOLOGIA DOS NÓS.

Lacan demonstra servir-se do conceito de foraclusão do Nome-do-Pai durante todo o seu ensino, ainda que tenha introduzido algumas inovações. A evolução de suas contribuições teóricas é correlata de um processo de extração de conseqüências concernentes a sua investigação clínica das psicoses proveniente da prática psicanalítica, a sua apresentação de doentes no Hospital de Sainte-Anne e ao amparo na leitura de Freud. Desde sua tese de 1932, a “psicose foi constantemente uma das principais fontes de progresso em seu trabalho de elaboração. Foi a psicose que proporcionou um ponto de ancoragem excêntrico em relação ao descobrimento freudiano” (Maleval, 2002:145). Maleval destaca que a “investigação da psicose levada a cabo por Lacan está feita de invenções e de audácias sucessivas” (Maleval, 2002:28).

Ao longo de seu ensino, Lacan realizou algumas formulações e reformulações acerca da psicose. De acordo com Laurent, “de 1936 a 1976, a cada dez anos, houve no ensino de Lacan uma reformulação sobre o enigma das psicoses” (1995b:110). Lacan parte do paradigma fenomenológico de sua tese de doutoramento nos anos 30, adota o estruturalismo nos anos 50, avança na formulação do objeto *a* nos anos 60, até sua formulação acerca da topologia do nó borromeano na década de 70. Maleval destaca que as contribuições de Lacan para a clínica das psicoses ao longo de quatro décadas abriu possibilidades para que novas formulações fossem elaboradas pelos psicanalistas na contemporaneidade. Assim “ao término de seu ensino, Lacan deixa uma teoria da psicose que não é definitiva, mas que está em plena evolução” (Maleval, 2002:20).

Miller (2003a) demonstra que o ensino de Lacan pode ser dividido em três momentos distintos. O chamado primeiro ensino corresponde aos dez primeiros seminários ministrados por Lacan entre a década de 50 e início da década de 60. O segundo ensino tem início com a conceituação do objeto *a* e é “dedicado a articular o Outro e o objeto *a*” (Miller, 2003a:9). O terceiro, e também chamado de último ensino, se instaura após as contribuições de *O Seminário 20 - Mais, ainda* (1972-3/1998) e “gira em torno do ato da nomeação” (Miller, 2006a:25), com destaque na abordagem sobre a obra de James Joyce, que conferiu ao escritor um nome. Trata-se de um ensino que extrai as conseqüências da pluralização dos Nome-do-Pai mediante a topologia dos nós.

“O último ensino de Lacan é um ensino da psicanálise sem o Nome-do-Pai, no qual o Nome-do-Pai é reabsorvido no múltiplo” (Miller, 2003a:18)

Neste primeiro capítulo seguiremos o itinerário de Lacan que, apesar de ser marcado por “audácias sucessivas”, não prescindiu de uma ancoragem ainda que “excêntrica” na obra de Freud. Tal itinerário começa pelo chamado “retorno a Freud” de onde Lacan pinça o termo *Verwerfung*, atribuindo-lhe uma conceituação própria, até o que Miller denominou de “desenlace” (Miller, 2003a:6-7), quando Lacan se distancia de Freud mediante sua invenção da topologia do nó borromeano.

É importante destacar que o itinerário lacaniano não possui uma característica linear, pelo contrário, apresenta um “estilo sinuoso” (Maleval, 2002:28) que se acomoda em um “único conceito, o de foraclusão do Nome-do-Pai, introduzido em 1957, dando assim continuidade a trabalhos desenvolvidos desde 1946 e ao longo de mais de trinta anos” (idem). Assim, o conceito de foraclusão, tão caro ao ensino de Lacan, se constitui como o fio que nos conduz em nosso percurso teórico. Maleval destaca que a manutenção deste conceito ao longo de seu ensino levou Lacan a “reconsiderar periodicamente a foraclusão do Nome-do-Pai à medida que foi avançando em sua concepção da descoberta freudiana” (Maleval, 2002:28). Tais reconsiderações não foram acompanhadas de uma refundação do conceito de foraclusão. Nesse sentido, Maleval destaca que “a primeira acepção do termo ‘foraclusão’, que colocava ênfase na exclusão de um significante, tende a ficar suplantada pela noção de falha de um atamento borromeano” (2002:134).

Se se aceita considerar que as vicissitudes do Nome-do-Pai afetam *a posteriori* o sentido do próprio conceito de foraclusão, que desliza desde a exclusão até a falha, não se encontrará nenhum obstáculo para manter a foraclusão do Nome-do-Pai como estrutura da psicose, ainda que sua concepção resulte renovada. (Maleval, 2002:134)

Apesar de constatar as reconsiderações de Lacan relativas ao conceito de foraclusão do Nome-do-Pai, Maleval destaca que ao longo de seu ensino não houve nenhuma retificação vistosa desse conceito. A única mudança de paradigma que se evidencia no ensino de Lacan se deu antes da conceituação da foraclusão e refere-se à contrastante virada da década de 30 para a década de 50, na qual ele abandonou a fenomenologia para aceder à lógica estruturalista. Assim, é possível concluir com Maleval que as distintas abordagens lacanianas da psicose vão se encaixando umas nas

outras, de tal maneira que este autor se apropria da metáfora das “bonecas russas” para demonstrar sua consideração (2002:27).

Depois de “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (Lacan, 1957-8a/1998), a investigação sobre a psicose “nunca voltará a adquirir a forma de uma elaboração tendente a uma formulação global” (Maleval, 2002:102). Entretanto, seu seminário dedicado ao escritor irlandês James Joyce constitui uma contribuição fundamental para o estudo da psicose.

Em nossa trajetória teórica acerca do conceito de foraclusão do Nome-do-Pai no ensino de Lacan, partiremos do paradigma do significante, terreno conceitual de sua definição inaugural nos anos cinqüenta. Em seguida, destacaremos o estabelecimento do grafo do desejo que introduz uma barra sobre o Outro, tornando-o incompleto e a pluralização do Nome-do-Pai que se deu em conseqüência do advento da conceituação do objeto *a* extraído do limite entre o sujeito e o campo do Outro. Por fim, desembocaremos na topologia do nó borromeano, que requer um quarto elemento, o *sinthoma*, responsável pelo enlace dos três registros.

Em seu itinerário excêntrico, Lacan introduziu uma “depreciação do Nome-do-Pai” e o reduziu a um “sintoma”, a um mero “utensílio” (Miller, 2005a:8). Tal redução ocorreu na década de 70, com as contribuições de seu seminário sobre o *sinthome*. Tal depreciação pode ser atribuída à condição inerente a todo aquele que se coloca diante da tarefa de operar a função paterna, na medida em que todo pai apresenta falhas. Nesse sentido, Maleval adverte, a partir de Lacan, que “em nossa cultura aquele que encarna sua função demonstra necessariamente não estar a sua altura: o pai sempre é carente, discordante, é humilhado” (2002:75).

Nesse sentido, Lacadée destaca que o “trajeto de Lacan para além do Édipo, é uma destruição sistemática do pai como ideal ou como universal” (2006:30) e acrescenta que “o aporte de Lacan quanto à função paterna seja reduzido à famosa ‘metáfora paterna’ é o mal-entendido que Jacques Alain-Miller se empenhou em esclarecer” (2006:17).

Para sanar o mal entendido, Lacadée evoca o caminho “um tanto desconhecido, que levou Lacan a derrubar o ídolo que lhe imputaram ter elevado, caminho que não deixa de equivaler ao percurso de um tratamento analítico, caminho no qual ele passou do Nome-do-Pai aos Nomes-do-pai” (Lacadée, 2006:19).

Ao longo deste capítulo destacaremos o que Maleval (2002) denominou como “os três grandes modelos” (2002:28) de conceber a psicose. O primeiro, anterior à

conceitualização da forclusão, refere-se às contribuições da década de 40, mais especificamente relativas ao seu escrito “Formulações sobre a causalidade psíquica” (1946/1998), no qual define a psicose como um “visco imaginário”, como uma “cola ao espelho” (Maleval, 2002:28). O segundo diz respeito às formulações de seu terceiro seminário, inteiramente dedicado às psicoses, onde é definida a noção de forclusão do Nome-do-Pai. A psicose é tomada pela manifestação da “intrusão psicológica do significante” (Maleval, 2002:28), que faz seu retorno no real. Por fim, o terceiro modelo da psicose corresponde ao desatamento da cadeia borromeana.

Maleval (2002) destaca a disparidade desses três modelos e chega a indagar se a forclusão do Nome-do-Pai seria um conceito disperso. O autor conclui que, apesar dessa disparidade manifesta, em nenhum momento do ensino lacaniano há um rompimento com esse conceito. Entretanto, ainda que as novas contribuições de Lacan se encaixem tal como as bonecas russas, algumas concepções da psicose foram revisadas. A conceitualização do objeto *a* na década de 60 proporcionou uma análise mais fina das manifestações de invasão de gozo que testemunhamos na clínica com sujeitos psicóticos atormentados por alucinações verbais e pelo olhar onipresente de um perseguidor. Tal invasão de gozo, em alguns casos, pode ser limitada pelo recurso à droga, como veremos no terceiro capítulo desta tese, no qual nos deteremos no modo de operação da droga que concerne à moderação de gozo. Assim, a “deslocalização do gozo se converte, nos anos setenta, em um sinal clínico da estrutura psicótica, e sua importância é equivalente a dos transtornos de linguagem (...) sintoma essencial nos anos cinquenta” (Maleval, 2002:28).

I – A) Sobre a causalidade psíquica

Durante as décadas de 30 e 40, Lacan desenvolveu seu estudo sobre as psicoses orientado pelo que Maleval (2002) denominou uma “psicologia concreta” (2002:27). Para esse autor, esta chamada “psicologia concreta” baseada na dialética hegeliana se constituiu como o ponto de partida de Lacan e o leva a “ênfatar a necessidade de uma passagem alienante pelo Outro para que o *infans* advenha como sujeito” (Maleval, 2002:35).

Neste momento de seu ensino, Lacan define a loucura a partir da noção de identificação, como “a estase do ser numa identificação ideal” (Lacan, 1946/1998:173). Cabe ressaltar a natureza dessa identificação, à qual Lacan atribui o caráter de “sem

mediação”. Esta imediatez é “o que delimita uma distinção entre a identificação na neurose e a identificação na psicose” (Soler, 2002:60). A possibilidade de mediação é atrelada ao desejo, assim “o próprio desejo do homem constitui-se sob o signo da mediação: ele é desejo de fazer seu próprio desejo reconhecido” (Lacan, 1946/1998:183).

Aqui é oportuno que façamos um retorno ao estádio do espelho, uma vez que nele a identificação é atravessada pela mediação do desejo do outro. Uma identificação imediata aponta para um “fracasso” do estádio do espelho característico da psicose, uma vez que a constituição de uma imagem unificada do corpo, quando ocorre, carece de um suporte simbólico. O efeito de tal fracasso é a vivência de um corpo despedaçado e a ausência de mediação nas identificações.

No fracasso no estádio do espelho, vemos surgir na psicose a dificuldade do sujeito possuir uma apreensão imaginária do corpo unificado. O corpo é suscetível de se reduzir a um puro pedaço de carne. Joyce em *Ulisses* nos dá uma indicação disso ao descrever um momento em que Stephen Dedalus, seu alter-ego, estabelece uma relação contemplativa e especular com o personagem Bloom. Nessa relação especular, o espelho não possui o caráter simbólico do qual nos fala Lacan. Para Joyce, trata-se de um “espelho da carne”. Vejamos a citação original: “Silentes, contemplando cada um o outro em ambos os espelhos da carne recíproca de suas delenãodele mesmas caras” (Joyce, 1983:655).

I – B) O paradigma da exclusão de um significante

“O que não veio à luz do simbólico aparece no real.”
(Lacan, 1954b/1998:390)

Antes de tecer considerações acerca da estrutura psicótica que repousa sobre o conceito de forclusão do Nome-do-Pai, é digno de nota definirmos a noção de Nome-do-Pai, abordando seu papel de significante e sua função metafórica.

Ao longo dos anos 50, Lacan estabelece uma leitura particular do complexo de Édipo e destaca a função do Nome-do-Pai na articulação da ordem simbólica. “O Nome-do-Pai, no primeiro ensino de Lacan, é o significante por excelência que produz um efeito de sentido real. É o nome do significante que dá um sentido ao gozado” (Miller, 2003a:19).

Em seu seminário dedicado à relação de objeto, Lacan tece considerações acerca da função paterna e destaca que essa é para o sujeito “da ordem de uma experiência metafórica” (Lacan, 1956-7/1995:387). Tal experiência remete ao estádio do espelho, onde a ordem simbólica representada pelo Outro permite ir além da dupla imaginária do espelho. O Nome-do-Pai se insere nesse contexto funcionando como a “instância ‘pacificadora’ das armadilhas do imaginário” (Maleval, 2002:76).

A partir de Lacan, Miller destaca a função do pai relativa à comunicação. “A missão do pai é ensinar a comunicação, quer dizer, a elucubrar uma linguagem, introduzir uma rotina que faça coincidir o significante e o significado” (Miller, 2005b:24). Tal missão paterna “permite ordenar um universo de sentido sobre o qual se ordena o mundo das coisas, instaurando-se assim vínculos entre significante e significado” (Maleval, 2002:76). Para designar tais vínculos, Lacan lança mão da noção de ponto de basta, que será tratada no próximo capítulo.

Em seu *Seminário livro 3 – As psicoses*, Lacan parte do seguinte axioma: “O inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (Lacan, 1955-6/1988:139). É sustentado por esse instrumento que Lacan situa a causa dos fenômenos constitutivos da psicose no plano da linguagem e abre a possibilidade de tratamento através da própria linguagem. É partindo desse axioma que Lacan ressignifica a máxima freudiana acerca da psicose, que diz respeito ao funcionamento a céu aberto do inconsciente. Assim, o psicótico sofre dos efeitos da linguagem, na ausência da ordenação simbólica. Enquanto mártir do inconsciente, o psicótico testemunha a invasão dos distúrbios de linguagem, ao passo que, na neurose, o sujeito é testemunha de um saber que se apresenta oculto e requer um deciframento.

O psicótico é o mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente, ele dá um testemunho encoberto que é preciso decifrar. O psicótico, no sentido em que ele é, numa primeira aproximação, testemunha aberta, parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros. (Lacan, 1955-6/1988:153)

Ao considerar os fenômenos da psicose enquanto fenômenos de linguagem, Lacan avança no sentido da construção de uma hipótese causal para esses fenômenos. É a partir do retorno a Freud que Lacan pinça a noção de *Verwerfung*, dando-lhe uma

conceituação no seio da estrutura da psicose, identificando-a como o mecanismo responsável pela eclosão dos fenômenos elementares da psicose. Assim, a noção de *forclusion* – termo proposto por Lacan na língua francesa para sua intervenção conceitual sobre o campo das psicoses – é colocada em relevo para o entendimento dos fenômenos que se manifestam na psicose. Trata-se de um conceito que “afunda diretamente suas raízes nos textos do fundador da psicanálise” (Maleval, 2002:31).

A escolha do termo *forclusion*, oriundo do vocabulário jurídico, se constitui como uma intervenção conceitual para introduzir a dimensão da lei. “O termo *foraclusão* é de uso corrente no vocabulário jurídico procedimental e significa a caducidade de um direito não exercido nos prazos prescritos” (Maleval, 2002:61). *Forclusion* define a situação de um processo jurídico, ao qual não se pode apelar, pois o seu prazo legal expirou. De acordo com Quinet (2000a), “a *foraclusão*, portanto, remete à noção da lei e de sua abolição” (p.15).

Quando lança mão do termo *Verwerfung*, Lacan encontra-se em plena formulação de sua concepção acerca da psicose, que recai sobre o conceito de Nome-do-Pai.

O Nome-do-Pai designa aquilo que no simbólico encarna a lei, se existe no francês contemporâneo um termo que possui uma conotação jurídica marcada e que permite traduzir uma *Verwerfung* da lei, resulta sem dúvida mais pertinente que vocábulos neutros como o de rechaço ou cerceamento. (Maleval, 2002:65-6)

Soler (1991) ressalta que “a *foraclusão* não é um fenômeno. A *foraclusão* não faz parte do que se observa: é uma hipótese causal” (p. 109). A *foraclusão*, enquanto hipótese causal, só é acessível através de seus efeitos, que se manifestam na clínica da psicose.

Foraclusão é um conceito dinâmico, que põe em relevo os recursos criativos do psicótico e abre novas possibilidades para o tratamento, porque destaca as capacidades destes sujeitos para elaborar suplências. A falha simbólica que designa não põe mais travas ao pensamento que a repressão ou a renegação. (Maleval, 2002:23)

A *foraclusão* se produz no campo da articulação simbólica e “designa uma carência do significante que assegura a consistência do discurso do sujeito” (Maleval, 2002:18). A definição que Lacan dá à *Verwerfung* freudiana diz respeito ao significante, ou seja, “trata-se da rejeição de um significante primordial em trevas exteriores, significante que faltará desde então nesse nível” (Lacan, 1955-6/1988:174). Esse

significante primordial refere-se ao Nome-do-Pai, que se constitui como ordenador da significação fálica que promove a articulação simbólica.

A articulação simbólica se dá através da rotina que se instaura com a metáfora paterna e permite a coincidência entre significante e significado. Quando essa rotina não se estabelece pela falta do significante do Nome-do-Pai, instala-se um furo² no significado, dada a carência da significação fálica que promove a chamada “cascata de remanejamentos do significante” (Lacan, 1957-8a/1998:584).

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como forclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica. (Lacan, 1957-8a/1998: 564)

A carência da significação fálica, “a consequência da forclusão do Nome-do-Pai, razão do desencadeamento do significante constitui o fenômeno que está na base dos transtornos de linguagem do psicótico” (Maleval, 2002:265). A coincidência entre significante e significado, ausente em decorrência da forclusão do Nome-do-Pai, será restabelecida com a metáfora delirante.

Apesar de Lacan definir a forclusão a partir de sua teoria do significante, ele não se isenta de identificar na obra de Freud a origem dessa leitura.

Eu me regozijo de que alguns de vocês se atormentem a respeito dessa *Verwerfung*. Freud afinal de contas não fala disso muitíssimas vezes, e fui pegá-la nos dois ou três cantos onde ela se deixa surpreender, e mesmo algumas vezes, ali onde ela não se deixa, mas onde a compreensão do texto exige que ela seja suposta. A respeito da *Verwerfung*, Freud diz que *o sujeito não queria nada saber da castração, mesmo no sentido do recalque.*” (Lacan, 1955-6/1988:173)

A sutileza com que Lacan realiza sua leitura da obra freudiana, identificando os “dois ou três cantos” em que é possível entrever o mecanismo da forclusão, demonstra o seu rigor teórico. Nossa proposta agora é fazer um retorno aos textos freudianos com a lupa de Lacan, com o objetivo de trazer à luz as contribuições de

²A noção de furo, datada da década de 50, possui uma acepção ligada ao desencadeamento da psicose. Na década de 70, o termo “furo” retorna ao ensino de Lacan, mas com uma acepção distinta, referente a uma condição inerente ao simbólico.

Freud para a clínica da psicose. Assim, partiremos da análise do caso do Homem dos Lobos, passando pela interpretação do caso Schreber, até o artigo sobre a negativa.

No caso dos Homens dos Lobos, Freud (1918[1914]/1996) faz uma análise acerca da alucinação do dedo amputado como metáfora da castração. Freud ressalta que o plano genital para esse sujeito havia sido rejeitado, de modo que ele se agarrava à sua teoria sexual calcada na negação da vagina, em favor do intestino. O repúdio desse sujeito em relação à diferença sexual e à castração levou Freud a contestar a hipótese de um recalque como mecanismo produtor da fobia dos lobos e da alucinação do dedo cortado. Nesse texto, Freud ressalta que o recalque é algo muito diferente de uma rejeição. É a partir dessa observação que Lacan reconhece a existência de um outro mecanismo responsável pela manifestação dos fenômenos psicóticos, tal como se apresenta nesse caso através da alucinação. A rejeição ou a forclusão da castração tem como efeito um retorno no real, através da alucinação, ou seja, da visão do dedinho cortado que se mantém preso ao corpo, apenas por um pedacinho de pele.

Na análise do livro de Schreber, Freud (1911/1996) reconhece nos fenômenos elementares que brotam na escrita desse autor em suas *Memórias*, um testemunho de seu delírio, a marca do mecanismo de projeção. Entretanto, Freud retifica sua definição acerca da projeção da seguinte maneira: “foi incorreto dizer que a percepção suprimida internamente é projetada para o exterior; a verdade é, pelo contrário, como agora percebemos, que aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora” (Freud 1911/1996:78). Nessa retificação é possível reconhecer que há algo extirpado, abolido pelo sujeito, que faz seu retorno através do mundo externo, do real. Trata-se desse significante primordial que é excluído e faz seu retorno no real – a alucinação verbal se constitui como o fenômeno elementar em que esse mecanismo se manifesta, através desse significante que vem de fora, que o sujeito não reconhece como elemento constituinte de sua cadeia simbólica. Assim, “a projeção na psicose é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” (Lacan, 1955-6/1988:58).

No artigo intitulado “A negativa” (1925/1996), Freud apresenta dois mecanismos distintos que determinam a posição do sujeito em relação à estrutura: *Bejahung* (afirmação) e *Austossung* (expulsão/rejeição). A *Bejahung*, enquanto afirmação primordial, dá acesso ao simbólico e se constitui como modo operativo da neurose. A *Austossung aus dem Ich*, ou seja, a expulsão para fora do eu, vai constituir o

que é designado por Lacan como o campo do real, “na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização” (Lacan, 1954b/1998:390).

A *Verwerfung* marca a impossibilidade de assunção da articulação simbólica. Assim, nas palavras de Lacan, “a *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica” (Lacan, 1954b/1998:389).

A partir da formulação de Freud, instala-se uma dicotomia fundamental: “o que teria sido submetido à *Bejahung*, à simbolização primitiva, terá diversos destinos, o qual cai sob o golpe da *Verwerfung* primitiva terá um outro” (Lacan, 1955-6/1988:98). Tal dicotomia marca a dissimetria entre a neurose e a psicose. Enquanto na primeira houve submetimento à simbolização, na segunda houve um rompimento da ordenação simbólica.

Lacan se apropria da *Verwerfung* freudiana e realiza uma releitura do caso do Homem dos Lobos da seguinte maneira:

Vejamos o homem dos lobos. Não houve para ele *Bejahung*, realização do plano genital. Não há traço que dele tenhamos, é a emergência, de modo algum na sua história, mas verdadeiramente no mundo exterior, de uma pequena alucinação. A castração, que é precisamente o que para ele não existiu, manifesta-se sob a forma do que ele imagina – ter-se cortado o dedinho, tão profundamente que só se segura por um pedacinho de pele. Fica então submerso pelo sentimento de uma catástrofe tão inexprimível que não ousa nem mesmo falar disso para uma pessoa ao seu lado (Lacan, 1953-4/1986:73).

Lacan estabelece um nexos entre a *Verwerfung* e o complexo de Édipo a partir do reconhecimento do pai enquanto significante, ou seja, a função simbólica do pai. É o significante do Nome-do-Pai que é foracluído na psicose. Tal nexos só foi possível a partir de uma resignificação do complexo de Édipo, a partir da qual Lacan insere a ordem simbólica no cerne da dinâmica desse complexo. Quinet destaca que o complexo de Édipo constitui a “ficção do nosso comprometimento simbólico” (2000a:9).

Para além dos conflitos imaginários em jogo no complexo de Édipo, é necessário que uma lei simbólica intervenha. Tal intervenção corresponde à função do pai, enquanto simbólica. Assim, ao nos referirmos ao complexo de Édipo, é preciso inserir “uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência do nome do pai”

(Lacan, 1955-6/1988:114). O Nome-do-pai, enquanto essa ordenação “que impede a colisão”, é o que organiza as relações do sujeito neurótico com o simbólico e com o real do gozo; e o que falta ao sujeito psicótico.

Além de dar o tom da relação do sujeito com o simbólico, o complexo de Édipo também desempenha uma importante função ordenadora da realidade. Lacan reconheceu essa função logo no início de sua trajetória teórica, em 1946 em “Formulações sobre a causalidade psíquica”. Nesse artigo ele afirma que o complexo de Édipo revela-se capaz de “constituir normalmente o sentimento de realidade” (Lacan, 1946/1998:183). Assim, “para que haja realidade, acesso suficiente à realidade, para que o sentimento da realidade seja um justo guia, para que a realidade não seja o que ela é na psicose, é preciso que o complexo de Édipo tenha sido vivido” (Lacan, 1955-6/1988:226).

Uma vez que já abordamos a hipótese causal da psicose, ou seja, a *Verwerfung*, trata-se agora de nos determos nos efeitos desse mecanismo que fazem barulho na clínica com sujeitos psicóticos.

Já mencionamos a função desempenhada pelo complexo edipiano na ordenação da realidade. Na ausência do significante do Nome-do-Pai que se constitui como o operador simbólico do complexo de Édipo, o que podemos colher como efeitos? A relação do sujeito psicótico com sua realidade, que é marcada por uma ruptura e uma hiância, pode ser atribuída aos efeitos da forclusão.

A definição freudiana (1924/1996) acerca das psicoses aponta para um conflito entre o eu e o mundo externo, em função das exigências do isso. Em resposta aos impulsos do isso, o sujeito psicótico realiza uma reconstrução arbitrária da realidade e de seu mundo interno. Na psicose, portanto, o sujeito precisa recorrer a um “mediador” na sua relação com a realidade. Enquanto uma tentativa de cura, o delírio opera uma reconstrução de uma realidade dilacerada e vem cumprir esse papel de mediador. “O delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo” (Freud, 1924[1923]/1996: 169).

Essa fenda, esse buraco que se instala na relação do sujeito com a realidade, pode servir de metáfora do acidente ocorrido na cadeia simbólica. Assim, a partir de Freud, Lacan reconhece que “é, no fim de contas, vocês verão isso de acordo com o contexto, a uma deficiência, a um buraco do simbólico que ele se refere, mesmo se no texto alemão é o termo *realidade* que é empregado” (Lacan, 1955-6/1988:180).

É no momento do desencadeamento que os efeitos da foraclusão do Nome-do-Pai aparecem com toda força, como veremos em nosso terceiro capítulo, no qual dedicamos uma seção às conjunturas envolvidas na cena do desencadeamento clássico.

Trabalhar com os efeitos da foraclusão significa trabalhar com a relação do sujeito com a cadeia significante. Na psicose, o sujeito padece de sua relação com o significante e com o gozo, mas ao mesmo tempo é a partir do trabalho de articulação significante próprio do delírio que se constitui como uma das possíveis tentativas de estabilização da relação entre significante e significado. Foi a partir desse reconhecimento que Lacan colocou no centro da questão do diagnóstico da psicose a presença dos distúrbios de linguagem. “A promoção, a valorização na psicose dos fenômenos de linguagem é para nós o mais fecundo dos ensinamentos” (Lacan, 1955-6/1988:167). Através dos distúrbios de linguagem, o sujeito revela a sua relação precária com o simbólico. Lacan propõe que estudemos as significações da loucura através das “modalidades originais que nela mostra a linguagem” (Lacan, 1946/1998:168), ou seja, através da diversidade de distúrbios de linguagem que proliferam na psicose, tais como: “os híbridos do vocabulário, o câncer verbal do neologismo, o envicamento da sintaxe, a duplicidade da enunciação” (Lacan, 1946/1998:168).

A alucinação verbal se constitui como um dos efeitos da foraclusão mais evidentes e também pode ser referida à rubrica dos distúrbios de linguagem. Ao defini-la como verbal, Lacan rompe com a fenomenologia, que circunscreve a alucinação no campo dos distúrbios da sensopercepção.

Assim em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1957-8a/1998), Lacan rompe com os três elementos fundamentais da fenomenologia: *percepiens*, *perceptum* e *sensorium*. O *percepiens* corresponde ao sujeito da percepção como um ser unificado. O *perceptum* diz respeito ao objeto percebido, que possui o caráter unívoco. O *sensorium* é correlativo ao órgão sensorial do corpo do *percepiens*, que é responsável pela percepção do objeto, ou seja, do *perceptum*.

Para a psicanálise atravessada pelo paradigma estrutural, no qual a estrutura é a linguagem, os preceitos da fenomenologia não se aplicam. Enquanto para a fenomenologia o *percepiens* é uno e o *perceptum* é unívoco, para a psicanálise o *percepiens* corresponde ao sujeito dividido e o *perceptum* comporta a dimensão do equívoco. Lacan ressalta que a alucinação verbal não é redutível “nem a um *sensorium*

particular, nem, sobretudo, a um *percepiens*, como aquele que daria sua unidade” (Lacan, 1957-8a/1998:538).

I – C) O Grafo do Desejo e a Incompletude do Outro

O grafo do desejo construído por Lacan em seu seminário sobre as formações do inconsciente (1957-8b/1999) e comentado em seu escrito intitulado “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960a/1998) se constitui como nosso ponto de partida para designar uma virada conceitual em seu ensino, virada decorrente da introdução de uma barra sobre o Outro. Tal grafo “arcou um giro decisivo” na concepção do Nome-do-Pai, e é “correlativo do descobrimento de uma hiância no campo do Outro” (Maleval, 2002:87). Trata-se de uma topologia que “antecipa elaborações ulteriores” (2002:90) e se constitui como “a introdução do objeto *a* no ensino de Lacan” (Eidelsztein, 1995:16).

A partir do matema S (\bar{A}) a barra recai sobre o Outro, introduz-se também um furo no Outro, revelando uma hiância que é de estrutura. Trata-se de um significante que vem em resposta ao “esvaziamento simbolizado pela barra que atinge o Outro” (Miller, 2003a:11). É um significante que não se encontra inserido no Outro. O Outro, enquanto incompleto e barrado, passa a ter uma nova concepção distinta daquela na qual se define como tesouro dos significantes. Há um significante que não pertence ao tesouro do Outro e vem em resposta à sua incompletude. Miller (2003a) acentua que neste matema

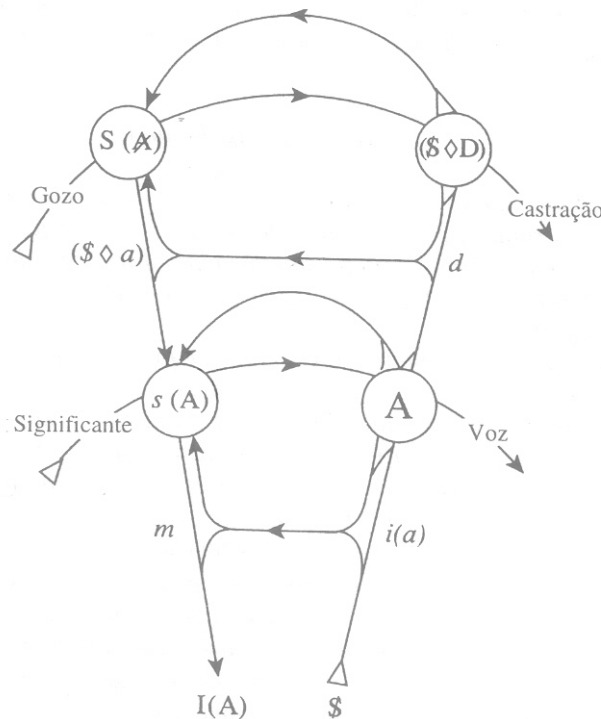
já se inscreve que o significante do qual se trata não é um significante do Outro. Quando, para Lacan, tudo na experiência analítica é significante, este S vem escrever que não é um significante do Outro. Não é um significante do discurso universal, nem do discurso do inconsciente, mas sim um significante suplementar, um significante novo. (Miller, 2003a:11)

A constatação de que há um significante que não está inserido no Outro já podia ser extraída a partir do matema da metáfora paterna, no qual o Nome-do-Pai vem substituir o lugar primordialmente simbolizado pelo desejo materno e representa o lugar da lei no Outro.

<u>Nome-do-Pai</u>	-	<u>Desejo da Mãe</u>	→	Nome-do-Pai	A	()
Desejo da Mãe		Significado para o sujeito			F	a	o

O lugar do Outro passa a portar uma hiância estrutural. “Longe de ser uma plenitude compacta, portadora de significações verdadeiras, a sincronia significativa, inscrita no lugar do Outro, contém rupturas” (Maleval, 2002:87). A incompletude do Outro demonstra ser um fato de estrutura, isto tem como conseqüência uma mudança em sua conceituação. Assim, “a partir do final dos anos cinquenta é definido como ‘o lugar da falta’. Deixa de ser uma instância de garantia da boa fé do sujeito e portadora de uma verdade inteiramente formulável” (Maleval, 2002:87).

O grafo, como vemos abaixo, é constituído por dois pisos que permitem distinguir duas modalidades de Outro. No primeiro piso do grafo, o Outro comparece não barrado, podendo “erigir-se como garantia da verdade da mensagem. Trata-se do Outro prévio, constituído por uma bateria significativa” (Maleval, 2002:90). O Nome-do-Pai na medida em que “segue sendo concebido como o significante do Outro da lei inserido no Outro do significante, é possível situar a metáfora paterna no piso inferior do grafo do desejo” (Maleval, 2002:89).



Ainda sobre o primeiro piso do grafo, podemos situar a psicose paranóica, “cujá certeza delirante revela um achatamento do grafo sobre o Outro prévio” (Maleval, 2002:91).

No segundo piso do grafo, o Outro aparece barrado, evidenciando que há uma subtração no lugar Outro que resulta em uma falta, em sua incompletude. Trata-se de uma topologia que antecipa a formulação sobre o processo de alienação e separação. A incompletude do Outro resulta no fato de que “nenhuma linguagem permite articular toda a verdade” (Maleval, 2002:91). “Esse A barrado quer dizer que não há Outro do Outro, que nada se opõe ao simbólico, lugar do Outro como tal. Por conseguinte, tampouco há gozo do Outro” (Lacan, 1975-6/2007: 54).

Em seu escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-8a/1998), Lacan situa o desencadeamento da psicose atrelado à constatação de que há um chamado ao Nome-do-Pai diante do qual o sujeito depara-se com um furo no campo do Outro que seria decorrente da forclusão de um significante.

Já vimos que no último ensino de Lacan a noção de furo ganha uma nova acepção e deixa de ser atrelada à experiência devastadora do desencadeamento. Tal acepção concerne ao simbólico. O furo do simbólico está dado para todos, sejam eles psicóticos, perversos ou neuróticos.

Considerando o avanço na concepção do Outro no ensino de Lacan que passa a considerá-lo estruturalmente incompleto, a noção de desencadeamento também sofre uma retificação. Essa hiância constatada no campo do Outro,

em si mesma não é desestabilizadora, mas pelo contrário, porque a falta em ser do sujeito recobre a falta do Outro quando se produz o processo estruturante de alienação/separação. Se ao psicótico lhe resulta insuportável a proximidade da hiância do Outro, é porque não dispõe da resposta fálica. Quando se confronta com esse enigma angustiante, se vê obrigado a realizar um trabalho para obturá-lo, geralmente elaborando um delírio. (Maleval, 2002:94-5)

I – D) O advento do objeto *a* e a pluralização dos Nomes-do-Pai

Ao introduzir o seminário interrompido sobre os Nomes-do-Pai, Lacan adverte seus ouvintes de que não poderá fazê-los entender o motivo deste “plural” (Lacan, 1963/2005:58). Ele pretendia apresentar os progressos relativos à noção de metáfora paterna introduzida no seminário sobre as psicoses, onde se deteve no estudo do caso Schreber. Em função de sua excomunhão da IPA, Lacan só teria permissão para dar apenas uma lição do seminário que havia preparado para começar em novembro de 1963. Lacan chegou a afirmar que nunca mais retomaria esse tema, “vendo nisso o sinal de que esse lacre ainda não deve ser retirado para a psicanálise” (1967a/2003:338).

Dado o impedimento de dar seguimento ao referido seminário, o acesso à compreensão da pluralização dos Nomes-do-Pai só foi possibilitado com as contribuições tardias de seu ensino acerca do nó borromeano.

Lacan destaca que a introdução de uma dimensão de pluralidade ao Nome-do-Pai só foi possível em função do que já havia articulado em seminários anteriores acerca da metáfora paterna e da função do nome próprio. Destaca que esse “passo seguinte” é tributário de sua maior invenção conceitual, a saber, o objeto *a*, oriunda de seu seminário dedicado à angústia. Pluralizar o Nome-do-Pai foi uma consequência do advento do conceito de objeto *a*, como veremos no capítulo seguinte, e é decorrente da barra que passou a incidir sobre o Outro no grafo do desejo. Maleval destaca que a pluralização do Nome-do-Pai “corresponde a uma necessidade: a incompletude do Outro já não permite conceber o Pai como universal” (2002:97).

Na introdução de sua primeira e única lição do seminário interrompido acerca dos Nomes-do-Pai, Lacan revela sua intenção de mostrar “em que era necessário que fosse desenhado o relevo que meu ensino introduziu no ano passado” (1963/2005:59). Tal relevo refere-se à função da angústia atrelada à presença do objeto *a*, definido neste momento do ensino de Lacan como “o que caiu, do sujeito, na angústia” (1963/2005:60).

No ensino de Lacan referente à década de 50, o Nome-do-Pai encontra-se restrito na singularidade de um único significante e sua função “é fundamentalmente metafórica, a metáfora paterna é a interpretação que outorga significação fálica ao desejo materno” (Goldenberg, 2006:59). O Nome-do-Pai se constitui como uma metáfora, um significante que no campo do Outro permite introduzir um ponto de basta que ligue significante e significado.

Neste período do ensino de Lacan, o Nome-do-Pai se constitui como o “significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da lei” (Lacan, 1957-8a/1998). Trata-se de uma concepção que não considera o fato do Outro ser incompleto, trata-se da concepção de um Outro prévio, como garantia da verdade. Tal concepção do Nome-do-Pai incide sobre a primazia do simbólico característica desse momento do ensino de Lacan. Trata-se do “poder do simbólico, que, ao mortificar o gozo, o faz passar ao significante, sem resto” (Solano-Soarez, 2006: 67).

Com a pluralização, fruto da barra que passa a incidir sobre o Outro e do advento da conceituação do objeto *a*, a função do pai ganha um sentido relativo ao

gozo, passa a nomear o gozo, introduzindo uma perda de gozo, que deixa um resto correspondente de um gozo singular do sujeito, a saber, o próprio objeto *a*.

A dimensão plural do significante Nome-do-Pai refere-se ao fato de que não se trata de um único significante capaz de cumprir sua função. “Lacan pluraliza esse significante e coloca a necessidade de ir além de Freud em sua reflexão relativa ao pai. Esta pluralização faz com que o Nome-do-Pai se confunda com outros significantes mestres capazes de cumprir sua função” (Tendlarz, 2006:31). O Nome-do-Pai passa a ser compreendido como um S_1 . “O Nome-do-Pai não é mais o significante da lei no lugar da linguagem, mas se reduz a não ser mais do que um nome entre outros pelos quais ele se substitui, tal como uma tampa” (Solano-Soarez, 2006: 67).

Laurent (2007) refere-se à pluralização do Nome-do-Pai como uma “segunda metáfora paterna” e destaca que o S_1 vem cumprir a função de nomear a pluralidade do Pai:

na etapa inicial de seu ensino, significante e significado não se sustentam juntos sozinhos. É preciso, inicialmente, a mediação da metáfora paterna. Em seguida, com a “segunda metáfora paterna”, o Outro da linguagem se encarrega da junção pela pluralização “dos Nomes-do-Pai”. A partir dos quatro discursos, a função do significante mestre nomeia essa pluralidade. (Laurent, 2007:168)

Em sua breve explanação acerca dos Nomes-do-Pai, Lacan menciona as práticas religiosas sacrificiais, em particular o sacrifício de Isaac e o nascimento da lei da circuncisão na tradição judaica, que requer que um pedaço de carne seja cortado. Tal menção é interpretada por Maleval em articulação com as múltiplas faces do objeto *a*, de modo que as práticas sacrificiais religiosas revelam que a “pluralidade dos Nomes-do-Pai está em correlação com a pluralidade de objetos *a*” (Maleval, 2002:101).

A pluralização do Nome-do-Pai encontra-se em consonância com a dimensão plural do objeto *a*, que concerne à singularidade do gozo para cada sujeito. “Pela via da angústia Lacan elabora a função do objeto pequeno *a*, e cerne o gozo singular ao sujeito, que escapa a operação universalizante do pai” (Solano-Soarez, 2006: 67).

A articulação entre Nomes-do-Pai e objeto *a*, para Maleval, introduz “as bases de uma nova abordagem da psicose. Se produz um giro decisivo: o esquema do desencadeamento significativo se verá suplantado cada vez mais pelo da não localização do gozo” (Maleval, 2002:104). Com isso, a função do Nome-do-Pai, anteriormente

definida como o que introduz uma rotina que ligue significante ao significado, passa a incluir a dimensão do gozo na articulação com a linguagem. Assim, a função do Nome-do-Pai “consiste em fazer possível uma coordenação entre a linguagem e o gozo que permita um ciframento deste último” (Maleval, 2002:102). Nesse sentido, Maleval chega a afirmar que “todos os Nomes-do-Pai são mitos da perda gozo” (2002:103-4) e possuem como tarefa essencial nomear o gozo (2002:146).

Na década de 60, Lacan introduziu uma oposição entre sujeito do significante e sujeito do gozo (1966b/2003). Tal oposição deu margens a muitas interpretações (Laurent, 1995b), entre elas de identificar psicótico como sujeito de gozo. Tal identificação seria errônea (Souza, 1991), pois levaria a pensar o sujeito psicótico como mero corpo vivo, pleno de gozo. Nesse mesmo período de seu ensino, Lacan aponta que a tarefa de regular o gozo está inscrita na essência de toda formação humana (Lacan: 1967b/2003:362). Desta maneira, colocar freio no gozo é uma tarefa que está dada para todos, neuróticos ou psicóticos. Na psicose, entretanto, o sujeito se depara com um gozo excedente, não localizado, devido à ausência de um significante que opere como Nome-do-Pai, produzindo uma perda de gozo. Trata-se de um gozo que incide sobre o corpo, nas manifestações de fragmentação corporal e nas invasivas alucinações verbais.

Com o auxílio da topologia do nó borromeano, Lacan, já na década de 70, chega a afirmar que quando se trata do Nome-do-Pai pode haver um “número indefinido” de possibilidades, de significantes que venham fazer sua função, assim como há uma diversidade de amarrações do nó. Destaca que no

ano em que quis falar dos Nomes do Pai, eu teria falado de um pouco mais que dois ou três, e que bagunça isso teria causado entre os analistas, se tivessem tido toda a série de Nomes do Pai; vocês bem vêem que eu não podia enunciar um número indefinido. (Lacan, 1974-5/Lição de 15/04/1975)

O Nome-do-Pai chega a ser identificado com o próprio nó, nas palavras de Lacan: “o Nome-do-Pai nada mais é que esse nó” (Lacan, 1974-5/Lição de 11/03/1975). Ao identificar o Nome-do-Pai ao nó, Lacan aponta que é somente através deste que é possível unir as três consistências independentes, a saber, real, simbólico e imaginário. Um exame mais aprofundado sobre a topologia do nó borromeriano será realizado a seguir.

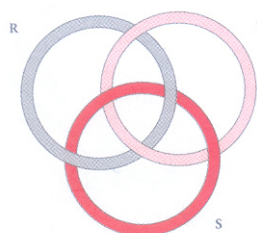
I – E) A Topologia do Nó Borromeano

Ao longo de todo seu ensino, Lacan trabalha em torno da conceituação dos três registros, a saber, o real, o simbólico e o imaginário. Em seu último ensino, ele lança mão da topologia do nó borromeano como auxílio para a compreensão dos três registros extraídos de sua releitura de Freud e de sua experiência analítica. Sobre a extração dos três registros na obra de Freud, Lacan nos diz que:

Freud não tinha idéia do simbólico, do imaginário e do real, mas tinha, todavia uma desconfiança, fato é que pude extrair isso para vocês, com tempo sem dúvida, e com paciência, que eu tenha começado pelo imaginário e, em seguida, precisado um bocadinho mastigar essa história de simbólico com toda essa referência lingüística sobre a qual efetivamente não encontrei tudo aquilo que me teria facilitado. E depois, esse famoso real, que acabei por lhes apresentar sob a forma mesmo do nó. (Lacan, 1974-5/Lição de 14/01/1975)

Lacan afirma que foi, sobretudo, sua experiência analítica que o conduziu a essa “trindade infernal, chamemo-la pelo nome, essa trindade infernal do simbólico, do imaginário e do real” (Lacan, 1974-5/Lição de 18/02/1975).

O nó borromeano (conforme figura abaixo) é apresentado por Lacan pela primeira vez na lição de 09/02/1972 de seu Seminário “*Ou pior...*” (1971-2) é retomado na penúltima aula de seu *Seminário 20*, quando ele se propõe a apresentar aos seus ouvintes a importância do nó e demonstrar a relação deste com a escrita, definida como “aquilo que deixa de traço a linguagem” (Lacan, 1972-3/1998: 167).



O nó borromeano

Lacan destaca que essa topologia, apesar de ter sido introduzida em seu último ensino, já poderia ser deduzida de seu escrito “A significação do falo” (1958/1998) a partir da noção de castração.

Ora, tendo tido oportunidade de reler minha "Significação do falo", tive a boa surpresa de encontrar ali, desde a primeira linha, em uma data em que eu estava bem longe de me interessar pelo nó borromeano, a evocação do nó como sendo, no caso, da alçada da castração. (Lacan, 1975-6/2007: 113-4)

Apesar de Lacan reconhecer “a dificuldade de introdução do mental na topologia” (Lacan, 1974-5/Lição de 08/04/1975), dificuldade esta referente ao recalque, ele não se eximiu de introduzir em seu ensino uma nova invenção conceitual, a saber, sua topologia do nó borromeano. Foi necessário que Lacan extraísse conseqüências do nó inscrito no Brasão dos Borromeus para que essa topologia fosse criada. A propriedade que chamou a sua atenção ao inserir essa topologia em seu ensino foi o fato de os três elos enlaçados formarem uma cadeia, de modo que, havendo o rompimento de apenas um dos elos, todos os três se desenlaçam (Lacan, 1975-6/2007:20).

O nó borromeano se constitui como uma topologia “forjada” (Maleval, 2002:127) e inventada para escrever o real. “Mas eu escrevo esse real sob a forma do nó borromeano, que não é um nó, mas uma cadeia, tendo algumas propriedades. Na forma mínima, sob a qual tracei essa cadeia, é preciso pelo menos três elementos. O real consiste em chamar um desses três de real” (Lacan, 1975-6/2007: 125-6). O nó borromeano pode ser escrito, pois se trata de uma “escritura”. “Uma escritura que suporta um Real. Só isso, já designa que não somente o Real pode suportar-se em uma escritura, mas também, que não há outra idéia sensível do Real” (Lacan, 1974-5/Lição de 17/12/1974).

Ainda no *Seminário 20*, Lacan já adianta formulações ulteriores acerca do nó borromeano – apresentado nesse momento de seu ensino com apenas três elos – que dizem respeito à necessidade de mais um elo para o encadeamento que diferencie os três registros, dado que na demonstração borromeana de três elos, eles se apresentam como consistências homogêneas e equivalentes. Lacan já afirma que é possível introduzir um número qualquer de rodinhas, sem que se percam suas propriedades borromeanas. “Com quatro, assim como com três, basta cortar um dos elos para que todos os outros estejam livres. Vocês podem colocar um número absolutamente infinito, isto será sempre verdadeiro” (1972-3/1998:169).

Quando Lacan introduziu essa topologia, ele ainda não havia encontrado a função do quarto elo do nó, que será articulado a partir de seu Seminário *R.S.I.* (1974-5). Lacan afirma que “convém dizer que devemos considerar as instâncias como realmente separadas. Imaginário, simbólico e real não se confundem”. (Lacan, 1975-

6/2007: 71). É necessária a introdução de um quarto elo enodado borromeamente para que um elo seja duplicado, a saber, o elo do simbólico, permitindo a distinção dos outros três.

Em seu *Seminário 20*, Lacan questiona seus ouvintes sobre “o que fazer desse nó borromeano?” (1972-3/1998:173) e responde da seguinte maneira: “ele pode nos servir para representar para nós essa metáfora tão divulgada para exprimir o que distingue o uso da linguagem – a cadeia, precisamente” (idem). Mais adiante em seu ensino, Lacan afirma que encontrou na topologia do nó borromeano uma “demonstração de um fazer do discurso analítico” (1974-5/Lição de 11/03/1975).

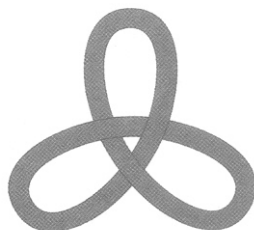
A topologia borromeana foi atrelada à noção de cadeia de forma estratégica por Lacan para permitir a compreensão de seus ouvintes. “Não é por nada, ou melhor, não foi sem causa oculta que tive de facilitar um acesso a esse nó começando pela cadeia, onde há elementos distintos” (Lacan, 1975-6/2007:63).

Em seu Seminário sobre Joyce, Lacan apresenta uma nova acepção para a noção de cadeia e destaca que “cadeia, *link* em inglês, não é mesma coisa que nó” (Lacan, 1975-6/2007:61-2). “A propriedade borromeana só está presente na cadeia se a ruptura de qualquer um de seus anéis libera todos os outros anéis – com independência de seu número” (Maleval, 2002:125).

A noção de cadeia é definida “como sendo a que possui mais de um nó, mais de um componente. Trata-se sempre de dois ou mais nós enlaçados ou encadeados. Na verdade, a cadeia diz respeito a mais de um elemento, não necessariamente encadeados” (Guerra, 2007:151). Guerra destaca que a cadeia compartilha as mesmas propriedades dos nós em matemática. “Em termos de equivalência ocorre o mesmo seja com nós, seja com as cadeias, ou seja, duas cadeias são equivalentes quando podemos deformar uma na outra sem cortá-las” (idem). A distinção entre cadeia e nó seria correspondente do fato de que para formar uma cadeia não há o pressuposto de uma articulação entre os seus elementos. Assim, podemos formar uma cadeia a partir de dois aros dispostos lado a lado sem nenhuma articulação ou enodamento entre eles. Por outro lado, é possível formar cadeias a partir da interpenetração de dois aros. Na lógica borromeana não há interpenetração possível entre os seus elementos. Existem dois aros que se apresentam desconectados um do outro e que são articulados mediante a introdução de um terceiro aro, que permitira uma relação entre os outros dois.

Em seu Seminário sobre Joyce, Lacan adotará um neologismo unindo a noção de cadeia com a de nó – *cadeinó* [*chaînoeud*] para designar o falso nó onde há

emendas entre os três elos. Trata-se do nó de trevo (conforme figura abaixo), no qual não há separação entre os três registros, que se encontram emendados formando um falso nó. “Falsamente chamado nó borromeano, a saber, um *cadeinó* [*chaînoeud*] que engendra naturalmente o nó de trevo” (Lacan, 1975-6/2007: 84).



Nó de três, chamado nó de trevo

O nó de trevo se constitui como uma demonstração do que ocorre na psicose paranóica. Trata-se de um nó que possui apenas um elemento. “Ele é obtido do nó borromeano ao se juntar às cordas nesses três pontos que acabo de marcar” (Lacan, 1975-6/2007:44-45). Ao juntar os três anéis que correspondem aos três registros, há apenas uma única consistência, não há distinção entre real, simbólico e imaginário. Assim “na medida em que um sujeito enoda a três o imaginário, o simbólico e o real, ele é suportado apenas pela continuidade deles. O imaginário, o simbólico e o real são uma única e mesma consistência, e é nisto que consiste a psicose paranóica” (Lacan, 1975-6/2007:52).

Enquanto a psicose paranóica é tomada como referência de um tipo diferente de nó, no qual não há distinção/disjunção entre os três registros, a psicose alucinatória de Schreber é tomada por Lacan como uma referência para demonstrar o desenodamento da topologia borromeana. Destaca a experiência alucinatória de Schreber, atormentado pelas frases interrompidas, como uma demonstração do desatamento dos elos do nó borromeno (Lacan, 1972-3/1998:173).

A independência dos elementos da cadeia lhe parece característica de alguma psicose alucinatória. Ainda que aqui não se mencione o conceito de foraclusão do Nome do Pai, não há dúvida de que este exemplo está relacionado com uma ruptura da cadeia borromeana que libera o gozo inerente às alucinações verbais. (Maleval, 2002:135)

Lacan aproxima o desenlace da cadeia borromeana com a noção de foracclusão do Nome-do-Pai, que se constitui como a causa da manifestação de fenômenos alucinatórios da estrutura psicótica. “Não há dúvida de que as últimas elaborações de Lacan incitam a conceber a foracclusão psicótica fundamentalmente como uma carência do enodamento borromeano da estrutura do sujeito” (Maleval, 2002:136). “Ainda que Lacan não abandone o conceito de foracclusão do Nome do Pai, parece tender a utilizá-lo com menos freqüência nos anos setenta” (Maleval, 2002:137).

Até o Seminário *R.S.I.* (1974-5), Lacan sustentava um modelo de amarração borromeana calcada em três elos correspondentes aos três registros. Lacan percebe que a amarração ternária é insuficiente, a partir de sua constatação de que há uma “disjunção concebida como originária do Simbólico, do Imaginário e do Real” (1974-5/Lição de 11/02/1975). Assim, destaca que é preciso um quarto elo que venha articular os três registros. Nessa nova formulação teórica calcada na topologia, o Nome-do-Pai pode ser considerado como o quarto elo que permite o entrelaçamento dos registros. A novidade instalada pela topologia borromeana deve-se ao fato de que o quarto elo do nó, que promove amarração aos três registros e permite ao sujeito não ficar na solidão das experiências alucinatórias, não se constitui como uma propriedade exclusiva do Nome-do-Pai tal como formulado na década de 50. O próprio Nome-do-Pai pode ser considerado como uma modalidade de suplência frente à disjunção dos três registros.

A introdução de um quarto elemento na cadeia borromeana se deu no Seminário *R.S.I.* (1974-5) e deveu-se à constatação de Lacan de que os três registros “são deixados independentes, estão à deriva” (Lacan, 1974-5/Lição de 14/01/1975). Lacan foi mais uma vez buscar na obra freudiana uma solução para esse problema e pinçou o conceito de realidade psíquica, tributário do Complexo de Édipo, como o quarto termo que vem atar os três registros. “É preciso uma realidade psíquica que ate essas três consistências” (Lacan, 1974-5/Lição de 14/01/1975). A realidade psíquica enquanto quarto elo que vem atar real, simbólico e imaginário, é tomada por Lacan como sinônimo do Nome-do-Pai. “O que Freud instaura com o seu Nome do Pai, idêntico à realidade psíquica, ao que ele chama realidade psíquica” (Lacan, 1974-5/Lição de 11/02/1975).

Maleval destaca que a partir do Seminário *R.S.I.*, mais precisamente a partir de 1974, Lacan dá um “salto conceitual” que o leva “a estabelecer uma equivalência entre a cadeia borromeana e o Nome-do-Pai” (Maleval, 2002:127). Lacan chega ainda a conceber os três registros como formas de Nomes-do-Pai, na medida em que cada um

deles são formas distintas de nomeação. Aqui, a função do Nome-do-Pai é dar nome às coisas. Assim, é possível destacar três formas possíveis de nomeação, pelo real, pelo simbólico e pelo imaginário.

Entre esses três termos, nominação do imaginário como inibição, nominação do real como acontece dela se passar de fato, quer dizer, angústia, ou nominação do simbólico, quero dizer, implicado, fina flor do próprio simbólico, ou seja, como se passa, efetivamente, na forma do sintoma. (Lacan, 1974-5/Lição de 13/05/1975)

Em seu Seminário *R.S.I.* (1974-5), após constatar a insuficiência de três elos na topologia borromeana, dado que os três registros encontram-se disjuntos e à deriva, Lacan destaca que é necessário um quarto termo, suplementar que venha atar essas três instâncias. Trata-se da necessidade de uma “ação suplementar, em suma, de um toro a mais, aquele cuja consistência seria referir-se à função dita do Pai” (Lacan, 1974-5/Lição de 11/02/1975).

O recurso à droga nas psicoses, apesar de promover uma tentativa de estabilização, não pode ser atribuído à função desta ação suplementar que vem conferir a consistência referente ao Nome-do-Pai. A função da droga nas psicoses, como pretendemos demonstrar, pode apresentar similaridade com a função do pai, ou qualquer forma de suplência à forclusão do Nome-do-Pai que venha se constituir como um quarto elo suplementar na topologia borromeana. O recurso à droga não incide sobre topologia do nó borromeano para cumprir a função de enodamento dos elos disjuntos referentes aos três registros.

Ao introduzir a função do pai como uma ação suplementar, Lacan reitera suas considerações acerca dos Nomes-do-Pai, na medida em que o pai deixa de ser tomado como a função exclusiva que confere estabilidade ao sujeito dito neurótico. Com a topologia borromeana, Lacan parte do princípio que para todos, neuróticos ou psicóticos, existe uma hiância fundamental referente ao Outro barrado e à disjunção dos três registros. Assim, a função do Pai vem em suplência a essa condição de hiância no Outro, como significante que vem dar sentido à barra introduzida sobre o Outro e como elo suplementar à cadeia borromeana. Miller aponta que sem o Nome-do-Pai há apenas os três registros desenlaçados, que é preciso “um elemento suplementar funcionando como um Nome-do-Pai” (Miller, 2003a:19). Tal elemento suplementar não pode ser atribuído ao recurso à droga

Em seu Seminário sobre Joyce, Lacan toma como “pano de fundo” (Miller, 2005c:210) suas contribuições acerca da psicose, a saber, seu seminário consagrado ao tema e seu escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-8a/1998), onde se dedicou à leitura das *Memórias* de Schreber. Lacan se propõe a compreender o que permitiu a Joyce passar toda sua existência estabilizado e encontrou em sua obra, em sua arte, a função de “substancializar o *sinthoma*” (Lacan, 1975-6/2007: 38). A noção de *sinthoma* será tratada em nosso terceiro capítulo, no qual nos deteremos em apresentar a noção de suplência que, como vimos, tendemos a não associar ao recurso à droga. Este capítulo se propõe a apresentar as nuances da noção de forclusão do Nome-do-Pai ao longo de todo o ensino de Lacan; por isso, não constitui nosso objeto nesse momento nos enveredarmos pela questão do *sinthoma*.

Lacan avança em seu seminário sobre Joyce na concepção de um nó tetrádico. Destaca que o Nome-do-Pai, enquanto quarto elemento da topologia borromeana, não passa de um *sinthoma* entre outros.

Digo que é preciso supor tetrádico o que faz o laço borromeano – perversão quer dizer versão em direção ao pai – , em suma, o pai é um sintoma, ou um *sinthoma*, se quiserem. Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a ex-sistência do sintoma. (Lacan, 1975-6/2007:21)

O *sinthoma* ganha o estatuto de quarto elemento do nó e se diversifica, na medida em que o que faz *sinthoma* para cada sujeito guarda algo de singular. De tal modo que mesmo na psicose é possível encontrarmos *sinthoma* como elo que vem reparar o desenodamento da cadeia borromeana. No caso de Joyce, sua obra teve como função operar enquanto *sinthoma*, como quarto elo do nó que veio reparar o lapso, o desenodamento de sua cadeia borromeana.

O pai deixa de ser tomado como universal e passa a ser reduzido a um *sinthoma* entre outros. “O pai é esse quarto elemento – evoco aí alguma coisa que somente uma parte de meus ouvintes poderá considerar – esse quarto elemento sem o qual nada é possível no nó do simbólico, do imaginário e do real” (Lacan, 1975b/2007:163). Vale destacar que aqui o pai é tomado em sua versão pluralizada, de modo que se converte em diversas possibilidades, em diversos *sinthomas* particulares.

A última tese sobre o Nome do Pai, segundo a qual este é solidário do sintoma. Tal tese demonstra ser correlativa de uma construção em quatro elementos da cadeia borromeana que faz surgir o enodamento,

não já mediante a conjunção do imaginário, do simbólico e do real, mas mediante a conjunção de um quarto termo: o *sinthoma*. (Maleval, 2002:129)

O *sinthoma*, ou um dos Nomes-do-Pai enquanto quarto elo da cadeia borromeana, além de permitir uma localização do gozo para o sujeito, introduz a diferenciação dos elementos da topologia borromeana. Até então, os três elementos da cadeia eram homogêneos. Lacan se pergunta o que seria homogeneizar os registros e discute que esse termo comporta uma relação com o que Pierre Souris fez notar acerca do “semelhante”, do fato de que mesmo entre semelhantes há diferença. Assim, aponta o que há de semelhante entre RSI e conclui a partir do que designa como consistência, ainda que se questione que o termo consistência esteja associado ao que formula acerca do imaginário. (Lacan, 1974-5/Lição de 18/03/1975). Apesar de compartilharem de características semelhantes, cada um dos registros possui características particulares. Ao simbólico, Lacan fornece a designação de um furo, um buraco que se encontra na estrutura dessa instância. Assim, o termo furo, como vimos, ganha uma nova acepção e não pode mais ser atribuído como causa do desencadeamento da psicose, tal como formulado na década de 50. O furo no simbólico está dado para todos. Ao imaginário é dada a designação de consistência e ao real de *ex-sistência*.

A designação de consistência é também utilizada como propriedade da topologia borromeana. Lacan confere tal propriedade a cada um dos três registros. “Mas é por homogenizá-los, é trazê-los de volta ao valor que, comumente, é considerado como o mais baixo – a gente se pergunta em nome de quê – é dar a eles uma consistência, para dizer tudo, do imaginário” (Lacan, 1974-5/Lição de 11/02/1975).

A consistência do imaginário é estritamente equivalente a do simbólico, assim como a do real. É inclusive em razão do fato deles serem atados dessa maneira, quer dizer, de uma maneira que os põe estritamente um em relação com o outro, um em relação com os dois outros, na mesma relação; é inclusive aí que se trata de fazer um esforço que esteja na ordem do efeito de sentido. (Lacan, 1974-5/Lição de 11/02/1975)

Ao conferir a consistência a todos os elementos da cadeia, Lacan os torna equivalentes. Assim é preciso um elemento a mais, um quarto termo que venha produzir diferenciação. Já introduzimos tal termo nesse trabalho sob o nome do *sinthoma*. Lacan vai destacar que “no nível do *sinthoma* não há equivalência, a relação se estrutura na medida em que não há equivalência” (Lacan, 1975-6/2007:98). A função do *sinthoma*

de conferir diferença ao nó, permitindo identificar cada uma das consistências dos três registros, não nos parece ser compatível com o que sujeito empreende no consumo de drogas.

Miller destaca que a descoberta da necessidade de um quarto elo que venha dar suporte ao sujeito foi possível a Lacan, na medida em que ele se deixou levar pela “pista de Joyce” (Miller, 2005b:23).

A abstração dessas três rodinhas de barbante, curiosamente enlaçadas e inseparáveis, faria do homem um composto trinitário do simbólico, do imaginário e do real, caso isso se sustentasse sozinho. É o que Lacan diz às vezes, mas ele também diz que é preciso, além disso, o sintoma. Finalmente, ele diz que sempre é preciso o sintoma, ou seja, uma invenção, para que isso se mantenha junto. (Miller, 2006a:215)

A introdução da topologia borromeana parece uma inovação radical no ensino de Lacan. No entanto, a cadeia borromeana não produz uma ruptura com as elaborações precedentes: trata-se de “uma intuição antiga que alcança sua maturidade” (Maleval, 2002:126). Maleval destaca uma passagem de Lacan do Seminário *Ou pior...* (1971-2), na qual afirma que “quando falava de cadeia significante, sempre supunha esta concatenação” (Lição de 09/02/1972). E ainda articula essa passagem com uma citação de “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998). “É exato dizer que, já em 1957, uma das propriedades do significante, a de ‘compor-se de acordo com as leis de uma ordem fechada’, lhe parecia a Lacan relacionada com ‘a necessidade de um substrato topológico’” (Maleval, 2002:126).

Vemos então que a propriedade borromeana pode ser ressignificada *a posteriori*, mas não poderia ser deduzida do referido escrito de 1957, dado que se trata de um texto contemporâneo da completude do Outro.

Esta tardia contribuição conceitual de Lacan inscrita na topologia regida pelo nó dos Borromeus renova e supera “as elaborações da lógica do significante que proporcionaram as condições de possibilidade da construção do conceito de foraclusão do Nome do Pai” (Maleval, 2002:12).

Desta forma, tornar-se imperativo distinguir essa foraclusão normal e normativa da foraclusão psicótica, “caracterizada pela disfunção do significante excluído” (Maleval, 2002:96). Nesse sentido, Maleval destaca a necessidade de distinguir entre “as diversas classes de foraclusões”, pois, caso contrário, há uma tendência a um retorno ao “amalgama dos anos 1954-58” (2002:142), quando muitas

confusões foram suscitadas. “A ambigüidade se renova quando Lacan faz um emprego extensivo do conceito de delírio em seus últimos seminários” (idem). O autor adverte ainda que é necessário estabelecer uma distinção clara entre “delírio ordinário” e “delírio psicótico”:

o primeiro se baseia no que Jacques-Alain Miller designa a partir de 1987, com a expressão “foraclusão generalizada”; só o segundo há de ser relacionado com a foraclusão do Nome do Pai. Esta se escreve P_0 , carência do Pai, e está relacionada com uma falha do enodamento borromeano, enquanto que a foraclusão generalizada se escreve A barrado e destaca a hiância do Outro. (idem)

A noção de foraclusão generalizada, apesar de ter sido introduzida na década de 80, é retomada por Miller em seu *Los signos del goce* (1999), quando aponta que sustentar a inexistência da relação sexual implica em um valor de foraclusão. A foraclusão no sentido generalizado concerne à “relação do simbólico com o real que ocupa o lugar da estrutura da comunicação como relação do sujeito com o Outro no simbólico” (Miller, 1999:380).

A noção de foraclusão do Nome-do-Pai é renovada e requer que façamos uma distinção entre a chamada foraclusão generalizada e uma foraclusão restrita à dinâmica subjetiva da psicose.

Maleval, em 1985, propôs a distinção entre uma foraclusão “estruturante” ou generalizada e uma foraclusão “patológica” (p. 24). A primeira se encontra na origem da estrutura borromeana do sujeito, ao fato de os três registros se encontrarem à deriva, à espera de um quarto elemento que venha atá-los borromeamente. Corresponde à hiância existente no campo do Outro, que “se escreve (\bar{A}) – ela sublinha o vazio do Outro, ela é transestrutural” (Maleval, 2006:60). A segunda diz respeito à foraclusão do Nome-do-Pai e ao desatamento ou falha do nó borromeano, “esta se escreve P_0 , carência do pai – ela está relacionada a uma falha do nó borromeano” (idem). A foraclusão restrita do Nome-do-Pai “acentua dolorosamente o vazio do Outro para o sujeito psicótico” (idem).

Ao estabelecermos a distinção entre esses dois tipos de foraclusão é importante ressaltar que Lacan em nenhum momento de seu ensino designou uma clínica continuísta que dissolvesse as distinções entre as três estruturas. Reconhecer que há foraclusão na neurose e na perversão, não significa transpor o conceito de foraclusão do Nome-do-Pai para essas estruturas clínicas. Tal reconhecimento significa ressaltar

que há uma hiância no campo do Outro, sobre o qual incide uma barra. O vazio no campo do Outro é trans-estrutural e cabe ao sujeito neurótico criar uma resposta fática e ao psicótico uma resposta possível, tal como a via do delírio.

Neste capítulo nos dedicamos a apresentar o conceito de foraclusão que se constitui como o cerne causal da estrutura psicótica. Ao nos determos nas conseqüências dos avanços do ensino de Lacan que incidiram sobre esse conceito, chegamos à noção de *sinthoma*, própria à topologia borromeana. Vimos como o paradigma da exclusão do significante paterno é suplantado pelo paradigma borromeano, referente ao recurso à topologia, que ganha relevo no último ensino de Lacan. Assim, a exclusão do significante do Nome-do-Pai pode ser evidenciada pelo lapso do nó que deixa à deriva os elos referentes aos três registros. O *sinthoma* opera como um elo a mais, o quarto, que vem suprir o desenodamento. Essa ação suplementar é própria ao *sinthoma* e ao Nome-do-Pai, que passa a ser reduzido a um sintoma entre outros.

O recurso à droga, no nosso entendimento sustentado pela experiência da clínica, não pode ser atribuído à noção de *sinthoma*. Não vemos como o uso de uma substância qualquer possa enodar os três registros; voltaremos a este assunto no capítulo III, onde apresentaremos com mais detalhes a noção de suplência. No referido capítulo, ainda nos deteremos em outros modos de estabilização que podem se apresentar associados ao recurso à droga. Mas, antes disso, nos dedicaremos a cernir o lugar, o estatuto que a droga pode ocupar na dinâmica psíquica da psicose. Nossa investigação teórico-clínica aponta na direção de um estatuto duplo para a droga, a saber, objeto e significante. É ao estudo das noções de objeto e significante que dirigimos nossa pesquisa neste momento. Assim, com intuito de melhor delinear o estatuto da droga, o capítulo seguinte será dedicado a esses temas.

CAPÍTULO II - O ESTATUTO DA DROGA: ENTRE OBJETO E SIGNIFICANTE

“Ao contrário do significante que a todos encanta,
o objeto não é substituível, não representa nada para um outro, não desliza.”
(Miller, 1996a:100)

Em nossa pesquisa, partimos da hipótese de que o estatuto da droga em jogo na dinâmica das psicoses oscila entre a dimensão de objeto e de significante. Partiremos de considerações acerca do estudo do objeto em seguida nos dedicaremos à formulação lacaniana da noção de significante extraída da lingüística estrutural de Saussure. Como veremos, Lacan confere uma acepção singular ao termo significante, subvertendo a lógica estrutural da lingüística moderna.

A noção de significante se apresenta no ensino Lacan de forma mais prevalente em um primeiro momento característico da década de 50, mas acompanha o avanço de suas formulações teóricas mais tardias. O conceito de objeto, apesar de também se apresentar nesse primeiro momento do ensino de Lacan como um objeto comum correlativo da constituição especular do semelhante, ganha um novo estatuto na década de 60 com o advento do conceito de objeto *a*, que, como veremos, vem fazer exceção ao significante e contestar sua primazia no primeiro ensino de Lacan.

As considerações teóricas acerca do objeto e do significante no ensino de Lacan repousam sobre a mudança de paradigma proveniente da conceituação do objeto *a*. Até então o objeto era tomado pela lógica imaginária do estádio do espelho como o outro semelhante. Tal formulação imaginária do objeto refere-se à constituição do objeto comum, o outro semelhante e a própria imagem do sujeito. Até o seminário dedicado à experiência da angústia, Lacan atribuiu ao objeto um valor semelhante ao significante, na medida em que os objetos são passíveis de significantização. No *Seminário 4 – A relação de objeto*, Lacan (1956-7/1995) “maneja o objeto exatamente como significantes. O objeto do qual se trata é significantizado” (Miller, 2005:18).

Em nossa trajetória teórica, optamos por apresentar inicialmente as vicissitudes do conceito de objeto, apesar de reconhecermos que a noção de significante, dada a primazia concernente ao primeiro ensino de Lacan, seria prévia às considerações tardias sobre o objeto. Nossa opção recai sobre a constatação de que não há como dissociar objeto de significante. Na atualidade, observamos a prevalência dos objetos que são ofertados pela ciência e pelo capitalismo. A profusão dos objetos na

modernidade nos faz incluir a droga enquanto um dos objetos ofertados pela lógica de mercado, o que não é independente do significante.

O estatuto de significante conferido à droga que privilegiamos nesta tese é correlato de um trabalho do sujeito que introduz o nome que designa o objeto de que faz uso, em sua cadeia significante. A nosso ver, a droga, quando se insere na cadeia significante por meio de articulação singular, se constitui como um passo a mais do sujeito diante da profusão de objetos que são ofertados, prontos para serem consumidos. Ressaltarmos esse trabalho suplementar do sujeito de conferir à droga, um objeto entre outros, designado pelo significante como qualquer objeto comum, uma articulação significante que venha a ser inserida em um modo de estabilização que permite ao sujeito, em alguns casos, prescindir do uso do objeto. Por considerarmos que essa articulação significante se constitui como um trabalho particular do sujeito que não ocorre em todos os casos, julgamos necessário iniciar este capítulo tecendo considerações acerca do conceito de objeto na teoria psicanalítica. Assim, nosso trabalho nesse capítulo tem como objetivo apresentar as diversas nuances do conceito de objeto em psicanálise e eleger uma acepção apropriada para designar o estatuto de objeto que conferimos à droga.

Inicialmente, esboçaremos as características da contemporaneidade, que se apresenta regida pelo consumo. A lógica de mercado vigente e a ciência produzem um excesso de objetos dispostos nas prateleiras, prontos para serem consumidos pelo sujeito. O objeto droga se insere nessa série de objetos que estão à disposição do sujeito.

Abordaremos os tempos atuais a partir da vertente aberta por Miller (1996-7), de acordo com a qual estamos vivendo diante de um Outro inexistente, inconsistente, que, em detrimento de oferecer uma referência subjetiva estável, lança o sujeito aos sintomas contemporâneos, a saber, as compulsões, as depressões, anorexias, bulimias, entre outros.

Nesta primeira parte sobre o objeto, faremos uma trajetória pela obra de Freud, para cernir o estatuto do objeto entre o desejo e a pulsão. No ensino de Lacan, abordaremos sua maior invenção conceitual, a saber, o objeto *a*.

Nesse passeio pelo ensino de Lacan orientado pelo objetivo de conceituar o objeto e o significante, partiremos da relação entre esses dois termos com o gozo. Assim, nos serviremos da contribuição de Miller (2000) que destacou seis paradigmas do gozo ao longo do ensino de Lacan. Tais paradigmas nos servirão de bússola na abordagem desses conceitos.

Ao tratarmos da questão do objeto, inicialmente teceremos considerações acerca da especificidade do objeto *a* e no que ele difere dos objetos comuns; posteriormente, apresentaremos as cinco formas que este objeto adquire na experiência subjetiva.

As operações de alienação e separação serão apresentadas, demarcando o processo de extração desse objeto pequeno *a* e seu estatuto de extimidade entre o campo do sujeito e do Outro.

No que tange à psicose, que constitui nosso objeto de estudo, abordaremos as experiências alucinatórias, na forma de voz e olhar, decorrentes da não extração do objeto *a*.

Por fim, delinearemos a noção de culturalismo do objeto *a* que se presta à substituição do objeto natural por objetos mecânicos produzidos pelo mercado, articulando-o com a vertente de mais-de-gozar desse objeto *a*.

Antes de seguirmos a trajetória teórica esboçada acima, julgamos pertinente apresentar os autores que corroboram nossa hipótese acerca do estatuto da droga, que oscila entre objeto e significante.

Hugo Freda em seu artigo denominado “*Le probleme de l’objet dans la toxicomanie*” (1986) destaca que a propriedade mais importante do objeto droga é o fato de que não se pode extrair um sentido do objeto-droga. Posteriormente, define a droga como um significante.

Vê-se bem que o objeto-droga a rigor, mesmo se ele se apresenta em uma transparência supreendente (*transparence saisissante*), é bem a rocha onde vai se esmagar inevitavelmente a história do sujeito. Mas se em sua aparência, o objeto droga vem do exterior, seu contexto nos faz dizer que é o toxicômano que faz a droga. Eu diria que a história do sujeito está na rocha, é exatamente o que me permite dizer que a droga é condensação perfeita de uma história. (Freda, 1986)

Trata-se de um objeto que não possui um sentido em si, mas, na medida em que se insere na trama significativa particular de cada sujeito, revela elementos de sua história de vida. Nesse sentido, a droga revela sua dimensão de significante. “O problema é a encarnação mortífera de um significante que não pode ser tomado em um fantasma. A droga é uma palavra mal colocada” (Freda, 1986).

Freda destaca que a droga e suas propriedades psicoativas sempre existiram, mas o uso particular que observamos na contemporaneidade é “correlato de uma produção particular sobre este objeto” (1986). A diversidade e o excesso de usos desse

objeto denotam que não se trata dos efeitos psicoativos que determinam a gravidade das toxicomanias presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, Freda vai afirmar que “o toxicômano faz sua droga” (1986).

Em seu artigo “*Para una investigación sobre el goce auto-erótico*”, Miller (1993) aborda a função do objeto droga na dinâmica psíquica de sujeitos toxicômanos e destaca que “a droga aparece como um objeto que concerne menos ao sujeito da palavra que ao sujeito do gozo, enquanto ela permite obter um gozo sem passar pelo Outro” (p. 16). Acrescenta que a “droga materializa ou substantiviza este gozo que não é um prazer, este gozo que vale mais que a vida como função vital” (p. 19).

Miller reconhece que a psicanálise não nega a especificidade dos fenômenos toxicomaníacos e desenvolve a seguinte questão: “Do ponto de vista psicanalítico, não haveria que dizer que a droga se transforma no verdadeiro parceiro essencial, inclusive exclusivo do sujeito, um parceiro que permite fazer um impasse com respeito ao Outro e particularmente com respeito ao Outro sexual?” (Miller, 1993: 17).

A partir desse questionamento, Miller ressalta que poderíamos ficar tentados em dizer que a droga “produz um excedente de gozo, um mais-de-gozar impossível de desconhecer sob sua forma de estado chamado de falta, de falta de gozo. Em conseqüência poderíamos também estar tentados em fazer da droga um objeto *a* no sentido de Lacan” (1993:17). Entretanto, o autor descarta essa possibilidade, destacando que não se pode atrelar o objeto droga a um objeto causa de desejo.

Não podemos em nenhum caso fazer da droga uma causa de desejo. No máximo podemos fazer dela uma causa de gozo, um objeto da mais imperiosa demanda e que tem em comum com a pulsão anular o Outro – a droga como objeto do acesso a um gozo que não passa pelo Outro e em particular pelo corpo do Outro como sexual (Miller, 1993:17).

Essa afirmação enfática de Miller aponta para o fato de que a droga não pode ser assimilada enquanto um objeto causa de desejo. Sua indicação de que a droga poderia se constituir enquanto causa de gozo, a nosso ver, pode aproximá-la da vertente de mais-de-gozar do objeto *a*. Entretanto, ainda que na neurose essa função de mais-de-gozar seja articulada ao objeto droga, nossa articulação teórica, como veremos mais adiante, é reticente quanto ao fato de atribuir tal função ao objeto droga na psicose.

Miller questiona se o acesso ao gozo da droga para um determinado sujeito não estaria sempre traçado pelo que provém da palavra e se na origem a eleição da

droga não estaria condicionada pelo significante. Para tais questionamentos, ele elabora uma resposta orientada pela clínica, destacando que há apenas “respostas particulares, caso por caso” (Miller, 1993:20). Nesse sentido Zafiropoulos (1990) aponta que “podemos ver aparecer as cadeias significantes que são mesmo desafio na tomada do objeto. Porque o objeto é inerte, mas tem um nome” (p. 75).

Sobre a relação estabelecida entre uma determinada substância e o significante, encontramos em Lacan uma referência que nos parece fundamental para articularmos o estatuto significante da droga. Lacan menciona um caso policial publicado em um jornal francês – *France-Soir* – que encontrou “largado” em um trem e lhe caiu nas mãos enquanto viajava. Tratava-se de uma “bela francesa” chamada Claudine que foi assassinada por “um americano que fugiu correndo” e teria sido internado em uma casa de saúde. Destaca o fato de que o assassino teria usado LSD, “parece que ele estava chapado no momento em que a coisa aconteceu” (Lacan, 1967-8/2006:54).

Lacan, apesar de mencionar o uso da droga, ressalta o papel da articulação significante e não os possíveis efeitos da substância. “Há o LSD, mas enfim, mesmo assim, o LSD não baratina completamente as cadeias significantes. Esperemos isso, em todo caso, para que encontremos algo aceitável” (Lacan, 1967-8/2006:55). Menciona ainda de forma crítica o papel do psicanalista que pode atribuir uma causa para o assassinato decorrente de “algum lugar no nível da cadeia significante”, ao invés de apenas constatar o fato e questiona: “Por que não se diria pura e simplesmente que ele arreventou a menina, e pronto?” (idem). Apesar de sua crítica, fica claro sua discordância de que há uma causa *a priori*; somente o sujeito pode atribuir uma causa ao ato, no *a posteriori* (*nachträglich*) de sua narrativa do fato. O que para nós é valioso em sua articulação é o fato de Lacan minimizar logo de início o papel da intoxicação no ato do sujeito e valorizar o encadeamento significante que não se compromete com o uso de drogas.

Naparstek (1994) tece considerações acerca de um caso em que o significante “*Blanca*” é associado ao nome de uma mulher e da cocaína que se encontravam na mesma série das “mulheres-droga”. Nesse caso, o autor ressalta um primeiro movimento onde droga e substância se separam, no qual houve um deslocamento da substância ao significante pelo nome “*Blanca*”. O caso permite pensar que “a mania do tóxico não está articulada a uma substância, mas sim a um gozo que neste paciente aparece fora da cadeia” (p. 46).

Contrariamente à lógica objetivante da ciência, Santiago parte de um axioma fundamental em seu estudo, a saber, “a relação da droga com a função da linguagem” (Santiago, 2001:25). Seu axioma inicial é articulado com o aparelho psíquico freudiano, que se constitui como uma “espécie de aparelho de escritura” (idem) e “deduz-se justamente do fato de que não se pode falar da realidade de uma droga em relação a um sujeito determinado sem a mediação dessa aparelhagem de escritura, que constitui o psiquismo na teoria analítica” (idem).

Santiago (2001) aponta que o fenômeno da relação que o sujeito estabelece com a droga somente pode ser abordado pelo referencial psicanalítico na medida em que se leve em consideração o modo particular com que o sujeito apreende sua realidade, que não diz respeito a uma apreensão objetivante do mundo externo, mas corresponde à noção de realidade psíquica. “Segundo essa visão, tal fenômeno não pode ser concebido, de maneira alguma, sob a ótica de um objeto da realidade exterior, dotado de propriedades intrínsecas, que poderiam, conseqüentemente, satisfazer certas necessidades do homem” (Santiago, 2001:27).

Santiago designa a droga como um fragmento escolhido da realidade ao evocar uma passagem do *Seminário – livro 7*, na qual Lacan tece considerações acerca da relação do sujeito com a realidade marcada por “uma profunda subjetivação do mundo exterior” (Lacan, 1959-60/1997:63). Tal subjetivação promove uma triagem do que será apreendido, de tal modo que “a realidade só é entrevista pelo homem, pelo menos no estado natural, espontâneo, de uma forma profundamente escolhida. O homem lida com peças escolhidas da realidade” (idem). Com base nessa passagem, Santiago aponta que “a droga do toxicômano atesta uma profunda subjetivação, já que sua realidade não é captada na manifestação espontânea de um objeto da necessidade, porém na forma de uma escolha forçada” (Santiago, 2001: 27).

A possibilidade de escolha desse objeto droga se dá pela sua relação com o significante.

A partir de seu tecido significante que a droga, ou qualquer objeto externo, toma a consistência de um objeto escolhido. Essa dimensão da escolha não se produz sem a interpolação do lastro da linguagem com o objeto, elo este expresso sob a forma de sua inscrição no aparelho psíquico designado pelo sistema da escritura. (Santiago, 2001:27-8)

Santiago destaca que o fato da droga “constituir um fator cambiável na economia libidinal do sujeito, isso não se faz por meio de sua redução à matéria

significante” (Santiago, 2001:30). A droga é definida, portanto, a partir de sua dimensão de objeto que se insere na lógica da linguagem.

O excesso de objetos da contemporaneidade

“De modo geral, quer me parecer que o homem contemporâneo está mais escravizado aos remédios do que às enfermidades.”
(Carlos Drumond de Andrade, 1980)

Em seu *Seminário 17 – O avesso da psicanálise*, Lacan discorre sobre o avesso da vida contemporânea e destaca que o “mundo está cada vez mais povoado de latusas” (1969-70/1992:153), nome dado por ele para os objetos produzidos pela ciência que aproximam-se do objeto *a* enquanto causa de desejo.

E quanto aos pequenos objetos *a* que não encontram ao sair, no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, na proliferação desses objetos feitos para causar o desejo de vocês, na medida em que agora é a ciência que o governa, pensem neles como latusas. (Lacan, 1969-70/1992:153)

Sobre essa passagem do Seminário de Lacan, Éric Laurent (2001) em seu artigo “*Psicoanálisis y ciencia: el vacío del sujeto y el exceso de los objetos*”, destaca que “Lacan põe em relevo de uma forma diferente o mesmo ponto onde se cruzam a produção dos objetos para a ciência e a produção de objeto para a psicanálise” (p. 12).

Laurent (2001) comenta que vivemos em um mundo no qual “o discurso do capitalismo, estimulado hoje pela ciência, expande o que podemos chamar estes *gadgets* inomeáveis que sufocam a verdade de gozo do sujeito” (p. 12). Trata-se de um excesso de objetos produzidos pela ciência que se sobrepõe à dimensão de singularidade implicada na relação do sujeito com seu gozo.

De acordo com Solimano (2008), Lacan antecipa a noção de *gadget* ao propor o termo “latusa” para designar “o lugar das fabricações da ciência” (p. 143). Maeso (2008) contextualiza a criação da noção de latusa da seguinte maneira:

no momento em que Lacan introduz a noção de “latusas”, a ciência estava longe de ter um conhecimento aperfeiçoado do mundo que nos diz respeito. Já não era mais solidária de um método que avalia os dados da percepção e os submete às categorias do entendimento, a

fim de obter um saber definitivo, que permita predizer a experiência com os objetos. (Maeso, 2008:177)

A noção de *gadget* que se associa às *latusas* lacanianas está relacionada com a proliferação de objetos produzidos pelos avanços da ciência e da técnica. O termo possui origem na língua inglesa “que o dicionário Robert Quotidien define como: dispositivo, objeto divertido, novo e às vezes carente de utilidade. Inovação, solução cuja eficácia é posta em dúvida” (Solimano, 2008: 143). Vieira (2006) propõe uma bem humorada forma de tradução dos *gadgets*, pelo termo “futilitário” (p. 115)

Apesar de Lacan aproximar as *latusas* do objeto pequeno *a*, é preciso demarcar uma distinção entre os objetos produzidos pela ciência que suscitam a intencionalidade de nosso desejo e o objeto da psicanálise, que constitui a causa de nosso desejo e se posiciona aquém deste. Nesse sentido, Solimano demarca uma diferença entre o universal dos objetos da ciência dispostos nos supermercados e a particularidade do objeto *a*.

A resposta do discurso analítico ao mal-estar atual se torna possível se o desejo do analista, esse desejo inédito e de pura diferença, está à altura de produzir um duplo movimento: o do indivíduo do consumo ao sujeito dividido e o do universal do *gadget* à particularidade do objeto *a*, a fim de que o gozo do Outro se torne inconsistente. (Solimano, 2008: 144)

Ao abordar a profusão de objetos produzidos pela ciência, Vieira (2008) aponta que

tudo leva à crença generalizada de que o gozo poderia ser prolongado indefinidamente, já que a tecnologia oferece mais e mais infatigáveis instrumentos supostamente capazes de substituir o parceiro, uma série de “tecnotrecos” que constituiriam uma “ilimitação” portátil, adequada a cada gosto. (Vieira, 2008: 104)

Essa característica de “ilimitação” dos objetos da ciência marca uma distinção entre estes e o objeto da psicanálise, que não se presta a entrar na série de tais objetos ilimitados. “O segredo do objeto que faz limite é, portanto, o de que ele não tem unidade suficiente para ser tomado na ciranda dos objetos de desejo e consumo, da vitrine à lixeira. Esse objeto é, ele próprio, sem forma fixa ou lugar definido” (Vieira, 2008:106).

Vieira acrescenta ainda que “no plano dos objetos, o paradoxo assinala a degradação generalizada dos bens de consumo. Afinal, se todos os objetos são fora de

série, nenhum o é. A verdadeira inundação de objetos que nos assola acompanha, assim, a explosão do bem descartável, do *gadget*” (Vieira, 2008:113-4).

Esta “inundação de objetos” que nos avassala atesta que não há objeto que se situe fora da série, que faça limite e diferença diante da infinitização dos objetos produzidos para serem consumidos em massa. O objeto da psicanálise, apesar de também ser ilimitado, introduz um limite à série dos *gadgets*.

A psicanálise, como a propaganda, lida com objetos ilimitados. Ao mesmo tempo, considera que seu objeto difere daqueles existentes no mercado. A primeira diferença é óbvia: os objetos a serem colocados na sacola para que isso lá esteja serão incalculavelmente mais íntimos no caso de uma análise. Além disso, nesse objeto parcial residirá o limite da série e não a sua infinitização. (Vieira, 2008:127)

A profusão dos *gadgets*, “*futilitários*” ou “*tecotrecos*” em nossos tempos é correlata do que Lacan antecipou em “Radiofonia” (1970/2003), onde afirma que “bastaria a ascensão ao zênite social do objeto que chamo pequeno *a*, pelo efeito de angústia provocado pelo esvaziamento com que nosso discurso o produz, por faltar à sua produção” (Lacan, 1970/2003:411).

Em tempos em que o Outro pode corresponder ao “mercado” (Vieira, 2008: 32), assistimos ao que Miller designou como “chuva de objetos” (*Apud* Vieira, 2006: 115). “Em vez da falta no Outro como elemento de constituição de um sujeito, vemos em ação um Outro virtualmente sem falta, que não lida com sujeitos, mas com objetos” (Vieira, 2006:115). Aliás, nos tempos atuais “não há objeto que nosso capitalismo tardio não tenha ou não possa prover. Nada se furta a ele” (Vieira, 2008:32).

Cruz e Ferreira (2001) ao tecerem considerações acerca da prevalência do consumo, traço fundamental da contemporaneidade, destacam que

a frustrante busca pelo consumo ilimitado prometido pelo mercado (legal ou ilegal) produz insatisfação e a sensação de ser falho ou incapaz. Para os consumidores falhos, a sensação de constante incompletude realimenta a busca de satisfação no consumo extasiado seja de bens de consumo, seja de drogas. (p. 99)

Nessa passagem fica claro que o objeto droga na contemporaneidade entra na série dos bens de consumo que são oferecidos em excesso pelo Outro do mercado. A nosso ver, o objeto droga se insere na série dos objetos ofertados pelo discurso da

ciência. Nesse sentido, Éric Laurent apresenta uma definição para nossa cultura contemporânea como a “civilização da *overdose* generalizada” (*Apud* Vieira, 2008:104).

Ao tecer considerações acerca do consumo exagerado da atualidade, Miller (1996-7) remete aos historiadores do consumo, que destacam que o excesso de produção requer como resposta “algumas convulsões do lado do modo de consumo” (p. 85).

O desejo de renovar o objeto do consumo, de descartá-lo quando já não está na moda, é algo tão essencial para esta revolução industrial como a disciplina de ferro do ideal. Para sustentá-lo, faz falta do outro lado, uma convulsão do desejo. Em outras palavras, sob a ética do ideal – inclusive do vitoriano –, está presente uma nova ética do consumo. (Miller, 1996-7/2005: 85)

Ainda remetendo-se aos historiadores que se dedicaram a escrever sobre o nascimento da sociedade de consumo, Miller destaca o que eles chamam de “uma convulsão do lado da demanda” (1996-7/2005:85). Sobre esta última, Recalcati (2004a) aponta que ela não estaria atrelada ao movimento metonímico do desejo, não responde a este como um resto. “A demanda convulsiva enlouquece o poder do objeto de consumo, a moldura do objeto-*gadget*” (Recalcati, 2004a:5). “O discurso do capitalista que opera uma dissolução permanente do próprio objeto de consumo quando o configura como solução de todo mal, criando o pressuposto estrutural para uma torção da demanda sobre si mesma” (Recalcati, 2004a:4-5).

Recalcati (2004a) considera que na contemporaneidade o discurso capitalista promove o “sujeito-*gadget* como solução da ‘falta a ser’ que habita o sujeito” (Recalcati, 2004a:1) e, ao lado do discurso da ciência, produz uma “expulsão-anulação” do sujeito do inconsciente” (idem). Desse modo, os chamados novos sintomas seriam um “efeito desta expulsão” (idem).

Dentre eles, o fenômeno clínico da toxicomania poderia ilustrar paradigmaticamente como o “sintoma” seria, ao mesmo tempo, o efeito de uma oferta de mercado e o efeito de um avanço do saber científico-tecnológico (produção industrial da substância droga). (Recalcati, 2004a: 1)

O autor destaca a prevalência do objeto sobre o sujeito, reduzido a mais um *gadget* que se produz no discurso capitalista. “Em outras palavras, o sujeito contemporâneo não vai ao supermercado para procurar o que lhe falta, mas é o

supermercado como agência da demanda convulsiva que indica ao sujeito aquilo que lhe falta” (Recalcati, 2004a:5).

Vieira (2008) destaca o paradoxo de Marx enunciado pelo tudo que é sólido se desmancha no ar, para tratar os efeitos da lógica capitalista sobre a relação do sujeito com a diversidade de objetos que são ofertados pelo mercado contemporâneo. Nesse sentido, ressalta que “quando tudo se pode deitar a mão, as coisas escorrem por entre os dedos. Lacan talvez radicalizasse: quando tudo é mercadoria, só há lixo” (Vieira, 2008: 113).

Zucchi e Coelho dos Santos (2007) apontam a relação existente entre as patologias do excesso, inscritas sob a égide dos novos sintomas, onde se insere o consumo de drogas, e o Outro contemporâneo. As autoras destacam que “a civilização hipermoderna promove o objeto da pulsão no lugar do significante do ideal” (p. 62), o que dificulta o estabelecimento de um diagnóstico estrutural entre neurose e psicose, considerando que o sintoma estaria encoberto pelos tipos clínicos da contemporaneidade.

Após tecer considerações acerca do funcionamento do aparelho psíquico, Vieira (2005a), aborda as chamadas “novas subjetividades” que engendram os novos sintomas da contemporaneidade. O autor é enfático ao destacar que tais sintomas não podem ser responsáveis por uma retificação teórica das bases conceituais da psicanálise. “Na psicanálise, mais ainda do que em outros campos, não podemos simplesmente considerar a presença de um novo objeto como signo de um novo sujeito ou de um novo inconsciente” (2005a:3). Vieira aponta que o que caracteriza a contemporaneidade é que “não estamos em tempos do gozo desenfreado, mas do gozo mercantilizado” (Vieira, 2005a:10).

Vieira (2008) destaca que apesar de vivermos de acordo com uma lógica onde o Outro não opera como antes, regido pela supremacia da função do Nome-do-Pai, não estamos vivendo em tempos esquizofrênicos e nem diante da “dissolução do Outro numa espécie de anomia geral” (p. 103).

Nada de fim dos tempos. O *nãotodo* indica a materialização contemporânea de uma estranha alteridade, de um outro Outro, que seria a tônica das atuais relações do sujeito com o mundo. Corresponderia ao efeito, no social, da generalização de um regime de gozo aparentemente fora do registro fálico. Em que a falta falta e constitui a “maquina infernal do nãotodo”. (Vieira, 2008: 103)

As mudanças que observamos na contemporaneidade repercutem em nossa clínica, que passa a ser povoada de sujeitos que não se apresentam mais como as históricas de Freud, propensas ao enigma do inconsciente, e os psicóticos delirantes da clínica de Lacan. Nossa clínica atual passa a ser ocupada por sujeitos assolados pelas compulsões e psicóticos compensados que não passaram pelo desencadeamento clássico. Neste sentido, Rêgo Barros nos indica que “assim como os pacientes de Freud tiveram que se responsabilizar pelo inconsciente, exterior a eles, os de hoje em dia terão que responder pela repetição acéfala da demanda pulsional” (Rêgo Barros, 2002:104). Apesar dessas transformações, o alicerce conceitual psicanalítico nos dá subsídios para articularmos teoria e clínica. A clínica dos novos sintomas não induz a uma nova teorização em psicanálise. Assim, nossa trajetória teórica acerca dos conceitos de objeto e significante se justifica.

II – A) Do objeto perdido do desejo à diversidade de objetos da pulsão.

A concepção de desejo se inicia nos escritos neurológicos de Freud, onde a experiência mítica de satisfação desempenha um papel fundamental na constituição do desejo. Em sua teoria dos sonhos, Freud vai delinear melhor essa concepção, a partir de sua afirmação de que os sonhos são realizações de desejo pela via da alucinação. Dessa forma Freud lança, definitivamente, o desejo à dimensão da falta e da parcialidade, uma vez que atesta a impossibilidade de sua satisfação. É através dos sonhos que Freud relaciona o desejo com a sexualidade infantil:

Nenhuma outra pulsão é submetida, desde a infância, a tanta supressão quanto a pulsão sexual, com seus numerosos componentes; de nenhuma outra pulsão restam tantos e tão poderosos desejos inconscientes, prontos a produzir sonhos no estado de sono. (Freud, 1900/1996:142)

O desejo que se apresenta nos sonhos constitui um “resto” das pulsões sexuais que foram recalçadas ao longo da vida do sujeito, desde sua infância. Mas afinal, o que “resta” da pulsão? Qual a relação deste “resto” com os objetos que a pulsão pode investir? Seria esse “resto” uma representação da parcialidade da satisfação? Para darmos conta destas questões, se faz necessário um estudo das vicissitudes da vida sexual infantil.

No texto “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1996), Freud nos apresenta com grandes contribuições acerca da sexualidade infantil e introduz teoricamente o conceito de pulsão. Logo no início desse texto, ele estabelece uma analogia entre a “pulsão sexual” e um estado de necessidade, a fome como correlata a uma “pulsão de nutrição”, o que pode levar a alguns equívocos, tais como considerar a pulsão simplesmente como um processo biológico equivalente ao instinto. Em seu texto posterior “Os Instintos e suas Vicissitudes” (1915a/1996), Freud vai estabelecer uma distinção mais clara entre necessidade e pulsão: a primeira atuaria como uma força de impacto momentâneo, que só obteria satisfação com uma supressão dos estímulos correspondentes, enquanto que a pulsão seria caracterizada como uma força de impacto constante, intermitente. Garcia-Roza comenta que a necessidade se aplicaria ao conceito de pulsão apenas para designar “o caráter imperativo do impulso pulsional” (1995:86).

Para tentar dar conta destes equívocos, Freud lança mão de um conceito para a pulsão delimitado na fronteira entre o anímico e o físico, conceito este já encontrado nos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”. Garcia-Roza (1995:82) ressalta que se trata de uma conceitualização que articula estas duas instâncias. Mas este conceito ainda deixa muitas dúvidas em relação à natureza da pulsão ser psíquica ou somática. Freud ora a considera como um “representante psíquico de uma fonte endossomática que flui constantemente” (Freud, 1905/1996:159), ora o que se depreende é que a pulsão seria esses estímulos provenientes do interior do corpo. Essa noção de estimulação constante proveniente do interior do corpo remete ao “Projeto...” (1905/1996), onde Freud nos fala dos estímulos endógenos como uma fonte constante de estimulação, da qual o sistema ψ não tem meios de escapar.

Em seu artigo metapsicológico sobre as pulsões (1915a/1996), Freud acrescenta algumas elucidaciones para esta questão. Ele nos adverte que a pulsão não constitui um estímulo endógeno e tampouco um estímulo psíquico e sim um “estímulo para o psíquico”. Essa noção aproxima-se da hipótese encontrada nos “Três Ensaios...”, onde a pulsão é considerada como “uma medida de exigência de trabalho feita à vida anímica” (Freud, 1905/1996:159). Essas dúvidas e equívocos apontam para o caráter obscuro deste conceito, que se deve, assim como nos diz Garcia-Roza, a “sua opacidade inicial” que se constitui como “marca de sua novidade, de sua extravagância quando comparado aos conceitos existentes” (Garcia-Roza, 1995:81).

Ainda em seu artigo sobre as pulsões, Freud (1915/1996) nos apresenta os quatro termos que lhe auxiliaram na cunhagem do conceito de pulsão, são eles: pressão,

alvo, fonte e objeto. A articulação desses termos conduz a uma “montagem particular” da pulsão, uma vez que eles aparecem disjuntos. Trata-se de uma montagem que, tal como Lacan demonstra, se apresenta sem pé nem cabeça, “no sentido em que se fala de montagem numa colagem surrealista” (Lacan, 1964/1998:161). A pressão constitui o elemento quantitativo da pulsão, representa a quantidade de força de caráter constante que impõe uma exigência de trabalho para o psiquismo. O alvo ou finalidade da pulsão é sempre a satisfação, ou seja, a tentativa de eliminação da estimulação endógena. A satisfação da pulsão é sempre parcial, uma vez que ela mesma se caracteriza por uma força constante e a estimulação endógena não cessa. Podemos atribuir essa parcialidade da satisfação ao que resta da pulsão e permite ao sujeito continuar a desejar e investir nos objetos. Passemos agora aos outros elementos da montagem pulsional: a fonte e o objeto.

Apesar da opacidade característica da primeira conceitualização da pulsão nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1996), nela podemos encontrar contribuições que dizem respeito ao objeto e à fonte da pulsão. A fonte da pulsão é de caráter somático. Ainda nesse artigo, é possível atestar este caráter, quando Freud atribui às zonas erógenas a qualidade de fonte da pulsão. Com relação ao objeto, nesse texto Freud nos fala de um afrouxamento dos laços entre o objeto e a pulsão, e o caráter de independência dessa última em relação ao primeiro, o que é corroborado em seu texto “Os Instintos e suas Vicissitudes”, onde Freud define o objeto da pulsão da seguinte maneira:

O objeto [*Objekt*] de um instinto é a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável num instinto e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação. (Freud, 1915a/1996:128)

Essa definição enfatiza que a relação da pulsão com o objeto se dá no sentido de obter a satisfação. A pulsão não está ligada a nenhum objeto específico e não é determinada por ele. O objeto é o meio pelo qual a pulsão se satisfaz. Apesar de não haver um objeto que corresponda à pulsão, é somente através dos objetos que a pulsão tenta se satisfazer. De acordo com Coutinho Jorge, “a falta que constitui o objeto da pulsão é a mesma que constitui o núcleo real do inconsciente” (2000:53).

A constatação da plasticidade da pulsão em relação ao objeto nos remete novamente aos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (Freud, 1905/1996), no que se refere ao estudo das “aberrações sexuais”, das diversas formas de perversões quanto ao alvo sexual, que resultou em uma mudança de paradigma em relação ao normal e o patológico na vida sexual humana. Freud observou um traço da sexualidade infantil a que denominou como “disposição perversa polimorfa”, isto é, a criança possui o corpo todo demarcado por zonas erógenas que podem ser investidas pelas pulsões parciais, proporcionando o prazer.

Esta parcialidade atribuída à sexualidade infantil tem como sua primeira manifestação o chuchar, ou sugar com leite, apresentado pelo lactente na tenra infância. Nessa manifestação, caracterizada como auto-erótica, o lactente toma o seu próprio corpo como objeto para obter a satisfação das pulsões parciais, numa tentativa de restabelecer um prazer já vivenciado na amamentação no seio da mãe.

A ênfase colocada no auto-erotismo constitui uma característica fundamental de uma primeira organização da sexualidade infantil, denominada pré-genital, uma vez que o aparelho genital ainda não assumiu um papel de destaque na sexualidade, que só se concretizará após o período de latência. A criança se satisfaz de forma auto-erótica, pois ainda está sob influência das pulsões parciais em suas zonas erógenas que ainda não se reuniram sob o primado da genitalidade. É a partir desse auto-erotismo que podemos falar em circuito pulsional, a pulsão primeiro investe no outro, em algum objeto fora do corpo para depois voltar-se para seu próprio corpo.

Durante a organização sexual pré-genital, podemos destacar a predominância de duas zonas erógenas: oral e anal. A fase oral é evidenciada no exemplo já mencionado, do sugar sensual, onde ainda não há uma diferenciação entre a atividade sexual e a nutrição. Nessa fase, o prazer sexual está ligado à zona erógena da boca. A zona erógena do ânus vai determinar a segunda organização sexual, a sádico-anal. A criança, ao reter e expulsar seus excrementos, experimenta uma sensação prazerosa, proveniente da atividade de seus intestinos, e passa a dar um valor simbólico a suas fezes, um valor de troca na relação que estabelece com o outro cuidador.

O sujeito, após perceber que existe um Outro implicado na satisfação sexual, volta-se para seu próprio corpo, durante a fase de latência, no intuito de reproduzir, de uma forma auto-erótica, a satisfação sexual. A partir da introdução da dimensão do Outro e suas implicações na satisfação sexual, vemos sua implicação na

relação do desamparado com o Outro, que realiza a “ação específica”, removendo o seu estado de necessidade.

Ao longo do período de latência, a criança se prepara para as escolhas objetais que realizará na puberdade, no intuito de reencontrar a felicidade perdida, de sanar os efeitos da perda do objeto do desejo. Esse objeto de amor constitui o protótipo das escolhas amorosas realizadas durante o período de latência, pois é aí que “a criança aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades, e o faz segundo o modelo de sua relação de lactente com a ama e dando continuidade a ele” (Freud, 1905/1996:210).

O Outro está presente desde a primeira experiência mítica de satisfação que inaugura o desejo em sua busca incessante do objeto perdido e constitui o protótipo e o alvo das futuras escolhas objetais. Mas de que objetos estamos falando? A trajetória teórica trilhada pela obra de Freud contemplou diversos objetos, partindo do objeto perdido do desejo à multiplicidade de objetos, através dos quais a pulsão atinge sua finalidade, a satisfação. O objeto da pulsão se diferencia de um objeto instintual pré-fixado, uma vez que constitui o que há de mais plástico na pulsão. O objeto perdido do desejo se destaca de um objeto de pura necessidade, uma vez que implica em uma decodificação desta necessidade, que é feita pelo Outro. Nesse sentido, Cosentino (1993:123) nos fala que “o objeto está duas vezes perdido”: a primeira vez diz respeito ao fato do sujeito já nasce na falta de qualquer objeto natural do instinto e a segunda se refere à experiência mítica de satisfação.

II – B) O objeto *a* e os objetos comuns

“Suponha-se que o espelho se despedace,
que a imagem desapareça e que a figura
romântica com o fundo verde da floresta a
envolvê-la não esteja mais lá, mas apenas
aquilo, a casca de uma pessoa que é vista
por outras – que mundo raso, árido,
proeminente e sem ar ela se torna!
Não um mundo no qual viver.”
(Woolf, 2005a:108)

A concepção de objeto em psicanálise demarca uma distinção entre um objeto natural da necessidade e o objeto da pulsão, que, como vimos em Freud, refere-se a uma diversidade de possibilidades e não se trata de um objeto definido *a priori*.

A lógica imaginária do objeto corresponde ao primeiro momento do ensino de Lacan, marcado pelo paradigma da imaginarização do gozo.

O primeiro paradigma do gozo apresentado por Miller (2000) corresponde à imaginarização do gozo e parte da premissa de que o simbólico apresenta-se autônomo, em posição êxtima em relação ao imaginário. O imaginário, ao mesmo tempo em que permanece “fora da apreensão simbólica”, se apresenta “dominado pelo simbólico” (Miller, 2000:89).

Nesse primeiro paradigma, o gozo provém da instância imaginária e não da palavra ou da comunicação. Há uma separação entre significante e gozo. O gozo procede da apreensão da imagem do eu no estádio do espelho, procede, portanto da imagem tomada como o primeiro objeto apreensível, ligado ao outro semelhante. O lugar do gozo, portanto, se apresenta oposto à satisfação simbólica, “nós o encontraremos sobre o eixo imaginário $a - a'$ ” (Miller, 2000:88). Tal gozo imaginário comparece na experiência subjetiva ligado a uma ruptura da cadeia significante. “De maneira geral, é quando a cadeia simbólica se rompe que, a partir do imaginário, os objetos, os produtos, os efeitos de gozo proliferam” (Miller, 2000:89).

A constituição da imagem unificada do eu se dá através do estádio do espelho. Tal imagem se constitui a partir da dimensão de alteridade que o sujeito encontra no Outro. Lacan destaca a “relação estreita” que há “entre a formação do objeto e a do eu. É por serem estritamente correlativos e porque a sua aparição é verdadeiramente contemporânea, que nasce o problema do narcisismo” (1953-4/1986:192). O autor enfatiza que o narcisismo não se constitui enquanto uma “relação do indivíduo biológico com seu objeto natural, que seria enriquecida e diversamente complicada. Há um investimento especial narcísico. É um investimento libidinal no que pode ser concebido de outra forma que não uma imagem do ego” (Lacan, 1953-4/1986:192).

A imagem que se produz pelo estádio do espelho não possui a dimensão de resto. “A minha imagem, minha presença no Outro, não tem resto. Não consigo ver o que perco ali. É esse o sentido do estádio do espelho” (Lacan, 1962-3/2005:277).

A imagem, em sua forma $i(a)$, imagem especular, é o objeto característico do estádio do espelho. Ela tem mais de um aspecto sedutor, que não se liga apenas à estrutura de cada sujeito, mas também à função do conhecimento. Essa imagem é fechada, encerrada, gestáltica. (Lacan, 1962-3/2005: 277)

Baranger aponta que o eu e o objeto possuem como característica comum o fato de serem “consustanciais” (1994a:123). O eu se constitui como um objeto que possui especificidades. Lacan evoca a definição freudiana do eu que é “feito da sucessão das suas identificações com os objetos amados que lhe permitiram tomar a sua forma. O eu é um objeto feito como uma cebola, poder-se-ia descascá-lo, e se encontrariam as identificações sucessivas que o constituíram” (1953-4/1986:199).

A constituição da imagem do eu não deve ser confundida com a constituição do sujeito, que, para Lacan, corresponde ao “suporte do mundo objetal” (1953-4/ 1986: 225). O eu, por outro lado, “é destituído da sua posição absoluta no sujeito. O eu assume o estatuto de miragem, como resto, não é mais do que um elemento das relações objetais do sujeito” (Lacan, 1953-4/1986:225). Apesar de Lacan destacar que não há uma dimensão de resto implicada na constituição da imagem especular do eu, ele vai enfatizar que essa imagem fechada do eu, no campo das relações objetais é sobrepujada pelo sujeito e tornando-se, ela própria, uma miragem, um resto. Em alusão à epígrafe deste capítulo, essa miragem ou resto da imagem especular pode ser articulada com a “casca de uma pessoa”, que Virginia Woolf evoca em seu conto “A marca na parede” (2005).

Lacan destaca “a função fundamental do estádio do espelho na instituição geral do campo do objeto” (1962-3/2005:100) e acrescenta três tempos da constituição da imagem especular e do objeto comum:

De início, existe o plano da primeira identificação com a imagem especular, desconhecimento original do sujeito em sua totalidade. Depois, vem a referência transicional que se estabelece em sua relação com o outro imaginário, seu semelhante. É isso que faz com que sua identidade seja sempre difícil de discernir da identidade do outro. Daí a introdução da mediação de um objeto comum, objeto de concorrência cujo status decorre da idéia de posse – ele é seu ou é meu. (Lacan, 1962-3/2005:100)

A lógica simbólica do objeto corresponde ao segundo paradigma do gozo delimitado por Miller (2000), a partir do ensino de Lacan, e que diz respeito à significantização do gozo. Trata-se de um movimento no ensino de Lacan que não se sucede cronologicamente ao primeiro paradigma. “Mistura-se a ele, o completa e, depois, se impõe, progressivamente. Prevalece sobre o primeiro paradigma e, enfim, o domina inteiramente” (Miller, 2000:89).

Lacan teria impulsionado a significantização do gozo de forma tão radical, de modo que Miller vai ressaltar que ele “a demonstra equivalente ao significado de uma cadeia significante inconsciente, cujo vocabulário seria constituído pela pulsão” (Miller, 2000:90). A significantização do gozo implica em “um apagamento do gozo pelo significante” (Miller, 2000:90). “O significante anula o gozo e o restitui sob a forma de desejo significado” (idem). Trata-se de uma mortificação do gozo pelo significante.

A lógica da significantização do gozo pode ser evidenciada no comentário de Lacan acerca da brincadeira do neto de Freud com um carretel que consistia em lançar o objeto para fora de seu campo de visão e posteriormente trazê-lo de volta. Para Freud, o carretel era uma representação da mãe e a brincadeira uma tentativa de elaboração do movimento de presença e ausência da mesma. Com a brincadeira, a criança adquiria controle e uma posição ativa que produzia a presença e a ausência do objeto, acompanhado pela emissão de sons que foram interpretados por Freud como as palavras em alemão: *Fort*³ e *Da*⁴. Ao comentar esta brincadeira, Lacan destaca que o *Fort-Da*, nome dado à referida brincadeira se constitui como uma maneira pela qual a criança entra no jogo da relação simbólica do eu e do tu.

Começa a brincar com o objeto, mais exatamente, com o simples fato da sua presença e ausência. É, pois, um objeto transformado, um objeto de função simbólica, um objeto desvitalizado, que já é um signo. É quando o objeto está lá que ela [a criança] o manda embora, e quando não está lá que o chama. Por esses primeiros jogos, o objeto passa como que naturalmente para o plano da linguagem. O símbolo emerge, e torna-se mais importante que o objeto. (Lacan, 1953-4/1986: 206)

Nessa passagem do ensino de Lacan fica claro o privilégio do símbolo sobre o objeto. Trata-se da possibilidade do objeto adquirir simbolização e aproximar-se do significante.

A distinção entre o simbólico e o imaginário permitiu a Lacan abordar as diversas faces da relação de objeto, “sem este princípio de ordenamento, a teoria dos objetos tenderia a deslizar na direção a uma descrição dos objetos naturais, ou a perder seu lugar na intersubjetividade” (Baranger, 1994a:124).

³ O *Fort* “é advérbio utilizado com o mesmo sentido de nosso complemento circunstancial *embora*, normalmente empregado na expressão “ir embora”” (Nota do Tradutor. In: Freud, 1920/1996:25). A criança proferia o som “o-o-ó” quando lançava o carretel para fora de seu campo de visão.

⁴ O *Da* traduzido por “ali”, era o som proferido pela criança com alegria, quando o carretel reaparecia.

O advento da conceituação do objeto *a* inaugura o quarto paradigma de gozo proposto por Miller (2000) e introduz uma diferença radical no plano da relação de objeto. Com a entrada em cena do objeto pequeno *a*, o gozo deixa de ser atrelado a um lugar inacessível que requer uma transgressão para acedê-lo e passa a ser acessível através do movimento circular da pulsão. Assim, o gozo deixa de ser acessível pela transgressão, passando, agora, pelas pequenas cavidades do corpo onde se aloja o objeto pequeno *a*. Trata-se de um objeto que não se reduz à imaginarização, pois não é um objeto capaz de produzir uma imagem especular, nem tampouco pode ser simbolizado, uma vez que introduz um limite à significantização. Tais considerações correspondem ao que Miller (2007) denominou a “topologia elementar de Lacan” (p. 103).

A construção topológica elementar de Lacan é o resultado de construir um objeto chamado não especularizável. Assim como privilegiou o especular, Lacan inventa o não especularizável, partindo de que o objeto normal visto no espelho se inverte, sofre uma inversão de simetria – a esquerda se torna direita e vice-versa. (...) Partindo disto, Lacan põe em jogo e chama não especular a um objeto inorientável. (Miller, 2007:103-4)

“É a esse objeto inapreensível no espelho que a imagem especular dá sua vestimenta. Presa capturada na rede da sombra, e que, despojada de seu volume que enche a sombra torna a estender o engano cansado desta última com ar de presa” (Lacan, 1960a/1998:832). Trata-se desse objeto inorientável, o objeto *a* que se encontra sob a vestimenta da imagem especular – *i* (*a*). Ao despir-se de suas vestimentas, que nas palavras de Woolf representam “a figura romântica com o fundo verde da floresta” (2005a:108) que envolve a imagem do eu, resta apenas a “casca de uma pessoa” (idem). “No campo visual, assinala Lacan, o objeto *a* é o mais recoberto e normalmente o mais desaperecebido de todos os campos que se enumeram em função dos objetos” (Miller, 2007:104).

Em sua álgebra, Lacan escreve o objeto do desejo como *i* (*a*), em que “*i*” representa os atributos ou as qualidades do objeto, isto é, iscas para o desejo; os parênteses circunscrevem a margem do gozo que os furos do corpo situam e a sua “causa”, seu incorpóreo centro – de êxtase e horror. (Vieira, 2008: 57)

Esse incorpóreo centro de êxtase e horror pode ser atribuído ao que encontramos na pena de Woolf como o “mundo raso, árido, proeminente e sem ar”

(2005a:108), ou seja, “não um mundo no qual viver” (idem). Apesar desse objeto se prestar a se fazer de presa da imagem especular, ele também se constitui como um obstáculo ao imaginário. “O objeto que chamei de pequeno *a* é, com efeito, apenas um único e mesmo objeto. Eu lhe atribuí o nome de objeto em razão do seguinte: o objeto é *ob*, obstáculo à expansão do imaginário concêntrico, isto é, englobante” (Lacan, 1975-6/2007:83).

O objeto *a* em relação à imagem especular assume uma característica de resto. “O *a*, que é o resto, o resíduo, o objeto cujo status escapa ao status do objeto derivado da imagem especular, isto é, às leis da estética transcendental. Seu status é tão difícil de articular, que foi por aí que entraram todas as confusões na teoria analítica” (Lacan, 1962-3/2005:50).

A constituição do objeto *a* se instaura em um tempo anterior à produção da imagem do eu no estádio do espelho.

Lacan situa a origem do *a* no caos que pré-existe à constituição da imagem especular no corpo fragmentado antes de sua unificação, como resto desta operação primitiva, e portanto não especularizável, não representável por nenhuma imagem, não mais que por nenhum conceito. (Baranger, 1994a: 130)

Na medida em que o objeto *a* precede a constituição da imagem especular do eu, ele também é anterior à instauração do objeto comum. Lacan destaca que as diversas faces do objeto *a*, que ainda serão descritas neste capítulo, são “objetos anteriores à constituição do status do objeto comum, comunicável, socializado. Eis do que se trata no *a*” (Lacan, 1962-3/2005:103).

Além de preceder a instauração da imagem unificada do eu, a constituição do objeto *a* também é anterior à constituição do sujeito⁵. “A função do objeto cedível como objeto separável veicula, primitivamente, algo da identidade do corpo, antecedendo ao próprio corpo quanto à constituição do sujeito” (Lacan, 1962-3/2005:341). Lacan situa o objeto *a* na posição de suplente do sujeito, enquanto precedente.

O *a*, aqui, é o suplente do sujeito – e suplente na posição de precedente. O sujeito mítico primitivo, postulado no início como tendo que se constituir no confronto significante, nós nunca o

⁵ A constituição do sujeito será tratada neste capítulo quando abordarmos o processo de alienação e separação.

apreendemos, por razões óbvias, porque o *a* o precedeu, e é como marcado, ele próprio, por essa substituição primitiva que ele tem que reemergir secundariamente, para além de seu desaparecimento. (Lacan, 1962-3/2005: 341)

O objeto *a* se constitui como uma invenção conceitual de Lacan. Em suas palavras: “esse objeto *a*, em certo sentido, eu o inventei” (1968-9/2008: 45). Sua invenção foi marcada por uma extração deste conceito de sua experiência enquanto analista e de sua releitura de Freud. Lacan destaca que “o objeto *a* é efeito do discurso analítico e, nessas condições, o que digo dele é apenas esse próprio efeito” (idem). De Freud, Lacan extraiu o conceito de objeto perdido, para designar este “objeto primordial do gozo, elaborado seguindo o rastro do objeto perdido freudiano” (Maleval, 2002:98). “O objeto *a* engloba a noção freudiana de objeto perdido, mas não se reduz a esta. Sobre os vestígios do objeto parcial, do objeto transicional, e até do fetiche perverso, designa o objeto impossível, causa do desejo” (Maleval, 1998:70).

Fruto da “álgebra lacaniana” (Lacan, 1964/1998:77), o objeto *a* se constitui como resto de uma operação de divisão. Lacan elege o processo de divisão, em função da possibilidade de extração de um resto. Ele ressalta que a alteridade do Outro é marcada pelo resíduo dessa divisão (Lacan, 1962-3/2005:35). Até então, o Outro tinha o estatuto de tesouro de significantes; a álgebra de Lacan introduz uma nova dimensão no Outro. Pela primeira vez é possível reconhecer que “há alguma coisa no Outro que não é significante” (Miller, 2005b:10). O objeto *a* se constitui como uma exceção ao significante. Uma das definições lacanianas relativas ao objeto *a*, na qual encontramos uma relação dialética com a função significante, pode ser evidenciada na citação a seguir. “Uma definição, digamos, algébrica, de uma articulação em que a função aparece numa espécie de lacuna, de *gap*, de resíduo da função do significante” (Lacan, 1962-3/2005:304).

O estatuto de exceção do objeto *a* também corresponde ao fato de que esse objeto não se presta ao que é da ordem da relação, da partilha, das relações de troca. “Todo objeto, exceto o objeto que chamo de pequeno *a*, que é um absoluto, concerne a uma relação” (Lacan, 1975-6/2007:116).

O objeto *a* nos é apresentado por Lacan em seu Seminário dedicado à experiência da angústia. Nesse Seminário, o objeto *a* ocupa o “centro” do discurso laciano. “Se ele se inscreve no âmbito de um Seminário que intitulei de “a angústia”, é por ser essencialmente por esse meio que se pode falar dele, o que também quer dizer

que a angústia é sua única tradução subjetiva” (Lacan, 1962-3/2005:113). A angústia, ao se constituir como a tradução subjetiva do objeto *a*, guarda uma estreita relação com as chamadas aparições desse objeto não especularizável. O objetivo deste Seminário é utilizar a experiência da angústia como a via régia para aceder à dimensão do objeto *a*. “Trata-se, por meio da angústia, de seu fenômeno, bem como do lugar que lhes ensinarei a designar como sendo o dela, trata-se de aprofundar a função de objeto na experiência analítica” (Lacan, 1962-3/2005:53).

O Seminário da angústia é, com efeito, “uma escavação do terreno. Não é um museu, donde os objetos estão limpos, ordenados, etiquetados, iluminados em seu aspecto mais favorável” (Miller, 2007: 57).

O trabalho de escavação permite o surgimento de um objeto até então inédito, até então invisível para Lacan mesmo – temos testemunho disto – que havia permanecido inacessível, um objeto até então tamponado pelo significante. E é que até esse Lacan despejava, os objetos desenterrados eram todos suscetíveis de torna-se significantes, mais ainda, os objetos desenterrados estavam todos consagrados ao *Aufhebung* – retomando o termo de Hegel que utiliza Lacan – significante, a ser elevados à dignidade do significante. (Miller, 2007: 58)

O trabalho de escavação empreendido por este Seminário permitiu a elaboração do conceito de objeto *a*, um objeto cuja essência, natureza e estrutura, se distinguem do significante (Miller, 2007: 58).

Este objeto *a* escavado por Lacan permitiu-lhe introduzir um axioma acerca da angústia que o distingue de Freud. Enquanto para Freud a angústia se constitui como uma reação, um sinal diante da perda de um objeto, para Lacan, a experiência da angústia situa-se a partir da duplicação da situação de uma falta. Trata-se para Lacan da “angústia não sinal de uma falta, mas de algo que devemos conceber num nível duplicado, por ser a falta de apoio dada pela falta” (1962-3/2005:64). Ao destacar a falta da falta ligada à vivência da angústia, Lacan formula seu axioma: *a angústia não é sem objeto*.

Lacan vai buscar em Freud a dimensão do estranho (*unheimlich*) para articular com o fenômeno da angústia. Desse modo, a “aurora de um sentimento de estranheza que é a porta aberta para a angústia” (Lacan, 1962-3/2005:100). O estranho remete aos “momentos de aparição do objeto” (Lacan, 1962-3/2005:70), quando esse objeto não-especularizável se apresenta no campo da visão. “A manifestação mais

flagrante desse objeto *a*, o sinal de sua intervenção, é a angústia. Isso não equivale a dizer que esse objeto seja apenas o avesso da angústia, mas que ele só intervém, só funciona em correlação com a angústia” (Lacan, 1962-3/2005:98). Trata-se de um objeto tanto familiar e íntimo, quanto estranho, evocando aqui a ambigüidade do termo *unheimlich* em alemão que corresponde, ao mesmo tempo, ao familiar e ao estranho.

Já tratamos aqui do estatuto de não-relação do objeto *a*. A angústia se constitui enquanto um sinal de uma relação de um sujeito com esse objeto inapreensível, ao preço de um apagamento do próprio sujeito.

Digo que é um sinal relacionado com que se passa em termos da relação do sujeito com o objeto *a*, em toda a sua generalidade. O sujeito só pode entrar nessa relação na vacilação de um certo *fading*, vacilação que tem sua notação designada por um S barrado. A angústia é o sinal de certos momentos dessa relação. (Lacan, 1962-3/2005: 98)

O objeto *a* não se presta à ordem das relações objetais. Tal fato pode ser atribuído às suas características muito próprias, que já tratamos no que concerne à sua face não especularizável e ao fato de introduzir uma barreira à simbolização. Entretanto, é preciso que apresentemos outras características desse objeto tão particular, que dizem respeito à dimensão do que se extrai do corpo. Trata-se da articulação desse objeto com o que é da ordem do pathos de um corte, de uma “*separtição*” (*sépartition*) (Lacan, 1962-3/2005:259). “Esse objeto *a*, como cortado, presentifica uma relação essencial com a separação como tal” (Lacan, 1962-3/2005:235).

Vieira (2008) destaca que “só serão encarnações do objeto, absolutamente parciais, se trouxerem consigo, além de uma essência fragmentada, a marca de recém-extraídos de algum lugar” (p. 84). “Tudo o que é caduco, tudo o que do corpo se extrai, tende a assumir a potência obscura de perturbar os limites do mundo subjetivo e lhe conferir nova conformação” (Vieira, 2008:106).

Lacan, ao ressaltar essa dimensão do corte em sua formulação do objeto *a*, valoriza a seguinte afirmação de Freud: *a anatomia é o destino*. Apesar de reconhecer que em outros momentos de seu ensino se colocou contra a essa formulação, Lacan aproxima tal afirmação de Freud à função do corte. Assim destaca que a afirmação freudiana:

se torna verdadeira se atribuirmos ao termo “anatomia” seu sentido estrito e, digamos, etimológico, que valoriza a ana-tomia, a função do corte. Tudo o que sabemos de anatomia está ligado, de fato, à dissecação. O destino, isto é, a relação do homem com essa função

chamada desejo, só adquire toda a sua animação na medida em que é concebível o despedaçamento do corpo próprio, esse corpo que é o lugar dos momentos de eleição de seu funcionamento. (Lacan, 1962-3/2005:259)

A função de corte ligada ao objeto torna o “objeto cedível”. Lacan destaca que “esse caráter de objeto cedível é uma característica tão importante do *a*” (Lacan, 1962-3/2005:340), dando o exemplo da imagem do corpo que se torna cedível quando apreendida por uma fotografia.

A possibilidade de desligar do corpo a imagem, isto é, sua imagem especular, a imagem do corpo, e de reduzi-la ao estado cedível, sob a forma de fotografias, ou mesmo de desenhos: conota o choque, a repugnância ou o horror provocados na sensibilidade pelo surgimento totalmente repentino desse objeto, e de uma forma a um tempo indefinidamente multiplicado e passível de ser espalhada por toda a parte – com a recusa a deixar que se retenha essa imagem. (Lacan, 1962-3/2005: 343)

O caráter de objeto cedível o aproxima do objeto natural e do objeto transicional. Sobre a aproximação com o objeto natural, Lacan nos diz que “o que chamo de cessão do objeto traduz-se, portanto, pelo aparecimento, na cadeia da fabricação humana, de objetos cedíveis que podem ser equivalentes aos objetos naturais” (Lacan, 1962-3/2005:340-1). Já quanto ao objeto transicional, “vê-se com clareza o que o constitui na função de objeto que chamo cedível. Trata-se de um pedacinho arrancado de alguma coisa, quase sempre uma fralda, e é bem visível o suporte que o sujeito encontra nele” (Lacan, 1962-3/2005:341).

Lacan destaca que o objeto *a*, com suas características peculiares, se constitui como o “o objeto dos objetos” (1962-3/2005:236). “*O Seminário, livro 10*, no qual a angústia abre caminho para que se destaque conceitualmente o incorpóreo do objeto” (Vieira, 2008:54). Não se trata de um objeto corporal, natural, mas de um objeto que se destaca do corpo, que assume a função de um resto, de um dejetivo. “É nosso objeto *a*, mas sob a aparência do deslustrado, do atirado aos cães, à imundice, à lata de lixo, ao rebotalho do objeto comum, na impossibilidade de colocá-lo em outro lugar” (Lacan, 1962-3/2005: 120). Vieira destaca a importância do “lixo subjetivo, que encontra lugar na definição lacaniana do objeto da psicanálise, o de resto” (Vieira, 2008:116).

Este objeto, que possui a função de resto, de rebotalho, se constitui como a causa de nosso desejo. Lacan distingue a intencionalidade do desejo de sua causalidade. Destaca que o objeto *a* não se coloca à frente do desejo e

não deve ser situado em coisa alguma que seja análoga à intencionalidade de uma noese. Na intencionalidade do desejo, que deve ser distinguida dele, esse objeto deve ser concebido como causa do desejo. Para retomar minha metáfora de há pouco, o objeto está atrás do desejo. (Lacan, 1962-3/2005: 114-5)

Miller aborda a distinção entre a intencionalidade e a causalidade do desejo, destacando a função do objeto *a* enquanto causa de desejo. Trata-se de uma condição de desejo, “esta condição é distinta da intenção; é a condicionalidade do desejo a respeito do que era sua intencionalidade” (2007:84). “O que Lacan chama de ‘objeto causa’, em sua diferença com o objeto intenção – que mantém seu valor no nível do consciente – é o que, em Freud se chama zona erógena. O objeto causa, ao contrário do objeto intenção, é, por estrutura, escondido e desconhecido” (Miller, 1996a:34).

A idéia de causa se articula com dimensão de anterioridade do objeto *a* em relação ao estádio do espelho e à constituição do sujeito. A noção de causa está atrelada a uma exterioridade anterior a qualquer interiorização. Assim, “é a idéia de um exterior de antes de uma certa interiorização, que se situa em *a*, antes que o sujeito, no lugar do Outro, capte-se na forma especular, em *x*, forma esta que introduz para ele a distinção entre o eu e o não-eu” (Lacan, 1962-3/2005:115). “É a esse exterior, lugar do objeto, anterior a qualquer interiorização, que pertence à idéia de causa.” (Lacan, 1962-3/2005: 116).

Até agora evocamos as características particulares deste objeto inapreensível pela imagem, incorpóreo e ligado à falta constitutiva do sujeito na relação com o Outro. É preciso que abordemos seu caráter insubstancial, ou nas palavras de Vieira (2008), suas “substâncias episódicas” (p. 116). Maleval (2002) destaca que no lugar de atrelarmos o objeto à dimensão de substância, devemos ressaltar seu caráter de consistência lógica. “O objeto *a* pode ser concebido, não já sob a forma de uma substância, mas como uma consistência lógica” (p. 108). Miller (2007) também é enfático ao afirmar que no que tange ao objeto *a*, “não conta a substância do objeto, mas sim sua função” (Miller, 2007:130).

Baranger (1994b) destaca que “a insubstancialidade do objeto ‘a’ é correlativa à insubstancialidade do sujeito intrinsecamente dividido e alheio a si mesmo” (p. 288). Trata-se da característica do sujeito de ser evanescente, de emergir no intervalo entre dois significantes.

Miller destaca que, apesar de apreendermos o objeto *a* em sua insubstancialidade, o Seminário dedicado ao fenômeno da angústia possui o caráter “substancialista”. Tal fato se explica na medida em que “o objeto *a* aparece identificado com uma substância. E o encanto disto é que justamente se o capta em sua substância, antes que haja adquirido (...) sua forma tão sofisticada de pura consistência lógica” (Miller, 2007: 108). “Lacan poderá fazer mais tarde do objeto *a* simplesmente uma consistência lógica, uma forma topológica, quer dizer, não uma substância” (Miller, 2007:130).

Esse entendimento equivocado do objeto *a* enquanto uma substância está atrelado ao que Miller denomina o “naturalismo do objeto” que se apresenta no Seminário dedicado às vicissitudes da angústia. Miller destaca ainda que tal fato confere um “encanto” a este Seminário fundamental do ensino de Lacan. “O encanto do Seminário da angústia, obedece ao que temos perdido, a certo realismo do objeto *a*, inclusive a certo materialismo do objeto, que está poderosamente encarnado nos órgãos, e inclusive a certo naturalismo do objeto *a*” (Miller, 2007:108).

Virginia Woolf (2005), em seu conto denominado “Objetos sólidos”, evoca uma definição de objeto que se mescla à “substância do pensar”. É essa substância que importa e não a substância do objeto. Nas palavras da autora podemos pinçar uma elucidação dessa insubstancialidade do objeto *a*:

Visto repetidas vezes e de modo semiconscente por uma cabeça que pensa em outra coisa, qualquer objeto se mescla profundamente à substância do pensar que perde sua forma verdadeira e se recompõe com alguma diferença numa feição ideal que obseda o cérebro, quando menos se espera. (Woolf, 2005b:138)

Lacan denominou este objeto tão particular com uma letra, tal denominação, o pequeno *a*, não foi ingênua. Ao abordar a topologia do objeto *a*, Eidelsztejn (1995) destaca que este objeto ocupa o mesmo lugar que a letra *x* em matemática, corresponde a uma incógnita. O uso da letra “*a*” “responde a uma manobra de índole algébrica que serve para nominar algo que na realidade não se pode dizer o que é” (p. 22).

O uso da letra corresponde a uma tentativa de tornar esse objeto não assimilável ao significante. Sobre essa tentativa, Vieira aponta que o movimento deste autor de “operar por redução”, esvaziando o objeto de sentidos, distinguindo-o de “uma coleção de atributos”, para que com isso se possa “evitar que se dê excessivamente corpo a um ser de essência tão paradoxal, reserva para ele apenas uma letra e o batiza, nesse seminário, objeto *a*” (Vieira, 2008:54).

Lacan elege uma função para o uso de tal “notação algébrica” que é correlativa de um reconhecimento da identidade do objeto, sem atrelá-lo a um significante. Destaca-se a função de escritura do objeto *a*, que é o que permite ao objeto ser notado. “O sujeito é causado por um objeto que só é notável por uma escritura, e é um objeto que só é notável por uma escritura, e é assim que um passo é dado na teoria” (Lacan, 1974-5/Lição de 21/01/1975).

Em seu Seminário dedicado ao escritor Joyce, Lacan evoca a escritura do objeto *a* e a articula com a topologia do nó borromeano. O nó borromeano vem sustentar um osso, ou mais precisamente, um *ossobjeto* (*osbjet*), nome dado ao objeto pequeno *a*.

É isso que caracteriza efetivamente a letra com que faço acompanhar esse *ossobjeto*, a saber a letra pequeno *a*. Se reduzo esse *ossobjeto* a esse pequeno *a*, é precisamente para marcar que a letra, nesse caso, apenas testemunha a intrusão de uma escrita como outro [*autre*] com um pequeno *a*. (Lacan, 1975-6/2007: 141)

Ainda nesse Seminário, Lacan destaca a função da escrita como o que permite atribuir uma diferença com a dimensão do significante. "A escrita em questão vem de um lugar diferente daquele do significante" (Lacan, 1975-6/2007:141).

Na designação do objeto *a*, Lacan se apropria do termo objeto atrelado a uma letra que permite circunscrever aquilo que não tem inscrição significante. Lacan declara que o uso do termo “objeto” possui uma vertente metafórica como veremos na citação a seguir:

Designar esse pequeno *a* pelo termo “objeto” é fazer um uso metafórico dessa palavra, uma vez que ela é tomada de empréstimo da relação sujeito-objeto, a partir da qual se constitui o termo “objeto”. Ele é certamente apropriado para designar a função geral da objetividade, mas aquilo de que temos que falar mediante o termo *a* é, justamente, um objeto externo a qualquer definição possível da objetividade. (Lacan, 1962-3/2005:99)

Com intuito de afastar-se da perspectiva empírica da objetividade, Lacan introduz uma distinção fundamental entre objetividade e objetividade. Rueda (2008) estabelece a seguinte distinção: “a objetividade como termo último do pensamento científico ocidental, correlato a uma razão pura que se traduz em um formalismo lógico, e a objetividade como correlato de um *pathos* de corte” (p. 226). “A objetividade seria, então, o correlato de um objeto patológico, objeto perdido nos distintos níveis corporais em que se produz seu corte, substrato autêntico de toda a função da causa” (Rueda, 2008:226).

Lacan lançou mão da distinção entre objetividade e objetividade para estabelecer uma diferença entre os objetos comuns e o objeto *a* – o objeto dos objetos. O mundo dos objetos comuns está a serviço da objetividade, paradigma da ciência empírica, que se distingue ao estatuto da objetividade introduzido por Lacan a partir de sua invenção do objeto *a*.

O objeto *a* se distingue dos objetos comuns, pois somente ele se introduz na cena da angústia. “A fórmula retorcida, ‘não sem’, indica que o objeto de que se trata não é um objeto normal, um objeto que pertence ao mundo dos objetos comuns – não é homólogo a estes – mas sim um objeto de outro tipo” (Miller, 2007: 120).

Miller (2007) ressalta que há uma oposição entre duas classes de objetos, os objetos comuns e o objeto *a*. Tal oposição é estrutural no seminário sobre a angústia. Os objetos comuns são do “tipo especular (...), que não são forçosamente pacíficos, objetos de competência, mas também de troca, reconhecíveis e normais, especulares e simbolizáveis” (p. 121). Os objetos de outro tipo são “anteriores a esta comunidade imaginária, que não estão regulados, mas sim carregados de *Triebregung*, que têm uma carga pulsional” (idem).

Ao abordar a série de objetos descrito em sua teoria do objeto *a*, Lacan faz o seguinte questionamento: “pois porventura não vemos que a característica ‘parcial’, justificadamente acentuada nos objetos, não é aplicável por eles serem parte de um objeto total, que seria o corpo, mas por só representarem parcialmente a função que os produz?”. E conclui:

Traço comum a esses objetos em nossa elaboração: eles não têm imagem especular, ou dito de outra maneira, alteridade. Isso é o que lhes permite serem o “estofo”, ou, melhor dizendo, o forro, sem no entanto serem o avesso, do próprio sujeito tomado por sujeito da consciência. Pois esse sujeito, que acredita poder ter acesso a si

mesmo ao se designar no enunciado, não é outra coisa senão um objeto desse tipo. (Lacan, 1960a/1998:832)

Com o advento do objeto *a*, impossível de se inscrever na cadeia significante, abre-se a possibilidade de introduzir um limite no processo de simbolização. Entretanto, é possível estabelecer uma relação entre o objeto *a* e a cadeia significante. Pela via da consistência lógica, característica fundamental do objeto *a*, é possível destacar a relação de dependência entre este objeto e a cadeia significante.

O objeto *a* é um ser, um ser de ficção, que depende da articulação significante. (...) Se é um ser, é um ser que depende da cadeia significante e, precisamente, depende da consistência desta. Eis estão por que Lacan chama o objeto *a* de uma consistência lógica. (Miller, 1996a:195)

Para Lacan a definição algébrica do objeto *a* permite destacar sua função que “aparece numa espécie de lacuna, de *gap*, de resíduo da função do significante” (Lacan, 1962-3/2005:304).

Laurent (2000a) aponta também uma relação entre o objeto *a* e a cadeia significante. Da mesma maneira que o sujeito emerge “por debaixo da cadeia significante, sempre pronto para surgir, para fazer lapsos, para fazer buracos, esquecimentos, e as demais formações do inconsciente” (p. 70), o objeto *a* “também é o vazio que corre sob a cadeia significante. É o vazio que articula os significantes entre si, é o que faz que se salte de um significante a outro; é a intenção de dizer e é o que sempre está contido em um significante” (idem). Laurent é ainda mais enfático em apresentar a ligação entre a cadeia significante e o objeto *a*, ao afirmar que “o pequeno *a* é a forma que permite produzir a cadeia significante” (idem).

O fato do objeto *a* ser designado por uma letrinha, não articular um nome, põe em questão o Nome-do-Pai, pois “o pai é por excelência o que tem um nome, o que dá o nome, o que estabelece a filiação simbólica” (Miller, 2007:109). Nas palavras de Miller, a formulação do objeto *a* abala a potência do Nome-do-Pai. “O Pai, sua potência, tropeça com o objeto *a*” (Miller, 2007: 110).

Dizer que este objeto *a* não é nomeável é só repetir de outra forma o motivo pelo qual Lacan o apresenta neste seminário, a saber, que o objeto *a* é irreduzível à simbolização. Em outras palavras, o objeto *a* vale como o fracasso do Nome-do-Pai, na medida em que o Nome-do-Pai é o operador maior da simbolização. (Miller, 2007: 110)

Na última parte do Seminário da angústia, Lacan anuncia o que seria seu próximo seminário, a saber, a pluralização do Nome-do-Pai. Com isso, Lacan:

esboça uma nova figura do pai, que sabe que o objeto *a* é irreduzível ao símbolo. Trata-se de um pai que não se deixaria enganar pela metáfora paterna, que não creia que esta possa cumprir uma simbolização integral e que saberia, pelo contrário, remeter o desejo ao objeto *a* como sua causa. (Miller, 2007: 112)

Tal irreduzibilidade do objeto *a* ao símbolo, para nós, é correlativo da impossibilidade de atrelarmos a droga à dimensão desse objeto particular inventado por Lacan. Por outro lado, a noção de um objeto comum que se diferencia da dimensão particular do objeto *a* é de grande importância para nosso trabalho, uma vez que reconhecemos que o objeto droga de forma alguma pode ser assimilado como um objeto *a*. Nesse sentido, a noção de objeto comum nos parece mais apropriada para designar o estatuto de objeto concernente à droga, na clínica das psicoses. O objeto comum, como vimos com Miller, é passível de troca e de simbolização. Ao passar pela simbolização o objeto droga ganha o estatuto de um novo significante, por sua posição na cadeia e pela relação particular do sujeito com ele. Não vemos como a droga possa se constituir como um objeto da ordem do não especularizável, que seja causa de desejo e ao mesmo tempo gerador de angústia quando comparece na cena do mundo, gerando a falta da falta. Neste sentido, Tarrab (2000) é enfático ao afirmar que “a droga não é um objeto ‘*a*’” (p. 41). Veremos na seção a seguir as cinco formas do objeto *a*, que possuem a dimensão de um corte, de uma borda do corpo. São formas do objeto pequeno *a* que encarnam uma queda do corpo. Tal propriedade de encarnação de queda em relação ao corpo é mais uma vertente que nos faz afastar o estatuto de objeto da droga enquanto um objeto *a*.

II – C) As cinco formas do objeto *a*

Na quarta parte do Seminário consagrado à angústia vemos surgir as chamadas cinco formas primordiais do objeto *a*. Tais formas já haviam sido indicadas por Lacan em seu escrito “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (1960a/1998), quando evoca o traço de corte das bordas onde se delimitam as zonas erógenas referentes à fonte da pulsão. Lacan nos faz observar que “esse traço de corte é não menos evidentemente preponderante no objeto descrito pela teoria analítica: mamilo,

cíbalos, falo (objeto imaginário), fluxo urinário. (Lista impensável, se não lhe forem acrescentados, conosco, o fonema, o olhar, a voz – o nada.)” (Lacan, 1960a/1998:832).

Ao elencar as formas do objeto da teoria analítica, uma contribuição anterior à sua formulação acerca do objeto *a*, Lacan já imprime uma marca que o faz ir além dos estágios de desenvolvimento da libido descritos por Freud. Lacan introduz nessa lista “impensável” pelos pós-freudianos até então, a voz e o olhar. São objetos que guardam a característica de se destacarem das bordas do corpo e não apresentarem imagem especular, ou seja, são inapreensíveis pelo imaginário.

Sobre este objeto que fornece “estofa” ao sujeito, já evocamos sua particularidade de fazer exceção ao que é da ordem das relações de troca e seu caráter inapreensível ao que concerne ao imaginário, constituindo-se como o resto não especularizável pelo estágio do espelho.

No Seminário dedicado à angústia, Lacan se propõe a nos apresentar um “catálogo” de suas formas. Nesse Seminário, ele nos diz que “nomearemos esses objetos e faremos seu catálogo, talvez exaustivo, esperamos” (Lacan, 1962-3/2005: 104). Esse corresponde à seguinte lista: o seio, as fezes, o falo, a voz e o olhar. “O todo corresponde às cinco formas de perda, de *Verlust*, que Freud aponta em *Inibição, sintoma e angústia* como sendo os principais momentos de aparecimento do sinal” (idem).

O que pode parecer “exaustivo” na apresentação das formas do objeto *a* pode ser atribuído ao fato de Lacan se deter na anatomia do corpo e destacar outras possibilidades de emergência do objeto *a* quando evoca as particularidades embrionárias. Miller aponta que no Seminário dedicado à angústia Lacan “se liga, de modo geral, às particularidades anatômicas, aos corpos em sua relação com seus órgãos, e com uma abordagem que, de alguma forma – esse é o frescor desse Seminário, e também sua crueza” (2005b:32).

A “crueza” destacada por Miller ao referenciar-se ao Seminário sobre a angústia deve-se ao fato de Lacan se diferenciar de Freud e evocar uma lista de objetos que não se apresentam regidos pelo complexo edípico. Este distanciamento do complexo de Édipo é o que permite observarmos uma profusão de objetos que pululam na descrição de Lacan, que passeia do corpo especular ao corpo demarcado por zonas erógenas. “E se os objetos podem aqui emergir como nunca e, ao mesmo tempo, se multiplicar em relação à lista tradicional, é porque são objetos desatados de toda a retroação edípica” (Miller, 2005b:32).

Miller (2007) destaca que o referido Seminário possui dois movimentos distintos que favorecem uma apreensão materialista do objeto *a*, que vai “das aparições ansiógenas do objeto a suas separações erógenas” (Miller, 2007:104). Esses dois movimentos contribuem para que possamos apreender dois estatutos diferentes para o corpo durante este Seminário. Em primeiro lugar o corpo aparece como corpo especular:

se trata do corpo especular, o do estágio do espelho, em sua totalidade, tomado como uma forma, uma boa forma, e inclusive a melhor das formas, posto que se crê sua construção, esta se impõe, para o ser falante, ao mundo perceptivo de seus objetos. É uma *Gestalt*. O primeiro movimento joga sobre esta *Gestalt*, admitindo a possibilidade de mostrar como pode perturbá-la, desdobrá-la, despersonalizá-la, estranhificá-la a irrupção incongruente de um objeto estruturado de outro modo. (Miller, 2007: 105)

O segundo movimento aponta para o recorte do corpo em zonas erógenas e conseqüentemente para uma ampliação da lista dos objetos.

Estes objetos *a* não se detêm em cinco. Em sua abundância, encontram espécies que lhes custaria muito designar, e que não são certamente da ordem da boa forma – como a placenta, os envoltórios do feto, o olhar, que quiçá só seria uma boa forma sob a forma do olho, a voz, que não se inscreve no campo visual. Estamos em um registro donde não se trata da forma, mas sim da zona. Trata-se do corpo das zonas erógenas, que não é o corpo visual. (Miller, 2007: 105)

Miller (2007) destaca que apesar deste segundo movimento apontar para a elaboração do objeto *a* “como uma pura e simples extração corporal” (p. 109), não devemos esquecer que “esta fisiologia do objeto *a* se desenvolve sob o significante da topologia, quer dizer que o objeto *a* tem uma consistência topológica” (idem).

A lista dos objetos inclui os objetos clássicos dos estágios do desenvolvimento: o seio, as fezes e o falo. “O objeto oral e o objeto anal, dos quais se supunha serem sucessivamente prevalentes na cronologia do desenvolvimento do indivíduo ou, de maneira mais precisa, o da libido tal como é finalizada pela sua convergência sobre o objeto genital” (Miller, 1994:47).

Sobre o seio, a criança não o representa como sendo um o objeto do Outro materno, mas sim o toma como parte de si mesma. “O seio não é do Outro, não é o vínculo a ser rompido com o Outro, mas é, no máximo, o primeiro sinal desse vínculo” (Lacan, 1962-3/2005:356). O seio não pode ser atribuído à marca de uma ligação plena

com o Outro. “O objeto que está em jogo no rompimento do vínculo com o Outro, falta ao objeto primário que chamamos de seio uma ligação plena com o Outro” (idem). Lacan destaca que não podemos atribuir ao nascimento, nem tampouco ao desmame uma separação da ligação do sujeito ao Outro materno. Com o trauma do nascimento o sujeito não acede a uma separação da mãe, “mas a própria aspiração de um meio intrinsecamente Outro” (Lacan, 1962-3/2005:355). Com o desmame, Lacan atesta que é a criança que se desmama, desliga-se do seio ao brincar de pegá-lo e soltá-lo. Nessa brincadeira, demonstra-se o caráter ativo da criança no ato de se soltar do seio e evidencia um “desejo de desmame” por parte da criança.

Com o objeto anal, inicia-se um processo de subjetivação da relação com o Outro. Tal processo se dá na medida em que a mãe demanda da criança a cessão do objeto fezes.

A função do objeto *a* que o objeto anal nos permite fazer, na medida em que ele se revela o primeiro suporte da subjetivação na relação com o Outro, ou seja, aquilo em que ou através de que o sujeito é inicialmente solicitado pelo Outro a se manifestar como sujeito, sujeito de pleno direito. (Lacan, 1962-3/2005: 356)

Sobre o seio e as fezes fica clara a sua ligação às zonas erógenas, já quanto ao falo, sabemos desde Freud que não devemos atrelá-lo a nenhum órgão do corpo. Além disso, no ensino de Lacan o falo adquiriu um estatuto particular de um significante que confere significação ao encadeamento significante. Como articular o falo ao objeto *a*, que se constitui como o que faz exceção ao significante?

Em seu escrito denominado “A significação do falo” (1958/1998), Lacan confere ao falo a função significante e afasta a possibilidade de tomá-lo enquanto objeto, como veremos na citação a seguir. Cabe ressaltar, que tal citação é datada e neste momento de seu ensino, Lacan ainda não havia formulado seu objeto particular, ao qual nomeou com uma letrinha, a pequena vogal *a*.

O falo é aqui esclarecido por sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isso um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade implicada numa relação. É menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza. (...) Pois o falo é um significante, um significante cuja função, na economia intra-subjetiva da análise, levanta, quem sabe, o véu daquela que ele mantinha envolta em mistérios. Pois ele é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante. (Lacan, 1958/1998:696-7)

O falo, enquanto significante, se constitui como a marca privilegiada do que os processos de deslocamento (metonímia) e condensação (metáfora) imprimem na relação do sujeito com o significante. Trata-se de um significante particular que traz consigo a marca de uma falta, da falta de objeto e da falta significante. “A chave da significância do falo é aquela da falta do objeto, e que esta sempre é redutível a uma falta de significante” (Leguil, 2008:122).

Miller evoca uma inversão operada pela formulação do objeto *a* no Seminário consagrado à angústia. Até o Seminário sobre a transferência (1960-1/1992) Lacan apontava como a possível abordagem do órgão a via do significante. No Seminário dedicado à angústia, entretanto, vemos surgir órgãos que não podem aceder à categoria significante.

A relação entre o falo e a falta é evocada por Lacan em seu *Seminário 10*. “O falo, ali onde é esperado como sexual, nunca aparece senão como falta, e é essa sua relação com a angústia. Tudo isso significa que o falo é chamado a funcionar como instrumento de potência” (Lacan, 1962-3/2005:293). Sua potência está atrelada a uma condição de falta, na medida em que ele nunca comparece onde se espera sua presença. “Daí a notação (- ϕ), que denota essa carência, digamos, positiva” (Lacan, 1962-3/2005:283).

O falo funciona em toda parte, numa função mediadora, exceto onde é esperado, ou seja, na fase fálica. É essa carência do falo, presente e identificável em todos os outros lugares, não raro para nossa grande surpresa, é o esvaecimento da função fálica no nível em que se espera que o falo funcione, que constitui o princípio da angústia de castração. (Lacan, 1962-3/2005: 283)

Sobre o objeto *a* destacado em cada um dos estágios freudianos, a saber, o oral, o anal e o fálico, Lacan nos diz o seguinte:

Há, no estágio oral, uma certa relação com o desejo velado da mãe. No estágio anal, há, para o desejo, a entrada em jogo da demanda da mãe. No estágio da castração fálica, há o menos-falo, a entrada da negatividade quanto ao instrumento do desejo, no momento do surgimento do desejo sexual como tal no campo do Outro. Mas, nessas três etapas, o processo não se detém, uma vez que, em seu limite, deveremos encontrar a estrutura do *a* como separado. (Lacan, 1962-3/2005: 251)

Cada uma das formas do objeto *a*, que se apresentam separados do corpo, corresponde a um tipo particular de angústia. “Cada um é gerador e correlato de um tipo

de angústia” (Lacan, 1962-3/2005: 266). Sobre as cinco formas de objeto *a*, Miller ressalta que tais formas encontram-se capturadas por Lacan diretamente no corpo, ou ainda, soletradas no corpo.

Ali, cada uma de suas formas é soletrada, mas soletrada no corpo. Cada uma dessas formas do objeto *a* é soletrada como um pedaço de corpo. O pequeno *a* não aparece como o produto de uma estrutura articulada, mas sim como o produto de um corpo despedaçado. Sem dúvida, esses objetos respondem a uma estrutura comum, estrutura de borda, estrutura de rebento. Mas, no Seminário: A angústia, essas estruturas são enraizadas no corpo. (Miller, 2006b:32)

No catálogo lacaniano dos objetos *a*, a introdução dos objetos escópico e vocal, que correspondem aos patamares, respectivamente, do olho e do ouvido, merece considerações particulares. Só foi possível a Lacan introduzir esses objetos em função de sua experiência enquanto psiquiatra com a fenomenologia das psicoses. A possibilidade de se incluir a voz no catálogo de objetos *a* deve-se ao mestre de Lacan, a saber, Clérambault, que elaborou o conceito de automatismo mental. Já a extração do objeto olhar deve-se à sua experiência clínica com psicóticos que experimentam o delírio de vigilância (Miller, 1994).

Para cingir o que do olhar tem relação com a angústia, mais precisamente com o desejo do Outro, do qual a angústia é sinal, Lacan se utiliza de uma imagem de Buda. Trata-se de uma estátua de cerca de três metros de altura, com a qual ele se deparou em uma viagem ao Japão. O autor se utiliza dessa imagem para nos apresentar do que se trata no que se refere ao patamar do olho de onde se extrai o olhar. Destaca uma imprecisão na expressão do rosto da estátua do Buda: não se sabe se ele está voltada para fora ou para si própria, assim como não fica claro se trata-se de uma imagem masculina ou feminina.

Para Lacan, esta imagem guarda uma íntima relação com o que é da ordem do objeto em sua vinculação com o desejo. “Creio que há nisso um fato sumamente decisivo para abordarmos o que poderemos chamar de variedade das soluções do problema do objeto. (...) Creio ter-lhes mostrado suficientemente a que ponto ele é um objeto para o desejo” (Lacan, 1962-3/2005: 250).

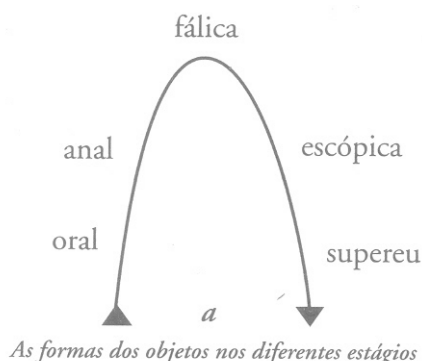
A fenda do olho da imagem do Buda é destacada em função de sua particularidade em relação a outras estátuas budistas, na medida em que nesta específica não há abertura do olho. Lacan nos apresenta detalhes sobre a constituição das estátuas

budistas, nas quais se observa um olho que não se pode dizer que esteja fechado, nem tampouco semicerrado, pois se apresenta em uma posição específica que se obtém por meio de um aprendizado. Tal posição corresponde a uma determinada disposição da pálpebra que se apresenta abaixada permitindo que seja visto apenas um pequeno fio do branco do olho e somente uma borda da pupila.

Se Lacan se dedica a descrever com precisão sua visita a essa estátua é para nos demonstrar seu caráter peculiar e sua estranheza que toca a dimensão de angústia particular que pode ser vivenciada na relação com o objeto escópico. Lacan também destaca o caráter reflexivo do olho que o aproxima da estrutura especular, bem como o fascínio da função do olhar relativo ao que é do campo do drama do desejo. Sobre esse drama, Lacan nos diz que “permaneceria opaco para nós se não houvesse a angústia para nos permitir revelar seu sentido” (Lacan, 1962-3/2005:267). O objeto *a*, portanto, se constitui com a via régia que permite atravessar a opacidade do desejo.

O objeto escópico, Lacan também articula sua relação específica com o que é da ordem da localização espacial do sujeito que se encontra atrelada ao desejo. Trata-se do “espaço no que ele nos apresenta de característico em sua relação com o desejo” (Lacan, 1962-3/2005: 276). Lacan acrescenta que “o espaço não é uma idéia. Tem uma certa relação não com o espírito, mas com o olho. O espaço está pendurado neste corpo” (idem).

O objeto vocal é o último a ser apresentado por Lacan e ocupa o lugar derradeiro no arco no qual Lacan insere as cinco formas do objeto *a*. Cabe ressaltar o caráter circular atribuído às cinco formas dos objetos em seus diferentes estágios. Veremos adiante de que forma o objeto vocal faz uma circularidade e toca o objeto oral.



Miller ressalta que na história da psicanálise o objeto vocal tenha passado despercebido, na medida em que “o ponto de vista diacrônico, cronológico da relação de objeto comandou a perspectiva” (Miller, 1994:47). Miller acrescenta que só foi possível a Lacan elaborar sua formulação acerca do objeto vocal na medida em que ele adotou a perspectiva estrutural em sua aceção do inconsciente estruturado enquanto uma linguagem.

A distinção entre o binômio *significante* e *significado* – elementos constitutivos da estrutura de linguagem – e o objeto *a* é de fundamental importância para a formulação lacaniana do objeto vocal. Lacan, de entrada, aponta que não devemos atrelar o objeto voz à fonética. “O que sustenta o *a* deve ser bem desvinculado da fonetização” (Lacan, 1962-3/2005:275). Por outro lado, acrescenta que na linguagem não se trata de vocalização e dá o exemplo dos surdos, que se comunicam através de uma linguagem própria e apresentam alucinações verbais (1962-3/2005: 299).

A lingüística acostumou-nos a perceber que esta não é outra coisa senão um sistema de oposições, com o que ele introduz de possibilidades de substituição e deslocamento, metáforas e metonímias. Esse sistema apóia-se em qualquer material capaz de organizar em oposições distintivas entre um e todos. Quando alguma coisa desse sistema passa para uma emissão, trata-se de uma dimensão nova, isolada, de uma dimensão em si, a dimensão propriamente vocal. (Lacan, 1962-3/2005: 275)

O sistema da linguagem, com seus mecanismos de funcionamento regidos pelas operações de metáfora e metonímia, encontra-se em um registro diferente da vocalização. Ao passar para o que é da ordem da emissão vocal, a linguagem muda de registro, passando a operar com um objeto que se destaca do corpo. “O interesse desse objeto está em nos apresentar a voz de uma forma exemplar, na qual, de certa maneira, ela é potencialmente separável” (Lacan, 1962-3/2005:274). Miller deixa claro que “a voz como objeto *a* não pertence de maneira alguma ao registro sonoro” (Miller, 1994: 48). Sobre a impossibilidade de atrelar o objeto *a* ao que é da ordem do sonoro, da fonetização, ele nos diz que:

Apesar da voz como objeto *a* em nada pertencer ao registro sonoro, isso não impede que as considerações que podem ser feitas sobre a voz, por exemplo, a partir do som enquanto distinto do sentido ou sobre todas as modalidades de entonação, só possam se inscrever na perspectiva de Lacan se forem ordenadas a partir da função da voz, se assim posso dizê-lo, como a-fônica. Isso é sem dúvida um paradoxo,

mas que diz respeito ao fato dos objetos ditos *a* só possam afinarem-se com o sujeito do significante se perderem toda substancialidade, se estiverem centrados no vazio que é a castração (Miller, 1994: 48).

Foi para dar conta dessa dimensão emissível da voz e responder à formulação da seguinte pergunta: “em que mergulha, em termos corporais, a possibilidade dessa dimensão emissível?” (Lacan, 1962-3/2005:273) que Lacan lançou mão de um objeto particular da cultura judaica, o chofar. Trata-se de um objeto concreto que servirá à Lacan de “eixo para substantivar diante de vocês o que entendo pela função do *a* nesse estágio, o último, no qual ele nos permite revelar a função de sustentação que liga o desejo à angústia no que é seu verdadeiro nó” (Lacan, 1962-3/2005:268).

A emissão de som produzida por esse objeto, que Lacan faz questão de adjetivar como um objeto ritual, aponta para uma aparição sonora apartada da fonetização. O chofar constitui-se de um chifre, em geral de carneiro, que quando se sopra produz um som peculiar. Seu som pode ser ouvido nos rituais das festas judaicas que se sucedem ao Ano-Novo e se encerram no Dia do Perdão. Seu caráter ritual possui relação com a estrutura totêmica da religião judaica e tem como objetivo renovar a aliança com Deus e reavivar a lembrança do momento do sacrifício de Abraão, quando Deus intervém e substitui o objeto do sacrifício – Isaac o primogênito, pelo carneiro.

Os sons emitidos pelo chofar possuem uma característica peculiar de evocar a comoção daqueles que se encontram envolvidos no ritual religioso. Lacan destaca o caráter “profundamente comovente e inquietante desses sons” (Lacan, 1962-3/2005: 269) e acrescenta que:

Independentemente do clima de recolhimento, de fé ou de arrependimento em que eles se manifestem e ressoem, uma emoção inusitada surge pelas vias misteriosas do afeto propriamente auditivo, as quais não podem deixar de comover, num grau realmente insólito, todos os que ficam ao alcance desses sons. (Lacan, 1962-3/2005: 269)

A comoção produzida por esse “afeto propriamente auditivo” pode ser atribuída à intervenção do objeto *a* vocal, em sua dimensão emissível que se destaca da fonetização e produz esse afeto primordial denominado angústia. O som do chofar é atribuído à própria voz de Deus, que se apresenta dissociada do processo de significantização, como o “mugido de Deus” (Lacan, 1962-3/2005: 274).

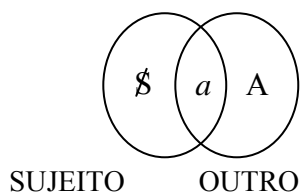
Lacan, ao mencionar esse objeto particular, o chofar, passeia entre o vocal e o oral. Nesta passagem do Seminário sobre a angústia, vemos Lacan “oscilar do estádio oral para alguma coisa que é a voz, e que sustentei mediante sua evocação sob a forma separada, materializada num objeto, o chofar” (Lacan, 1962-3/2005:283). Tal oscilação, a nosso ver, deve-se ao fato do chofar se constituir como um objeto de sopro que toca o registro da oralidade, mas também um instrumento que remete ao banquete totêmico.

Mais adiante neste capítulo, trataremos das formas alucinatórias de manifestação do objeto escópico e vocal que se observam nas psicoses. Antes trataremos das operações de constituição da subjetividade humana, a saber, a alienação e a separação. Veremos que na psicose, na ausência do Nome-do-Pai que incide como operador do processo de separação, o objeto *a* comparece nas experiências alucinatórias como não extraído.

II – D) O objeto *a*: entre o campo do Outro e o campo do sujeito

“É nessa terra de ninguém feita de angústia e êxtase,
entre eu e o Outro, que Lacan situa o objeto *a*.”
(Vieira, 2008:77)

Já evocamos acima o estatuto de resto do objeto *a*. Fruto da “álgebra lacaniana” (Lacan, 1964/1998:77), o objeto *a* se constitui como o resto de uma operação de “divisão do Outro pelo sujeito” (Miller, 2005b:10). Vieira (2008), ao destacar essa “terra de ninguém” entre o sujeito e o Outro, situa a posição de intersecção do objeto *a* no que concerne ao campo do sujeito e do Outro, explicitada por um esquema como o que vemos a seguir:



Miller (2005b) acentua que o Seminário sobre a angústia se constitui como a construção da “inscrição do sujeito no campo do Outro como lugar do significante. E o sujeito não pode se inscrever aí senão marcado pela recorrência, pela repetição da cifra 1” (2005b:10). O autor conclui que o que pode se isolar deste seminário de Lacan é a “marca primeira do traço unário da identificação subjetiva” (idem).

A operação de divisão do Outro pelo sujeito é responsável por essa inscrição subjetiva no campo do Outro, da ordem significante. Esse esquema elementar de divisão pode ser associado ao processo de alienação e separação, inerente à constituição subjetiva, que será tratado mais adiante neste capítulo. Lacan, em seu Seminário dedicado à angústia, nos apresenta de forma inédita três esquemas de divisão, que são discutidos e reformulados até atingir sua forma completa como vemos abaixo.

A	S	<i>Gozo</i>
<i>a</i>	A	<i>Angústia</i>
Œ		<i>Desejo</i>

A angústia entre o gozo e o desejo

Este “ternário ordenado” (Miller, 2005b:47) composto pelos termos gozo, angústia e desejo, que ocupam os três patamares do esquema completo da divisão subjetiva, correspondem, cada um deles, aos chamados três tempos da operação de constituição do sujeito no campo do Outro. Trata-se do “processo de subjetivação, posto que o sujeito tem que se constituir no lugar do Outro, sob a forma primária do significante, e com base no dado tesouro do significante já constituído no Outro” (Lacan, 1962-3/2005:179).

A disposição em patamares possui uma função para Lacan, trata-se de uma “função – não mediadora, mas mediana – da angústia entre o gozo e o desejo” (Lacan, 1962-3/2005:192).

O primeiro patamar corresponde ao gozo. Lacan destaca que só é possível estabelecer uma referência a esse primeiro tempo do gozo de modo retroativo. Esse primeiro tempo do processo de subjetivação refere-se ao tempo mítico, no qual encontramos o sujeito mítico não barrado (S). Trata-se do “sujeito indeterminado quanto à sua denominação, mas o final de meu discurso lhes permitiu reconhecer como seria possível denominá-lo nesse nível mítico, anterior a todo o jogo da operação” (Lacan, 1962-3/2005: 192). Lacan chega a denominar esse sujeito mítico como sujeito do gozo, “na medida em que essa expressão tenha sentido, mas, justamente, por razões às quais voltaremos, não podemos de modo algum isolá-lo como sujeito, a não ser miticamente” (idem).

Sobre o acesso ao gozo, Lacan ressalta que ao objeto *a* não pode ser atribuída a função de acessar o gozo. Trata-se, na realidade, do objeto *a* como uma via de acesso ao Outro. “O *a* como tal, e nada mais, é o acesso não ao gozo, mas ao Outro. Isto é tudo que resta dele, a partir do momento em que o sujeito quer fazer sua entrada nesse Outro” (Lacan, 1962-3/2005:197-8).

O tempo da angústia refere-se ao segundo tempo desse processo de subjetivação. É nesse tempo que encontramos o objeto *a* enquanto resto da operação de divisão subjetiva. O objeto *a* e suas aparições na cena do mundo guardam uma íntima relação com a experiência da angústia. Sobre este tempo lógico da angústia que tem como consequência a extração do objeto *a* enquanto resto do processo de subjetivação, Lacan nos diz o seguinte:

Na medida em que ele é a sobra, por assim dizer, da operação subjetiva, reconhecemos estruturalmente nesse resto, por analogia de cálculo, o objeto perdido. É com isso que lidamos, por um lado, no desejo, por outro, na angústia. Lidamos com isso, na angústia, num momento logicamente anterior ao momento em que lidamos com isso no desejo. (Lacan, 1962-3/2005: 179)

O terceiro e último tempo do processo de constituição subjetiva corresponde ao momento no qual vemos surgir o sujeito barrado ($\$$), enquanto cociente da operação de divisão, e sua relação com o desejo. “O que entra no patamar inferior, o que advém no fim da operação, é o sujeito barrado, ou seja, o sujeito tal como implicado na fantasia, na qual ele é um dos dois termos que constituem o suporte do desejo” (Lacan, 1962-3/2005:192).

Lacan destaca que o $\$$ é o término dessa operação em forma de divisão. Sobre o objeto *a*, enfatiza que este é irreduzível, é um resto, e não há nenhum modo de operar com ele. Aqui podemos supor que a inversão dos termos, na qual o $\$$ é colocado no patamar inferior do quadro da divisão subjetiva, deva-se ao fato de não ser possível qualquer manejo com o objeto *a*. Apesar disso, Lacan irá destacar a articulação entre este objeto particular que resiste à significantização e a constituição do sujeito barrado e desejante.

Ora, é justamente esse dejetivo, essa queda, o que resiste à “significantização”, que vem a se mostrar constitutivo do fundamento como tal do sujeito desejante – não mais o sujeito do gozo, porém o sujeito como aquele que está no caminho de sua busca, a qual não é a busca de seu gozo. Mas é ao querer fazer esse gozo entrar no lugar do

Outro, como lugar do significante, que o sujeito se precipita, antecipa-se como desejante. (Lacan, 1962-3/2005:193)

Apesar de encontrarmos o objeto *a* do lado do Outro (A) no quadro da divisão subjetiva, existe uma ambiguidade na qual não se sabe onde inserir esse objeto paradoxal, se no campo do Outro ou do sujeito. É bem verdade que o sujeito, tal como podemos ter acesso a ele, a saber, marcado pela barra do significante, se constitui no campo do Outro. Além disso, o próprio sujeito barrado se insere no lado do Outro (A).

Ao destacar a posição de exceção do objeto *a* em relação ao significante, Miller aponta para uma dimensão paradoxal envolvida na dificuldade de inscrição desse objeto entre o campo do sujeito e do Outro. “O objeto *a*, este termo que faz exceção paradoxal – o paradoxo se marca porque não se sabe verdadeiramente de que lado inscrevê-lo entre o sujeito e o Outro” (Miller, 2005b:24).

Ao longo do Seminário da angústia, vemos o objeto *a* passear entre o campo do Outro e do sujeito. Lacan evoca a placenta e o seio como vestimentas do objeto *a*. A primeira refere-se a um objeto que situa-se na junção entre o sujeito e o Outro materno, e o segundo, trata-se de um objeto que, a princípio, a criança o incorpora como parte de si mesma, para posteriormente representá-lo como objeto fora de seu corpo. Assim nas palavras de Miller,

vemos que *a* se encontra ora do lado do sujeito, ora do lado do Outro, ora como amboceptor, cumprindo uma conjunção dos dois. Também se o vê como ectópico ou sob a forma do parasitismo fetal ou inclusive da intrusão do Outro no espaço corporal do sujeito. (Miller, 2007:107)

Essa noção do objeto *a*, como amboceptor, cumprindo uma função de conjunção entre o sujeito e o Outro, nos parece de extrema importância para o nosso trabalho. Na clínica com sujeitos psicóticos, na medida em que não há a extração do objeto *a*, a relação com o Outro não vem ser mediada por esse objeto particular. O sujeito parece se manter em uma conjunção alienante com o Outro, sem possibilidade de separação. Veremos agora as operações de alienação e separação que são constituintes da subjetividade.

Alienação e separação

As operações de alienação e separação são constituintes do sujeito barrado, que se representa pelo significante. Já vimos que o sujeito barrado se produz a partir de uma operação de divisão entre o Outro e o sujeito mítico não barrado.

Se algo de novo foi introduzido com a conceitualização da constituição do sujeito pela via da alienação e separação, tal novidade só foi possível a partir da virada teórica produzida pelo Seminário dedicado ao tema da angústia (1962-3/2005). Miller aponta que este seminário se constituiu como “o ateliê, o canteiro de obras” (2005b:34), de onde Lacan extraiu o alicerce para sua virada conceitual.

Sob a égide deste quarto paradigma do gozo (Miller, 2000) referente ao advento da conceitualização do objeto *a*, Lacan vai buscar apoio na teoria de conjuntos para formalizar as operações de alienação e separação, que se constituem como mecanismos de produção, respectivamente, do sujeito e do objeto em relação ao campo do Outro. É importante destacar que tais mecanismos renovam a articulação entre o gozo e o simbólico. A primeira operação, alienação, se constitui como eminentemente simbólica, e a segunda, a separação, se constitui como o resultado da primeira e implica em uma “resposta de gozo” (Miller, 2000:93).

Lacan dá maior ênfase às operações de constituição do sujeito em um momento posterior à formulação do objeto *a*. Em seu ensino, elas se apresentam em destaque no *Seminário, Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1998). Entretanto, em “Posição do inconsciente” (1960b/1998), fruto de uma conferência proferida no Congresso de Bonneval, Lacan já nos oferece algumas diretrizes de tais operações constituintes do sujeito.

Sobre a operação de alienação, Lacan nos diz ainda em 1960, antes da conceitualização do objeto *a*, que ela é própria ao sujeito e ressalta que “num campo de objetos, não é concebível nenhuma relação que gere alienação, a não ser a do significante” (1960b/1998:854). Ao conferir prioridade ao campo do significante, ele se inspira na experiência freudiana que lançou luz sobre as formações do inconsciente.

Conferir essa prioridade ao significante em relação ao sujeito é, para nós, levar em conta a experiência que Freud nos descortinou, a de que o significante joga e ganha, por assim dizer, antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do *Witz*, do chiste, por exemplo, ele

surpreender o sujeito. Com seu *flash*, o que ele ilumina é a divisão entre o sujeito e ele mesmo. (Lacan, 1960b/1998:854)

O registro do significante é o operador que produz a divisão originária do sujeito. “Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala, mas ao preço de cristalizá-lo” (Lacan, 1960b/1998:854).

O sujeito se constitui no campo do Outro, mas “não é o fato de essa operação se iniciar no Outro que a faz qualificar de alienação. Que o Outro seja para o sujeito o lugar de sua causa significante só faz explicar, aqui, a razão por que nenhum sujeito pode ser a causa de si mesmo” (Lacan, 1960b/1998:855).

Lacan concede à operação de alienação a propriedade matemática de uma reunião e a associa ao *vel* implicado na alienação, que produz uma escolha forçada. “O *vel* é uma palavra oriunda da lógica e que indica a relação entre dois conjuntos através da conjunção ‘ou’” (Brodsky, 2006:280). Na famosa escolha entre a bolsa e a vida está implicada uma escolha forçada, na qual está inerente uma perda: ou perde-se a vida e a bolsa, na medida em que o sujeito escolha a bolsa, ou perde-se a bolsa para manter-se vivo. Não se trata de uma escolha de uma coisa ou outra, mas da perda de uma ou das duas.

Não há como escapar da incidência da linguagem que antecede o sujeito. Por isso, a operação de alienação se constitui como um destino inexorável. Lacan ressalta que o *vel* da alienação impõe ao sujeito uma divisão. Dessa forma, só há emergência do sujeito pela via dessa divisão.

A segunda operação, a de separação, consiste no ponto “onde se fecha a causação do sujeito, para nela constatar a estrutura de borda em sua função de limite, bem como na torção que motiva a invasão do inconsciente” (Lacan, 1960b/1998:856). Para se separar, o sujeito “para se enfeitar com o significante sob o qual sucumbe, o sujeito ataca a cadeia, que reduzimos à conta exata de um binarismo, em seu ponto de intervalo” (Lacan, 1960b/1998:857-8).

Nessa operação de divisão, o sujeito se depara com uma falta no campo do Outro, que poderia produzir seu próprio desaparecimento. “Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe na alienação primária” (Lacan, 1960b/1998:858).

Mas o que ele assim preenche não é a falha que ele encontra no Outro, e sim, antes, a da perda constitutiva de uma de suas partes, e pela qual ele se acha constituído em duas partes. Nisso reside uma torção através da qual a separação representa o retorno da alienação. É por ele operar com sua própria perda, a qual reconduz a seu começo. (Lacan, 1960b/1998:858)

Sobre a importância do campo do Outro na constituição do sujeito Lacan nos diz, logo de início, que “o Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/1998:193-4).

Neste sentido, Lacan acrescenta que o que pretende acentuar são “as operações de classificação do sujeito em sua dependência significante ao lugar do Outro” (Lacan, 1964/1998:196). “Tudo surge da estrutura do significante. Essa estrutura se funda no que primeiro chamei a função do corte, e que se articula agora, no desenvolvimento de meu discurso, como função topológica da borda” (idem).

As operações que constituem o sujeito na sua relação com o Outro estão relacionadas com uma hiância, referente à dupla falta que incide sobre ambos. “A relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro num processo de hiância” (Lacan, 1964/1998:196). Lacan retoma a idéia de que essas operações responsáveis pela constituição do sujeito possuem a propriedade de serem circulares, mas não há reciprocidade ou simetria.

Ambos os processos possuem características próprias: enquanto a alienação pressupõe uma reunião e introduz uma marca, o S_1 , a separação introduz uma interseção de onde se extrai um produto, o objeto a . Neste sentido, Vieira destaca que “a marca e o resto, ou traço unário e o objeto a , têm uma articulação estrutural” (2008:116), pois ambos estão ligados às operações de alienação e separação.

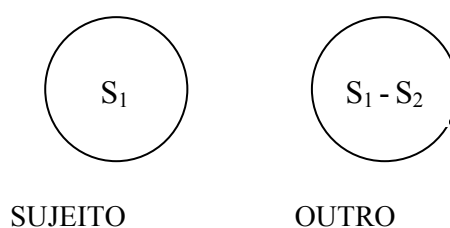
Para Nepomiachi (2006) o sujeito da alienação não é uma coisa nova, é o mesmo que Lacan tratou em momentos anteriores de seu ensino como o sujeito dividido, que perdeu seu ser. A operação de separação instaura o objeto como complemento do sujeito. A alienação é a figura de seu destino, é o sujeito alienado ao seu destino, alienado ao discurso do Outro, aos significantes do Outro, aos ditos do Outro.

A operação de separação, para Nepomiachi (2006), é como uma temporalidade correspondente à possibilidade para o ser de se realizar nessa função de complementariedade em ligação com o objeto a (p. 225-6). O princípio operador do

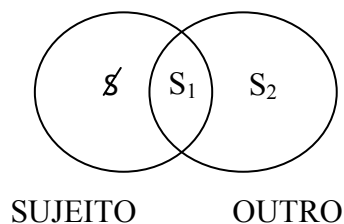
processo de separação é o significante do Nome-do-Pai, que, como vimos a propósito da metáfora paterna, tem a função de incidir sobre o desejo materno, separando mãe e filho. Na ausência do Nome-do-Pai, decorrente da foraclusão, o processo de separação não opera. Isso tem como conseqüência o fato da extração do objeto a não ocorrer. Não há a produção deste resto, fruto da operação de divisão entre o sujeito e o Outro, o que tem como resultado a manifestação de produções alucinatórias, nas quais o objeto a em suas formas de olhar e voz tornam-se prevalentes. Na seção seguinte deste capítulo veremos as vicissitudes das experiências alucinatórias envolvendo a voz e o olhar que incidem na vivência de sujeitos psicóticos.

Brodsky (2006) ressalta que para que possamos apreender o que concerne às operações de alienação e separação é preciso partir da consideração de que o Outro pré-existe ao sujeito e que o sujeito é evanescente, é uma produção que se renova, por exemplo, na experiência analítica, cada re-encontro com o Outro.

No processo de alienação, Brodsky (2006) ressalta com Lacan que se trata de uma operação de reunião, “a soma dos elementos comuns aos dois conjuntos” (p. 278). O recurso à matemática dos conjuntos é interessante para demonstrar esta operação de reunião. Em princípio, temos do lado do sujeito apenas um significante, um S_1 que o designa, que o “cristaliza”, que “petrifica” o sujeito para utilizar as palavras de Lacan. Do lado do Outro, vemos surgir o binário significante S_1-S_2 .

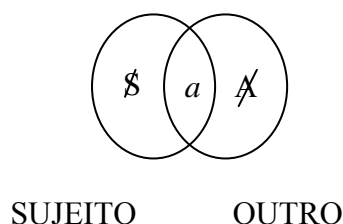


O S_1 pode aparecer nos dois conjuntos pelo fato de o significante mestre que aparece no lado do sujeito tratar-se de um significante que faz insígnia e que pode ser definido como um significante referido ao nada (Brodsky, 2006:279). O fato desse significante aparecer em ambos os conjuntos permite situá-lo na interseção, lugar que Lacan nomeia em seu *Seminário 11* como o “não senso” (Lacan, 1964/1998:200).



O sujeito que se identifica com o significante primordial é o mesmo que se faz produto da cadeia significativa S_1 - S_2 (Brodsky, 2006: 285). É preciso ressaltar que o sentido do S_1 não é o mesmo que se considera do lado sujeito ou do lado do Outro. (Brodsky, 2006:288).

Brodsky conclui suas considerações sobre os conjuntos representativos do sujeito e do Outro situando no lugar da interseção o objeto a . Ela pontua que Lacan situa o objeto a nesse lugar para marcar o resultado de uma mesma interseção referente a duas faltas, a do sujeito e a do Outro. No esquema abaixo, vemos como essas duas faltas se representam pela barra que incide sobre o Outro e sobre o sujeito.



A alienação consiste em uma operação de união do sujeito com o Outro. O sujeito se constitui através dessa relação com os significantes provenientes do Outro. Lacan resalta que “o significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação” (Lacan, 1964/1998:197). Mas, nessa operação de constituição do sujeito pelo significante, uma perda se coloca, o sujeito perde algo do ser, reduzindo-se a não ser nada além do que um significante.

A operação de separação está dada a todos os sujeitos falantes. Soler (1997) ressalta que “a alienação é o destino. Nenhum sujeito falante pode evitar a alienação. É um destino ligado à fala. Mas a separação não é um destino” (p. 62). O fato do processo de separação não ser um destino para todos é decorrente do caso da psicose, no qual não se observa o resultado do processo de separação, que concerne à extração do objeto a . Enquanto a alienação está dada para todos inclusive para sujeitos psicóticos, com uma ressalva quanto ao autismo, que Soler (1999) situa aquém da alienação, como uma

recusa ao campo do Outro, o processo de separação não se completa nas psicoses. Daí as tentativas, muitas vezes desesperadas, de separação do Outro, nas quais podemos situar o consumo de drogas. É digno de nota que o recurso à droga também pode estar a serviço da manutenção de uma conexão com o Outro materno. Os casos que serão apresentados a seguir demonstram essas duas possibilidades relativas ao recurso à droga, que se articulam com o processo de alienação e separação

Neste sentido, Miller (1998) nos oferece contribuições importantes sobre a relação entre uso de drogas e as operações de separação e alienação. Ele comenta que o uso de drogas como a maconha e a cocaína podem estar a serviço da ligação com o Outro social, são drogas típicas da alienação. “A maconha é um sintoma às vezes compatível com o social, pois não se pode dizer que ela afasta do Outro, pode até facilitar laços sociais” (p. 18). É o que veremos a propósito do caso de Eduardo (p. 177 a seguir) que usava a maconha na tentativa de se inserir no laço social, no grupo dos “cariocas”. Ela o ajudava a falar como eles, já que vinha de outro estado e tinha dificuldades de se inserir na linguagem particular dos cariocas, que para ele era composta por gírias que ele não compreendia. Quando se trata de drogas como a heroína, seu uso contribuiria para a separação do Outro.

É importante que relativizemos esta contribuição de Miller, pois, a nosso ver, não se trata de uma particularidade da droga, seja ela qual for, que vai permitir que ela funcione pela via da alienação ou da separação. Consideramos que qualquer droga, independente de sua forma de ação, de seu princípio ativo, pode funcionar para ambas as funções de acordo com o caso. É a função que o sujeito engendra para a droga na sua relação singular com esta que será determinante no fato dela operar pela via da separação ou da alienação.

Brodsky aponta que na clínica atual, em alusão às indicações de Laurent e Miller no Seminário *O Outro que não existe e seus comitês de ética* (1996-7/2005), existem duas formas de toxicomanias, as que se situam do lado da alienação e aquelas que se situam do lado da separação. Do lado da alienação o recurso à droga funciona como uma forma de ligação com o Outro; já do lado da separação, o sujeito se separa do Outro sem que nada vá a seu sentido, “são totalmente autísticos” (Brodsky, 2006: 292).

O caso de João e a alienação

Trata-se do caso de João, que trabalhamos em nossa dissertação de mestrado (Martins, 2004). Introduziremos agora uma discussão acerca desse caso, mas o retomaremos em nosso trabalho, quando tratarmos das questões das alucinações verbais (p.107 adiante) e das possíveis articulações entre o delírio e a droga (p. 174). Ao iniciar o relato do caso, passarei a narrativa para a primeira pessoa do singular, destacando meu encontro com a clínica da psicose, mais especificamente com sujeitos psicóticos que em algum momento de suas trajetórias particulares recorreram ao uso de drogas. Assim, a cada relato de caso nesta tese faremos esta mudança de narrativa.

João me foi encaminhado pelo psiquiatra que o acompanhava. O encaminhamento se deu no momento em que ele estava internado em uma enfermaria psiquiátrica, por de ter apresentado uma desestabilização psicótica em função da retirada dos medicamentos neurolépticos realizada pelo médico, que ainda fazia uma investigação diagnóstica. Era a hipótese diagnóstica de uma esquizofrenia que se investigava e a dúvida pairava em função do uso contínuo de solventes que o sujeito em questão apresentava, que poderia se caracterizar como a etiologia exógena dos fenômenos psicóticos.

O recurso ao solvente para João adquiriu o caráter de exclusividade. Ele chegou a passar dois anos praticamente recluso em seu quarto, só saía de casa para comprar o solvente de que fazia uso contínuo, com a conivência de sua mãe. O isolamento em que vivia refletia também sua impossibilidade de inserção em laços sociais: “eu passei a minha vida toda usando solvente, trancado no quarto isolado, sem vida social. Eu me sinto um inútil. Eu nunca liguei para a sociedade, eu usava solvente e andava de ônibus e nem ligava para as pessoas, andava vagando pela rua. Eu hoje não tenho amigos do segundo grau, do trabalho, não tenho meio social”. Quando criança, já apresentava dificuldade de se integrar em atividades coletivas, não gostava de festas, sentia-se mal e logo pedia para ir embora. Tal dificuldade, segundo João, também contribuiu para o início do uso de solventes.

A relação de dependência com a droga reeditava a sua relação com sua mãe. João diz ser “dependente emocionalmente” de sua mãe, da mesma forma que é “dependente do solvente”. Pensar na possibilidade de perder sua mãe é algo que o acompanha desde muito jovem, o que o remetia ao sentimento de desamparo. Ele diz que “achava que se ela morresse antes de eu entrar para o exército, eu não ia conseguir,

porque ela não ia passar a minha farda”. A idéia de morte dessa mãe é acompanhada por desespero, uma vez que ela o sustenta em casa e, durante muito tempo, também sustentou o uso do solvente, permitindo que ele usasse em seu quarto. Depois que sua mãe começou uma terapia, ela passou a não mais permitir que ele fizesse uso dentro de casa; assim, ele passou a usar na praia e em uma cachoeira. Essa mãe cerceia qualquer iniciativa de João de independência, como trabalhar: “Ela não deixa eu fazer nada fora de casa”. As poucas tentativas de trabalho foram logo interrompidas, também em função das repetidas internações e experiências de alucinações verbais, que ele nomeia como “palhaçadas”, que o fazem pedir demissão.

O horror pela morte da mãe é associado a idéias de auto-extermínio. Sua mãe lhe diz que quando de sua morte, João pode usar solvente, ela apenas não quer vê-lo usando. O uso do solvente parece ser a única maneira de escapar do olhar mortífero dessa mãe: “se eu voltar a usar vou ter que ir para a cachoeira para ela não me olhar”. João fala que quando sua mãe morrer voltará a usar solvente até a morte, “aí ela não ia ver o meu sofrimento e eu o dela”. Trata-se de uma relação especular, em que o sujeito é lançado no lugar de objeto que representa o sofrimento de sua mãe, sofrimento este que parece formar uma massa com o seu próprio sofrimento, não há separação.

Certa vez, ele relata que já chegou a armazenar em seu quarto 60 latas vazias de solventes, o que representava “um troféu de sobrevivência”, ao que acrescenta que é uma tentativa de sobreviver diante de sua “realidade”.

Em seu isolamento no quarto, o objeto solvente permite que se mantenha “ligado” em sua mãe, pois esta também inala involuntariamente este objeto volátil que invade o ambiente de sua casa. João refere-se a essa “ligação” com a mãe como uma “ligação muito forte”, ou seja, sem mediação simbólica.

O objeto solvente que possui a característica de ser volátil, se constitui como uma forma de manter-se unido à sua mãe, de ligar-se a ela, pois esta, como ele mesmo diz, também sente o cheiro da substância. Esse objeto droga faz uma função amboceptora, mantendo uma conexão entre mãe e filho, onde deveria haver uma falta, uma hiância. Não se trata de um objeto que possa ser assimilável ao objeto *a*, na medida em que este não se encontra extraído na psicose. O que separa mãe e filho nesse caso não se caracteriza por uma operação simbólica regida pela metáfora paterna, mas as paredes do quarto onde se isola enquanto usa seu solvente, sua “cola” com a mãe. A droga vem cumprir a função de manter o sujeito na alienação em relação ao Outro materno.

O caso Thiago⁶ e a tentativa de separação

O caso clínico de Thiago evidencia uma função para droga em que o processo de separação do Outro materno se dava pela tentativa desesperada de ingerir drogas e medicamentos que o deixassem alucinado. Entre as alucinações, uma se destacava, uma alucinação negativa que lhe permitia retirar a imagem de sua mãe de seu campo visual. Trata-se de uma tentativa de separação pelo real da alucinação, produzida pela intoxicação.

Tiago, 16 anos, chegou ao tratamento oriundo de uma emergência psiquiátrica, portando dois diagnósticos: compulsivo e depressivo, dois “tipos clínicos” característicos dos tempos atuais.

Ele falava de seu “mundo particular”. Drogas e alucinações tomavam o lugar em uma realidade regida por um gozo invasivo e mortífero. “É minha forma de sair do mundo. Não vejo nenhum sentido em fazer as coisas. Sou deprimido. Não vejo graça nenhuma em quase nada”. Seu pedido reiterado era: “eu quero um remédio muito forte, que tenha o mesmo efeito do álcool, para eu ficar fora da realidade e ter alucinações”. Tiago nos diz que não quer ficar acordado. Prefere ficar dormindo porque não gosta da realidade. Com o álcool ou o remédio, ele não pensa tanto em coisas ruins. Perguntamos em que coisas ruins ele pensa. Ele respondeu: “em morte, em pessoas me matando”. Manter-se vivo se dava à custa do apagamento do Outro ou do próprio sujeito. Nessa lógica de exclusão, a dimensão mortífera prevalecia.

Nesse momento em que droga e morte estavam em relevo, o manejo clínico inicial se deu através de uma regulação do uso de fármacos. A medicação foi introduzida antes de tudo na direção de ajudá-lo a falar. Nossa escuta foi orientada na direção de reconhecer a operação que regia o ato compulsivo de ingestão excessiva de álcool e drogas.

A mãe se queixava do fato de Tiago permanecer muito medicado e chegava a dizer: “Eu prefiro meu filho morto do que deste jeito”. Diante da descrença da mãe em relação ao tratamento, Tiago reagiu, mudando de voz⁷ e afirmando: “eu quero tratamento, você não quer, mas eu quero!” Nessa afirmação, situamos um dizer que o

⁶ Um fragmento deste caso foi apresentado no 3º Encontro Americano e XV Encontro Internacional do Campo Freudiano. Referência: MARTINS, V. T.; MARON, G. ; MARQUES, C. M.; BARBEITO, M. M. e CRESPO, L. (2007). “Há diferença na classe das compulsões?”.

⁷ Thiago já nos havia falado que sua voz muda de tom , referindo-se a influências demoníacas.

separou do dito materno. Ao mesmo tempo, a mãe pôde ser acolhida, o que lhe permitiu consentir com o tratamento do filho.

Em uma determinada sessão Tiago chegou perguntando se *calo ósseo* tinha cura. Interrogado, mostrou em seu braço o que dizia ser um calo ósseo proveniente de uma situação em que caiu de mau jeito, enquanto “brincava de roda-punk” com um amigo. Descreveu o jogo em que arremessavam o próprio corpo contra o do outro para testar “quem era mais forte”. Em seguida, falou sobre sua intenção de “fazer vingança” e introduzir em seu colega o mesmo *calo ósseo* que havia sofrido, para que os dois ficassem iguais. Tratava-se de uma tensão imaginária na relação com outro, na qual a diferença que incidia no real do corpo tendia a ser eliminada.

Falava sobre sua preferência por “coisas diferentes”, como “furar os olhos” dos colegas. Ao ser perguntado se mais alguma coisa lhe dava prazer, respondeu: “Zé do Caixão⁸ e Marilyn Manson⁹. Eles são estranhos, bizarros. É assim que eu quero ser”. Acrescentou sua intenção de realizar uma “metamorfose” no corpo, assim, viraria um “homem lagarto, todo tatuado e com unhas enormes. Queria que meus olhos ficassem vermelhos. Pensei também amolar meus dentes caninos para assustar as pessoas. Conclui: “*eu queria ser diferente*”.

Metamorfosear o corpo se configurava como uma tentativa de enfrentar o Outro que lhe parecia sempre maior e sem contornos. Não havia separação entre ele e o Outro. Após um episódio ocorrido em sua casa, quando agrediu um amigo da família, Tiago relatou que estava *possuído* e que havia feito um pacto com o demônio com fins de tornar-se mais forte. O pacto consistiu em cortar a ponta de um dedo, espremer o sangue dentro de um copo, junto com sua própria urina, beber um pouco e escrever nas paredes do quarto coisas ligadas ao pacto.

No rastro do pacto, restaram traços identificatórios com figuras demoníacas como a imagem de seus ídolos. Identificado com “Marilyn Manson” que “também teve uma infância com traumas”, disse que sua vida fora marcada por “dois anos de trauma, dois anos de vingança”. Os traumas eram atribuídos ao fato de que sempre fora muito sacaneado na escola. Sempre fora chamado de “maluco” e “estranho”. A escola avisara aos pais que ele precisava de tratamento, mas estes nunca procuraram ajuda.

⁸ Personagem de filmes de terror relativos a demônio e exorcismo.

⁹ Músico de imagem andrógina identificado com figuras demoníacas e que se intitula o “anticristo”.

Alienado aos significantes que encarnavam a morte, o mal e o estranho, Tiago demonstrava tentativas de separação através de drogas ou da extração corporal e da perda de sangue, condição do pacto com o Outro demoníaco. Da mãe, tentou se separar pela via da alucinação, por meio da qual pôde retirá-la do seu campo visual. Durante a alucinação negativa via sua mãe sumindo ao seu lado.

Sobre Marilyn Manson, encontrou uma contradição: “ele fica pregando a morte de Deus, diz que é possuído, mas fica o tempo todo ligando pra mãe. Ele parece meio falseta”. A partir desta “falseta” que localizou no ídolo, a defasagem entre o que o ídolo encarnava e o modo como agia, fez aparecer um vazio. A descoberta desta e outras “falsetas” apontou para uma direção possível do tratamento, que se alinhou à formulação de Miller: o sujeito emerge quando se disjunta da classe.

A particularidade desse caso revelou que o recurso à droga não correspondia a um traço compulsivo clássico, mas a uma solução para barrar o gozo, que se apresentava como invasivo e marcava uma posição psicótica frente ao Outro. O manejo delicado da medicação viabilizou a abertura de um espaço de fala, instaurando, pela via da transferência, outra forma de relação com o Outro, mais dialetizada.

Abrir a possibilidade de falar sobre os anos de trauma e os anos de vingança consistiu na construção de outro recurso para que Tiago pudesse lidar com a insuportável perturbação do Outro, sem recorrer exclusivamente a álcool e fármacos. Tratava-se da possibilidade destacada por Freda (1996-7/2005) de introduzir um antes e um depois, que permitia uma comparação possível entre os anos de intoxicação e os anos de fala.

II – E) A voz e o olhar: as experiências alucinatórias

“Imediatamente, de todas as partes de seu ser um desassossego começou a se irradiar. Um aceleração febril de seu pulso seguiu-se a isso; e um tumulto de vozes sem sentido dirigia confusamente, para aqui e para acolá, seu raciocínio.”
(Joyce, 1987:201)

“Olhar: olhar, olhar, olhar, olhar, olhar, olhar: tu nos olhas.”
(Joyce, 1983:284)

As experiências alucinatórias envolvendo a manifestação do objeto *a* como objeto estranho, que o sujeito reconhece como algo estrangeiro e, via de regra, comparece atrelado a um enredo delirante, ocorrem em função da não extração deste objeto *a*. O mecanismo de extração do objeto *a* se dá por meio da operação de divisão do sujeito pelo campo do Outro, na qual esse objeto comparece como resto da divisão.

Tal operação de divisão também pode ser atribuída à operação de separação constituinte do sujeito como vimos neste capítulo.

Naveau (2006) aponta que a extração do objeto *a* se constitui como a causa da divisão do sujeito e supõe que o sujeito consinta que a barra instaure essa divisão subjetiva. O autor destaca que o sujeito psicótico que recusa a inscrição da barra em seu lado, tenta uma operação louca de inscrever a barra sobre o objeto.

Em seu discurso dedicado aos psiquiatras, Lacan (1967c) enfatiza que pelo fato do sujeito psicótico não consentir com a extração do objeto *a*, ele se constitui como um homem livre, pois tem o objeto à sua disposição, em seu bolso. Disso resulta o fato das experiências angustiantes de aparição do objeto olhar e da escuta de vozes estrangeiras o acometerem de forma tão radical.

De acordo com Miller (1994), Lacan encontrou o objeto voz antes mesmo de se deparar com o objeto olhar. Em sua clínica com psicóticos, Lacan não teria deixado passar em brancas nuvens as experiências de emergência do olhar que visa o sujeito, que o vigia no delírio de observação; entretanto, pelo fato de ter destacado a dimensão estrutural da linguagem na teoria psicanalítica, a voz tornou-se um objeto prioritário. A prioridade dada à voz justifica-se pelo fato desta situar-se entre o campo da linguagem e a função da palavra (Miller, 1994).

Ao se remeter à paranóia, Lacan nos diz, em seu *Seminário R.S.I.*, referente ao período de seu ensinamento que Miller denominou seu “último ensino”, que “a paranóia é um grude imaginário. É a voz que sonoriza, o olhar que se faz prevalente, (Lacan, 1974-5/Lição de 08/04/1975). Voz e olhar se destacam como fenômenos de suma relevância.

O olhar e a voz, formas pinçadas por Lacan de seu objeto pequeno *a*, possuem como características comuns o fato de serem objetos que não se depreendem da demanda do Outro, tal como os objetos oral e anal, mas sim do desejo do Outro. Tal fato faz com que esses objetos adquiram um lugar de proeminência na série proposta por Lacan das formas do pequeno *a* (Eidelsztein, 1995). Isso porque “a voz e o olhar são objetos que, dada a estrutura do sujeito falante, tendem a aparecer como objetos faltantes: o objeto olhar é justamente aquilo que não se vê no campo escópico, e a voz é o que sempre se esquece no campo da palavra. (Eidelsztein, 1995:182). Nesse sentido, Maleval (2007b) destaca que “do mesmo modo que o olhar suporta o que falta no campo da visão, a voz encarna a falta no campo verbal” (p. 75).

Sobre seu objeto pequeno *a*, Lacan (1975-6/2007) destaca sua articulação com os orifícios do corpo e privilegia o ouvido, na medida em que tal orifício “não se pode tapar, se cerrar, se fechar. É por esse viés que, no corpo, responde o que chamei de voz” (Lacan, 1975-6/2007:18-9). Apesar do privilégio dado à voz, Lacan nos diz que “o embaraçoso é que, certamente, não há apenas o ouvido, e que o olhar lhe faz uma eminente concorrência” (Lacan, 1975-6/2007:19).

Seguindo o percurso de Lacan, partiremos da dimensão da voz e suas manifestações alucinatórias, para em seguida abordarmos o objeto olhar que se faz prevalente e precede o terreno delirante do chamado delírio de observação.

A voz guarda uma dimensão de estranheza para qualquer sujeito falante, psicótico ou não. Lacan observa que, “separada de nós, nossa voz nos soa com um som estranho” (Lacan, 1962-3/2005: 300). É sobre o vazio que a voz se deposita.

É próprio da estrutura do Outro constituir um certo vazio, o vazio de sua falta de garantia. A verdade entra no mundo com o significante antes de qualquer controle. Ela se experimenta, reflete-se unicamente por seus olhos no real. Ora, é nesse vazio que a voz ressoa como distinta das sonoridades, não modulada, mas articulada. (Lacan, 1962-3/2005:301)

A voz enquanto a-fônica, representação de um vazio, se destaca do campo da sonoridade, das entonações e se deposita sobre o corpo. “A voz, portanto, não é assimilada, mas incorporada. É isso que pode conferir-lhe uma função que serve de modelo para o nosso vazio” (Lacan, 1962-3/2005:301).

Em sua relação com o vazio, a voz incorporada pelo sujeito comporta uma dimensão de alteridade no que é dito. “A voz responde ao que é dito, mas não pode responder por isso. Em outras palavras, para que ela responda, devemos incorporar a voz como a alteridade do que é dito” (Lacan, 1962-3/2005:300). Em um momento posterior de seu ensino, Lacan é categórico ao separar a voz da dimensão do dito. “Emprestamos nossa voz, é uma consequência, o dizer não é a voz, ele é um ato” (Lacan, 1974-5/Lição de 18/03/1975).

A voz se insere nos interstícios entre o dizer e o vazio, o silêncio. “A voz como objeto ocupa esse lugar limite, litoral, entre a presença de um querer dizer e o silêncio como avesso do dito. Ela se articula com o objeto indizível, indica justamente o que não pode ser dito” (Caldas, 2007:95).

O dizer pertence ao campo de alteridade do Outro e a voz se constitui como um produto caído desse Outro, de onde o sujeito recebe a mensagem oculta no dizer.

Podemos partir da abordagem fenomenológica para situar a relação com a voz do Outro como objeto caído do Outro, mas não podemos esgotar sua função estrutural a não ser dirigindo a interrogação para o que é o Outro como sujeito. Com efeito, se a voz é o produto, o objeto caído do órgão da fala, o Outro é o lugar onde *isso fala*. (Lacan, 1963/2005:71 – grifos do original)

A voz em sua íntima relação com a corporeidade imprime no corpo o eco do dizer proveniente do que se extrai do Outro. Sobre isso, Lacan nos diz que “as pulsões são, no corpo, o eco do fato de que há um dizer” (1975-6/2007:18). Caldas destaca a “importância do corpo como o campo próprio à voz, caixa de ressonância para sua emissão e para a recepção de seu eco” (Caldas, 2007:92).

No que concerne à dimensão do sentido, a voz em alguns momentos se apresenta prenhe de sentido. Isso se dá para que possamos suportar sua incidência no corpo. Nesse sentido, a voz pode ser apreendida como um fenômeno que guarda uma certa multiplicidade.

A voz, entendida como fenômeno, é múltipla: pode recobrir-se de sentido em uma conversa, dissimulada por detrás do que se diz, ou, como nos oráculos antigos, antecipar-se a ele. Pode equivaler a um gesto, dependendo de como se modula, ou, através do sentido, se articular aos diferentes afetos... A voz é sempre múltipla, se considerada em referência ao sentido. Separada dele, é um objeto, ou seja, um resíduo. (Rêgo Barros, 2004:12-3)

A dimensão múltipla da voz, quando separada do sentido, aparece para o sujeito psicótico como ruído ou significante que não remete a outro, um significante isolado da cadeia, ou como mensagens interrompidas que prevalecem na vivência de Schreber. O esvaziamento do sentido quando concernido à voz faz com que esta apareça em sua dimensão nua e crua do objeto *a*, “que cai do significante como suporte fônico” (Caldas, 2008:19). Ao perder o material fônico emprestado pelo significante, a voz comparece como puro gozo. Trata-se desse “pedaço de gozo que é a voz” (Monribot, 2002:33).

Miller (1994) aponta que todo nosso esforço dedicado à produção de fala, conversações, canto, música e som, trata-se de uma tentativa de fazer calar a voz em sua

dimensão de objeto *a*, que se destaca do corpo, que lança o sujeito, psicótico ou não, à experiência do estranho.

Sobre o objeto voz, Solal Rabinovitch, em seu livro dedicado à voz, nos diz que escrever sobre a voz é tentar uma articulação voz e psicose. Remete-se à voz alucinada dos psicóticos e destaca a essência afônica da voz. A partir daí, se dedica a demonstrar a separação na voz entre palavra e sonoridade, entre verbo e som. (Rabinovitch, 1999:11). Rabinovitch aponta a dimensão ambígua da voz que comparece ligada à sonoridade e ao silêncio, à palavra e ao sem sentido (p. 13). A voz se destaca do ruído que ela produz e das palavras que profere. Caldas (2007) enfatiza que:

para a psicanálise, não podemos reduzir a questão da voz à mera análise das entonações e das modulações permitidas por seu substrato sonoro que produzem efeitos na dicção. Esse caráter prosódico não conceitua a voz como objeto *a*, já que o caráter de objeto da voz, embora se articule sobre o fônico, implica justamente que nesse material se produza um vazio, a fim de que o objeto não se confunda com o material que o produziu. A voz permanece e emerge a-fônica do material de que é feita, tal como o vaso não é o barro, mas o oco criado por este. (Caldas, 2007: 93)

O material fônico que permite a emergência da voz é capturado da dimensão do significante. “O objeto voz surge no vazio desenhado pela sonoridade transformada em material significante” (Caldas, 2007:92). Rabinovitch aponta que a voz possui uma vinculação específica com o significante, “ela é a uma vez a enunciação onde o sujeito se perde, e objeto que lhe falta” (1999:11).

O objeto *a* não é da ordem nem do significante, nem do significado; entretanto, está ligado ao sujeito que é definido no intervalo entre um significante e outro. Laia (1995) ressalta que o objeto *a*, em particular a voz, “não é completamente alheia à dimensão da linguagem, pois é aí que o sujeito se desvanece entre um significante que o representa e o outro significante para o qual ele é representado” (Laia, 1995:8-9).

Sobre estas exigências contraditórias referentes ao objeto *a* – que se constitui como alheio ao campo do binômio significante e significado, mas, ao mesmo tempo, concerne ao sujeito constituído pela ordem da linguagem –, Miller pontua que trata-se de “um problema completamente matricial no ensino de Lacan, sobre o qual trabalhou durante longos anos para fazer concordar essas duas exigências que podem parecer habitadas por uma antinomia” (Miller, 1994:48).

Para que o objeto voz se afine com o sujeito constituído pelo significante, é preciso que perca toda dimensão de substancialidade e esteja concernido por um vazio. Esse vazio se produz na medida em que a voz é constituída pelo resíduo de uma operação de subtração da significação ao significante. Nesse sentido, a voz pode ser definida como aquilo que do significante não concerne ao efeito de significação (Miller, 1994).

Ao longo do ensino de Lacan, a definição da alucinação verbal sofre conseqüências da mudança de paradigma impressa com o advento do objeto *a*, elemento que faz exceção ao significante, mas, ao mesmo tempo, concerne ao sujeito que se faz representar no intervalo entre dois significantes. Enquanto na década de 50 a alucinação verbal se define através do retorno no real de um significante foracluído da ordem simbólica, com a formulação do objeto *a*, a voz se destaca enquanto objeto fora do campo do significante que emerge apartada do corpo na vivência subjetiva do psicótico. Duas definições que não são contraditórias, mas que se complementam e nos fazem apreender a dimensão paradoxal da voz na alucinação verbal atrelada tanto ao significante, quanto ao objeto *a*.

Cabe ressaltar que a dimensão de objeto que concerne à voz do alucinado já havia sido apontada por Lacan em seu escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1957-8a/1998). Nesse escrito, Lacan nos diz que “no lugar em que o objeto indizível é rechaçado no real, uma palavra se faz ouvir, porque, vinda no lugar daquilo que não tem nome, ela não pode acompanhar a intenção do sujeito sem dele se desligar pelo travessão da réplica” (Lacan, 1957-8a/1998:541). Esse objeto indizível que na psicose não é incorporado, mas rechaçado, aparece na vivência do sujeito psicótico como as vozes perdidas, carentes de uma atribuição subjetiva.

Apesar do paradoxo inscrito na relação entre o significante e o objeto pequeno *a* sob a forma de voz, Miller (1994) aponta que a voz possui uma dimensão qualquer do significante. Tal inscrição da voz em uma dimensão significante é possível “na medida em que qualquer cadeia significante – sonora, escrita, visual, etc. – comporta uma atribuição subjetiva, ou seja, designa um lugar para o sujeito” (Miller, 1994:50). Tal atribuição subjetiva referida à voz de forma alguma pode ser depreendida como unívoca, ela é distributiva e comporta a dimensão do equívoco.

O significante se constitui em torno deste objeto indizível que é a voz. “A instância da voz está sempre presente a partir do momento em que tenho que achar

minha posição com relação a uma cadeia significativa, na medida em que esta cadeia se mantém sempre em relação com o objeto indizível” (Miller, 1994:51).

Embora a voz guarde uma vinculação com o significante, não podemos confundi-la com a “materialidade sonora dos significantes, ela não é propriamente o que se escuta quando as palavras são proferidas, seja de modo efetivo, seja em silêncio. Trata-se, então, de algo diverso das entonações e dos aspectos fonemáticos com os quais apreendemos as palavras” (Laia, 1995: 8-9).

Enquanto objeto que não se presta à sonorização e que não corresponde ao que se escuta, a voz adquire nitidez de tais propriedades peculiares na experiência de alucinações verbais manifestadas em sujeitos surdos. Nestas experiências fica evidente a afirmação de Miller (1996a), na qual destaca que a voz psicótica é “precisamente a voz inaudível” (Miller, 1996a:33).

Cramer¹⁰ (sem data) descreve um caso proveniente de uma apresentação de pacientes ocorrida mediante o recurso da escrita que nos parece bastante elucidativo do fato da voz fazer barreira ao registro sonoro e à ordem da escuta. O paciente descrito por Cramer era tomado por palavras que lhe eram impostas. Ele era chamado de “príncipe” e “imperador” através de “gritos”. Tais palavras não eram escutadas, mas sim provenientes de um vazio, de uma “bolha de ar”. O paciente ressalta que não escuta o som das palavras, mas apenas percebe “um sopro de ar”, o que atribui a “meios mágicos”. Para ele é “o ar que veicula as palavras”. “Eu não ouço a voz, eu realizo que isto vem da boca”. Considera que o que o acomete refere-se a “uma grande alucinação de sentido”. Ressalta que não escuta nada, mas é chamado de “Imperador” “por vias invisíveis” – “interamente invisível, na linguagem falada e na dos surdos mudos. Somente pelo intermédio do ar”.

Tal caso permite elucidar a dimensão de vazio, insubstancial e inaudível da voz na experiência da alucinação verbal, que, para este paciente, é proveniente de uma bolha de ar, uma representação de um vazio.

A voz em sua relação paradoxal com o significante enquanto objeto sonoro sofre uma literalização para que se torne um significante. Assim,

o objeto sonoro perde seu valor de objeto pulsional para se tornar uma letra unida a outra letra, união diferencial em que o som perde seu valor musical para se tornar um significante. O diferencial esquece o

¹⁰ A tradução do texto de Cramer realizada por Elizabeth Karam foi concedida durante o Seminário de Marcus André Vieira denominado “A presença do Outro”, realizado no primeiro semestre de 2009.

som, recalca o som do objeto quando ele se torna uma letra que participa da formação de um significante. (Pommier, 2004: 124)

O objeto voz se constitui como o objeto escondido na articulação da cadeia significante, como objeto escondido na palavra (Naveau, 2004:42). “A voz é o que de toda a função da palavra não se deixa nadificar pelo significante” (Eidelsztein, 1995:201). Na alucinação verbal a voz se constitui como o tempo lógico da irrupção de um significante (Naveau, 2004:27).

Na alucinação verbal, “vemos muito bem que o significante se reduz ao que ele é, ao equívoco, a uma torção de voz” (Lacan, 1975-6/2007: 92). Tal torção da voz nos parece ter relação com a indicação de Miller (1994) sobre a alucinação de vozes, nas quais não se trata da materialidade sonora que se encontra em primeiro plano.

A famosa alucinação da paciente que, durante uma apresentação de doentes no Hospital de Sainte-Anne, relatou a Lacan que a palavra “porca” emergia como injúria em sua vivência subjetiva, concerne a uma palavra que foi arrancada de sua cadeia significante para ser atribuída ao Outro. Miller (1994) ressalta que a carga afetiva ou libidinal da palavra “porca” ligada à fantasia de ser cortada em pedacinhos, à vivência de um corpo espedaçado, produz uma solução de continuidade, uma ruptura na cadeia significante, que tem como consequência o retorno deste significante isolado, unívoco no real. “A voz da alucinação porta um equívoco que comporta a articulação significante, aqui reduzida a um significante unívoco” (Naveau, 2004:27)

A voz na alucinação verbal emerge a partir de um rompimento da cadeia significante do sujeito, mas este não a reconhece como pertencente ao seu universo significante subjetivo, o que tem como consequência a atribuição ao Outro. “Na psicose, tudo se passa como se, a um significante vindo do Outro, nenhum significante poderia responder na cadeia, por causa da foraclusão” (Vaissermann, 1994:9)

Na alucinação verbal, o sujeito não reconhece como seu o que invade sua experiência subjetiva, sua “neo-realidade delirante” (Maleval, 1998:71). Nasio (1991) aponta que nessa experiência alucinatória o sujeito não se encontra diante do objeto alucinado, mas ele próprio se torna objeto de gozo. “O sujeito se torna o objeto da alucinação” (Nasio, 1991:92), ele capta o gozar e torna o gozar perceptível. “O alucinado é a voz que ele ouve ou o olhar que o abrange ou a sensibilidade que experimenta” (idem).

Sobre o objeto voz, Lacan nos diz que “nós o conhecemos bem, acreditamos conhecê-lo bem, a pretexto de conhecermos seus dejetos, as folhas mortas, sob a forma das vozes perdidas da psicose, e seu caráter parasitário” (Lacan, 1962-3/2005:275). A respeito da metáfora das folhas mortas atribuída à vivência de alucinação verbal, encontramos na pena de Joyce (1983) uma alusão a essa sonoridade morta que assola a subjetividade do psicótico. Joyce nos fala sobre “as palavras do tribuno vociferadas e espalhadas aos quatro ventos. Um povo abrigado em sua voz. Ruído morto” (Joyce, 1983:144). Podemos depreender dessa passagem os vestígios mortos da experiência da voz na psicose.

A propósito de um caso de psicose, do “menino lobo” apresentado pelo casal Lefort e tratado por Lacan em seu ensino, Lacadée (1996) nos diz que o significante “lobo” proferido pelo menino, “um fiapo de palavra” (Lacadée, 1996:79), ou como a definição evocada pelos Lefort, “um significante sem objeto” (*Apud* Lacadée, 1996:79), constitui um significante que não produz equívoco, mas tem a característica de ser unívoco. Tal fato, “é o que produz uma certa devastação, pois para ele o significante não é equívoco, ele é recoberto por uma voz, que é uma voz única, que visa o ser do sujeito” (Lacadée, 1996:79). Trata-se dos vestígios mortos da voz que, ao se destacar da cadeia significante que lhe empresta materialidade sonora, produz devastação na vivência do sujeito psicótico, seja nas palavras que proferem, sobretudo, os autistas, nas quais não há endereçamento ao Outro, seja nas palavras que lhe são impostas pela via da alucinação verbal.

Naveau (2004) aponta que a voz na alucinação verbal porta o equívoco próprio da articulação significante, mas se reduz a um significante unívoco. A voz em sua dimensão de objeto guarda uma relação com o significante, mas não em sua dimensão de equívoco, que se vincula ao significado, por meio da articulação em cadeia com outro significante. A relação que se estabelece entre o significante e a voz em sua dimensão de objeto destacado do corpo é concebida por Naveau através de um significante específico, unívoco, o S_1 . O autor propõe a seguinte definição para a voz em sua dimensão de objeto: “é o equívoco reduzido, por um forçamento/esforço (*forçage*), ao unívoco” (Naveau, 2004:27) e apresenta um matema representativo de tal definição: $S_1 = (a)$. Trata-se de uma situação particular, na qual o objeto pequeno a , que se constitui como o faz exceção ao significante, apresenta-se em relação de equivalência com o próprio significante.

Freud já via na experiência da alucinação verbal uma tentativa de cura, como podemos depreender da citação abaixo:

Essa tentativa de restabelecimento, que os observadores equivocadamente tomam pela própria doença, não faz uso da projeção, como na paranóia, mas emprega um mecanismo alucinatório (histérico). Este é um dos principais aspectos em que a demência precoce difere da paranóia. (Freud, 1911/1996:95)

Rabinovitch ressalta que “a alucinação é uma tentativa de cura do estrago sofrido pelo sistema significante” (1999:99). “A tentativa de cura que é o delírio já aparece na alucinação na qual um significante foracluído do simbólico tenta se fazer representar por um significante que aparece no real” (Vaissermann, 1988:20). “A alucinação pode indicar uma via contrária à dispersão, ou seja, apontando uma saída para esquizofrenia pela construção de um delírio” (Muñoz, 2001:123).

Na impossibilidade de recobrir a emergência da voz pela articulação de sentido produzida no encadeamento significante, o psicótico se apresenta a mercê do parasitismo das vozes perdidas das alucinações verbais, perdidas, pois não puderam ser incorporadas pelo sujeito, nem tampouco assimiladas como pertencentes a sua cadeia significante. Diante da devastação inerente ao fenômeno da alucinação verbal na experiência de psicóticos, estes sujeitos lançam mão de recursos particulares e muitas vezes inventados, na tentativa de barrar a invasão de palavras impostas. Dentre os recursos, reconhecemos na clínica com psicóticos que usam drogas que o consumo dos veículos intoxicantes cumpre a função de barrar a manifestação de alucinações verbais. Tal recurso, entretanto, demonstra suas fragilidades e ineficácia ao longo do tempo na tentativa de conter a invasão de alucinações. É importante destacar que para outros sujeitos, ao contrário, o uso de drogas contribui para a exacerbação e recrudescimento da manifestação das alucinações verbais. Trata-se da função paradoxal da droga que abordamos na introdução desta tese.

No caso de João, o uso de drogas constituía um recurso que lhe permitia compreender melhor o que diziam as vozes que escutava. Sem o uso da droga, ouvia ruídos e vozes muito distantes, confusas, perdidas, das quais não compreendia o sentido. Ao recorrer ao uso do solvente, as vozes tornavam-se mais nítidas e escutava: “ele vai morrer esquartejado”. O uso do solvente também constituía um recurso para auxiliá-lo a conceder uma atribuição subjetiva a essas vozes, que vinham de fora e que não guardavam nenhuma relação de pertencimento com sua cadeia significante. João dizia

que “o solvente me ajuda a fazer hipóteses sobre de onde vêm as vozes”. O psicótico não se furta a buscar a origem da alucinação que o assola. Vaissermann aponta que o sujeito se prende a uma “atribuição subjetiva da alucinação” (1988:22).

Aos poucos, o uso do solvente foi reduzido na medida em que João passou a falar em sua análise sobre tais hipóteses, apropriando-se do conteúdo das vozes. João passou a falar que considera a morte pelo esquartejamento uma bela forma de morrer, o que atualiza a vivência de um corpo despedaçado. Aqui vemos como a alucinação verbal pode ser o indício de uma tentativa de cura, na qual o sujeito tenta empreender uma atribuição subjetiva dos significantes que lhe são impostos.

Após apontarmos de que maneira o objeto voz se inscreve na vivência subjetiva do psicótico como algo que o acomete desde fora, passemos às experiências nas quais o sujeito é tomado como objeto de um olhar que o atravessa e o persegue.

O objeto *a*, em todas as suas vertentes, possui a propriedade de ser não especularizável; entretanto, na experiência do olhar que visa o sujeito podemos dizer que se trata de uma situação particular na qual o olhar torna-se especularizado. Tal situação refere-se a um momento de emergência da angústia, na qual “o objeto da angústia como objeto ansiogênico, não-especularizável, é paradoxalmente especularizado, o invisível é entretanto visto” (Miller, 2005b:62).

Em seu seminário consagrado à angústia, Lacan (1962-3/2005) se refere ao Relatório de Jean Bobon do Congresso de Anvers, que apresenta o desenho de uma paciente esquizofrênica, que desenha uma árvore e nas pontas de seus galhos escreve o seguinte: “*Io sono sempre vista*”, ou seja, “sou sempre vista”. Lacan dá ênfase ao fato de que tanto em francês, quanto em italiano, assim como em português, a palavra “vista” possui um sentido ambíguo. Assim, ser vista pode corresponder a uma função da visão, o particípio do verbo ver, mas também substantivo, “a vista”, tal como uma paisagem que é apreendida como objeto em um cartão postal (Lacan, 1962-3/2005:86). Citando Bobon, Quinet aponta o sentido da palavra “vista”. “Vista, diz Bobon, isto é, olhada, julgada, condenada; vista, isto é, violada, possuída e portanto desapossada, despojada, despersonalizada” (Quinet, 2002:233). A paciente vive uma experiência na qual o “Outro é panóptico. A transparência é total. Não há ponto cego para o grande visor. O sujeito é o ponto de vista. Panorâmico” (Quinet, 2002:220).

Com a produção artística a paciente passou a capturar a emergência do olhar, seja pela pulverização de olhos, seja pela incidência do olho único e ciclópico que aparecia em seus desenhos. “Com sua atividade plástica, ela faz uma tentativa de captar

o olhar para fixá-lo no papel – tentativa de apagá-lo, nem que apenas um pouco. Com sua frase, há algo mais: o esboço de endereçamento de uma mensagem, como uma garrafa atirada ao mar” (Quinet, 2002:233).

Na psicose a emergência do olhar se faz prevalente. “O campo da psicose tem a característica de ser aquele no qual o objeto olhar pode ser visto, na medida em que, por não ser barrado pelo simbólico, faz parte do campo da realidade para o sujeito” (Quinet, 2002:220).

No caso clínico das irmãs Papin, a emergência do olhar das mulheres para quem trabalhavam como domésticas foi de tal modo avassalador, que ambas partiram para uma passagem ao ato suscitada por um delírio a dois e arrancaram os olhos de suas patroas. “A presença do olhar do Outro pode tornar-se tão insuportável que o sujeito, em uma passagem ao ato, pode arrancar os olhos de quem for o portador do gozo escópico que visa o ser” (Quinet, 2002:246).

Sobre o caso das irmãs Papin, Lacan nos diz que “na tarde fatídica, na ansiedade de uma punição iminente, as irmãs associam à imagem de suas patroas a miragem de seu mal. É sua aflição que elas detestam no par que arrebatam numa atroz quadrilha. Elas arrancam os olhos como castravam as Bacantes” (Lacan, 1933a/1987:390). A “miragem do mal” refere-se à emergência do objeto olhar em sua face nua e crua, especularizável, carente de algum véu que proteja o sujeito da angústia.

Na passagem ao ato na enucleação encontrada nas psicoses, em geral o foco a ser atingido é a figura do perseguidor que vigia e encontra-se inserido no enredo delirante do delírio de observação. Assim como a emergência do objeto voz requer o trabalho de uma atribuição subjetiva que recai em geral sobre uma construção delirante, na experiência na qual o sujeito se percebe capturado pelo olhar do Outro também é necessário um esforço para endereçar a emergência desse olhar para algum Outro, esforço esse que desemboca em um delírio de observação. “Quando a voz e o olhar emergem na realidade, o sujeito tende a englobá-los em uma significação delirante, ou seja, representações que tentarão enquadrar esse objeto num sentido” (Quinet, 2002:222).

No caso específico da captura pelo objeto olhar, Quinet ressalta que esse fenômeno “raramente se apresenta em estado puro; ele é freqüentemente acompanhado de idéias delirantes, principalmente de perseguição” (2002:222). Quinet aponta a emergência do olhar no campo da realidade do sujeito psicótico como um “fenômeno elementar de observação” (idem), ao lado da alucinação verbal.

Sobre o delírio de observação, Quinet destaca ainda dois tempos lógicos de sua constituição. O primeiro tempo corresponde à experiência angustiante da emergência de um olhar que visa o sujeito e o captura em sua realidade externa. O segundo tempo diz respeito ao fato de que o sujeito constrói idéias delirantes em torno do fenômeno de captura pelo olhar do Outro. O autor destaca que “o primeiro tempo é primário. O segundo tempo das idéias delirantes pode: a) não se desenvolver; b) desenvolver-se apenas parcialmente: o sujeito fica suspenso a uma significação enigmática; c) desenvolver-se amplamente, como nos delírios de perseguição” (Quinet, 2002:249).

Para além do recurso do delírio de observação que se traduz em um esforço de localização desse olhar avassalador, panóptico e onipresente na figura delirante de um perseguidor, Quinet ressalta que o sujeito lança mão de manobras para defender-se deste olhar dilacerante. Em suas tentativas de defesa contra o olhar do Outro, o sujeito “instaura pára-olhares. Lá onde falta o anteparo do Édipo, o sujeito se empenha ora em constituir *véus artificiais*” (Quinet, 2002:250 – grifos nossos).

A indicação de que o sujeito constitui véus artificiais é para nós de grande valia para nosso estudo sobre a psicose e o uso de drogas. Para alguns sujeitos a droga pode funcionar como véu artificial, um pára-olhar. Trata-se de sujeitos como Kodjo, descrito por Zafiropoulos (1988) que, diante de um Outro panóptico que lança um olhar que atravessa o corpo do sujeito, recorre às drogas, em particular, a heroína, para manter seus corpo fechado, para lhe conferir opacidade e impedir que seu corpo seja perfurado pelo olhar do Outro.

O recurso à droga como um véu artificial também pode ser evidenciado na vivência de sujeitos que, incomodados com a experiência de estar em lugares públicos, onde se sentem observados, fazem uso de álcool ou outras drogas para sentirem-se menos angustiados e suportarem manter-se sob o olhar das pessoas que estão no seu entorno. Aqui vale destacar que tal função não deve ser tomada como uma generalização; para outros sujeitos, em particular, que usam cocaína, a intoxicação confere uma experiência angustiante de ser perseguido e observado. Trata-se da função paradoxal da droga já evocada, que funciona tanto para apaziguamento dos fenômenos psicóticos, quanto para a sua intensificação.

II – F) Do culturalismo do objeto *a* ao objeto mais-de-gozar

“Ademais como podia lembrar-te de cada um? Olhos, andar e voz. Bem, a voz, sim: gramofone. Ter um gramofone em cada sepultura ou guardá-lo em casa. Depois de um jantar no domingo. Toca o pobre velho bisavô Craacraaaac! Alôalôalô toubrutalmentefeliz craac brutalmentefeliztourrever alôalôalô toubrut captchtoh. Lembra-te a voz, como a fotografia lembra a cara.”
(Joyce, 1983:115)

Ao mencionar a característica do objeto *a* enquanto pertencendo à ordem dos objetos cedíveis, Lacan nos aponta que tais objetos “podem ser alinhados nas prateleiras de uma biblioteca sob a forma de discos ou fitas” (Lacan, 1962-3/2005:342). O autor acrescenta que “o que chamo de cessão do objeto traduz-se, portanto, pelo aparecimento, na cadeia da fabricação humana, de objetos cedíveis que podem ser equivalentes aos objetos naturais.” (Lacan, 1962-3/2005:340-1).

Em tempos em que os objetos de mercado estão disponíveis nas prateleiras para serem consumidos, tal indicação de que os objetos naturais podem ser substituíveis pelos objetos da fabricação humana é de grande valor para nossa tese. Isso porque os objetos tóxicos que se multiplicam na cadeia de produção de mercado, tal como as drogas sintéticas que se atualizam em velocidade galopante, podem obter esta característica de objetos da cultura que substituem os objetos naturais. Ainda que a droga possa desempenhar o papel de um objeto cedível, similar ao objeto *a*, é preciso ter cautela ao atribuir a função de objeto *a* para o tóxico na clínica com sujeitos psicóticos. As razões para essa cautela serão discutidas ao longo desta seção e se constituem como objeto de nossa investigação teórico-clínica acerca do estatuto de objeto que conferimos à droga.

Miller destaca que os objetos ditos naturais são enraizados no corpo. “É preciso entender que, nesse sentido, eles são provenientes de um corpo despedaçado do qual são quedas” (Miller, 2006b:32-3). Trata-se do catálogo dos cinco objetos elencados por Lacan para designar as formas do objeto *a*.

Miller destaca ainda que “ao lado dos objetos naturais do corpo despedaçado, cada um deles ocasiona uma fabricação de objetos cedíveis que são feitos a partir dos objetos naturais” (Miller, 2006b: 34). O autor descreve as formas mecânicas de cada uma das cinco formas do objeto *a*:

É assim que reproduzimos imagens, as estocamos. Do mesmo modo, veiculamos a voz, a registramos. E, nos dias de hoje, grandes indústrias foram edificadas relativas ao olho e à voz. O anal é cessível por excelência e podemos dizer que tudo o que aqui é estocado, armazenado, por atacado, passa pelo objeto anal. Quanto ao objeto oral, bem sabemos do desequilíbrio da relação do sujeito com o objeto oral, induzida pelos hábitos alimentares da modernidade contemporânea. (Miller, 2006b:34)

Sobre o objeto fálico, Miller evoca os avanços da farmacologia no sentido de tentar sanar os problemas relativos ao sexo masculino, a saber, as disfunções da ereção. “Toda uma indústria farmacêutica doravante vem sendo edificada e referida aos fenômenos de detumescência postos por Lacan no cerne da elaboração do falo evanescente” (Miller, 2006b:34).

O fato de Lacan nomear seu catálogo de objetos *a* enquanto objetos naturais pode ter contribuído para uma apreensão equivocada do Seminário da angústia, o que Miller nomeia como o “encanto naturalista do seminário” (Miller, 2007:128). Entretanto, é preciso cingir o verdadeiro movimento desse seminário que é denominado pelo autor como o culturalismo do objeto. Miller, nesse sentido, adverte que trata-se de de

uma ilusão, não há nenhum naturalismo do objeto *a* em Lacan. Pelo contrário, o mais surpreendente é talvez o culturalismo deste objeto. Pode-se substituí-lo. Como ele indica “o objeto natural pode ser substituído por um objeto mecânico”. No caso do seio, se pode substituí-lo pela mamadeira, objeto que inclusive pode ser substituído “por qualquer outro”. (idem)

Miller dá o exemplo da fotografia que captura a imagem do corpo e a voz que se pode registrar e armazenar, o que vemos também comparecer na citação em epígrafe de Joyce. Esse movimento é fruto de

uma economia frenética, desejosa, na qual os objetos que substituem estes supostos objetos naturais estão em todas as partes. Mas também se trata de algo eminentemente cultural, posto que um dos exemplos que dá Lacan do objeto *a* e de sua separação é o prepúcio da circuncisão, quer dizer, uma prática eminentemente cultural. Inscreve-se na rubrica da separação tudo o que é da ordem da produção do objeto. (Miller, 2007:129)

Vieira (2008) também nos aponta os exemplos do silicone, do Viagra e do Prozac, pílula considerada como produtora da felicidade. Sobre o silicone, ele nos diz que “é o objeto *a* tornado mercadoria, tornado bem de consumo. Essa é a manobra, esse

é o mínimo de 'i' que, chapado sobre o objeto, nos protege do seu real angustiante. Não me encontro com o objeto em sua plena potência real, mas sim como o real tornado mercadoria" (Vieira, 2005: 10).

Sobre o Viagra, Vieira acrescenta que "ali, é a potência do real do gozo tornado pílula. Não deixa de ser uma ficção, uma proteção, pois ali compartimentou-se, localizou-se o real" (2005:10). Por fim, sobre o Prozac, a pílula da felicidade, o autor nos diz que "a felicidade se compra, desde que em sua forma-mercadoria. Ora, a felicidade e a tristeza só existem em cena. A tristeza é uma dor em cena, que depende de toda uma montagem imaginária, especialmente da imagem do ser que perdeu alguma coisa" (Vieira, 2005:10).

Considerar o objeto *a* como um objeto passível de ser substituído por um objeto da cultura permite interpretações que atribuem o objeto droga a um objeto *a*. Mais especificamente, enquanto um objeto na vertente do objeto mais-de-gozar (Borderias, 2008:337), que abordaremos a seguir.

Mais de gozar: sobre as invenções de Lacan e Marx

Na trajetória do ensino de Lacan, o objeto *a* ganha uma nova acepção no final década de 60. O objeto *a* passa a ser considerado pela via do mais-de-gozar, enquanto condensador do gozo. A adoção do termo "mais-de-gozar" é fruto de uma analogia com o conceito de mais-valia proveniente da obra de Marx, que corresponde ao lucro, ao ganho suplementar do capitalista oriundo da exploração de trabalho da classe operária. Lacan considera sua formulação do objeto *a* sua invenção conceitual maior e o articula com a invenção marxista de mais-valia.

Esse objeto *a*, em certo sentido, eu o inventei, tal como se pode dizer que o discurso de Marx inventou. Que significa isso? O achado de Marx foi a mais-valia. Quanto ao objeto *a*, não é que ele não tenha sido abordado antes de meu próprio discurso, mas só o foi de maneira francamente insuficiente, tão insuficiente quanto era a definição da mais-valia antes que o discurso de Marx a fizesse aparecer em seu rigor. (Lacan, 1968-9/2008:45)

Lacan introduz o conceito de objeto mais-de-gozar em seu Seminário *De um Outro ao outro* (1968-9/2008) e o define em analogia à mais-valia de Marx.

O mais-de-gozar é uma função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá lugar ao objeto *a*. Desde o momento em que o mercado define como mercadoria um objeto qualquer do trabalho humano, esse objeto carrega em si algo da mais-valia. Assim, o mais-de-gozar é aquilo que permite isolar a função do objeto *a*. (Lacan, 1968-9/2008:19)

Tratar da acepção dada por Lacan ao objeto *a* em sua vertente de mais-de-gozar implica em apreender a articulação entre este objeto e o gozo. Rabinovich (2004) propõe que utilizemos o termo função, oriundo da matemática, para cingir a dimensão do objeto *a* que oscila entre as funções de causa de desejo e de mais-de-gozar, que não são equivalentes. A autora destaca que a função do mais-de-gozar se constitui como “uma espécie de dobradiça entre o conceito de desejo e o de pulsão” (Rabinovich, 2004:9). “O objeto *a* apresenta uma comunidade topológica no desejo e na pulsão. O objeto *a* é, pois, sempre solidário de uma topologia que, por estrutura, recusa a delimitação externo-interno, dentro-fora” (Rabinovich, 2004:11).

A vertente do objeto *a* enquanto mais-de-gozar refere-se mais precisamente a uma renúncia de gozo. O conceito de mais-de-gozar deve ser lido através de um contraponto com o conceito de perda de gozo.

Lacan (1969-70/1992) articula o objeto mais-de-gozar com uma hiância, que implica em uma falta em gozar. Trata-se de uma regulação do gozo pela via do desejo, que não se articula com uma transgressão de um gozo a mais. Sobre esse objeto mais-de-gozar, Lacan nos diz que:

isto quer dizer que a perda do objeto é também hiância, o buraco aberto em que alguma coisa, que não se sabe se é a representação da falta em gozar, que se situa a partir do processo do saber na medida em que ganha ali um acento totalmente diverso, por ser desde então saber escandido pelo significante. (...) A relação com o gozo se acentua subitamente por essa função ainda virtual que se chama função do desejo. É também por esta razão que articulo como mais-de-gozar o que aqui aparece, e não o articulo como um forçamento ou uma transgressão. (Lacan, 1969-70/1992:17)

Ao introduzir uma distância entre a função de mais-de-gozar e a dimensão da transgressão, Lacan vai afirmar que o objeto *a* refere-se a uma perda, uma queda referente ao campo do gozo. Assim, “não se trata aqui de transgressão, mas antes de uma irrupção, queda no campo de algo que é da ordem do gozo” (Lacan, 1969-70/1992: 17).

É pela relação com a linguagem que o objeto mais-de-gozar se vincula a uma perda de gozo que se articula ao corpo. Sobre o gozo proveniente do Outro, Lacan nos diz que “o que é linguagem não o obtém a não ser insistindo até produzir a perda de onde o mais-de-gozar toma o corpo” (Lacan, 1969-70/1992:117). Tal perda de gozo implicada no objeto mais-de-gozar tem como consequência o fato deste ser um objeto inominável. Lacan afirma que “se tento nomeá-lo como mais-de-gozar, isto é apenas aparato de nomeclatura” (Lacan, 1969-70/1992:143).

A noção de hiância articulada à perda de gozo, que, como vimos, está ligada a uma falta em gozar, será retomada por Lacan a propósito do objeto mais-de-gozar. Sobre esta função de mais-de-gozar, Lacan afirma que:

aí está o oco, a hiância, que de saída um certo número de objetos vêm certamente preencher, objetos que são, de algum modo, pré-adaptados, feitos para servir de tampão. É aí, sem dúvida, que se detém uma prática analítica clássica, valorizando esses termos diversos, oral, anal, escópico e mesmo vocal. Esses são os diversos nomes com os quais podemos designar como objeto que concerne ao *a* – mas ao *a*, como tal, é propriamente o que decorre do fato de que o saber, em sua origem, se reduz à articulação significante. (Lacan, 1969-70/1992:48).

É interessante notar esta propriedade de “tampão” conferida às formas de objeto que concernem ao pequeno *a*. Tais objetos vêm tamponar a hiância, o vazio, o oco, que se produz com a perda de gozo operada pela operação de extração do objeto *a*. Essa perda de gozo é correlativa a uma localização do gozo que não opera nas psicoses, onde observamos uma diversidade de fenômenos no corpo que atestam a deslocalização e o transbordamento do gozo. Nas psicoses o objeto *a*, na medida em que não é extraído, não opera como tampão de um vazio, mas comparece como um excesso de gozo que invade o corpo. Ao psicótico, resta a tentativa de extrair esse objeto de gozo que se encontra a sua disposição. Tal tentativa de extração do objeto *a* pode ser evidenciada pelas auto-mutilações que comparecem na clínica com autistas. Trata-se de uma tentativa de exteriorização do objeto, uma via de tratamento do gozo excessivo pelo real, por um corte sobre o próprio corpo.

Aqui cabe retomarmos a indicação de Borderias (2008) que articula a droga com a vertente de mais-de-gozar do objeto *a*. Enquanto objeto mais-de-gozar, o tóxico se distancia da vertente apresentada por Lacan em seu Seminário sobre a angústia, no qual se apresenta como objeto causa de desejo. Devido à liberação de gozo implicada na relação do sujeito com a droga, não é possível tomá-la enquanto causa de desejo. Trata-

se, portanto, de um “objeto da intencionalidade, um objeto de satisfação, mas não um objeto causa de desejo. O consumo de tóxico se mostra, então, uma via instrumental privilegiada para o rechaço da questão do desejo e do inconsciente” (Borderias, 2008: 338). Nessa perspectiva, “o tóxico é apenas um dos objetos fabricados que vêm substituir o objeto natural” (idem).

É importante ressaltar que essa perspectiva se aplica ao uso de drogas efetuado por sujeitos neuróticos. Na psicose, considerando que o objeto *a* encontra-se não extraído, deparamo-nos com uma situação diferente. Trata-se de uma tentativa de localização do gozo pela via de um objeto comum ofertado pela lógica de mercado, e não um objeto *a*. Assim, “outra perspectiva surge da localização do objeto não extraído da psicose, em que o uso do tóxico, muitas vezes, vincula-se à tentativa de situar um gozo à deriva” (Borderias, 2008: 338-9).

Ainda que seja um objeto cultural, a droga, na psicose, não pode adquirir o estatuto de um objeto *a*, nem em sua função de causa de desejo, tampouco na função de mais-de-gozar.

O objeto mais-de-gozar não pode ser atribuído ao consumo de drogas na psicose, pois a tentativa de recuperação de gozo implicado no movimento da repetição de consumo de drogas pressupõe uma perda prévia de gozo que o sujeito busca reencontrar. Não podemos negar que a droga produz um excesso de gozo que na neurose pode ser entendida como um objeto que cumpre a função do objeto mais-de-gozar. Na psicose a droga pode operar como um excesso de gozo, que não pressupõe uma perda de gozo anterior, e conduz ao recrudescimento de fenômenos alucinatórios invasivos e pode estar presente na conjuntura do desencadeamento, com a ressalva de não constituir sua causa, mas sim um dos elementos envolvidos na cena do desencadeamento.

De acordo com Quinet (2000b), a droga se constitui enquanto um objeto condensador do gozo que avassala o corpo do psicótico, submetido à posição de objeto em sua relação com o Outro. Assim, “se na abstinência a droga não está presente, ou seja, se o psicótico não tem mais aquele objeto que poderia vir condensar o gozo para ele, pode ocorrer um retorno desse gozo sobre o próprio corpo” (Quinet, 2000b:41). O gozo retorna para o corpo na medida em que não há a localização do objeto mais-de-gozar no corpo, conferindo uma perda de gozo proveniente do Outro.

Ainda que nas psicoses o uso de drogas possa cumprir a função de moderação de gozo, uma tentativa de localizar o gozo que se apresenta em excesso na

vivência invasiva da psicose, a nosso ver, pelo fato mesmo do objeto *a* não se encontrar extraído, de não haver uma renúncia prévia ao gozo, não seria possível atribuir a função de mais-de-gozar ao recurso à droga.

A nosso ver, a droga corresponderia a um objeto comum que permite ao sujeito psicótico construir em torno dela uma vertente de moderação de gozo, um recurso que, por exemplo, pode contribuir para apaziguar a angústia, silenciar as alucinações verbais ou ainda servir de anteparo, de véu artificial que o protege do olhar avassalador do Outro.

Considerando que a droga em seu estatuto de objeto não cumpre a função de objeto *a*, mas sim de um objeto comum presente na cultura disponível para que sejam feitos usos diversos, precisamos abordar uma outra vertente da droga, a saber, seu estatuto de significante.

II – G) O significante

Neste momento, nosso intuito é abordar o estatuto da droga que oscila entre o significante e o objeto comum disposto nas prateleiras e ofertado a sujeitos neuróticos e psicóticos. Em nossa investigação teórica, temos como objetivo apreender o estatuto da droga na dinâmica psíquica. Concordamos com Zafirooulos que destaca, como já vimos, que a “droga é um objeto inerte, mas tem um nome” (1990:75) e que em alguns casos é possível reconhecermos as cadeias significantes que estão em jogo no uso do objeto.

Ao nos dedicarmos a apreender a definição do significante, é preciso recorrer aos escritos de Lacan e articulá-los com seu ensino transmitido pelas suas palavras faladas em seus seminários; somente assim podemos desdobrar o que ele tenta elucidar na densidade de seus escritos. Lacan refere-se aos seus escritos como um resto depositado do que foi elaborado pela fala dirigida aos seus ouvintes, ao longo de seu ensino proferido em seus seminários anuais. Assim, “uma vez por ano, isso dava um escrito que, em relação à massa do que eu dissera, era um concentrado totalmente incrível, que convém colocar na água como as flores japonesas para ver desdobrar-se” (Lacan, 1974b/2005: 70-1).

É através do esforço inerente aos desdobramentos de seus escritos, cotejando com passagens do que foi dito por Lacan em seus seminários, que apresentaremos uma apreensão da noção de significante para que possamos em seguida

articulá-la com o estatuto da droga nas psicoses. A definição do significante foi empreendida por Lacan a partir de sua experiência analítica, de seu retorno a Freud e do recurso à lingüística estrutural de Saussure. Tal recurso se deve à tentativa de Lacan conferir cientificidade à psicanálise. Lacan atribui ao seu retorno à obra de Freud a chegada a certos resultados: “em primeiro lugar, promover, como necessária a qualquer articulação do fenômeno analítico, a noção de significante, como oposta à de significado na análise lingüística moderna” (Lacan, 1958/1998:695).

A lingüística moderna, por ter sido constituída depois de montagem da obra freudiana, não pôde servir a Freud. Entretanto, Lacan sustenta que “a descoberta freudiana ganha relevo justamente por ter tido que antecipar suas fórmulas, partindo de um campo onde não era possível esperar que se reconhecesse seu domínio” (Lacan, 1958/1998:695). Lacan articula a descoberta de Freud com o que confere à “oposição entre significante e significado o alcance efetivo em que convém entendê-la, ou seja, que o significante tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, significado” (idem).

Em “A instância da letra no inconsciente” (1957/1998), Lacan nos apresenta formalização do conceito de significante, fruto de seu recurso à lingüística estrutural de Saussure. Rabinovich (1986) aponta que nesse escrito, Lacan apresenta de modo paradigmático a estrutura da linguagem e um texto no qual a primazia do simbólico, em sua relação com a lingüística, aparece em seu ponto máximo em seu ensino.

Nesse escrito, Lacan parte do princípio de que a linguagem em sua estrutura “pré-existe à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (1957/1998:498). O autor concebe o sujeito enquanto “um servo da linguagem” (idem), considerando que seu lugar na linguagem, já está inscrito em seu nascimento, pelo fato mesmo de possuir, por exemplo, um nome próprio que o antecede.

A linguagem enquanto estrutura fundamental que se extrai do ensino de Lacan está intimamente atrelada ao significante. “A noção de estrutura já é por si própria uma manifestação do significante” (Lacan, 1955-6/1988:210) e acrescenta que a “noção de estrutura e a do significante aparecem inseparáveis” (idem).

Lacan produz uma inversão do signo saussuriano dando primazia ao significante em detrimento do significado. Tal inversão dos termos do algoritmo de Saussure deve-se ao fato de Lacan introduzir o significante sobre o significado.

$$\frac{S}{s}$$

Sobre o algoritmo saussuriano, Lacan nos diz que se dele “só pudéssemos retirar a noção de paralelismo de seus termos superior e inferior, cada qual considerado apenas em sua globalidade, permaneceria como signo enigmático de um mistério total. Evidentemente não é o caso” (Lacan, 1957/1998:502).

Saussure formula seu algoritmo, situando o significado na parte de cima da barra e o significante abaixo. A inversão lacaniana, para Rabinovich (1986), indica uma transformação fundamental, a saber, a introdução da função ativa do significante na determinação do significado, sua proeminência. A inversão deste algoritmo “nos permitiu desenvolver sobre a incidência do significante no significado” (Lacan, 1957/1998:518).

A função da barra também é modificada, passa a funcionar como o que resiste à significação. Tal modificação refere-se a uma barra que “remete ao recalque freudiano por um lado e, por outro, à inexistência do sentido próprio como oposto ao sentido figurado” (Rabinovich, 1986:25).

Lacan considera que significante e significado possuem ordens distintas e que se encontram separadas por uma barra que resiste à significação. Uma vez que o recalque introduz uma “espécie de discordância entre significado e o significante” (Lacan, 1954a/1998:373), podemos dizer que a barra que confere resistência à possibilidade de tomar o significante colado ao significado, tal como o signo saussuriano, está ligada à ação do recalque. O significante não possui uma relação dialética com o significado. O significante se constitui como o “centro irradiante” que “vem refletir sua luz nas trevas das significações inacabadas” (Lacan, 1957/1998:503). O efeito de significação não está dado *a priori*, é necessária a articulação mínima entre dois significantes. “Nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a outra significação” (Lacan, 1957/1998:501).

As categorias de metáfora e metonímia extraídas da formulação lingüística são articuladas, respectivamente, com os processos de condensação e deslocamento apresentados por Freud em sua *Traumdeutung* e implicados na constituição do conteúdo manifesto do sonho. Ao propor uma tradução possível desse texto consagrado de Freud, Lacan a faz da seguinte maneira “A significância dos sonhos” (Lacan, 1957/1998:514) introduzindo uma intervenção conceitual que já articula o legado freudiano às contribuições da lingüística moderna.

Sobre os processos em jogo na constituição da linguagem onírica, Lacan atesta que as “imagens dos sonhos só devem ser retidas por seu valor de significante (...). Essa estrutura de linguagem que possibilita a operação de leitura está no princípio da *significância do sonho*, da *Traumdeutung*” (Lacan, 1957/1998:514).

Uma vez que as imagens do sonho adquirem o valor de significante, os processos envolvidos em sua constituição passam a ser regidos pela ordem simbólica do encadeamento significativo. O processo de condensação é atribuído ao conceito de metáfora e é definido por Lacan, como “a estrutura de superposição de significantes em que ganha campo a metáfora” (Lacan, 1957/1998:515).

O deslocamento se constitui como o “transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura” (Lacan, 1957/1998:515). Lacan exemplifica o processo metonímico através da ligação do navio com a vela que se dá pelo encadeamento significativo. É na articulação entre “*palavra em palavra* dessa conexão que se apóia a metonímia” (Lacan, 1957/1998:509).

A noção de metáfora se articula pela substituição de um significante por outro. Tal substituição implica a disparidade das imagens representativas do significante que é substituído pelo outro. Não se trata de uma substituição qualquer, da ordem de uma sinonímia. É da particularidade da substituição significativa que se extrai “a produção da centelha poética” e a possibilidade da criação metafórica (Lacan, 1957/1998: 510).

A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significativa, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia. (Lacan, 1957/1998:510)

Para que uma produção metafórica se realize é preciso que um significante oculto seja deduzido, significante este que no processo de condensação próprio do sonho se extrai na medida em que o sujeito relata seu sonho e deixa entrever o que se encontra ocultado. Tal significante oculto emerge na interpretação, ou na significância do sonho.

É sobre a noção de sintoma que recai essa articulação de Lacan, na medida em que Freud nos mostra que sintoma é preche de sentido e é passível de decifração. Assim, Lacan destaca a estrutura significativa do sintoma e nos diz que “decifrada, ela é

patente e mostra, impressa na carne, a onipotência que tem para o ser humano a função simbólica” (Lacan, 1955/1998:416).

O significante se constitui para Lacan como o “elemento-guia” (1955-6/1988:251) para a cingir a dimensão decifrável do sintoma neurótico, bem como para a apreensão do que se passa nas psicoses.

Já evocamos que a operação de alienação constitui o sujeito por meio dos significantes provenientes do Outro, introduzindo um traço, uma marca do significante no corpo do sujeito e em sua dimensão psíquica. Tal traço se constitui como “um significante que se propõe opaco, ele mesmo, o que constitui a posição de enigma” (Lacan, 1962-3/2005:73), e que está jogado na experiência chamada “pré-subjetiva”, na medida em que o significante, a linguagem, e o Outro, antecedem a constituição do sujeito. Esta dimensão de exterioridade da ordem simbólica em relação ao sujeito é tributária da noção freudiana de inconsciente. “Essa exterioridade do simbólico em relação ao homem é a noção mesma do inconsciente” (Lacan, 1956/1998:471).

Lacan é enfático ao formular a noção de uma ordem simbólica que antecede o sujeito. “O homem desde seu nascimento e para-além de sua morte, está preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linhagem antes que nela se bordasse a história” (Lacan, 1956/1998:471). O sujeito é capturado pelo jogo do significante à maneira de um “peão” (idem), com a ressalva de que as regras do jogo não lhe foram transmitidas previamente. O sujeito é surpreendido por tais regras que são regidas por uma ordem lógica que concerne ao simbólico, antes mesmo que possa transmitir a trama discursiva de sua história pessoal por meio do encadeamento do significante. “A ordem simbólica que é constituinte para o sujeito, demonstrando-lhes numa história a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante” (Lacan, 1966c/1998, 14).

A relação com o Outro é possibilitada pela existência do significante. “O ponto de onde surge a existência do significante é aquele que, em certo sentido, não pode ser significado. É o que chamo de ponto de falta-de-significante” (Lacan, 1962-3/2005:150). Tal referência de Lacan sobre o significante se articula com a dimensão de opacidade do significante que introduz a marca no sujeito, sua dimensão de S_1 , um significante que não pode aceder a uma significação a não ser na articulação com um segundo significante que venha produzir um efeito de significado.

A dimensão do significante produz o mundo particular do sujeito, onde se insere os objetos comuns e “uma rede de traços”, o que “quer dizer que o significante

gera um mundo, o mundo do sujeito falante” (Lacan, 1962-3/2005:87). Sobre a rede traços significantes, Lacan afirma que é “onde é preciso que o sujeito já esteja capturado para que nela possa se constituir” (Lacan, 1959/1998:711). Lacan nos adverte que “devemos tomar a incidência do significante como anterior a sua constituição” (Lacan, 1962-3/2005:100).

O sujeito constituído pela cadeia significante também se encontra em sua dependência para a construção de sua realidade psíquica. “São necessárias várias devastações exercidas pelo significante para que se trate da realidade” (Lacan, 1967c:30). Assim, para pacificar a relação do sujeito com sua realidade, é necessária a intervenção do significante. O significante introduz, com sua devastação e invasão na constituição subjetiva, o sentimento de realidade.

A própria dinâmica do encadeamento significante pressupõe que cada significante, enquanto unidade isolada, se articule e invada uma outra unidade para que se produza algo de uma significação.

Isso quer dizer em suas unidades, de onde quer que se parta para desenhar suas invasões recíprocas e seus englobamentos crescentes, estão submetidos à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada. (Lacan, 1957/1998: 504)

Tais invasões recíprocas dos significantes são necessárias para que se produza uma mensagem. “São estas condições estruturais que determinam – como gramática – a ordem das invasões constitutivas do significante, até a unidade imediatamente superior na frase, e – a ordem dos englobamentos constitutivos do significante, até a locução verbal” (Lacan, 1957/1998:505). O sujeito, portanto, está submetido às invasões do significante, uma vez que sua constituição é regida pelas leis da linguagem, pelo ordenamento simbólico.

Diante das invasões constitutivas do encadeamento significante, é preciso que haja a intervenção do Nome-do-Pai para que sejam pacificadas as relações do sujeito com o significante. Já evocamos que a missão do pai refere-se ao ensino da comunicação, ou seja, permitir ao sujeito “elucubrar uma linguagem, introduzir uma rotina que faça coincidir o significante e o significado” (Miller, 2005c:24). Essa rotina é o que permite aceder ao significado, sem que o sujeito se perca no deslizamento invasivo e sucessivo do significante, tal como ocorre nas psicoses, onde o sujeito é

avassalado pela intrusão do significante que retorna no real, descolado do ordenamento simbólico de sua cadeia.

Quanto à definição do significante, Lacan é enfático ao nos apresentar uma conceituação complexa e particular, na qual o próprio significante se insere em sua definição. Trata-se de uma definição circular, na qual o significante é o que vem representar o sujeito para outro significante.

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo. (Lacan, 1966c/1998:833)

Dada a circularidade da definição do significante, Miller (1996a) aponta que este “círculo vicioso” torna o significante “*aconceitual*”. Isso se dá pois “não se pode definir *um* significante, mas pelo menos dois, S_1 , S_2 ; é o mínimo para se fazer uma diferença” (Miller, 1996a:64). Nesse sentido, devemos tomar o significante como distinto da significação, pois ele, em si mesmo, isolado da cadeia, é “sem significação própria” (Lacan, 1955-6/1988:227).

O significante é definido por suas qualidades, pelo fato de não possuir substância própria, de se articular em cadeia e de possuir densidade própria concernente a um vazio no que se refere a uma articulação direta com o significado. Trata-se de uma definição que não é dada por uma significação, mas sim por sua “significância” (Lacan, 1955-6/1988:290). O significante isolado não possui a propriedade de significância. Lacan aponta que “todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (Lacan, 1955-6/1988:212) e acrescenta que “quanto mais o significante nada significa, mais indestrutível ele é” (idem).

A indestrutibilidade do significante que nada significa é a marca de seu centro irradiante que confere luz aos efeitos de significação. O significante se constitui como “o símbolo de uma ausência” (Lacan, 1966c/1998:27). É o fato mesmo do significante nada significar, que lhe permite se articular em cadeia e produzir algo de um significado. É por “não significar nada, com o que ele é capaz de dar a todo momento significações diversas” (Lacan, 1955-6/1988:212).

Não considerar a dimensão *aconceitual* do significante pode nos levar ao equívoco de buscarmos substâncias e definições fechadas. É preciso extrair

conseqüências do fato de que determinadas categorias em psicanálise, tais como o real, o falo e o significante possuem acepções circulares que “penetram umas nas outras, como um acordeão, em certo sentido, todas são as mesmas, em outro, podem diferenciar, talvez ao infinito” (Miller, 1996a:67).

O significante é algo que insiste em seu movimento deslizando, mas sozinho não possui a consistência de uma significação. “É na cadeia significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação, de que ele é capaz nesse mesmo momento” (Lacan, 1957/1998:506).

O próprio conceito de sujeito é tributário destes círculos viciosos. O sujeito é fruto do encadeamento significante, está enraizado na definição lacaniana de significante. “O sujeito é fabricado por um certo número de articulações produzidas e de onde ele caiu como fruto maduro da cadeia significante” (Lacan, 1967-8/2006:53-4). A definição de sujeito também tem como conseqüência o fato do sujeito também ser destituído de substância. “Lacan evocou uma única substância dessa experiência des-substancializada: o gozo” (Miller, 1996a:82).

O deslizamento do significante é determinante da experiência subjetiva. “O deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte” (Lacan, 1966c/1998:33-4). Tal determinismo é fruto da supremacia do significante sobre o sujeito (Lacan, 1966c/1998:22).

Uma vez que já abordamos as propriedades do significante, é preciso abordar, agora, o que produz distinção entre significante e significado. Para Lacan, ambos constituem “duas redes de relações por eles organizadas, que não se superpõem” (Lacan, 1955/1998:415). Enquanto a articulação significante se constitui em um movimento sincrônico, num eixo de simultaneidade, a produção do significado é correlata de um conjunto diacrônico que corresponde a uma evolução de significações que se articulam umas às outras. “O significante só se constitui por uma reunião sincrônica e enumerável, na qual qualquer um só se sustenta pelo princípio de sua oposição a cada um dos demais.” (Lacan, 1960a/1998:820).

É a partir do movimento sincrônico do significante que é possível depreender a produção do significado. “Os efeitos de significado são criados pelas permutações do significante” (Lacan, 1959/1998:712). O advento do significado é produto do deslizamento incessante do significante.

Para deter esse deslizamento incessante do significante sobre o significado, é preciso a intervenção do chamado ponto de basta que Lacan articulou a propósito de sua experiência com as psicoses, nas quais o deslizamento do significante não encontra amparo na produção de uma significação. Um exemplo clássico disso é o fenômeno de fuga de idéias que ocorre na mania. É através do ponto de basta que “o significante detém o deslizamento da significação de outro modo indefinido” (Lacan, 1960a/1998: 820).

A articulação em cadeia do significante pressupõe “um substrato topológico” (Lacan, 1957/1998:505). Na década de 50, Lacan lançou mão da metáfora dos anéis para designar a estrutura topológica da linguagem. Sobre a estrutura da linguagem, Lacan nos diz que “essa estrutura é diferente da espacialização da circunferência ou da esfera onde nos comprazemos em esquematizar os limites do vivente e de seu meio: ela corresponde, antes, ao grupo relacional que a ordem simbólica designa topologicamente como um anel” (Lacan, 1953/1998:322).

Para designar uma topologia concernente à estrutura de uma cadeia significante, Lacan, ainda na década de 50, se utiliza da imagem de um colar composto por anéis que se inserem um nos outros para a produção de uma cadeia. É a partir da constatação das propriedades do significante que se organizam a partir de leis de uma ordem simbólica fechada, que Lacan afirma “a necessidade do substrato topológico do qual a expressão ‘cadeia significante’, que costumo utilizar, fornece uma aproximação: anéis, cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis” (Lacan, 1957/1998:505).

Rabinovich (1986) evoca essa passagem do escrito de Lacan e associa a dimensão dos elos de corda com o que se constituirá mais adiante no ensino de Lacan, como a topologia dos nós. Na década de 70, Lacan evocou novamente a metáfora dos anéis a partir da estrutura do nó borromeano e apontou que tal estrutura possui a função de mostrar “alguma coisa em que podemos enganchar os significantes” (Lacan, 1975-6/2007:141).

Passemos agora para o modo pelo qual o significante intervém sobre o corpo. Trata-se de apreendermos a chamada incorporação do significante, o que permite que o significante se encarne. Tal apreensão para nós é de grande relevância na medida em que no consumo de drogas, em alguns casos, está em jogo a incorporação da droga em sua dimensão de significante.

O corpo para psicanálise não deve ser tomado como um organismo meramente biológico. Trata-se de um corpo atravessado pelo significante. “O sangue e os nervos são, para nós, irrigados pela maré significante” (Laurent, 2002b:69).

A incorporação do significante encontra-se em jogo nas operações de alienação e separação. O sujeito, ao ser atravessado pelo significante, consente com a perda de um gozo, implicado no mecanismo de extração do objeto *a*, que se dá por meio da separação, quando um objeto sofre uma queda do corpo. “A incorporação do significante pode ser pensada como uma troca/intercâmbio: o sujeito cede um pouco de vida, de substância, de ser, de gozo para obter sua inscrição simbólica, para adquirir sentido, para ser incluído no campo do Outro” (Recalcati, 2003:259). A chamada incorporação do significante é o que está em jogo no processo de alienação.

Essa intervenção do significante no corpo do sujeito, que Miller (2004) denomina sob o termo “significantização” do corpo, deve ser articulada com uma perda de gozo, com a mortificação do gozo. Significantização do corpo e incorporação do significante apresentam uma relação de equivalência. Miller (2004) ressalta que o corpo fornece ao significante sua matéria. “Nada se pode atingir do sujeito antes da palavra a não ser, precisamente, sua morte, sua mortificação significante” (Miller, 1996a:74). Tal mortificação significante implica na transformação do corpo em um corpo erótico, recortado pela ação da pulsão. “Ao habitar a linguagem, o sujeito incorpora o significante e esta incorporação desnatura o corpo organismo, o despoja da natureza, o perverte e, portanto o humaniza” (Recalcati, 2003:257).

O corpo da histérica é paradigmático da incorporação do significante. A histeria demonstra o enraizamento do significante no corpo. Um exemplo clínico dessa intervenção do significante atrelado ao nome de um medicamento introduzido no corpo de uma histérica a título de favorecer a fecundação é bastante interessante e demonstra como o remédio adquire a função significante e permitiu que a paciente em questão conseguisse engravidar. Nesse caso, “acontece que o nome do remédio suposto favorecer a fecundação continha, justamente, as letras que faziam a junção entre o nome de seu pai, o de seu avô e o sobrenome de seu namorado” (Chatel, 1995:19). O uso desse medicamento que se enganchou nas marcas pessoais desta mulher permitiu que ela engravidasse.

As manifestações conversivas também são demonstrativas da incorporação do significante. “O que capta a psicanálise, desde seus inícios, com os fenômenos de

conversão, é que o significante estende suas raízes pelo corpo do sujeito até trançar nele fiapos de gozo” (Maleval, 2002:210).

A possibilidade de o significante tomar corpo é algo que merece um maior desenvolvimento. É através da articulação em cadeia que algum significado advém, mesmo assim não se constitui como estanque, uma vez que outros significados também podem ser produzidos. *A priori*, não podemos dizer que o significante possui matéria. Miller (2004) se utiliza de uma indicação de Lacan em seu escrito “Lituraterra” (1971a/2003) para esclarecer essa relação entre o significante e matéria. Nesse escrito, o significante é definido como “matéria em suspensão”, “como nuvens que se deslocam com o vento, mas que são suscetíveis, com efeito, de se precipitarem em água, e essa água é suscetível de ter efeitos materiais sobre o solo, sobre a terra” (Miller, 2004:64). De que formas o significante pode se materializar? Miller (2004) ressalta que o significante pode se utilizar do som, até mesmo do corpo do sujeito para ganhar uma matéria. A conversão histórica é um bom exemplo para demonstrar que “o significante é suscetível de se materializar no corpo” (Miller, 2004:64).

A dimensão da letra também se constitui a serviço de conferir materialidade ao significante. Nesse sentido, Lacan aponta que “designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1957/1998: 498). A letra se constitui como “estrutura essencialmente localizada do significante” (Lacan, 1957/1998:505).

Mas há uma outra forma do significante tomar o corpo enquanto matéria, onde não está em jogo algo do processo de simbolização implicado no sintoma neurótico. Trata-se da corporização do significante, que se constitui como o “avesso da significantização” (Miller, 2004:65). Trata do significante que entra no corpo, apenas para produzir gozo, “fragmentando o gozo do corpo” (idem).

Miller (2004) vai distinguir duas formas de corporização do significante, a primeira atrelada a uma corporização codificada, normalizada e a segunda “a corporização que avulta de um discurso e que inscreve o corpo individual no vínculo social, sob formas típicas” (Miller, 2004:66). Aponta que há formas de mutilações tradicionais, normatizadas, incluídas nas ilustrações antropológicas que fazem função de corporização do significante e as formas contemporâneas de corporização do significante. Tais formas de corporização contemporâneas são decorrentes dos tempos atuais, onde o Outro é inexistente e onde “o corpo tende a ser deixado ao abandono pelas normas, e então é retomado, é a sede de invenções que tendem a responder à

questão: o que fazer de seu corpo?” (idem). Entre as manifestações contemporâneas da corporização do significante, Miller (2004) ressalta o uso dos *piercing* e a *body art*, a ditadura da higiene e ainda a atividade esportiva muitas vezes atrelada ao uso de substâncias químicas. Tais manifestações, estes modos inventivos são “sucetíveis de uma recodificação de comunidades específicas, estas práticas nos demonstram a presença, a atividade da corporização” (ibidem).

O uso de drogas na psicose poderia ser uma manifestação de uma modalidade de corporização na contemporaneidade? Vemos no caso do *body-art* uma incidência na cultura, há exposições destinadas à mostra destas técnicas invasivas sobre o corpo. É possível a sujeitos psicóticos participar destas comunidades, como uma forma de inclusão no social mediante uma identificação imaginária com o grupo ou a comunidade. Apesar de observarmos a constituição de grupos e de comunidades de toxicômanos, não vemos como o modo inventivo possa operar aí. Trata-se de uma modalidade de uso de corpo que não comporta a dimensão de arte, mas de um gozo auto-erótico que não passa pelo Outro social. Entretanto, Miller associa a afecção de gozo que incide sobre o corpo de Schreber descrita em suas *Memórias*, a uma “corporização dialética do sujeito e do Outro, onde circula a afecção do gozo” (Miller, 2004: 67). Diante disso, talvez possamos associar o corporização do significante droga na dinâmica das psicoses.

No caso específico da psicose observamos a incorporação do estatuto significante da droga, mas que não tem equivalência com o processo de significantização do corpo, que não se dá por meio do simbolismo do nome do medicamento que engravida a histórica. Adotaremos a mesma denominação “incorporação do significante”, mas com uma acepção que difere desse processo constitutivo da significantização do corpo. Tal incorporação do significante que nomeia a droga se dá por meio de uma “nominação no real”, de um significante que faz signo e se anexa a um significado específico de sua trajetória de vida. Laurent (2002a), em seu artigo denominado “Como engolir a pílula?”, aborda a questão do uso de medicamentos na contemporaneidade e articula o medicamento com os três registros: o simbólico, o imaginário e o real.

A articulação entre medicamento e a ordem simbólica se dá na medida em que o medicamento encarna o objeto de uma demanda, seja uma demanda de possuí-lo ou de abandoná-lo. Uma segunda articulação entre o simbólico e os medicamentos se dá

através dos significantes que os nomeiam. Um exemplo citado pelo autor diz respeito a um sujeito histérico que dizia “preferir os medicamentos em *il* (ele) aos medicamentos em *homme* (homem)”. Tratava-se de preferir o Melleril ao Valium¹¹. De fato, tratava-se de fazer passar o homem ao seu estatuto de terceira pessoa, de não-pessoa” (Laurent, 2002a:30). Enquanto na histeria a droga ou o medicamento, em sua dimensão de significante, tem como efeito uma nomeação simbólica, na psicose, a nomeação se dá pelo real, através do retorno no real daquilo que não possui inscrição simbólica.

O medicamento toca o imaginário a partir de seus “efeitos de significação” (Laurent, 2002a:31), ou seja, a partir dos efeitos que o sujeito ou o médico espera que se produzam com sua prescrição.

Quanto ao registro do real, Laurent faz uma aproximação com a psicose e nos adverte que “não nos precipitemos em dizer que o efeito real do medicamento é o efeito farmacocinético. Este seria o real no sentido da química” (Laurent, 2002a:30). Tal advertência deve-se ao fato de o autor colocar a ênfase sobre os efeitos da dimensão signo do medicamento, que tem como efeito uma nominação no real, que ocorre nas psicoses. Sobre esse efeito, que se situa para além das identificações imaginárias, Laurent (2002a) nos diz que:

Este sistema de signos evoca um sistema de denominação ‘bricolado’ pelo sujeito mesmo, a partir da série descontínua dos produtos oferecidos pela ciência. Esses produtos lhes permitem orientar-se em suas relações com o Outro e com o gozo, nisso que seu corpo encarna ou recusa. (Laurent, 2002a:32)

O autor se utiliza de dois fragmentos clínicos paradigmáticos, que lhe permitem demonstrar os efeitos deste sistema de denominação bricolado que tem incidência no real, a partir de um significante atrelado ao tóxico. A primeira vinheta clínica refere-se a um sujeito que procura um hospital devido a um “assunto de família”, que dizia respeito a uma “herança”. De família camponesa, esse sujeito repetia constantemente “a questão são as terras”. Falava das terras a que seu pai não teve acesso, apesar do mito familiar designá-las como uma herança, à qual o pai teria direito. Esse sujeito era eterômano. “As terras das quais foi privado o pai fazem retorno no éter¹² do qual não se pode privar o filho” (Laurent, 2002a:32). O éter que ele inalava,

¹¹ A pronúncia francesa de “um”, no final do nome Valium, tem homofonia com a palavra francesa *homme* – homem, em português.

¹² A pronúncia da palavra francesa *L'éther* (éter) tem homofonia com a palavra *terre* (terra).

vinha no lugar de um retorno no real desse gozo extraído desse significante que remete ao seu pai, mais precisamente, ao fato deste ter sido privado da herança das terras (Laurent, 1995a:17).

Um outro sujeito tinha como única lembrança de seu pai, um trabalhador de uma gráfica, morto quando ele era jovem, uma imagem de seu pai envolto em um pó branco proveniente da máquina de triturar papel. Aqui temos o mesmo fenômeno que no primeiro caso: no lugar de um traço de identificação ao pai, um gozo no real. Ele também ficava envolto em um pó branco – a cocaína, que não lhe permitia identificar-se, mas sim gozar (Laurent, 1995a:18).

Santiago também cita esses dois casos trabalhados por Laurent e ressalta que “a incorporação do significante associado ao uso da droga, próprio da psicose, caracteriza-se, neste último caso, não tanto pelo nome do produto, mas pela modalidade do consumo” (Santiago, 2000:177), ou seja, a inalação do pó branco. O autor aponta que a incorporação do significante nesses casos envolve “a anexação do significante” (Santiago, 2000:176). Trata-se da dimensão de signo que anexa o significante a um significado original que é bricolado pelo sujeito.

Laurent ainda se remete a mais dois casos relativos ao uso de medicamentos, um deles já mencionado em nossa introdução a propósito do *Haloperidol*. O outro caso refere-se a um sujeito a quem é prescrito o medicamento *Ziprexa*; na medida em que reconhece que ele é fabricado pelo laboratório *Lily*, ele se recusa a tomá-lo. Tal recusa deve-se ao fato da palavra *Lily*, tendo duas letras “L” – uma na primeira sílaba e outra na segunda, que o sujeito articulou com pronúncia francesa da expressão dois eles – duas letras “L” – *deux elles* que tem relação de homofonia com *deux ailles* – duas asas, em português. “As duas asas lhe fazem imediatamente associar *Lily* à borboleta. Ele vê aí o signo de que sua virilidade será atingida” (Laurent, 2002a: 32).

Um caso que nos foi contado por um colega psiquiatra¹³ demonstra como o medicamento pode tomar o lugar de um sistema de signos bricolados. Após a prescrição do medicamento *Seroquel*, este sujeito fica intrigado e dias depois liga para seu médico, perguntando se ele estaria a favor ou contra ele. O médico questiona o motivo dessa pergunta e o paciente dá a seguinte explicação: “o senhor me passou o *Seroquel*, isso pode me prejudicar. Você quer dizer que é para ‘passar o serol no Quelquel’?”. O

¹³ Agradeço ao colega Marcio Moreno Barbeito pelo fato de ter me permitido citar este caso de sua clínica nesta tese.

médico pergunta o sentido disso e o paciente responde que Quelquel é o traficante de sua comunidade e “passar o serol” significaria matar o tal traficante. Diante do signo particularmente bricolado por esse paciente, o médico suspende imediatamente o uso do medicamento, atestando que, de fato, tal medicamento não poderia fazer bem a ele. O mesmo paciente já havia cismado com outro medicamento a *Risperidona*, que para ele atrapalhava sua “respiração”.

Freud (1915b/1996) atesta em seu artigo metapsicológico sobre o inconsciente que nas psicoses as palavras são tomadas como coisas. Nesse sentido, ele nos diz que:

O que dita a substituição não é a semelhança entre as coisas denotadas, mas a uniformidade das palavras empregadas para expressá-las. Onde as duas – palavras e coisas – não coincidem, a formação de substitutos na esquizofrenia diverge do que ocorre nas neuroses de transferência. (Freud, 1915b/1996:205)

Logo no princípio de seu artigo, Freud evoca que na esquizofrenia se observa uma antítese entre o ego e objeto. Isso porque o sujeito retrai para o seu eu o investimento libidinal destinado aos objetos. Trata ainda das numerosas modificações observadas na fala dos esquizofrênicos.

O paciente devota especial cuidado a sua maneira de se expressar, que se torna ‘afetada’ e ‘preciosa’. A construção de suas frases passa por uma desorganização peculiar, que as torna incompreensíveis para nós, a ponto de suas observações parecerem disparatadas. Referências a órgãos corporais ou a inervações quase sempre ganham proeminência no conteúdo de suas observações. (Freud, 1915b/1996:202)

Para Freud, na esquizofrenia as palavras são submetidas ao processo primário similar ao que se utiliza para interpretar as imagens dos sonhos presentes nos pensamentos oníricos latentes. Passam pelo processo de condensação e deslocamento que já evocamos, de modo que transferem integralmente suas catexias de uma palavra para outra. “O processo pode ir tão longe, que uma única palavra, se for especialmente adequada devido a suas numerosas conexões, assume a representação de todo um encadeamento de pensamento” (Freud, 1915b/1996:202). Tal processo pode ser evidenciado pelo caso apresentado a propósito da prescrição do *Seroquel*.

A prevalência das representações de palavra (*Wortvorstellung*) sobre as representações de coisa (*Sachvorstellung*) constitui um movimento de retirada do investimento libidinal dos pontos que representam a representação inconsciente do

objeto a favor da representação de palavra. Tal movimento para Freud é reconhecido como uma primeira tentativa de cura na esquizofrenia, na medida em que a libido que estava toda retida no eu passa a ser investida pela palavra, em um caminho que se dirige aos objetos.

Acontece que a catexia da apresentação da palavra não faz parte do ato de repressão, mas representa a primeira tentativa de recuperação ou de cura que tão manifestamente dominam o quadro clínico da esquizofrenia. Essas tentativas são dirigidas para a recuperação do objeto perdido, e pode ser que, para alcançar esse propósito, enveredem por um caminho que conduz ao objeto através de sua parte verbal, vendo-se então obrigadas a se contentar com palavras em vez das coisas. (Freud, 1915b/1996:208)

Freud evoca um caso relatado por Tausk de uma paciente que chegou a uma clínica depois da discussão com seu amante, queixando-se de que seus olhos não estavam direitos, estavam tortos. Tal queixa articulou-se com o que a paciente pôde enunciar em seguida, dirigindo uma série de acusações ao amante, entre elas, hipócrita e “entortador de olhos”. Acrescentou o fato de o amante ter entortado seus olhos e que agora via o mundo com olhos diferentes. A locução “entortador de olhos” é proveniente do termo em alemão “*Augenverdreher*”, que possui o sentido figurado de enganador. Aqui a paciente tomou o termo ao pé da letra e acreditou que seu olhos estariam entortados. Freud articula esse exemplo clínico cotejando com a experiência da histeria. Caso se tratasse de uma histérica, essa faria uma conversão entortando de fato seus olhos. Além disso, o contexto que a levaria a conversão não estaria acessível à consciência. O termo “entortador de olhos” estaria recalçado.

Esse caso de Tausk evidencia o que Freud denominou a “fala de órgão” (1915b/1996:203), na qual “a relação da paciente com o órgão corporal (o olho) arrogou-se a si a representação de todo o conteúdo [dos pensamentos dela]” (idem).

Após evocar a relação particular que o esquizofrênico estabelece com a palavra na perspectiva freudiana, é importante que nos detenhamos na relação entre o significante e a psicose de acordo com as contribuições de Lacan. “Trata-se, no fundo da psicose, de um impasse, de uma perplexidade concernente ao significante” (Lacan, 1955-6/1988:221). Lacan define a psicose na década de 50 como uma “intrusão”, uma “progressiva ocupação psicológica do significante” (Lacan, 1955-6/1988:252).

Já vimos que na psicose, nas manifestações da alucinação verbal, o significante retorna no real. Trata-se de um retorno no real do significante, na medida

em que um significante, o significante paterno foi foracluído. Lacan (1957-8a/1998) demonstra que os significantes que retornam no real constituem como um “rastros”, um “efeito de franja”, dos quais os “meteoros do delírio” se constituem como um “vestígio” desse significante que brota no real. O delírio demonstra “os dois tempos em que o significante que foi morto no sujeito faz brotar de sua noite, primeiro, um clarão de significação na superfície do real, e depois faz o real iluminar-se com uma fulgurância projetada das profundezas de seu substrato de nada” (Lacan, 1957-8a/1998:567).

O significante morto em jogo nas psicoses remete à definição do significante que sozinho nada significa, não produz significação. Todo trabalho implicado no delírio corresponde ao esforço do sujeito em produzir uma significação, por meio de um encadeamento significativo próprio, não compartilhado, que venha dar sentido a esse significante intrusivo que emerge no real.

A noção de “significante puro” também se aplica às psicoses. Lacan em seu seminário sobre as psicoses (1956-7/1988) nos fala que “o sujeito psicótico está numa relação direta com a linguagem em seu aspecto formal de significante puro. Tudo se o que se constrói ali não passa de reações de afeto ao fenômeno primeiro, a relação com o significante” (Lacan, 1956-7/1988:211). Miller (2003b) vai articular essa idéia de construção ligada ao significante com a noção de invenção que trataremos no próximo capítulo. Sobre o significante puro, Miller nos diz que “este significante puro é o significante enigma, ou seja, o significante que não se encadeia, o significante que constitui um choque em si mesmo” (2003b:12).

Lacan também aponta que nesta intrusão do significante no real, não é incomum que uma significação plena se antecipe ao sujeito, previamente ao desenvolvimento desta. “Trata-se, na verdade, de um efeito do significante, na medida em que seu grau de certeza (segundo grau: significação de significação) adquire um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação” (Lacan, 1957-8a/1998:544-5).

O peso do efeito do significante que comparece no real é articulado por Lacan como uma palavra que funciona como “uma espécie de chumbo na malha na rede do discurso do sujeito” (Lacan, 1955-6/1988:44). O peso do chumbo que quebra a cadeia significativa e faz surgir um significante no real também pode ser articulado com o que Lacan denomina a “alta tensão do significante” (Lacan, 1957-8a/1998:545), que designa essa significação intrusiva para o sujeito, da qual ele não consegue se desprender a não ser pela via do delírio. Assim, “a alta tensão do significante decresce,

isto é, que as alucinações reduzem-se a ritornelos, a cantilenas cujo vazío é imputado a seres sem inteligência nem personalidade, até mesmo francamente apagados do registro do ser” (Lacan, 1957-8a/1998:545). A alta tensão do significante vai sendo diminuída à medida que o sujeito pode, pelo delírio, atribuir a significação que lhe é imposta pelo Outro à trama delirante.

Lacan atesta que na psicose o sujeito não se encontra na dependência do que se manifesta no nível das significações, mas sim submetido a “sua proliferação, seu labirinto, no qual o sujeito estaria perdido, e mesmo preso a uma fixação, mas de que ela provém essencialmente de algo que se situa ao nível das relações do sujeito com o significante” (Lacan, 1955-6/1988:221).

A fixação a um significante é o que encontramos no nível da ligação do sujeito a um significante que se articula com a droga. É o que vemos no caso apresentado por Laurent a propósito do significante “éter”, que se articula pela via da homofonia na língua francesa às terras de que o pai foi privado em uma herança, da qual não pode usufruir.

Prémon (sem data) apresenta um caso intitulado “Uma falta de ponderação” (*Un défaut de pondération*) em uma conversação clínica denominada “*Section clinique de Bordeaux*”, no qual articula a dimensão significante de um medicamento, o “Ponderal”, no uso do mesmo feito pela paciente Marie.

Antes de chegar a um psiquiatra, Marie, uma mulher psicótica de 35 anos, havia passado por diversos médicos devido a uma dor inexplicável, um “não-senso encarnado” segundo os próprios termos da paciente. Durante as primeiras entrevistas com o psiquiatra, foi possível identificar o contexto no qual a dor havia surgido. Marie o correlaciona a um momento de ruptura radical em sua vida, no qual houve a supressão de um medicamento, regulador do apetite. O uso de tal medicamento, denominado “*Pondéral-longue-action*”, iniciou-se aos 20 anos e dele ela não conseguia separar-se até o momento de ruptura mencionado acima. Tal medicamento repentinamente passou a ter sua prescrição interdita e sua substituição impossibilitada.

Marie encontrava-se fixada ao significante que nomeia o medicamento, como um “sintagma congelado”. Esse medicamento era-lhe absolutamente necessário e ela não sabia como explicar. O fato é que o uso desse medicamento regravava e ponderava o ritmo e a intensidade de suas crises de bulimia que a acompanhavam desde a adolescência.

Durante os quinze anos em que fez uso desse medicamento, Marie se dedicava a um ritual de contagem das gramas e das calorias ingeridas. Tal ritual ritmava os dias de Marie, mas esse cálculo do gozo e sua localização pareciam ter guardado sua eficácia apenas enquanto tivesse podido tomar apoio sobre este S_1 , o significante Ponderal oriundo do Outro medicinal. Esse significante havia permitido fazer suplência à ausência do Nome-do-Pai foracluído, localizando o gozo e estabilizando a paciente. Essa é uma hipótese que a autora coloca em discussão. O fato é que enquanto a paciente fazia uso deste medicamento, conseguia ter uma vida regrada, ou melhor dizendo, “ponderada”, tal como a própria paciente dizia. O efeito do uso do medicamento foi substituído pela análise que ela denominava de modo bem humorado como “entrevistas-longa-ação” (*entretiens-longue-action*).

Enquanto significante, a droga pode operar tanto pela via da tentativa de estabilização, quanto nas situações em que o sujeito se confronta com a experiência de excesso, nos momentos posteriores ao desencadeamento, pela via do retorno do significante no real do corpo. O estatuto de significante associado à droga, quando opera fazendo retorno no real, contribui para a reedição de situações em que o sujeito psicótico é invadido de pelo excesso de gozo. Por outro lado, o significante “droga”, em seu movimento contínuo de retorno no real, pode em alguns casos vir a se localizar na construção delirante (Zafiroopoulos, 1988). Assim, no lugar da errante incorporação do objeto droga, o sujeito situa apenas o significante na construção simbólica do delírio, o que contribui para a via de estabilização.

Os modos de estabilização da psicose que se articulam de alguma forma com a droga, seja em seu estatuto de objeto, seja em sua vertente de significante, serão tratados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – O RECURSO À DROGA: MODOS DE OPERAÇÃO

A hipótese que norteia nossa pesquisa parte da consideração de que o recurso à droga, terminologia que elegemos para tratar do consumo de drogas entre sujeitos psicóticos, se constitui como uma tentativa de apaziguamento das agruras decorrentes da forclusão do Nome-do-Pai. Nesse sentido, nos apoiamos na etimologia da palavra “recurso”, que como vimos em nossa introdução nos favorece, na medida em que remete à idéia de remédio, de auxílio ou de proteção. É preciso destacar que esse recurso de que o sujeito pode lançar mão para apaziguar determinadas manifestações angustiantes da psicose não se constitui como uma modalidade de estabilização que permita uma amarração dos três registros, tal como opera uma suplência *sinthomática*. Trata-se de um recurso frágil que pode lançar o sujeito a uma experiência de invasão de gozo, de recrudescimento das manifestações alucinatórias.

Partimos da consideração de Maleval (2001) de que o uso de drogas tem como efeito a liberação de um gozo ilimitado. A clínica revela que o uso de drogas pode confrontar o sujeito com a experiência de um excesso de gozo. Nesse sentido, concordamos com Chiriaco (2005) que apresenta o papel paradoxal da droga, que ao mesmo tempo em que desempenha o papel de regular o gozo, opera multiplicando-o. Nessa mesma direção, Naparstek e Galante (2008), como já vimos, apontam que “o tóxico na psicose não necessariamente produz um excesso de gozo, mas em alguns casos vem limitar esse gozo no corpo, produzindo um precário enganche ao Outro” (p. 43-4). Tal paradoxo se constitui como um pilar de nossa hipótese central que se opõe a uma perspectiva polarizada de apontar duas funções antagônicas para o uso de drogas, de um lado, uma via de estabilização, e de outro, a via sombria da agudização dos fenômenos invasivos da psicose. Nossa proposição teórico-clínica implica em sustentar essa tensão, que encontra eco na ambigüidade da dupla dimensão do medicamento que corresponde ao “efeito *pharmakon*” (Santiago, 2001:25), ou seja, o fármaco funciona tanto para a cura, operando como medicamento, quanto para o pior, revelando sua outra face, a saber, de veneno.

Em nosso trabalho tentaremos demonstrar que o recurso à droga pode operar de duas maneiras distintas na dinâmica psíquica das psicoses. Na conjuntura do desencadeamento da psicose, reconhecemos o paradigma do primeiro modo de operação, que diz respeito a uma irrupção de gozo. Há casos em que a narcose, promovida pelo uso do objeto, ao confrontar o sujeito com uma experiência de um

excesso de gozo, pode contribuir para a manifestação de fenômenos elementares, participando da cena do desencadeamento clássico, como um elemento adicional. Cabe ressaltar que a irrupção de gozo promovida pelo uso de drogas também comparece nas psicoses já desencadeadas.

O segundo modo de operação da droga corresponde às tentativas de estabilização que se constituem como o desdobramento de nossa hipótese central, e correspondem a cinco modalidades distintas, a saber, a moderação de gozo, a passagem ao ato, a compensação imaginária, o delírio e a escrita, que se articulam ao recurso à droga de acordo com particularidades de casos clínicos que serão apresentados.

Neste capítulo, antes de nos determos nesses modos de estabilização que se articulam com o recurso à droga, abordaremos o conceito de suplência e sua relação com o *sinthome* e com a metáfora delirante, assim como a noção de invenção psicótica, que está implicada tanto no conceito de suplência, quanto em algumas modalidades de estabilização.

A compensação imaginária (Lacan, 1956-7/1988) comparece articulada à identificação imaginária que se estabelece em torno do objeto droga e do significante que a nomeia, na relação entre o sujeito e aqueles com quem compartilha o uso. Tal identificação, apesar de carecer de mediação simbólica, pode permitir que alguns sujeitos se mantenham estabilizados sem se confrontarem com a experiência do desencadeamento da psicose. A moderação de gozo opera mediante a passagem ao ato de incorporação do objeto, uma tentativa de extração do objeto *a* pelo real do corpo, que apazigua o sofrimento gerado pelas alucinações verbais e as experiências de fragmentação corporal. Nesse caso, não se trata de identificar o objeto droga ao objeto *a* extraído, mas destacar as intervenções invasivas do ato de drogar-se que golpeiam o real do corpo.

O delírio, em sua dimensão de positividade, atrelado por Freud à noção de tentativa de cura e reconstrução da realidade, constitui um paradigma das tentativas de estabilização da psicose. Em nossa articulação teórica, abordaremos uma forma particular de inserção da droga, enquanto significante, na trama delirante. Trata-se de um modo particular de a droga estar a serviço da tentativa de estabilização própria do delírio.

No recurso à escrita, que cumpre função estabilizadora para alguns sujeitos psicóticos, observamos como a droga se insere no cerne dos escritos, operando como letra, materializando o significante e circunscrevendo o gozo.

III – A) Irrupção de um gozo ilimitado

O paradoxo do recurso à droga se evidencia através da conjuntura do desencadeamento, demonstrando que sua tentativa de solução dos efeitos da foraclusão não alcança eficácia em todos os casos. É no momento do desencadeamento que os efeitos da foraclusão do Nome-do-Pai aparecem com toda força.

É importante destacar que o modo de operação da irrupção do gozo não se restringe ao contexto do desencadeamento. Para alguns sujeitos a intoxicação contribui para uma profusão de fenômenos alucinatórios. Não é raro escutarmos sujeitos psicóticos que localizam a manifestação de vozes quando estão sob efeito de álcool ou drogas e que procuram evitar seu consumo.

Antes de tecermos considerações acerca da participação do consumo de drogas na cena do desencadeamento, apresentaremos as indicações lacanianas referentes ao desencadeamento clássico, em que reconheceremos que a intoxicação não constitui uma das condições essenciais para a eclosão do desencadeamento. Entretanto, o consumo de drogas pode participar da chamada conjuntura dramática do desencadeamento enquanto um elemento adicional.

III – A) 1. Desencadeamento clássico

O termo “desencadeamento”, apesar de já comparecer na tese de doutoramento de Lacan, ganha a força conceitual durante a década de 50, quando este se dedica ao tema das psicoses mediante seu *Seminário 3* (1955-6/1988) e seu escrito “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1957-8a/1998). Lacan evoca a “conjuntura dramática” envolvida na cena do desencadeamento das psicoses. Tal conjuntura pode ser atribuída a diversas situações que ocorrem na vida de um sujeito, seja a chegada de um filho, a morte de um ente querido, uma promoção profissional, ou ainda a aquisição de uma herança. O que estas situações podem ter em comum? Maleval (2002) aponta que toda tentativa de extração de uma lógica desses acontecimentos é arriscada.

O princípio inerente à manifestação dos fenômenos elementares em jogo no momento do desencadeamento fundamenta-se na foraclusão do Nome-do-Pai, que se encontra no cerne da estrutura da psicose. Trata-se do “denominador comum das

circunstâncias de desencadeamento, é na confrontação do sujeito com a carência original que determina sua estrutura” (Maleval, 2002:239).

Lacan nos apresenta algumas condições que se manifestam na cena do desencadeamento. A primeira condição articulada com este princípio fundamental constitui uma condição estrutural.

É num acidente desse registro [da linguagem] e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose. (Lacan, 1957-8a/1998:582)

A segunda condição diz respeito ao abalo nas identificações que sustentam o sujeito em sua vivência prévia ao desencadeamento e através das quais ele tenta fazer a assunção do desejo materno, na medida em que não dispõe da metáfora paterna, estofado simbólico que permite substituir o desejo materno por um significante paternal. “Seja qual for a identificação pela qual o sujeito assumiu o desejo da mãe, ela desencadeia, por ser abalada, a dissolução do tripé imaginário” (Lacan, 1957-8a/1998:572). É por meio de identificações desse tipo que se elaboram as compensações imaginárias que permitem ao sujeito viver equilibrado no tamborete de três pés evocado por Lacan (1956-7/1988) antes da possível eclosão de um desencadeamento. Tais compensações serão tratadas mais adiante neste capítulo.

Por fim, a terceira condição, mais contingente, toca a história particular do sujeito e refere-se a uma situação específica onde se observa uma invocação ao Nome-do-Pai. A impossibilidade de o sujeito construir uma resposta para essa invocação tem como efeito a desintegração do imaginário, que até então lhe fornecia certa estabilidade. “É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário” (Lacan, 1957-8a/1998:584). A idéia de uma “cascata de remanejamentos significantes” pode servir como metáfora do descarrilamento da cadeia simbólica que se apresenta na fala dos sujeitos psicóticos. O efeito de desastre do imaginário se evidencia a partir da vivência mortificante de Schreber acerca de si mesmo apresentada na seguinte descrição: “um cadáver leproso conduzindo outro cadáver leproso” (*Apud* Lacan, 1957-8a/1998:574). Acerca dessa descrição de Schreber, Lacan tece os seguintes comentários:

Descrição brilhantíssima, convenhamos, de uma identidade reduzida ao confronto com seu duplo psíquico, mas que, além disso, deixa patente a regressão do sujeito, não genética, mas tópica, ao estado do espelho, na medida em que a relação com o outro especular reduz-se aí a seu gume mortal. (Lacan, 1957-8a/1998:574)

Nesta regressão ao estágio do espelho, há a incidência das vivências de fragmentação corporal. As imagens do corpo despedaçado são reatualizadas através das “imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração, explosão do corpo” (Lacan, 1948/1998:107) que, via de regra, atormentam os sujeitos psicóticos.

A invocação do Nome-do-Pai que se dá em oposição simbólica ao sujeito é paradoxal, na medida em que este nunca adveio no lugar no Outro. Lacan se questiona: “mas, como pode o Nome-do-Pai ser chamado pelo sujeito no único lugar de onde poderia ter-lhe advindo e onde nunca esteve?” (Lacan, 1957-8a/1998:584). Tal invocação torna-se possível quando o sujeito depara-se com um pai real, que não se trata em absoluto do pai do próprio sujeito, mas de Um-pai.

Lacan apresenta algumas situações específicas nas quais o sujeito se confronta com Um-pai. Trata-se de situações como da moça enamorada que se encontra com o pai do rapaz, ou no caso de uma confidente na figura de seu confessor. São situações que abalam o eixo *a-a'* na medida em que esta figura que encarna Um-pai se opõe ao sujeito em um lugar terceiro.

É preciso ainda que esse Um-pai venha no lugar em que o sujeito não pôde chamá-lo antes. Basta que esse Um-pai se situe na posição terceira em alguma relação que tenha por base o par imaginário *a-a'*, isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, concernindo ao sujeito no campo da agressão erotizado que ele induz. (Lacan, 1957-8a/1998:584)

A invocação do Nome-do-Pai pode ser articulada com a formulação de Lacan, em seu Seminário sobre as psicoses, a propósito do que denomina “entrada na psicose”, na qual enfatiza o apelo a um significante que não pode ser acolhido, na medida em que está foracluído. “Observem esse momento crucial com atenção e vocês poderão delinear essa passagem em toda a entrada na psicose – é o momento em que o outro como tal, do campo do outro, vem o apelo de um significante essencial que não pode ser acolhido” (Lacan, 1955-6/1988:344). Nesse sentido, Naveau (1988) aponta que

o desencadeamento da psicose se dá quando um acontecimento concerne a um apelo ao significante paternal.

Em seu Seminário sobre as psicoses Lacan evoca diversas vezes a chamada “entrada na psicose” e se questiona “Como será que se entra nela? Como o sujeito é levado, não a se alienar no outro com a minúsculo, mas a se tornar essa alguma coisa que, do interior do campo onde nada pode ser dito, faz apelo para todo o resto, para o campo de tudo o que pode ser dito?” (Lacan, 1955-6/1988:181). Nessa passagem podemos apreender que na entrada na psicose está em jogo um abalo no eixo *a-a'*, no qual o sujeito não pode recorrer à alienação especular.

Lacan questiona o que se encontra “no cerne dos motivos de entrada na psicose” (Lacan, 1955-6/1988:285) e aponta o que considera ser o mais árduo para um homem e que se refere ao ato de “tomar a palavra” (idem) e acrescenta:

Eu entendo a sua, o contrário mesmo de dizer sim, sim, sim à do vizinho. Isso não se exprime forçosamente em palavras. A clínica mostra que é justamente nesse momento, se sabemos referenciá-lo a níveis muito diversos, que a psicose se declara. Trata-se algumas vezes de um empenho mínimo de tomada da palavra, quando o sujeito vivia até então em seu casulo, como uma traça. (Lacan, 1955-6/1988:285)

Nesse ato de “tomar a palavra” o sujeito se depara com o jogo do significante e do significado, com a dimensão paradoxal do significante, que em si mesmo nada significa e é lançado na dimensão da perplexidade.

É entre esses dois pólos [do significante e do significado] que se situa o registro no qual se joga a entrada na psicose – a palavra reveladora, que abre uma dimensão nova, e dá o sentimento de compreensão inefável, a qual não recobre nada que seja até então experimentado, e, por outro lado, a banalidade, o refrão. (Lacan, 1955-6/1988:290)

O desencadeamento lança o sujeito na dimensão de perplexidade que opera uma solução de continuidade entre a estabilidade conquistada pela via do imaginário e o trabalho de reconstrução da realidade operado pelo delírio. Nesse sentido, Leguil (1987) aponta que “entre a fase pré-psicótica e o delírio, o desencadeamento é uma ruptura que contesta uma evolução” (Leguil, 1987:74).

Sobre a dimensão do desencadeamento, ou da chamada entrada na psicose, Lacan adverte aos analistas que “seguramente menos que alhures, convém recuar diante

da investigação quando se trata do momento de entrada na psicose” (Lacan, 1955-6/1988:346). É digno de nota o fato de Lacan utilizar o mesmo verbo, a saber, recuar, que irá utilizar mais de vinte anos depois, quando mais uma vez faz uma advertência similar aos analistas que o escutam em sua “Abertura de seção clínica” (1977/2001): “a psicose é isso diante do que um analista não deve recuar em nenhum caso” (p. 8).

III – A) 2. O papel secundário da narcose na cena do desencadeamento

Em sua tese de doutoramento em psiquiatria de 1932, Lacan recorreu ao estudo das psicoses exógenas ou tóxicas. Neste estudo, ele busca identificar as “relações clínicas e patogênicas da psicose paranóica com as psicoses de intoxicação e de auto-intoxicação” (Lacan, 1932/1987:115). Ele fundamenta-se na hipótese defendida por alguns autores de que o estudo dos delírios que persistem após os estados confusionais poderia trazer contribuições para a compreensão dos mecanismos dos delírios. Entretanto, Lacan parece não se ater a essa hipótese, uma vez que a introduz em sua tese apenas a título de “lembança” (Lacan, 1932/1987:115) e lhe dedica apenas algumas páginas. Em poucas páginas sobre o assunto, ressalta a estranheza dessa hipótese, uma vez que se atém à etiologia endógena das paranóias. O desencadeamento da psicose não deve ser atribuído, exclusivamente, às intoxicações, mas, sobretudo, às disposições anteriores do sujeito.

É preciso, com efeito, ver na própria intoxicação não uma causa primeira, mas freqüentemente um sintoma de distúrbios psíquicos, quer ela represente uma tentativa do sujeito para compensar um desequilíbrio psíquico, quer ela seja o estigma mesmo duma deficiência moral. Em ambos os casos as fraquezas psíquicas do terreno vão ser reencontradas nas conseqüências da intoxicação. (Lacan, 1932/1987:117)

Lacan não valorizou uma relação entre os estados confusionais exógenos e as psicoses paranóicas, uma vez que sua ênfase destinava-se ao estudo do “problema da estrutura psicológica complexa dos delírios” (Lacan, 1932/1987:119). Entretanto, destacou que “todas as ocasiões de estados ‘hipnóides’ (estafa, episódios tóxicos e infecciosos) desempenhariam um papel desencadeador, cujo valor no início, sempre brusco clinicamente, da psicose, não se deve desconhecer” (Lacan, 1933b/1987:396).

Em seus primeiros estudos sobre a paranóia, Lacan, ao considerar os possíveis fatores orgânicos que contribuiriam para o desencadeamento, não se abstém de apresentar uma ressalva que consideramos pertinente:

Vemos, portanto, que é através de nosso próprio método de investigação psicológica que acreditamos poder deduzir a justa instância dos fatores orgânicos nos quais reconhecemos, como se vê também, um papel preponderante do desencadeamento da psicose sem admitir de modo algum que eles possam explicar nem sua forma, nem seus conteúdos mentais específicos, nem suas reações, nem sua evolução duradoura. (Lacan, 1933b/1987:397)

É preciso considerar também a possibilidade de o uso de drogas no período prévio ao desencadeamento da psicose participar de forma coadjuvante e não determinante da conjuntura do desencadeamento. A pertinência de tal consideração pode ser evidenciada no próprio ensino de Lacan. Em seu artigo “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950/1998), ele tece comentários acerca das estratégias utilizadas nos interrogatórios dos criminosos, tais como a tortura e a narcose, ressaltando suas inadequações e também seus limites, na medida em que não induz o sujeito a dizer aquilo que ele não sabe. No que se refere à narcose, Lacan é ainda mais enfático e aponta os seus perigos:

Não busquemos a realidade do crime, portanto, nem tampouco a do criminoso, por meio da narcose. Os vaticínios que ela provoca, desnorteantes para o investigador, são perigosos para o sujeito, que, por menos que participe de uma estrutura psicótica, pode encontrar nela o “momento fecundo” de um delírio. (Lacan, 1950/1998:146)

Em nosso trabalho, consideramos a preciosidade da constatação lacaniana de que o sujeito de estrutura psicótica pode encontrar na narcose o “momento fecundo” para a construção de um delírio. Trata-se de uma contribuição de grande valor, uma vez que aponta para um dos efeitos da intoxicação na dinâmica do desencadeamento da psicose.

Ao evocar as situações que fazem parte da conjuntura dramática do desencadeamento, Maleval (2002) inclui o consumo de drogas, ao lado de acontecimentos tais como: uma alegria extrema e um ganho imprevisto decorrente de jogos na loteria ou da aquisição de uma herança. Fenômenos como esses podem operar ultrapassando os limites mais ou menos precários instaurados pelo enquadramento do gozo que levam a cabo as psicoses (Maleval, 2002:272).

Ainda que o recurso à droga possa cumprir a função de compensar o desequilíbrio psíquico característico de uma psicose, tal função porta precariedades e pode participar da conjuntura do desencadeamento. O sujeito, na busca desesperada por um meio que lhe permita ser amparado, pode tentar fazer da droga um ponto de apoio. Alguns são bem sucedidos nessa função, outros claudicam, pois encontram apenas um objeto que lhes permite aceder a uma experiência excessiva de gozo.

III – B) Modos de Estabilização

Antes de nos determos nos modos de estabilização que apresentam na dinâmica das psicoses é preciso que nos atenhamos ao termo “estabilização”. Soler (2007) aponta que o uso do termo estabilização é proferido com frequência no âmbito psicanalítico, na medida em que ninguém ousar falar em “cura” ou “efeitos terapêuticos” quando se trata de abordar a clínica das psicoses. Acrescenta que apesar de seu uso difundido, o termo estabilização não é proveniente do vocabulário psicanalítico. A autora destaca ainda que é preciso rigor ao abordar tal termo, uma vez que no meio psiquiátrico é possível dizer que um sujeito se mantém estabilizado quando seu quadro psíquico se apresenta sem alterações. Assim, é possível dizer que um quadro psíquico se encontra estabilizado quando um sujeito permanece um longo período em um estado de inércia, marcado pela abulia e pelo apragmatismo. “Não há nada mais estável que o sujeito que permanece confinado ao leito” (Soler, 2007: 193).

Para adotar a noção de estabilização é preciso que façamos uma distinção entre esse sentido médico do termo e a acepção proveniente de seu uso no meio psicanalítico que diz respeito a “uma organização dos distúrbios da psicose” (Soler, 2007: 208).

É do vocabulário lacaniano que Soler extrai dois termos que permitem dar um sentido particular ao que a noção de estabilização exprime no âmbito da psicanálise, a saber, metáfora e suplência. Destaca que só podemos falar de estabilização sobre uma condição previamente desestabilizada e que volta a se estabilizar. Aqui, compreendemos essa condição previamente desestabilizada como efeito da forclusão do Nome-do-Pai nas chamadas pré-psicoses, portanto, tal condição não é correlata do desencadeamento. É preciso, portanto, que se apresente o fator causal que produz a desestabilização ou a reestabilização. Na psicose observamos “desencadeamentos repentinos, inesperados, desencadeamentos-supresa, assim como remissões às vezes enigmáticas” (Soler, 2007:

193). Assim, é preciso apreender “qual é móbil das peripécias descontínuas da psicose” (idem).

O móbil que está em jogo nas cenas dos desencadeamentos já foi abordado quando nos detivemos nas condições inerentes ao desencadeamento clássico apresentadas por Lacan. As remissões enigmáticas das manifestações clínicas das psicoses, assim como as condições de compensação pelo imaginário prévias ao desencadeamento, serão objeto de nossas considerações neste momento de nosso trabalho. Trata-se de elaborar uma abordagem do que Soler (2007) denomina a “clínica dos substitutos do Nome-do-Pai, dos diferentes termos que a clínica nos apresenta e que exercem a função de estabilizadores” (p. 205).

As suplências se constituem como os meios mais duradouros de estabilização da psicose e dizem respeito aos modos de operação da metáfora delirante e do *sinthoma*. A primeira diz respeito às formulações lacanianas referentes à década de 50 e a segunda se ampara nas contribuições da topologia borromeana, fruto dos avanços do ensino de Lacan na década de 70. “Em 1976, Lacan produz uma nova orientação, que permite repensar formas de estabilização nas psicoses, dado que, em 1956, ele não tinha mais do que a estabilização delirante” (Laurent, 1995b:118).

Apesar de Soler restringir a noção de estabilização aos termos metáfora e suplência, em nossa pesquisa, ampliamos a acepção desse termo para incluir outras soluções psicóticas para a forclusão da psicose. Assim, quando abordamos os modos de estabilização da psicose incluímos os meios de moderação do gozo, a passagem ao ato, as compensações imaginárias, o delírio e a escrita.

As contribuições de Miller (2003b) acerca das possíveis invenções que o sujeito psicótico lança mão para estabilizar a relação com o corpo despedaçado também serão objeto de nossa investigação a propósito das suplências e dos modos de estabilização que se observam nas psicoses.

As considerações acerca da passagem ao ato, modo de estabilização vislumbrado por Lacan em sua tese de doutorado de 1932 e retomado na década de 40 em seu escrito “Formulações sobre a causalidade psíquica” (1946/1998) também serão abordadas neste capítulo. “Em 1946, tudo o que ele colocava era o ato, como aquilo que podia sustentar, que podia ocupar o lugar do ponto de detenção” (Laurent, 1995b:118).

Ainda na década de 50, Lacan nos apresenta outro modo de estabilização que comparece antes da cena do desencadeamento e diz respeito às chamadas compensações

imaginárias que permitem ao sujeito se sustentar em sua existência sem sucumbir à manifestação dos fenômenos elementares da psicose.

O delírio alçado por Freud à tentativa de cura das psicoses também será objeto de nossas considerações, na medida em que nem toda construção delirante vem cumprir a função de metáfora que permita estabilizar a relação do significante e do significado e estabelecer a função de comunicação. Lembramos que a missão de conferir estabilidade na linguagem é concedida pela metáfora paterna; na sua ausência ou na impossibilidade de construção de uma metáfora delirante estabilizadora, o sujeito se apresenta à deriva no deslizamento sucessivo do significante.

Por fim, nos dedicaremos a abordar a função da escrita nas psicoses. É digno de nota que a escrita, assim como outras produções artísticas, podem desempenhar um papel de condensação do gozo que se apresenta deslocalizado, devastando e invadindo o corpo do sujeito, na medida em que na psicose não há extração do objeto *a*.

Neste percurso sobre as “peripécias descontínuas” das psicoses, estabeleceremos uma articulação com o recurso à droga, que, em sua dupla dimensão de objeto e significante, opera de modo particular em alguns modos de estabilização. Já evocamos que o recurso à droga não está a serviço das suplências, que possuem atributos próprios e requerem um esforço de amarração simbólica incompatível com a relação de gozo observada no consumo de tóxicos. Entretanto, apesar disso, dado o caráter paradoxal do recurso à droga que pode desempenhar o duplo papel de moderar e multiplicar o gozo, é possível reconhecer em outros modos de estabilização uma função particular que se articula com a moderação de gozo, a passagem ao ato, compensação imaginária, o delírio e a escrita. Tal articulação será demonstrada mediante constatações clínicas oriundas de nossa práxis e da literatura psicanalítica.

III – B) 1. Suplências

Maleval (2001) ressalta que nos últimos anos observou-se que o termo suplência sofreu certa inflação. Apesar de ser possível localizar o termo suplência no primeiro ensino de Lacan, prévio às formulações da década de 70, não podemos atribuir o caráter conceitual a essas passagens. Na década de 50, Lacan observa que “o sujeito tem de suprir a falta desse significante que é o Nome-do-Pai” (1957-8b/1999:153). Tal possibilidade de suprir a ausência de inscrição do Nome-do-Pai, nesse momento do ensino lacaniano, está atrelada exclusivamente à metáfora delirante. É importante

destacar que nesse momento persiste uma perspectiva das psicoses, na qual o paradigma da neurose, onde há a inscrição do Nome-do-Pai, é tomado como referencial de oposição. Tal perspectiva, quando articulada com as proposições do último ensino de Lacan, dá margem a interpretações das psicoses associadas à noção de déficit. Nesse sentido, Deffieux chega a afirmar que, nos anos 50, “a psicose pode então ser unicamente considerada como um déficit que pede uma compensação. Suplência e déficit são, portanto, aqui indissociáveis” (Deffieux, 2006:167).

O termo suplência comparece também aplicado à neurose, como evidencia o retorno ao caso Pequeno Hans (1956-7/1995), onde Lacan aponta que o menino buscava suprir a carência do pai imaginário. Nesse caso não se tratava de uma tentativa de suprir a forclusão do Nome-do-Pai, mas sim a inoperância do pai imaginário, que não encarnava a figura de um pai castrador que pudesse ameaçar a relação de Hans com seu pênis real. Diante de tal inoperância, Hans empreendeu com sua fobia e a fantasia do encanador a possibilidade de operação edípica, encontrando, assim, “uma suplência para este pai que se obstina em não querer castrá-lo” (Lacan, 1956-7/1995:375). O significante fóbico operou suplenciando a carência do pai imaginário, cumprindo uma função simbólica.

Os anos 50 são marcados pela chamada “clínica edipiana” (Deffieux, 2006:167), onde há uma cisão entre neurose e psicose introduzida pela presença da metáfora paterna na primeira e sua ausência na segunda. De acordo com os princípios fundamentais do primeiro ensino de Lacan, observa-se a primazia do significante do Nome-do-Pai como operador exclusivo que garante estabilidade na relação com a linguagem e com a sexualidade. Na ausência desse significante do Nome-do-Pai, o sujeito seria confrontado necessariamente com os fenômenos elementares da psicose, a menos que dispusesse de uma identificação compensatória, único recurso citado por Lacan que permitiria escapar de um desencadeamento clássico.

Maleval (2002) destaca a importância de distinguir a noção de suplência extraída da construção singular da escrita de Joyce e as estabilizações baseadas em identificações imaginárias. “Estas últimas proporcionam ao sujeito ideais *prêt-à-porter* com os que ordena em sua existência. Entende-se que nem todas as psicoses apresentam as mesmas qualidades: as identificações imaginárias são mais frágeis que as complexas elaborações das suplências” (Maleval, 2002:268).

Deffieux (2006) aponta que o termo suplência é um termo datado proveniente do ensino dos anos 50, mas ganha novos tons com o advento da segunda

clínica de Lacan, marcada pela referência à topologia do nó borromeano. É a partir da análise que Lacan empreende acerca da obra de Joyce que o termo suplência adquire uma nova definição em psicanálise. O termo ganha certa generalização condizente com a pluralização dos Nomes-do-Pai. De modo que o próprio Nome-do-Pai se constitui como uma modalidade de suplência entre outras, tais como o *sinthoma* de Joyce. Assim, é possível dissociar a noção de suplência de uma perspectiva que associaria a psicose à idéia de déficit.

A pluralização dos Nomes-do-Pai imprime conseqüências sobre a própria noção de foraclusão, que deixa de ser articulada exclusivamente à psicose. Miller apresenta uma noção de foraclusão generalizada que incidiria sobre todas as estruturas. Nesta mesma linha, Recalcati (2003) opõe a foraclusão generalizada à noção de foraclusão restringida à psicose. Já Skriabine (2006), considerando que nem mesmo o significante do Nome-do-Pai é suficiente para dar garantia ao Outro, conclui que “há estruturalmente foraclusão do Nome-do-Pai no sentido de uma medida comum ‘inata’, ‘normalidade’, que manteria juntos Real, Simbólico e Imaginário graças a um nó borromeano bem sucedido” (p. 58). A dissociação entre os três registros está dada para todos, não haveria nada *a priori* que permitiria uma ligação entre eles.

Para atar os três elos referentes aos registros é preciso uma “ação suplementar” (Lacan, 1974-5) referente à função do pai. Cabe ressaltar o caráter suplementar dado à própria função paterna. Os Nomes-do-Pai vêm suprir a dissociação instalada entre os três registros. O Nome-do-Pai constitui uma modalidade de suplência diante de tantas outras soluções sintomáticas.

O quarto elo do nó pode ser representado pelo Nome-do-Pai em sua vertente pluralizada, na qual se inserem outros Nomes, como na obra de Joyce, que constitui um *sinthome*. No ensino de Lacan, a noção de *sinthome* se configura como a possibilidade de estabilização da psicose como uma modalidade de suplência que se articula com as considerações acerca da topologia dos nós. Lacan adota uma grafia própria para designar uma modalidade de suplência, a saber, o termo *sinthoma*. O uso desse termo, proveniente de “uma maneira antiga de escrever o que foi posteriormente escrito sintoma (*symptôme*)” (Lacan, 1975-6/2007:1), se deve a tentativa de Lacan de estabelecer uma distinção entre *sinthome* e *symptôme*. De origem grega, a partícula “*ptôma*” que compõe a palavra *symptôme*, significa queda. Assim o *symptôme* designa o sintoma sobre o qual se intervém durante a análise com objetivo de fazê-lo cair, ao

passo que o *sinthome*, termo antigo da língua francesa, revela algo de irreduzível, uma solução do sujeito, que não cai (Dias, 2006).

A ação suplementar que articula os registros mediante a introdução de um quarto elo é atribuída ao Nome-do-Pai e ao *sinthoma*. Ainda que possamos atribuir à metáfora delirante o estatuto de uma modalidade de suplência, esta parece insuficiente na tarefa de constituição de um quarto elo. A fragilidade da metáfora delirante, decorrente da impossibilidade de amarrar os três registros, pode confrontar o sujeito com a manifestação de novos surtos.

Maleval (2001) destaca que o termo suplência corresponde a uma invenção do sujeito, que permite amenizar o gozo. Esse autor descarta a possibilidade de se atribuir o termo suplência ao uso de drogas e ainda às muletas imaginárias descritas por Lacan. Tais recursos podem ser identificados como modos de “compensação” ou “estabilização” das psicoses, que não se comparam ao recurso de suplência que possui sustentação ou amarração mais sólida.

Apesar de encontrarmos na literatura psicanalítica diversas construções teórico-clínicas que evidenciam a possibilidade do uso de drogas conferir estabilidade subjetiva para alguns sujeitos psicóticos, é preciso caminhar com prudência e cautela para não identificar estabilidade com suplência. Alguns autores associam a função de suplência ao uso de drogas (Beneti, 1998, Le Poulichet, 1996 e Vallet, 1998). Considerando o papel da escrita que confere um nome a Joyce, não nos parece adequado colocá-lo no mesmo plano do recurso à droga, em função dos seus paradoxais modos de operação explicitados anteriormente.

Brousse (1988) descreve o caso de uma mulher psicótica fora do desencadeamento, que constrói duas modalidades de uma mesma suplência, mediante a atividade de escrita e tradução. Vale ressaltar que, quando passa a se dedicar à atividade de tradução, esse sujeito passa a fazer uso de álcool de forma intensa, na tentativa de suportar a solidão do trabalho junto ao texto a traduzir. O “alcoolismo” é o motivo que a leva à análise e é tomado como um “sintoma”. O uso do álcool também está ligado a um relacionamento amoroso com um sujeito que também bebe em excesso. Aqui, o recurso ao álcool é secundário ao trabalho psíquico do sujeito de tecer com a escrita sua suplência. Vale mencionar que a tarefa de tradução encontrava-se articulada com uma identificação ao pai, um homem culto e poliglota.

A noção de suplência pode ser aplicada às modalidades de estabilização das psicoses descritas por Lacan em dois momentos distintos de seu ensino, a saber, a

metáfora delirante articulada nos anos 50 a propósito do caso Schreber e, posteriormente, o *sinthoma* formulado a partir da obra de Joyce na década de 70.

Lacan, em sua conceituação acerca da metáfora delirante, nos apresentou a necessidade de compensação que se coloca para o sujeito psicótico. O recurso à metáfora delirante se constitui como uma “solução elegante” (Lacan, 1957-8a/1998:578) para a problemática da psicose. Trata-se de uma solução que requer um esforço de amarração simbólica, que pode levar muito tempo na vida de um sujeito. Lacan ressalta que “um delírio crônico demora em geral muito tempo para se constituir, é preciso que o sujeito faça um bruto esforço – em geral, ele leva nisto o terço de sua vida” (Lacan, 1954-5:306). Zenoni ressalta que “uma metáfora delirante é quando o delírio atinge a função de fazer suplência à metáfora paterna. Portanto, de restabelecer, como diz Lacan na ‘Questão preliminar’, a relação entre o significante e o significado, com a estabilização” (Zenoni, 2000:66).

O restabelecimento da relação entre significante e significado próprio da operação da metáfora delirante pode ser articulada com a noção de ponto de basta evocadas em nosso capítulo anterior a propósito do significante. “A metáfora é um princípio de estabilização. Ela cria um ponto de parada do deslizamento do significado sob o significante” (Soler, 2007:196). Soler ressalta que a metáfora delirante não é passível de atingir uma dimensão de perfeição, na medida em que as suplências não são capazes de reverter a forclusão do Nome-do-Pai, mas apenas sanar seus efeitos. Neste sentido, a autora aponta que a metáfora delirante se constitui como uma “pseudometáfora” (Soler, 2007:205).

Na árdua construção de uma metáfora delirante é possível reconhecer, a partir das considerações de Maleval (1998) em seu livro “*Lógica del delírio*”, uma classificação quaternária correspondente a momentos distintos de sua constituição. Ao estabelecer uma lógica quaternária do delírio, Maleval (1998) introduz algo novo, na medida em que no âmbito da psiquiatria se identificavam apenas três momentos na constituição do delírio, que era despertado pela perplexidade inicial, passando por um período intermediário de elaboração inquieta até atingir a sutura megalomaníaca.

A novidade introduzida por Maleval (1998) diz respeito à introdução da dimensão do gozo na trama constitutiva do delírio. Assim, a lógica quaternária tem seu primeiro período marcado pela deslocalização do gozo e pelo estado de perplexidade angustiante, o segundo diz respeito à tentativa de significantização do gozo, o terceiro concerne à localização do gozo que é identificado ao Outro e, por fim, o consentimento

do gozo do Outro. Cabe ressaltar que essa escalada do delírio não é linear, a construção do delírio pode atravessar esses diversos tempos lógicos avançando e retrocedendo.

A perplexidade angustiante e a deslocalização do gozo se instalam quando o sujeito psicótico constata uma perturbação na ordem do mundo deflagrada pelo desencadeamento do significante que opera em deslizamento incessante sem ancoragem em uma significação estabilizadora. No campo do simbólico, o sujeito se depara com um buraco que gera angústia e perplexidade. Trata-se do que Freud evoca como uma hiância na relação do sujeito com a realidade que será posteriormente suturada com a construção delirante. A tentativa de significantização do gozo do Outro se dá por meio da mobilização de um enorme aparato significativo que venha suprir a falha simbólica inicial. Os significantes do delírio vêm substituir o buraco instalado na ordem simbólica. Trata-se de uma tentativa de buscar uma explicação para os fenômenos que invadem seu corpo e o deixam em estado de perplexidade. A identificação do gozo do Outro concerne a um significante ao qual o sujeito se identifica. Há uma localização do gozo em uma figura delirante. O consentimento ao gozo do Outro se apresenta na medida em que o sujeito acede a uma certeza inexorável relativa a uma missão no mundo, que até então se mostrava desordenado.

É digno de nota que esse nível de elaboração do delírio nem sempre é atingido. Muitos sujeitos permanecem no estado de perplexidade ou não conseguem identificar a figura de um perseguidor, nem elaborar uma missão megalomaniaca que possa dar sentido a sua existência e consentir com a invasão do gozo que o assola. Apesar disso, reconhecemos que a construção delirante opera a tentativa de cura mediante o trabalho de mobilização do significante que cumpre efeitos de moderação do gozo que invade o sujeito.

A propósito da metáfora delirante, ainda que tenha a função de fazer suplência à dissociação dos registros, Lacan não chegou a apresentar uma formulação similar a um quarto elo que os articule. Cabe ressaltar que apenas em seu estudo acerca do *sinthoma* de Joyce, Lacan identificou a função de um quarto elo que permitiu corrigir o erro do nó borromeano, que mantinha o elo do imaginário solto.

Na clínica das psicoses observamos sujeitos que buscam incessantemente recursos que lhe permitam alcançar a estabilização. Assim como nem toda construção delirante alcança o status de uma metáfora delirante, muitas tentativas de solução dos efeitos da foraclusão não constituem uma modalidade de suplência que venha cumprir a função de um quarto elo a corrigir a disjunção dos registros.

Enquanto tentativa de estabilização, o uso de drogas pode operar como moderador de gozo, mas tal propriedade não é suficiente para considerarmos que ele venha se constituir como uma modalidade de suplência. No caso descrito por Brousse (1988), o sujeito estabeleceu uma suplência a partir do ofício de tradução; o uso do álcool era um recurso auxiliar que lhe permitia suportar a solidão do trabalho junto aos textos a traduzir. Deste modo, o recurso ao álcool estava a serviço de uma modalidade de suplência, que, de forma alguma, poderia ser reduzida ao uso de bebidas alcoólicas.

III – B) 2. Outras invenções

“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.”
(Manoel de Barros, 2000:69)

Já vimos que o registro da invenção se apresenta articulado com as modalidades de suplência apresentadas acima. Entretanto, é possível reconhecer outras invenções que não podem ser incluídas na dimensão da suplência, que cumprem a função de estabilização.

Articular suplência e invenção implica em reconhecer no *sinthoma* e na metáfora delirante uma construção particular e inventada pelo sujeito. A propósito do *sinthoma* de Joyce, que lhe conferiu um nome composto James Joyce, Lacan nos diz que: “é claro que foi uma invenção haver dois nomes que sejam próprios ao sujeito, difundida no curso da história” (1975-6/2007:86). Apesar de atribuir o termo invenção à noção de *sinthoma*, Lacan nos adverte que não devemos reduzir o recurso inventivo ao *sinthoma*. Ao afirmar que o real é sua resposta sintomática, Lacan aponta que “reduzir essa resposta a ser sintomática é também reduzir toda invenção ao *sinthoma*” (1975-6/2007:128). A partir dessa passagem do ensino de Lacan, podemos depreender que ainda que um *sinthoma* seja uma invenção, nem toda invenção é um *sinthoma*. Nesse sentido, é preciso que nos dediquemos a apresentar quais são os outros recursos inventivos que sujeito psicótico constrói ao longo de sua trajetória de vida.

Frente à angustiante experiência de perplexidade, à errância e às sucessivas construções delirantes desagregadas, o sujeito pode lançar mão de outras tentativas de estabilizar sua relação com o significante e com o gozo.

Na esquizofrenia, é comum observar a construção de artifícios para conferir unidade à imagem dilacerada do corpo. A relação que o esquizofrênico estabelece com seu corpo é marcada por um uso muito característico e particular da linguagem, que,

como vimos, Freud chegou a nomear como “fala de órgão” (Freud, 1915b/1996). Na medida em que se observa um predomínio das representações de palavra em detrimento das representações de coisa e um precário ou inexistente processo de simbolização do corpo biológico, as referências aos órgãos do corpo tornam-se proeminentes, bizarras e exibem as marcas da fragmentação.

Miller aponta o caráter enigmático do corpo para o sujeito esquizofrênico. “A esquizofrenia tem a propriedade de enigmatizar a presença no corpo, de tornar enigmático o ser no corpo” (Miller, 2003b:7). Lacan em “O aturdido” (1972/2003) destaca o caráter problemático para o sujeito de atribuir uma função para cada um de seus órgãos. Na esquizofrenia, o sujeito não possui o socorro de um discurso estabelecido para atribuir funções aos seus órgãos, o que lhe demanda o trabalho de invenção de recursos. Na medida em que na esquizofrenia não há acesso às indicações simbólicas acerca do que fazer com o corpo e conferir função aos órgãos, o sujeito depara-se com um corpo enigmático, com o qual não há relação de pertencimento. Trata-se de um corpo que não possui elo simbólico com o eu. Assim, é comum testemunharmos os relatos perplexos de sujeitos psicóticos que nos afirmam não possuir órgãos ou observá-los gravitando em volta de si. Miller cita o exemplo de um sujeito que afirmava estar “fora do corpo” (Miller, 2003b:7). Esse sujeito inventou recursos para se ligar ao corpo, através do uso de anéis e faixas que enlaçavam partes e órgãos do corpo. A noção de invenção foi adotada por Miller para definir os recursos construídos e tecidos de forma particular e original, a partir de materiais pré-existentes, fragmentários e residuais que se apresentem acessíveis ao sujeito. A árdua tarefa de invenção aproxima o sujeito psicótico do *bricoleur*, que é aquele que dispõe apenas de “meios-limites, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos” (Lévi-Strauss, 1989:32) provenientes de resíduos de construções e destruições anteriores. Desse modo, o que se produz com a bricolagem não é fruto de um projeto pré-estabelecido, mas sim um “resultado contingente” (Lévi-Strauss, 1989:32) proveniente da particularidade dos materiais disponíveis. Assim, “sem jamais completar seu projeto, o *bricoleur* sempre coloca nele alguma coisa de si” (Lévi-Strauss, 1989:37).

Maleval (2007) aponta que alguns sujeitos psicóticos diante da deslocalização angustiante do gozo, na tentativa de se desfazer dele, empreendem a produção de objetos que constituem um caminho mais elaborado de fazer barreira ao gozo invasivo. Tal caminho situa-se no registro da invenção. Diante dos “meios-

limites”, dos recursos precários, o psicótico, assim como o *bricoleur*, se aventura na tarefa de uma invenção original e contingente, que lhe permite conferir sustentação ao corpo. A invenção também comporta as singularidades e as idiossincrasias do sujeito psicótico, que tal como o *bricoleur*, também deposita no recurso inventivo algo de si.

A respeito da vertente da invenção abordada por Miller, Zucchi e Coelho dos Santos (2008) definem a invenção como “esse modo do psicótico manejar os significantes visando localizar o gozo” (p. 78). Trata-se, portanto, de uma via de estabilização, uma construção particular do sujeito que lida com a dimensão dos objetos e dos significantes ao mesmo tempo.

O recurso à invenção não se apresenta de forma homogênea no campo das psicoses. Miller (2003b) ressalta que há invenções bem sucedidas e aquelas que naufragaram em sua função. É preciso destacar que há casos em que nos defrontamos com sujeito que ainda não acederam ao recurso inventivo. Tal situação comparece em sujeitos que ainda não foram capazes de atravessar o traumatismo causado pelo encontro com o significante e encontram-se à deriva do sentido e submersos na perplexidade. Nesse sentido, Miller nos apresenta o exemplo da melancolia, na qual não se pode falar de invenção melancólica e acrescenta: “seria possível, pelo contrário, dizer que a invenção é impossível, e que o melancólico chora aquilo que é para ele a impossibilidade de invenção” (Miller, 2003b:12).

Miller articula o recurso inventivo a algumas modalidades de estabilização, tais como: “a invenção de um pequeno ponto de basta, de uma pequena identificação, e a identificação é a condição para que haja trabalho” (Miller, 2003b:12). Assim, podemos articular a invenção psicótica às identificações compensatórias e outros recursos inventados pelo sujeito para barrar a relação com o deslizamento sucessivo do significante, por meio dos chamados pequenos pontos de basta.

Ancorado em sua noção da forclusão generalizada, que implica em sua constatação de que todos deliram e na distinção que já trabalhamos entre delírio psicótico e delírio ordinário, Miller (2003b) vai apontar que todo delírio se constitui como uma invenção de sentido. Assim, o delírio ordinário ou normal estaria sob a égide de um discurso estabelecido socialmente, compartilhado, enquanto que o delírio psicótico seria uma construção particular do sujeito, verdadeiramente inventada, sem o apoio em um discurso pré-estabelecido. No delírio do psicótico, trata-se de uma elaboração de saber, uma “invenção de saber” (Miller, 2005:94e). Assim, mais uma vez,

o recurso inventivo está implicado em uma das modalidades de estabilização, o delírio, que veremos ainda neste capítulo.

A constituição de “pontos de ancoragem” se dá a partir de uma construção particular do sujeito psicótico, uma espécie de bricolagem, tal como o recurso da invenção descrita por Miller. Stevens (2000) associa tais pontos de ancoragem à noção de suplência e os define a partir das seguintes propriedades: assegurar uma significação frente ao Outro do significante e conferir sustentação no laço social. Entretanto, adverte que não há garantia de que ambas as propriedades ocorram concomitantemente. Assim, é possível identificar nos pontos de ancoragem, invenções que não se constituam enquanto suplência. Para alguns sujeitos psicóticos o recurso à droga, desde que não seja identificado à noção de suplência, se inscreve numa tentativa de ancoragem no laço social.

O caso de uma paciente psicótica que recorre ao uso de bebidas alcoólicas é relatado por Zenoni (2000). Tal caso é pertinente e demonstra de que forma o recurso da invenção pode se apresentar em relação com o recurso à droga. Esta paciente foi acolhida em uma instituição caracterizada por uma estrutura residencial que abriga pacientes psicóticos egressos de internações, onde ele é o terapeuta responsável. Trata-se de uma mulher de 39 anos que já havia passado por diversas hospitalizações para tratar de seu alcoolismo. Ela dizia que não podia abandonar o uso de bebidas, pois, enquanto se mantinha abstinente, tinha “crises de tetania” (Zenoni, 2000:56) e sentia vontade de mutilar-se, cortando seus antebraços com pedaços de garrafas de vidro. A partir do encontro com um pintor em uma de suas internações, esta mulher descobriu o recurso de confeccionar obras de arte, “espécies de montagens” (Zenoni, 2000:56) feitas com os pedaços de garrafas de vidro que até então eram utilizadas para se cortar. O autor ressalta que o mesmo objeto, a garrafa, que era destruído com o intuito de se auto-mutilar com seus cacos, também era destruído com objetivo de reconstruí-lo sob a forma de um objeto de sua arte. “De certa forma, era fazer uma conexão entre o real da marca com o imaginário estético e a dimensão simbólica da obra de arte. Era, de certa forma, uma estética do corpo despedaçado” (Zenoni, 2000:56).

Podemos acrescentar outra leitura, neste caso, para este objeto, a garrafa, que para o autor condensava duas funções, a mutilação e a confecção de uma arte. Enquanto a mutilação constituía uma medida de estabilização pela marca no real do corpo, a obra de arte era uma tentativa de estabilização pela via de uma produção simbólica. A garrafa também poderia conter a bebida que lhe servia como tentativa de

estabilização, como um apaziguador das “crises de tetania”, um dos efeitos da forclusão no real de seu corpo.

Essa paciente desempenha um trabalho de invenção mediante os objetos precários que tinha a sua disposição, a saber, os cacos de vidros das garrafas. Antes de se colocar a serviço de um trabalho de invenção, essas garrafas cumpriam uma dupla função, conter o álcool que apaziguava suas crises de auto-mutilação e, na medida em que se esvaziavam da substância que a aliviava, eram decompostas em cacos que serviam para empreender perfurações em seu corpo. Aqui não foi o ato de ingerir o álcool que se constituiu enquanto recurso inventivo, mas o trabalho artístico que se empreendeu a partir do material heteróclito dos cacos de vidros oriundos da garrafa de bebida. Esta paciente, ao realizar um trabalho artístico com os cacos do objeto que continha a bebida alcoólica que a apaziguava, pôde prescindir do recurso ao álcool e conquistar uma estabilização ancorada na invenção. Aqui vemos que o ato de consumir substâncias psicoativas por si só não corresponde a um trabalho inventivo, é preciso que o sujeito dê um passo a mais no sentido de uma criação artística, de uma dedicação à escrita e da construção de um delírio ou de uma pequena identificação compensatória. Tais modalidades de estabilização que se encontram sob a égide da invenção psicótica podem se apresentar em relação com o recurso à droga. Aqui é importante enfatizar que tendemos a não reconhecer o recurso à droga como um recurso inventivo. Entretanto, a partir de nossa clínica, observamos que a droga pode se apresentar como aliada de uma modalidade de estabilização como veremos a seguir.

III – B) 3. Moderação de gozo

Enquanto a vertente da invenção toca a dimensão do significante e do objeto, os recursos à droga que observamos na clínica com sujeitos psicóticos que operam pela via da moderação de gozo tocam, privilegiadamente, a dimensão do objeto. O estatuto de significante da droga não está excluído, mas não se observa um trabalho de articulação sobre o significante, tal como comparece no delírio. Nesse sentido, Zucchi e Coelho dos Santos apontam que “as psicoses ordinárias, psicoses não desencadeadas, compensam o gozo em excesso por meio de um objeto e não de um delírio” (2008:66)

Ainda como objeto, a droga pode funcionar como um anteparo contra a angústia. Articular a angústia na clínica da psicose requer um esforço teórico. Em seu Seminário dedicado ao tema, Lacan tenta situar as múltiplas experiências que podem ser

atribuídas à angústia, que vão desde sua manifestação mais comum na clínica das neuroses, até “a angústia que podemos descrever e localizar no princípio de uma experiência mais periférica para nós, como a do perverso, por exemplo, ou até a do psicótico” (Lacan, 1962-3:27). Nesse sentido, Maleval (2005a) aponta que não há uma especificidade na experiência de angústia do sujeito psicótico que demande atribuir à angústia uma qualidade que remeta à psicose. Assim, ao contrário das indicações de Melanie Klein, a noção de angústia psicótica não se sustentaria. O sujeito psicótico, assim como qualquer outro, pode se apresentar angustiado (Maleval, 2005a:72). Diante da angústia, o sujeito psicótico pode lançar mão da droga, como um objeto que venha colocá-la à distância (Chiriaco, 2005:96).

Enquanto objeto que permite uma certa moderação ou redução do gozo, a droga garante ao sujeito um certo alívio, na medida em que impede, mesmo que temporariamente, a manifestação de determinados fenômenos devastadores. Trata-se da possibilidade de apaziguar as vivências de fragmentação corporal e ainda de silenciar o barulho provocado pelas alucinações verbais, como é possível reconhecer no caso de Paulo Cezar e daquele apresentado por Fanés (1993) no artigo “*Los muros del lenguaje: un caso de psicosis*”. A autora relata a história de um sujeito psicótico que, diante das dificuldades que encontra para se situar na linguagem, recorre ao uso de drogas como uma tentativa de inserção no discurso.

A dinâmica desse caso assemelha-se à do caso Eduardo (p. 177 a seguir), em que o recurso à droga também cumpre uma função referida à linguagem. No caso de Fanés (1993), trata-se de um sujeito estrangeiro que chega a Buenos Aires aos 20 anos de idade. Ele inicia uma análise no ambulatório de um hospital onde já havia sido internado duas vezes. A primeira internação foi decorrente de uma síndrome maníaca e, na segunda, foi levado por seus familiares após ter sido preso por fazer um escândalo em um bar. Dessa vez apresentava idéias paranóides e de auto-referência. Nessa época fazia uso de anfetaminas e álcool.

Durante as entrevistas preliminares, esse sujeito falava dos episódios que determinaram as suas internações psiquiátricas e identifica como o motivo de sua enfermidade as dificuldades que encontrou para “adaptar-se ao idioma” (Fanés, 1993:111). Esse sujeito fala e lê três idiomas desde criança; entretanto, revelou-se um “sacrifício” (Fanés, 1993:111) aprender o castelhano, mais particularmente os termos do

“*lunfardo*”¹⁴, uma parte do idioma que escapa ao dicionário, por constituir-se como um dizer popular, que, enquanto tal, fica fora do conjunto de palavras do idioma castelhano. O desconhecimento dos jargões desse dialeto era o motivo que o deixava “fora” de relações sociais. Ainda que tenha feito um curso de castelhano, “sentia-se fora”, uma vez que “não se fala como se ensina” e que “*lunfardo* não se ensina”.

Quanto ao uso das anfetaminas, esse sujeito o justifica dizendo que todos as utilizam, o que marca uma função para tal uso, ou seja, a inserção em grupos sociais. O uso de substâncias psicoativas “demarcava territórios”, de modo que na faculdade usava anfetaminas, com amigos bebia vinho, e nos cabarés bebia *cuba libre*.

Sua primeira internação foi motivada pelo fato de não conseguir parar de falar, o que atribuiu à falta de anfetaminas. No relato de seu segundo episódio de internação, a autora identificou um “material delirante” a partir das experiências de alucinações verbais de vozes que falavam em idioma materno, o acusavam de “espião” e diziam ainda que ele era o “homem eleito”, que era “vigiado por uma estrela artificial, a qual, por meio de raios eletromagnéticos, podia causar efeitos em seu corpo” (Fanés, 1993:113).

Para esse sujeito, o problema não era o uso desordenado de anfetaminas, mas o sacrifício de adaptar-se ao idioma, que o deixava fora de laços sociais. A anfetamina, antes de ser o problema, era a solução que lhe permitia inserir-se, ainda que de forma insuficiente, em laços sociais. O uso do álcool e das anfetaminas, além de anestesiá-lo, também o tornava “mais viril” (Fanés, 1993:116). Cabe ressaltar que, em suas alucinações verbais, as vozes que escutava eram vozes femininas, mais precisamente de “uma mulher que vem do céu”, que ordenava que ele perdesse a barriga. O uso das anfetaminas o deixava mais magro, “sem barriga”, e o fazia sentir-se mais viril. Aqui vale a pena descrever sua teorização da diferença sexual. Esse sujeito acreditava que o que diferenciava os seres humanos era o fato de alguns poderem ter filhos e outros não. Aqui a presença de sua “barriga” adquiria um peso importante, uma vez que o tornava afeminado, constituindo assim um “indicador inquietante” (Fanés, 1993:116). Assim, o uso de anfetaminas e bebidas alcoólicas também desempenhava as seguintes funções: barrar um gozo que tomaria seu corpo, feminilizando-o, e impedir a incidência das alucinações verbais.

¹⁴ “Jargões dos delinquentes de Buenos Aires e de seus arredores. Algumas de suas palavras foram incorporadas ao espanhol de Buenos Aires.” (Fonte: SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología: tradução de Eduardo Brandão, Claudia Berliner. 2ª Edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001.)

Como já dissemos, a moderação de gozo também incide sobre as situações em que o sujeito se vê confrontado com a experiência de fragmentação corporal. Naparstek e Galante (2008) descrevem o caso de um sujeito que recorria às drogas e ao uso de colírios que injetava no nariz, em momentos de mal-estar ligado ao corpo. Esse sujeito dizia o seguinte: “Estou mal... meu corpo está se desfazendo, apodrecendo-se, estou frouxo, usei o colírio para dar energia ao meu corpo, para terminar com essa frouxidão, com esse corpo acabado, velho, frouxo, esse corpo que não me obedece, sem forças” (Naparstek e Galante, 2008:48). Esse caso corrobora a hipótese dos autores de que o uso de drogas, para alguns pacientes psicóticos, se constitui como uma tentativa de frear a fragmentação do corpo. Tal função para droga, a nosso ver, está sob a égide da tentativa de estabilização via moderação de gozo, que se apóia na incorporação de um objeto que, em nossa articulação, teórica diz respeito à droga.

O caso Paulo Cezar¹⁵

O paciente, que chamarei aqui de Paulo Cezar, tem 28 anos e me foi encaminhado por uma instituição especializada no tratamento de usuários de álcool e drogas, devido a seu concomitante diagnóstico de esquizofrenia. O tratamento teve início em setembro de 2002 no ambulatório do IPUB. Nessa época, Paulo Cezar falava de um incômodo de ficar sozinho, sem fazer nada em casa, e da dificuldade de controlar a vontade de usar cocaína. Por isso solicitou uma internação. Após essa internação, retorna ao ambulatório de forma irregular e inicia-se um ciclo repetitivo de internações e fugas. Apesar disto, foi possível situar como o uso de drogas se inscreveu em sua história. Ele iniciou o uso de maconha aos 13 anos através da oferta de um amigo; logo em seguida passou a usar cocaína com seu primo para se “enturmar”, numa tentativa de construção de laços sociais. Ao mesmo tempo, o uso de drogas funcionava como uma resposta diante de conflitos familiares: “Eu ficava revoltado porque eu via o meu pai espancar a minha mãe. Ele bebia e batia nela. Aí eu saía de casa, ficava revoltado e usava drogas para esquecer”.

Aos quatorze anos, Paulo Cezar teve sua primeira “overdose”. Sua história é marcada por inúmeras situações de risco de morte suscitadas pelo uso de drogas e envolvimento com os traficantes de sua comunidade. Há oito anos sofreu o que ele

¹⁵ Este caso foi publicado em: MARTINS, V. T. (2005). “Que instituição para tratar de psicóticos que usam drogas?” In: ALTOÉ, Sônia; LIMA, Marcia Mello de. (Org.). *Pesquisa, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, p.136-144.

chama de um “acidente”: estava com “três vagabundos do morro” e foi baleado pela polícia. Foi atingido no pescoço, na mão e na perna. Esse “acidente” lhe trouxe dificuldades para andar e constituiu um fator de desencadeamento da psicose. Paulo Cezar reconhece que algo mudou depois deste acidente: “O joelho só mexe se a mente mandar, não é?! O meu joelho não mexe mais. Eu acho que o problema da perna afetou a minha mente”.

Após o acidente passou a sentir o seu “corpo estranho” e sentia-se “deprimido”. Sobre isto me diz: “Eu tenho depressões quando acordo. É mágoa do joelho. Eu fico chateado porque eu não posso dobrar o joelho, não posso andar de bicicleta. À noite, eu não tenho jeito na cama. Antes eu dormia todo encolhido, agora eu não posso dobrar o joelho. Eu fico confuso na cama”. Paulo Cezar experimenta a sensação de um corpo fragmentado, estranho, um “joelho magoado”.

Nos atendimentos ele fala de alucinações que o atormentam e que o fazem sair em busca de drogas. Tais alucinações põem em cena a morte de seu irmão mais velho, que ocorreu dois anos antes em decorrência de *overdose* de cocaína. O trabalho de luto necessário para o desligamento da libido dirigida ao objeto perdido não foi possível para Paulo Cezar em função de sua estrutura psicótica. Uma vez que a elaboração de um luto requer um trabalho pela via simbólica da palavra, na psicose a realização desse trabalho torna-se um impasse. Ribeiro (2003) ressalta que “o luto pressupõe que o sujeito esteja simbolicamente referido ao pai, identificado a um traço simbólico tomado deste” (Ribeiro, 2003:44).

Na impossibilidade de elaborar o luto desse irmão, Paulo Cezar realizou uma incorporação desse objeto perdido pela via alucinatória da possessão. Desde a morte do irmão, sente que o espírito daquele “entra” em seu corpo: “Ele dizia que queria viver no meu corpo. Eu fico ouvindo a voz dele, ele diz que só sai do meu corpo se eu der comida e bebida para ele. Eu não agüento mais a voz dele na minha cabeça. Eu fico entortando o meu pescoço. Não sou eu que faço isso. A minha cabeça começava a balançar para lá e para cá. Eu não consigo me controlar”. Diante dessa experiência alucinatória de possessão, Paulo Cezar recorre ao uso de drogas como uma forma de impedir a invasão de seu corpo. Para ele, o uso de drogas era uma medida de apaziguamento das alucinações auditivas e psicomotoras.

A situação se agrava; em função das alucinações verbais, Paulo Cezar passa a se agredir e se apresentou duas vezes com o olho roxo e escoriações na face. Além das vozes de seu irmão falecido, Paulo Cezar passa a ouvir outras vozes que não consegue

identificar de quem sejam. “Eles dizem que vão me matar. Aí eu acabo me agredindo, dando soco na minha cara. Eu fico com raiva do próprio corpo”.

Na medida em que há uma intensa produção de fenômenos alucinatórios e uma interrupção do uso da droga, Paulo Cezar começa a esboçar a construção de um delírio. Somente assim a droga deixa de ser um recurso diante da angústia suscitada pelas alucinações verbais. Os atendimentos passam a ser mais freqüentes e ele passa a falar de sua relação com o irmão. Acredita que seu irmão entra em seu corpo porque bebeu “o guaraná da macumba” que seu irmão mantinha em casa. “Tinha uma garrafa de guaraná e dois copos. Eu fiquei olhando direto para ele, aí o meu braço se ergueu e pegou o copo e eu bebi”.

Paulo Cezar deixa de alucinar a voz de seu irmão em razão de ter podido falar de sua história com seu irmão. Entretanto, mais uma vez retorna ao uso de drogas, em função de uma nova manifestação de alucinações, o que associou à presença de “espíritos ruins” que querem matá-lo. Essas alucinações o deixam “nervoso” e, além de recorrer ao uso de drogas, volta a se agredir em função da “raiva do corpo”. Mais uma vez, a internação se coloca como um recurso necessário.

Após a alta dessa última internação, Paulo Cezar se vinculou a um médico da instituição e iniciamos contatos com o serviço de Hospital-Dia (HD) com o objetivo de inseri-lo nesse dispositivo. No entanto, no primeiro contato realizado com a equipe do HD, esta estabeleceu uma condição para a inserção do paciente no referido serviço: era preciso estabilizar primeiramente a dependência à droga – com a freqüência em programas específicos para tal fim – e depois tratar da estabilização da psicose no HD. Outros contatos se seguiram a esse, foi necessário um trabalho junto à equipe técnica do HD para demonstrar a impossibilidade dessa dissociação do tratamento, uma vez que o uso de drogas estava associado com a agudização da psicose. Assim, foi possível garantir a inserção do paciente.

Depois da inserção no HD, Paulo Cezar passa a se recusar a vir aos atendimentos, em função de uma nova reagudização das alucinações. O seu rompimento com o tratamento pode ser considerado uma resposta diante de duas demandas paradoxais que lhe foram feitas. De meu lado, devido à minha inserção em um programa especializado no atendimento a usuários de álcool e drogas, havia a demanda que ele tratasse do uso de drogas, e de certo modo, era disso que ele me falava, buscando sempre me informar se estava usando drogas ou se havia interrompido tal uso. De outro lado, o HD, que em seu contrato de inserção, demandava a esse sujeito que

não usasse drogas ou levasse drogas para a instituição. Diante de demandas tão díspares, Paulo Cezar rompe com todo o tratamento, que, poderíamos dizer, se tornara, ele próprio, “esquizofrenizante”.

A recusa de Paulo Cezar ao tratamento me fez pensar na seguinte questão: qual a função do tratamento no programa especializado no uso de drogas nesse caso? Em sua definição para a “instituição especializada”, Éric Laurent (2000b) ressalta seu objetivo de identificar os sujeitos, ou seja, ratificar a identificação à doença. Aqui, cabe retomar a função da identificação na psicose.

Em seu *Seminário, livro 3 - As psicoses*, Lacan (1955-6/1988) nos fala acerca da função estabilizadora da identificação. Trata-se do recurso da “compensação identificatória” (p. 223), que permite ao sujeito psicótico seguir sua vida, muitas vezes, sem que o desencadeamento da psicose ocorra. Para Paulo Cezar, o atendimento em um programa especializado no tratamento do uso de drogas, lhe conferia uma identidade, a de “drogado”. Entretanto, essa identificação não possuía efeito estabilizador. O recurso à droga se constituía como uma medida de proteção contra os efeitos da agudização da psicose, ou seja, um meio de silenciar as alucinações verbais.

Para Paulo Cezar, a manutenção da identidade de “drogado” garantia a manutenção de seu tratamento no programa especializado em álcool e drogas, ou seja, garantia o laço transferencial já estabelecido. No encaminhamento de Paulo Cezar ao HD, algo me escapou: os efeitos de um outro endereçamento, que não a relação transferencial já instaurada. À demanda de interromper o uso de drogas e ingressar no HD, Paulo Cezar responde com a intensificação de seu uso e o abandono do tratamento. Atender a essa demanda poderia implicar numa suposta perda de seu lugar junto à analista, que estava associada ao programa especializado. Uma situação similar ocorreu com um outro paciente usuário de drogas também psicótico, atendido por mim nessa mesma instituição, que certa vez me disse: “eu tenho medo de dizer que não tenho mais vontade de usar drogas, porque eu tenho medo de perder o tratamento aqui”. Para Paulo Cezar, o abandono do tratamento tornou-se uma forma de não ser confrontado com a possibilidade de ser abandonado, uma vez que foi abalada a transferência. Diante disso, realizei alguns contatos telefônicos, no sentido de convocá-lo à retomada do tratamento.

Paulo Cezar retomou seu tratamento na instituição, frequentando sua análise no programa especializado em álcool e drogas e o HD, ainda que de forma irregular, da maneira que lhe foi possível. Ele volta para falar que está bem, quer arrumar um emprego e uma namorada. Na medida em que foi possível o apaziguamento da invasão

das alucinações verbais, que se deu em seu percurso de análise, Paulo Cezar começa a vislumbrar outras possibilidades para a sua vida. Assim a droga perdeu sua função de aplacar a angústia suscitada pela invasão de alucinações verbais.

Esse caso evidencia os riscos de fragmentação do tratamento de um sujeito, a partir da presença de um programa especializado na assistência a usuários de drogas em uma instituição psiquiátrica. Fragmentação essa que apontaria para o privilégio do tratamento do fenômeno dissociado da estrutura. O HD, ao se ater apenas ao fenômeno do uso de drogas e endereçar seu tratamento exclusivamente ao programa especializado, deixou escapar que não se pode tratar dos sintomas sem remetê-los ao que os estrutura. Estabilizar o uso de drogas sem tratar da psicose, seria desconsiderar que o uso de drogas, neste caso, cumpre uma função de silenciar os efeitos da forclusão do Nome-do-Pai. Trata-se de um sujeito que usa drogas diante do insuportável retorno no real do que não foi inscrito no simbólico.

III – B) 4. Passagem ao Ato

“A alma que deu sua orelha ao corpo, e Van Gogh a restituiu à alma de sua alma.”

(Artaud, 2008: 283)

As passagens ao ato apresentadas com frequência na psicose, através dos atentados ao próprio corpo ou ao corpo do outro, podem cumprir a função de apaziguamento. Trata-se de uma via de tratamento do real através de intervenções que incidem no real do corpo e carecem de mediação simbólica.

Maleval (2005b) aponta que a passagem ao ato se constitui como a mais pobre das tentativas de estabilização. Trata-se de uma medida encontrada pelo sujeito psicótico na falta de uma possibilidade de mobilizar o significante para temperar a perplexidade angustiante que o assalta. Os fenômenos de despersonalização e de desrealização que podem anteceder uma passagem ao ato corroboram o desfalecimento de uma possível reparação simbólica, tal como podemos observar na construção de um delírio.

A passagem ao ato pode ser compreendida como um “movimento que consiste em separar a vida de sua tradução, de sua transposição no Outro” (Dutra, 2005:52). Neste movimento, o sujeito se encontra identificado à posição de objeto, de dejetos que deve ser lançado para fora da cena do mundo. Nas passagens ao ato, nas

quais observamos uma tentativa de eliminação de um outro ameaçador, perseguidor, o sujeito identifica seu próprio mal na figura deste outro que é atacado nas investidas homicidas. “Pelo assassinato o doente tentaria atingir a doença objetivada” (Tendlarz, 1994:85).

Podemos atribuir às passagens ao ato uma tentativa de cura, na medida em que o recurso ao significante se mostra ineficaz, ou ainda quando o conteúdo do delírio aponta para um imperativo ao agir. Neste sentido, Beneti (1996) aponta que se observa em alguns casos de psicose, como no crime das irmãs Papin descrito por Lacan, um “empuxo-a-golpear” (p. 90).

As auto-mutilações muito recorrentes no autismo e na psicose, como no caso de Van Gogh, que extirpou sua orelha, ato este evocado por Artaud (2008), se constituem como um corte, uma solução de continuidade. O termo “solução” possui uma acepção ambígua que pode significar uma resolução e, ao mesmo tempo, uma dissolução. Wintrebert (2006) aponta que a passagem ao ato auto-mutiladora, na mesma medida que se constitui como um apagamento do sujeito, pode cumprir a função de defesa contra a angústia. Tal apaziguamento é devido ao fato de que se produz um substituto salutar da extração do objeto *a* não operada pelo simbólico.

Em sua tese de doutoramento, Lacan (1932/1987) aborda um caso no qual se apresenta uma passagem ao ato. Trata-se do caso Aimée, que Lacan teve a oportunidade de acompanhar cotidianamente, durante um longo período, o que lhe permitiu elaborar um estudo pormenorizado. Aimée era uma mulher paranóica, internada após uma tentativa de homicídio dirigida a uma atriz de teatro, que ela identificava como uma perseguidora, que pretendia levar seu filho. No laudo quinzenal redigido por Lacan por ocasião da entrada da doente, encontramos a seguinte descrição: “Psicose paranóica. Delírio recente tendo chegado a uma tentativa de homicídio. Temas aparentemente resolvidos depois do ato” (Lacan, 1932/1987:203) Em outro momento de seu ensino, Lacan ressalta que este ato de intenção homicida teve “como efeito o declínio, nela, das crenças e fantasias de seu delírio” (Lacan, 1946/1998:171).

A passagem ao ato teve um efeito estabilizador. Laurent ressalta que “no caso Aimée, somente depois de seu ato, de sua agressão física ao outro, é que ela pôde estabilizar-se, uma estabilização que durou sua vida inteira” (Laurent, 1995b:118). Cabe ressaltar que esse modo de estabilização pela via do ato, uma via de tratamento pelo real dos efeitos de retorno no real do que foi foracluído, pode trazer muitos riscos para o sujeito psicótico. Trata-se de um recurso que prescinde da ordem simbólica e que pode

provocar efeitos nefastos no real do corpo, nos casos de atentados contra o próprio corpo e na vida social do sujeito, quando seu ato se dirige ao outro e ele precisa se responsabilizar por este ato, em alguns casos, pela via judicial. Soler ressalta que “há outras soluções das psicoses além das que passam pela elaboração simbólica, mas estas soluções deixam de lado o psicanalista” (Soler, 1991:52) A via do ato se inscreve entre estas outras soluções para a psicose, em que o sujeito não vislumbra a possibilidade de se dirigir a um analista.

Sobre o papel desempenhado pela passagem ao ato nas psicoses, Miller (1996a:193) evoca o caso de Aimée e aponta que o ato de agressão lhe serviu de “metáfora” e “suplência” durante toda a sua vida. É paradoxal vermos Miller associar a passagem ao ato a um recurso simbólico como a metáfora e ainda à “suplência”, que pressupõe o trabalho simbólico de uma metáfora delirante ou de amarração dos três registros mediante a ação do quarto elo representado pelo *sinthome*. A nosso ver, a passagem ao ato se constitui como uma via de tratamento dos efeitos no real da forclusão pelo próprio real, seja pela via de uma auto-mutilação, seja pela agressão ao corpo do outro.

Le Poulichet (1996) descreve o caso de uma jovem psicótica que faz uso de heroína através da perfuração de seu corpo mediante sucessivas injeções. Apesar de recorrer a uma medida tão invasiva, paradoxalmente, tal procedimento se constituía como um recurso de salvação, uma estratégia de sobrevivência. Para essa jovem, era preciso ter a droga correndo em suas veias para impedir o apodrecimento e a cadaverização de seu corpo. Ela dizia não ser nada mais do que “uma pequena coisa desgarrada” (1996:125). Os períodos de abstinência eram extremamente dolorosos, uma vez que ela se via como um corpo sem consistência.

Nesta via de apaziguamento das vivências psicóticas pela passagem ao ato, vemos uma tentativa de extração do objeto *a* pelo atentado ao real do corpo do sujeito ou do outro. No caso específico do ato de consumir drogas, o objeto em jogo, a saber, o produto que é introjetado no corpo, não funciona como o objeto *a* extraído, fora do corpo. É pela via das perfurações, dos golpes ao corpo, que se evidencia a tentativa de extrair um objeto que venha condensar o gozo que se manifesta de forma deslocalizada, invadindo o corpo do sujeito.

Lacan (1962-3/2005) articula o ato com a angústia, destacando sua relação polar com esta última, “pelo que acontece nele de superação da angústia” (p. 345). Nesse sentido, podemos apreender que quando há ato, há uma redução da angústia, mas

muitas vezes ao preço de uma passagem ao ato, na qual o sujeito se lança para fora da cena do mundo, numa tentativa de suicídio, ou dirige sua agressividade para a figura de um perseguidor, podendo culminar em um crime homicida.

Na relação com a droga, as passagens ao ato sucessivas de perfuração e invasão do corpo mediante a utilização do tóxico podem levar o sujeito a sucumbir em uma *overdose*. Aqui prevalece o estatuto de objeto da droga, não há um trabalho de significantização desse objeto que possa abrir caminho para a construção de uma trama delirante. Casos como o apresentado por Le Poulichet tendem a apresentar um prognóstico mais grave, no qual não se vislumbra a possibilidade do sujeito prescindir do recurso à droga. Um caso similar me foi relatado, de uma jovem psicótica, que diante da impossibilidade de inalar cocaína devido a perfurações da mucosa nasal, passou a fumar crack e injetar cocaína de forma muito intensa, levando-a a sucessivas internações.

Outro caso paradigmático aponta que no uso de drogas injetável na psicose, em algumas situações, o que está em jogo não é exclusivamente a incorporação da droga, mas sim o ato de perfurar o corpo. O sujeito, mesmo depois de ficar abstinente da droga, mantinha o ato de se perfurar com seringa vazia. Tal ato cumpria a função de alívio da angústia. Uma situação clínica similar a essa é o caso de uma mulher que, após interromper o ato de injetar drogas, passou a utilizar a seringa para extrair o sangue de seu corpo. São casos em que o ato de golpear o corpo é mais prevalente do que propriamente a introdução da droga.

III – B) 5. Compensação imaginária

Durante a década de 50, as possibilidades de estabilização da psicose estavam circunscritas ou à construção de metáfora delirante, após a experiência do desencadeamento, ou à chamada identificação compensatória que permitia ao sujeito se manter estável, impedindo a eclosão de um surto. Lacan se surpreende com o fato de muitos sujeitos psicóticos se sustentarem durante muito tempo, sem que os efeitos da forclusão do Nome-do-Pai se apresentem. Sua surpresa deve-se ao fato de determinados sujeitos se manterem estáveis com o mínimo de ponto de apoio significativo. Ele faz uso da metáfora do tamborete de três pés para demonstrar a difícil tentativa de o psicótico se sustentar na existência. Assim como um tamborete cambaleante que se equilibra na ausência de um número de pés suficientes, o psicótico

se mantém compensado pela via imaginária. Lacan ressalta que a eclosão da psicose pode não acontecer; dessa forma, o sujeito se manteria compensado pela identificação imaginária durante toda sua existência.

Para não se deixar sucumbir aos efeitos da foraclusão, o sujeito psicótico lança mão das chamadas “muletas imaginárias” (Lacan, 1955-6/1988:233) que lhe dão sustentação. Tais muletas se constituem através das relações de identificação que têm como efeito uma alienação radical, na medida em que o sujeito não dispõe de recursos simbólicos de mediação. O sujeito conquista sua compensação através de “uma série de identificações puramente conformistas a personagens que lhe darão o sentimento do que é preciso fazer para ser um homem” (Lacan, 1955-6/1988:233).

Maleval (2002) aponta que nem todo psicótico é capaz de construir uma suplência, alguns só dispõem para fins de estabilização de identificações imaginárias que se sustentam pelos ideais maternos. Tais identificações funcionam como próteses, mas não são muito comparáveis com o que Lacan (1974) chama de suplência, conforme já discutimos no início deste capítulo.

A partir de um caso apresentado por Katan, referente a um desencadeamento precoce, ainda na adolescência, Lacan (1955-6/1988) demonstra o efeito do “enganchamento” pelo imaginário que confere estabilidade até certo momento da história biográfica do sujeito, quando este é confrontado a ocupar uma posição simbólica frente à sexualidade. A análise do período prévio à eclosão da psicose é realizada por Katan, que se dedicou ao estudo da chamada “pré-psicose”¹⁶. Lacan destaca que nesse período o rapaz estava às voltas com a tentativa de conquistar uma posição viril, mas na ausência de estofamento simbólico que poderia lhe dar acesso a tal posição, ele o faz mediante uma atitude de imitação, fruto da relação dual com um de seus companheiros. Esse sujeito renuncia às primeiras experiências sexuais da puberdade ligadas essencialmente à masturbação após ser repreendido por um amigo e passa a acompanhá-lo em suas manobras para conquistar as meninas. Esse rapaz identifica-se ao amigo, comporta-se como se estivesse diante de um “pai severo” (Lacan, 1955-6/1988:220) e passa a imitá-lo em uma série de exercícios denominados “conquista sobre si mesmo” (idem). No jogo imaginário da conquista, o rapaz se

¹⁶ Trata-se de uma categoria da psiquiatria clássica, também denominada como “atmosfera esquizofrênica” que remete ao período prévio ao desencadeamento da psicose. Vale ressaltar que o termo não se aplica à perspectiva estrutural própria ao referencial psicanalítico de Lacan que orienta este trabalho. De acordo com a noção da estrutura, não haveria período prévio à psicose, pois a estrutura já está definida mesmo antes do desencadeamento típico.

interessa pela mesma menina que seu amigo e é surpreendido com o fato desta cair em seus braços. É nesse momento que eclode a psicose. Na surpresa de ser tomado como objeto de investimento amoroso pela menina, o adolescente não conta com o referencial especular do amigo e é chamado a responder a partir da posição simbólica de virilidade. Impossibilitado de responder deste lugar, o rapaz passa a delirar. Acredita que é perseguido por seu pai, pois esse teria a intenção de matá-lo, roubá-lo e castrá-lo. A relação especular com o amigo constituía uma frágil tentativa de conferir estruturação ao momento da puberdade.

Em função dessas propriedades imaginárias destituídas do alicerce simbólico, tal identificação se revela frágil e precária. O caráter de precariedade dessa “compensação identificatória” (Lacan, 1955-6/1988:223) pode conduzir o sujeito ao desencadeamento, como demonstra o caso acima.

Ao fazer menção às compensações imaginárias, Lacan se apropria das contribuições de Heléne Deutsch sobre as “personalidades como se”, onde também se observa uma espécie de “mimetismo psíquico” (Deutsch, 1968). Na tentativa de encontrar uma adaptação social adequada, Deutsch ressalta que “qualquer objeto serve como ponte para a identificação” (Deutsch, 1968:416). A droga enquanto objeto disponível e presente nas relações sociais dos tempos atuais, a nosso ver, pode ser considerada enquanto um objeto que serve de “trampolim” (Recalcati, 2003:194) para uma identificação compensatória.

O mimetismo imaginário observado nas psicoses não desencadeadas pode ser atribuído ao fato de os sujeitos psicóticos “nunca entrarem no jogo dos significantes, salvo através de uma imitação exterior” (Belaga, 2008:98). Para descrever o que está em jogo nas compensações imaginárias, Belaga lança mão da denominação “patologias narcísicas” e atesta que nesses casos o sujeito conservaria a “capacidade de identificar-se como um autômato com os objetos externos” (2008:97). A droga se constitui como um desses objetos externos, em torno dos quais o sujeito elabora uma compensação imaginária estabilizadora.

A experiência clínica tem demonstrado que o uso de drogas pode estar incluído na relação dual entre sujeitos que se identificam a partir dessa prática de consumo. É comum observarmos a eclosão da psicose após a interrupção do uso de drogas. São sujeitos que permaneceram “assintomáticos” durante todo o período de uso de drogas. Em uma conversação clínica, Castanet e Georges (2003) destacam que observam muitos casos em que o desencadeamento da psicose em sujeitos usuários de

heroína se deu no momento de retirada da medicação substitutiva da droga¹⁷. Tal fato demonstra que a prática do uso de drogas, ilícitas ou prescritas, “encobria dificuldades pertencentes ao campo das psicoses, sem desencadeamento típico” (Castanet e Georges, 2003:19). Os autores identificaram três hipóteses que permitem compreender o adiamento do desencadeamento, entre elas, “a solução identificatória” (p. 19), ao lado dos efeitos ansiolíticos e neurolépticos da substância e do tamponamento da divisão subjetiva provocado pelo entorpecimento.

Na clínica das chamadas “psicoses ordinárias” é possível reconhecer o consumo de drogas. Nas psicoses ordinárias, nem sempre se observa o atravessamento do desencadeamento clássico, elas não apresentam delírio manifesto ou alucinações, mas guardam características da clínica da psicose, como os sucessivos desenganches do Outro que ocorrem na trajetória de vida de um sujeito. Stevens (2009) articula as psicoses ordinárias com a clínica dos chamados mono-sintomas, que incluem as anorexias, os fenômenos psicossomáticos, como as fibromialgias, e as dependências de drogas. Entre as características dos mono-sintomas nessa clínica específica, Stevens ressalta que o nome ou o significante da doença pode ser utilizado em um processo de identificação imaginária e conferir um nome ao sujeito, tais como: “anoréxica” ou “toxicômano”. Tal identificação permite também ao sujeito aderir a comunidades que se formam em torno do mono-sintoma, organizando um certo laço social a partir de uma particularidade.

É importante destacar que nesse modo de estabilização o que está em jogo é o duplo estatuto da droga, a saber, de significante e de objeto. O estatuto de objeto comparece como o trampolim ou a ponte para que uma identificação compensatória se estabeleça. Também observamos a identificação a um significante que remete à droga. Nesse sentido, Naparstek e Galante (2008) apontam que

a identificação a um significante pode funcionar produzindo um enganche via o consumo. No caso das monomanias constatamos a presença de sujeitos que usam a droga em seu valor de significante ; o “sou adicto” em suas múltiplas formas cumpre uma função identificatória como modo para enfrentar o gozo que vem do Outro. (Naparstek e Galante, 2008: 46-7)

¹⁷ Metadona: substância prescrita na forma de comprimidos que oferece um efeito similar à heroína. O tratamento de substituição pretende evitar os sintomas de abstinência.

Há casos em que constatamos a prevalência do significante em detrimento do objeto. Um caso que nos foi relatado aponta nessa direção: trata-se de um sujeito psicótico engajado e aderido a um grupo de Alcoólicos Anônimos, que, entretanto, nunca havia feito uso de álcool. O que estava em jogo era uma identificação que cumpria a função compensadora de sua psicose. Tal identificação não incidia sobre o objeto álcool, mas sim sobre o significante que nomeia o grupo de mútua ajuda.

III – B) 6. Delírio

Como já vimos, o delírio se aplica como um remendo no lugar onde se instalou uma fenda na relação do sujeito com o mundo externo (Freud, 1924[1923]/1996: 169). O delírio é uma tentativa de cura, nos diz a máxima freudiana. Aqui gostaríamos de ressaltar a noção de “tentativa”, que nos permite interpretar que a cura pode ser conquistada ou não. Trata-se de uma tentativa, uma busca. Lacan questiona a idéia de uma cura pela via do delírio, aplicada à psicose. É possível falarmos de processo de compensação e estabilização, mas somente “em sentido abusivo se pode falar em cura” (Lacan, 1955-6/1988:103). Nesse sentido, é importante ressaltar que nem toda construção delirante pode ser considerada enquanto uma metáfora delirante, que promove estabilização.

Para cingir a articulação entre droga e delírio que pretendemos empreender nessa parte de nosso trabalho, julgamos pertinente realizar um breve percurso pela psiquiatria clássica. Assim, seguimos a orientação de Éric Laurent (1995a) acerca das monomanias de Esquirol, como uma via de compreensão do recurso à droga nas psicoses, para alguns casos, nos quais o sujeito adere a uma substância específica que adquire o valor de significante, como já vimos no capítulo anterior. Esquirol chegou a ser considerado como “o fundador da clínica psiquiátrica” (Bercherie, 1989), mas enquanto discípulo de Pinel, perdeu o posto para seu mestre. De acordo com Maleval (1998), Esquirol foi “um dos primeiros” na história da psiquiatria a tentar precisar uma acepção para o termo delírio. Em 1814, no verbete sobre o termo do *Dictionnaire de Sciences Médicales*, Esquirol nos fornece a seguinte definição: “Um homem está em delírio quando suas sensações não estão em relação com objetos exteriores, quando suas idéias não se encontram em relação com suas sensações, quando seus juízos e suas determinações são independentes de sua vontade” (Esquirol *Apud* Maleval, 1998:13).

Na construção da controvertida categoria das monomanias, Esquirol (1838) se utilizou da nosologia de Pinel, a saber, das chamadas manias sem delírio. De acordo com Pinel, na mania sem delírio, ou mania racional, o sujeito manteria um bom raciocínio e apresentaria um estado de confusão intelectual restrita a assuntos específicos. A categoria nosológica das monomanias abrangia “todas as afecções mentais que só afetavam o espírito parcialmente, deixando intactas as faculdades, afora a lesão focal que constituía toda a doença” (Bercherie, 1989:50). De acordo com Esquirol, em tais afecções “a desordem intelectual é concentrada sobre só um objeto ou sobre uma série de objetos circunscritos” (Esquirol, 1838:01), ou ainda sobre “um pequeno número de idéias” (Dutra, 2002:24), de modo que o delírio era considerado parcial.

A evolução da construção nosológica de Esquirol apresentou inconsistências teóricas, na medida em que

conservar-se-ia o hábito de chamar de monomania a toda sorte de atos mórbidos (incêndio, roubo, assassinato, embriaguez, suicídio, etc.), fossem eles estritamente impulsivos ou parte e consequência de um estado delirante, ou até de outro quadro clínico, como a mania, a demência e a idiotia. Assim, as monomanias ficaram com um pé no plano dos sintomas e outro no das síndromes. (Bercherie, 1989: 52)

A decadência conceitual das monomanias de Esquirol resultou na desconfiança de autores como Falret, que, em 1854, a partir da publicação de sua dissertação denominada “*De la Non Existence de la Monomanie*” (Da não existência da Monomania), conseguiu derrubar “o edifício das doutrinas de Pinel e Esquirol” (Bercherie, 1989:96) que já demonstrava sinais de desabamento. Nesse trabalho, Falret afirma que as monomanias não representam uma categoria diagnóstica, mas “estados sintomáticos provisórios” (Bercherie, 1989:96).

Apesar da fragilidade conceitual, Bercherie (1989:48) ressalta que o diferencial na obra de Esquirol foi a ênfase dada às descrições de casos clínicos e sua excelência enquanto observador. Apesar dessa qualidade, a descrição dos casos correlatos da categoria monomania de embriaguez, à qual dedica um capítulo de sua obra, não enfatiza a função particular que o recurso à bebida alcoólica desempenha para cada sujeito. Esquirol tenta identificar os motivos pelos quais os pacientes passaram a ingerir bebidas alcoólicas, mas concentra-se em aspectos pouco subjetivos, como por exemplo, no caso de uma senhora que começa a beber vinho em função de problemas

no estômago e outra devido a “cansaço espontâneo” na tentativa de se “fortificar” com a bebida. Sua descrição não permite elucidar se tais motivos seriam decorrentes de vivências hipocondríacas ou alucinatórias, ou simplesmente queixas fundamentadas em problemas clínicos.

A ausência de indicações acerca da função da droga nos parece similar à constatação de Maleval de que na psiquiatria clássica não se privilegiou “um exame aprofundado da finalidade do delírio” (1998:120). Tal privilégio só foi possível com o advento da psicanálise, com a descoberta freudiana acerca do papel desempenhado pelo delírio na busca de estabilização, ou seja, sua função de tentativa de cura.

A pesquisa clínica de Esquirol dá destaque a descrições das características físicas dos pacientes, tais como cor dos cabelos e dos olhos; ao tipo de bebida utilizada, se fermentada ou destilada; à trajetória de uso das bebidas, seja pela via da escalada em direção ao excesso ou pela via das interrupções; à característica do temperamento e às conseqüências físicas, como dores de estômago e alterações do ciclo menstrual. Quando se refere à presença de alucinações e delírio parece atribuí-la às conseqüências da intoxicação e dos períodos de abstinência, ou ainda aos quadros de *delirium tremens*.

Dos casos relatados por Esquirol (1838) acerca das monomanias de embriaguez, o de “Madame B” parece apontar que o uso da bebida era o recurso para lidar com os momentos de desestabilização, a nosso ver provenientes de uma psicose já desencadeada. Tratava-se de uma senhora de 42 anos, mãe de família, que apresentou pela primeira vez um quadro de desestabilização aos 28 anos, após a perda de uma filha. Nessa ocasião, “suas idéias se desarranjaram/desordenaram (*désangèrent*), ficou triste, inquieta, assustando-se com tudo” (Esquirol, 1838:77). Em algumas semanas, Madame B se restabeleceu desse estado. Entretanto, aos 36 anos, sem uma causa determinada, apresentou “regresso do delírio” (Esquirol, 1838:77), que apresentava características específicas: tristeza, errância (*tiraillement*), dores de estômago, desânimo e incapacidade de entregar-se ao menor exercício e à mínima ocupação. Após algumas semanas, passou a apresentar estado de agitação, insônia, perturbação das idéias e “necessidade de beber vinho levada ao excesso” (Esquirol, 1838:77). O autor não tece comentários acerca do que justificava tal necessidade em Madame B. Após dois meses, houve a remissão dos sintomas e ela retoma a razão, a calma e a sobriedade. Entretanto, em anos posteriores, voltou a apresentar momentos de desestabilização semelhante, nos quais apresentou alucinações, insônia e a certeza delirante de que era visada por um inimigo. Cabe ressaltar que Madame B solicitava a indicação de meios de prevenir o

retorno das crises, que lhe causavam horror e vergonha. Esquirol não atribuiu nenhum outro diagnóstico a essa paciente, a não ser a monomania de embriaguez. Nos momentos de crise, o abuso de bebidas alcoólicas comparecia, a nosso ver, como uma tentativa de apaziguamento das vivências psicóticas que tiveram desencadeamento na ocasião da perda da filha.

Lacan (1955-6/1988) recorre à definição de delírio parcial, ao discorrer sobre o caso de uma paciente paranóica, a quem se dedicou durante uma longa entrevista. A paciente em questão manteve coerência em suas afirmações, omitindo suas construções delirantes, revelando uma tentativa de ludibriar seu entrevistador e sua capacidade de manter certa distância de seu delírio. Entretanto, ao longo de sua fala, esse sujeito tropeçou em um significante de caráter neológico – *galopiner* – e de importância fundamental na constituição dos “pontos de referência” (Lacan, 1955-6/1988:42) organizadores de seu mundo delirante. A partir desse tropeço, foi possível elucidar a questão diagnóstica a favor de uma estrutura psicótica.

Lacan (1957-8a) retoma a noção de delírio parcial a propósito do caso Schreber. Nessa menção ao delírio parcial, apesar de ressaltar a impropriedade dessa noção oriunda da “velha clínica” (Lacan, 1957-8a/1998:580), reconhece nela “uma certa força de abordagem” (Lacan, 1957-8a/1998:580). O delírio parcial é constatado a partir do reconhecimento de que relações com os outros semelhantes são passíveis de ocorrer mesmo fora do eixo que ata diretamente o sujeito psicótico ao seu grande Outro perseguidor.

O resgate da noção de delírio parcial se justifica para evidenciar os pontos de vacilação da construção delirante, uma vez que essa não abarca absolutamente a vida psíquica do sujeito psicótico, restringindo-se a aspectos ou objetos circunscritos. Tal uso da noção de delírio parcial, advertido das imperfeições conceituais, parece-nos pertinente para a abordagem de nosso objeto de estudo, seguindo a trilha aberta por Éric Laurent (1995a).

Situar o uso de drogas no campo dos delírios parciais, implica em tomar o uso de drogas no campo da tentativa de cura, considerando a acepção freudiana do delírio que implica uma positividade, que, longe de ser extirpado com a medicalização excessiva, deve ser valorizado como a via de reconstrução da realidade.

As monomanias de Esquirol (1820) se constituem como delírios parciais, na medida em que se encontram circunscritos a um objeto. No recurso à droga

empreendido por alguns sujeitos psicóticos, a droga, enquanto objeto alçado à dimensão de elemento significante, se encadeia na trama desse delírio parcial.

Uma indicação de Recalcati acerca da clínica dos fenômenos associados aos transtornos alimentares em sujeitos de estrutura psicótica aponta para uma direção semelhante à de Laurent, no que tange ao delírio parcial. Recalcati refere-se à obsessão do corpo magro como um “delírio monoidéico” (Recalcati, 2004b:170). O caso de Milena nos parece pertinente. Para ela, era preciso manter a todo custo seu corpo adequado a uma imagem estética pura, desprovida de excessos, ou seja, constituída apenas por pele e ossos, sem carne. Assim, era preciso ser reduzida ao corpo esquelético; caso contrário, era tomada pela angústia. Para ela, a ingesta mínima de alimento a confrontava com a experiência de deformação e desmembramento de seu corpo. A manutenção do corpo magro garantia certo apaziguamento. Em sentido similar à injunção delirante do corpo magro, há casos em que a produção delirante determina que o sujeito use drogas.

Narspatek e Galante (2008) apontam que as chamadas monomanias diferem das toxicomanias, na medida em que o consumo se apresenta limitado a uma só droga. Destacam que não se trata de um “tudo vale”, mas de uma mania circunscrita em um objeto. Os autores associam as monomanias com a paranóia, na qual se observa uma circunscrição do gozo, do objeto *a* no campo do Outro. Por outro lado, associam as politoxicomanias do lado da esquizofrenia, na qual se apresenta uma dispersão do gozo que invade o corpo do sujeito e o desaparecimento do significante mestre. O sujeito esquizofrênico vive à deriva diante de um enxame de significantes mestres, mas nenhum deles cumpre a função de um ponto de basta.

Apesar da validade dessa divisão didática, nossa experiência clínica vem refutar esta indicação. O caso de João, do qual já apresentamos alguns fragmentos nessa tese, demonstra que é possível observar uma monomania na esquizofrenia. João se dedicava exclusivamente ao uso de solventes, nomeava a droga dessa maneira particular que, como veremos, encontra-se associada ao universo laborativo de seu pai, um mecânico de carros que ficava exposto à intoxicação involuntária dessa droga. É um caso que apresenta similaridade com o caso que Laurent (2002a) nos apresentou do sujeito que usava exclusivamente a cocaína em alusão a uma imagem do pai envolto em um pó branco proveniente de uma máquina de triturar papel, já que trabalhava em uma gráfica.

A primeira vez que falou de seu pai, João o fez a partir de uma alusão ao que leu em um livro sobre o “perfil do dependente químico”, onde aprendeu que o dependente sofre de um “problema de não acompanhamento”, o que ele associa à ausência paterna. É assim que João fala de seu pai: “eu nunca tive um pai para me espelhar”, ao que acrescenta:

Eu não tenho pai. Meu pai vai na minha casa de 15 em 15 dias. Ele nunca teve uma atitude de pai. Ele nunca falou nada do solvente. Ele dizia que o solvente ia acabar comigo por dentro, corroer tudo. Eu tive uma inflamação nas narinas. Ele disse que se eu quisesse continuar usando, para beber leite. Ele sabe disso porque é mecânico de carro e lida com solventes.

João parece esperar uma atitude do pai que operasse como uma interdição simbólica. Entretanto, a intervenção desse pai incide sobre o real do corpo, apontando para a corrosão desse corpo que carece de uma imagem unificada por uma inscrição simbólica. O pai não fez operar a Lei, apontou apenas para uma medida paliativa contra os efeitos desse uso desordenado e transgressivo sobre o corpo.

Como efeito da intervenção paterna, João apresentava inúmeros fenômenos hipocondríacos e de negativismo, que remetem a vivência de um corpo despedaçado. Por vezes, temia que seu “quadro ficasse irreversível” e acreditava que seus órgãos iriam parar de funcionar, que poderia morrer de “falência múltipla dos órgãos” devido ao uso contínuo do solvente. Um negativismo se manifestava pela sensação de estar “oco por dentro” e de não possuir “nenhum órgão”. Mesmo durante a interrupção do uso, esses fenômenos persistiam: “Eu ando sentindo umas dores no coração. Dizem que coração não dói, mas eu sinto umas físgadas, umas pontadas. Às vezes eu acho que eu vivo sem ele, que eu não tenho coração. Eu sinto um vazio por dentro”.

Um fator merece ser acentuado: a droga de escolha de João faz parte do universo de trabalho de seu pai, que é mecânico de carros. A forma como João nomeia, na maioria das vezes, a sua droga, ou seja, “o solvente”, não é muito comum. Em geral, os solventes são nomeados por seus usuários pela marca – como é o caso do “tinner” ou pela sua função: “redutor” e “cola”. Podemos supor que tal denominação – “solvente” – seja mais comum no meio laborativo, por profissionais que lidam diretamente com tal produto, tal como seu pai. Este sabia até como aplacar os efeitos da intoxicação pelo solvente e assim orientou o filho. Aqui, podemos identificar no uso da droga uma

identificação ao pai, mas como se trata da estrutura psicótica, não há sustentação simbólica, de forma que há uma incorporação do significante “solvente” que faz retorno no real. Trata-se da “incorporação do significante associado ao uso da droga, próprio da psicose” (Santiago, 2001:177). Ou ainda, como define Laurent (2002b:32) ao abordar a questão do uso de tóxicos e medicamentos realizado por alguns sujeitos psicóticos, um “efeito de nomeação no real”.

O uso do solvente também estava inserido na trama delirante, João acreditava que tinha participado de um filme pornográfico com a Xuxa. Nessa ocasião delirante, relata que lhe jogaram um perfume. O cheiro de tal perfume é o que ele busca reencontrar cheirando solvente.

Berdullas (2007) aponta as dificuldades da prática clínica diante das manifestações das compulsões e evoca uma via interessante para articular a psicose e o processo compulsivo. A autora destaca que uma das dificuldades clínicas ocorre quando se trata do texto da compulsão articulado ao delírio nas psicoses. Tal indicação é de grande valia para nosso trabalho, na medida em que reconhecemos, na clínica, que muitas vezes o uso compulsivo de drogas pode estar a serviço de um imperativo delirante.

Um caso apresentado por Drumond (1999) é bastante elucidativo desta articulação entre compulsão e delírio. A autora relata o caso de um jovem que, durante uma alucinação em que se depara com o “sobrenatural”, que para ele era um Xamã, teve a certeza delirante de que precisava possuir esse Xamã. Mas, para ser um Xamã, era preciso experimentar todas as formas de vícios. Tal indicação lhe foi revelada a partir de uma alucinação verbal emitida pelo “sobrenatural”. Trata-se de uma determinação que adquire o valor de um imperativo delirante do qual o sujeito não pôde recuar.

O significante “droga”, ou outro que lhe seja associado, em seu movimento contínuo de retorno no real pode, em alguns casos, vir a se localizar na construção de um delírio. Assim, no lugar da errante incorporação do significante através do uso do produto, o sujeito situa o mesmo significante na construção simbólica do delírio. Aqui, a droga comparece apenas como mais um significante encadeado na trama delirante e o sujeito pode prescindir da incorporação do objeto. Há outros casos em que o enredo do delírio pressupõe a manutenção do uso da droga, que, enquanto significante, é associada a uma medida de proteção. Desse modo, a tentativa de cura se engancha com o consumo de drogas.

Com vistas a dar sustentação à articulação teórica entre drogas e delírio, apresentaremos dois casos clínicos a seguir, um proveniente de minha clínica, e o caso de Kodjo, proveniente da literatura psicanalítica.

III – B) 6. 1. O caso Eduardo

O contato inicial que tive com o paciente, que chamarei aqui de Eduardo, se deu durante sua primeira internação psiquiátrica, quando se encontrava em pleno surto maníaco.

Eduardo precisava tanto falar de como se sentia perseguido em seu delírio, quanto de alguém que ouvisse a sua verdade. Logo na primeira entrevista, nomeou seu perseguidor: o pai. Conta que seu pai era “Pai de Santo” e que tinha lhe ensinado alguns rituais que encenava durante as sessões, enquanto dizia: “meu pai quer me matar, mas eu sou mais forte que os feitiços dele e a Mãe Natureza me protege. A maconha é a minha Mãe Natureza, quando eu fumo, eu falo com ela.” O recurso à droga, nesse caso, desempenha a função de uma medida protetora contra as ameaças deste grande Outro perseguidor.

Eduardo nasceu no Maranhão, tinha 22 anos quando iniciou o tratamento. Sua migração para o Rio se deu em uma situação específica, que considero o ponto crucial em sua história de vida, o que precipitou o uso de drogas. Tinha 12 anos de idade e brigou com uma colega da escola. Esta lhe disse que mandaria o pai de Eduardo lhe dar “uma surra”, pois a mãe dela era “a rapariga”, ou seja, a amante de seu pai. Eduardo conta que quando chegou em casa, seu pai lhe “abriu a testa com um pedaço de pau” e mostra-me uma cicatriz. Sobre o pai, me diz: “ele nunca me deu uma mesada, eu capinava o sítio dele, limpava o chiqueiro dos porcos. Ele é muito mau, bateu na minha cabeça com um pedaço de pau, queria que eu morresse, aí me mandou embora. Eu estudava lá, estava na 4ª série, aí parei de estudar. Eu não queria vir para o Rio”.

Depois desse episódio, seu pai o manda para o Rio de Janeiro, onde Eduardo passou a morar com suas duas irmãs mais velhas. Eduardo considera a sua saída do Maranhão como uma experiência de morte, de ruptura: “Eu morri por dentro, me matei”. O efeito dessa vivência de ruptura foi o desencadeamento da psicose. No Rio, ele deparou-se com os efeitos da sua estrutura psicótica. Ele acreditava que “os cariocas falavam outra língua” que ele não compreendia.

Nesse momento, Eduardo recorre à droga: “eu fumei maconha para aprender a falar que nem carioca. Eu fumava e ficava viajando na fala de vocês [cariocas]”. O

recurso à droga se constitui como um meio de inserção em laços sociais, para fazer parte do “grupo dos cariocas”.

O recurso à droga foi considerado por ele como a causa de sua loucura. Em suas palavras: “quando eu vim para cá, as palavras se desmancharam na minha cabeça. Foi a maconha que fez isso comigo: desmanchou as palavras e botou outras na minha cabeça. Não sei explicar, é uma agonia. Acho que foi por isso que fiquei maluco”.

Nessa experiência de migração, Eduardo se confrontou com uma ruptura que se manifestou pelo desconhecimento da língua. Não podemos atribuir o desconhecimento de Eduardo em relação à língua falada pelos cariocas, à diversidade de linguajares e regionalismo próprios de um país continental como o nosso. Parece-nos que na trajetória de Eduardo, a migração ocorreu concomitantemente ao desencadeamento da psicose e esse foi o fato determinante para tal desconhecimento da língua.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Eduardo acredita que as pessoas falam uma outra língua, um “carioquês”, que ele não reconhecia. Nessa constatação, podemos reconhecer a relação que o psicótico estabelece com a língua que fala. Lacan observa que é possível “supor que alguém possa falar numa língua que lhe seja totalmente ignorada” (Lacan, 1955-6/1988:20) e acrescenta que “o sujeito psicótico ignora a língua que fala” (Lacan, 1955-6/1988:20). Ignorar o idioma se constitui como uma metáfora para definir a relação do psicótico com a linguagem. Ao comentar essa citação de Lacan, Miller (1996a) afirma que a língua que o psicótico desconhece representa o próprio Grande Outro. Mas, tal desconhecimento “não impede que seja permeável a invenções da linguagem” (p. 163). Na realidade, isso se constitui como uma vantagem para o psicótico.

Nós acreditamos que conhecemos a língua que falamos porque a compreendemos. É uma ilusão. O saber da língua excede em muito o conhecimento que temos dela. Trata-se da própria fonte da interpretação. (Miller, 1996a:163)

Na particularidade desse caso, o sujeito desconhece sua própria língua e recorre ao uso de drogas como uma via de acesso à “língua carioquês”.

Ao longo dos atendimentos, o laço transferencial foi consolidado. Certa vez, Eduardo me disse: “Você fala a mesma língua que eu”. Tal língua não correspondia nem ao “carioquês”, nem tampouco ao “maranhês”. Tratava-se de uma língua muito própria, composta por gírias (tais como: “caô”; “sarado”, entre outros significantes) que

tinham um significado próprio, que ele procurava traduzir para mim nas sessões. Dizia gostar de “trocar umas idéias” comigo. “Com você eu me abro geral!”. Certa vez, me chama “Mana”. Interrogo sobre essa nomeação, preocupada em ser colocada na série das “irmãs”, que ora tinham uma função protetora, ora pactuavam com os feitiços do pai. Eduardo traduz pela via da homofonia, o motor de *lalangue*, o sentido de “Mana” – “Mana é de humana, você não é humana?” Tal “língua transferencial” compartilhada comigo no processo de análise poderia ser associada a uma dimensão particular da transferência que se apresenta na clínica das psicoses, denominada “*lalangue* de transferência” (Henry, 2003).

Na Sessão Clínica de Angers, Henry (2003) apresenta a hipótese de uma neo-transferência aplicada às psicoses, marcada pela criação e o uso de “*lalangue* da transferência”. Tal hipótese se sustenta na constatação de que os termos sujeito-suposto-saber e transferência funcionam de uma maneira bastante diversa na análise com psicóticos.

A investigação clínica do autor incide sobre três casos clínicos da literatura psicanalítica, a partir dos quais pretende examinar a parceria entre *lalangue* e transferência como uma aplicação particular na prática com as psicoses. Henry propõe que a *lalangue* da transferência opere como um novo tear para tecer o laço social. Cabe ressaltar que essa hipótese comporta uma dimensão de singularidade, de modo que, para cada sujeito psicótico, *lalangue* da transferência opera de uma forma diferente, singular.

O analista se dispõe a aprender com o psicótico, uma vez que supõe a existência de um saber-fazer com *lalangue*. O que não lhe permite recuar é o fato de que o inconsciente, este saber-fazer sobre *lalangue*, se apresente a céu aberto nas psicoses, manifestando-se muito além dos enunciados de nossos pacientes. O autor se pergunta se a prática com as psicoses deve necessariamente passar pela criação e pela prática de uma *lalangue* da transferência, e ressalta que no campo das psicoses não há nada que nos impeça de crer no inconsciente.

Assim, a direção apontada pela hipótese de uma *lalangue* de transferência, seria a possibilidade do desejo do analista operar de modo que esse saber já dado pelo psicótico possa ser elaborado como uma elucubração de saber sobre *lalangue*. O autor marca a anterioridade de *lalangue* em relação à linguagem e aposta em *lalangue* da transferência como a possibilidade de construção de laço social através dessa elucubração de saber. Assim, cabe ao analista se empenhar na tarefa de se fazer

destinatário dos signos ínfimos do real de *lalangue*, sem se ocupar com a produção de sentido.

Durante seu percurso de tratamento, Eduardo realizou certo descolamento da droga, que funcionava como uma entidade delirante e o protegia contra os efeitos do gozo do Outro perseguidor. A “Mãe Natureza” deixa de ser identificada à droga; entretanto, Eduardo permanece ouvindo a sua voz, sob forma de alucinações verbais. São vozes que ganham forma de imperativos: “a minha Mãe Natureza falou para eu largar as drogas. Ela falou que eu tenho que cantar e ensinar os cariocas a dançar”. A possibilidade de algum deslizamento permitiu ao sujeito escapar do imperativo de drogar-se e de ser drogado e lançar mão de uma outra roupagem imaginária – queria ser cantor e cantar seus “Raps” – ainda que remetida a um imperativo do grande Outro.

Na medida em que houve certo descolamento da droga, foi possível iniciar um processo de elaboração na análise. Eduardo dizia não precisar mais do tóxico, pois agora já podia falar a “língua carioca”. Nesse caso foi possível observar que esse sujeito pôde “descolar” a droga de seu delírio, de modo que a Mãe Natureza, entidade delirante de proteção, deixou de ser identificada à maconha e passa se representar nas árvores e nos pássaros que mantinham uma comunicação com Eduardo pela via da alucinação verbal.

Após certa estabilização, sua família determinou o seu retorno ao Maranhão, o que o deixou aterrorizado, pois havia “desaprendido” a “língua maranhense”. Dizia que as irmãs sabiam falar ambas as línguas, mas ele não.

Eduardo sempre se mantivera contra essa possibilidade, idéia que lhe suscitava sempre muita “revolta” e a certeza de que voltaria a usar drogas. Certa vez, questiona-se: “como pode? Eu não vou voltar pra lá, todo mundo fala diferente, é outra língua, não dá. Lá, o ritmo, a fala, a linguagem, tudo é diferente”.

Após uma interrupção dos atendimentos, por ocasião de minhas férias, percebo algo diferente em Eduardo. Apresentava um discurso esvaziado e evasivo. Logo vem à tona que ele novamente recorreu à droga, diante da imposição de suas irmãs para o retorno ao Maranhão. Eduardo nos diz: “eu fumei agora porque estou revoltado. Eu sou revoltado porque meu pai me mandou embora muito novo e sem estudo, porque ninguém me aceita na casa da minha irmã”. Nesse ponto, o tratamento é interrompido e Eduardo volta para a casa dos pais no Maranhão. Logo que chegou lá passou por algumas internações e chegou a manter contatos telefônicos para me dizer que estava “bem”.

III – B) 6. 2. O caso Kodjo

Zafiropoulos (1988) descreve um caso que é de grande valia para o nosso trabalho. Trata-se de Kodjo, um homem de trinta e dois anos, de nacionalidade togolesa, que busca análise em junho de 1984, encaminhado pelos serviços de saúde mental de Paris. Algumas semanas antes de procurar o analista, ao dirigir sob efeito de heroína, este sujeito escapara da morte (Zafiropoulos, 1988:57).

O uso de drogas, especificamente *cannabis*, teve início em 1977, quando Kodjo passa a viver em companhia de Sabine. O final deste relacionamento, que durou dois anos, foi marcado por um aborto feito por Sabine. Esse teve efeito de desencadeamento da psicose. Cabe ressaltar que foi justamente no momento de um surto psicótico, que Kodjo abandonou o uso de haxixe e passou a injetar heroína.

Ao longo das primeiras entrevistas, a questão do pai possuía um lugar privilegiado na fala de Kodjo, que descrevia seu pai como um homem muito poderoso e muito gozador, porém irresponsável, o que agravava a sua posição de filho primogênito em seu dever familiar e tornava mais doloroso o seu fardo e o seu fracasso de levar a cabo esse legado. Kodjo tentava explicar ao seu analista uma característica de sua cultura, em que existe uma regra costumeira que define a função do filho primogênito como aquele que irá suceder o pai e se responsabilizar pela educação dos irmãos.

O uso de heroína fornecia a esse sujeito certa “opacidade” ao seu corpo, que segundo ele permitia tornar-se imperceptível ao “olhar dos outros” (Zafiropoulos, 1988:58). Zafiropoulos ressalta que o uso da heroína tinha como função a manutenção de “uma identificação separada do corpo da mãe” (Zafiropoulos, 1988:57).

De acordo com nossa leitura do caso, a droga desempenha uma função de “para-olhares” (Quinet, 2002), em que uso de heroína, ao conferir uma “opacidade” ao seu corpo, torna-o imune ao olhar dilacerante do Outro.

Ainda durante as entrevistas preliminares, Kodjo passou a fazer um consumo importante de álcool em substituição ao uso de heroína. Zafiropoulos afirma que “a incorporação de um produto é também a incorporação de um significante” (Zafiropoulos, 1988:57) e dá ênfase ao fato desse sujeito realizar uma escolha unívoca de uma determinada marca de vinho: “*Vieux Pape*”.

A ausência do analista em função de suas férias precipitou uma hospitalização desse sujeito devido à manifestação de construções delirantes e alucinações verbais. Quando o analista retornou de suas férias, encontrou-o sofrendo de

distúrbios psicomotores, caracterizado por um balanço intermitente de seu corpo. Trata-se de um sofrimento marcado pela dificuldade de

se dirigir a quem quer que seja, e seu corpo é animado por estereotípias, nas quais se reconhecerá imediatamente o efeito de um gozo deslocado e, algum tempo depois, já no tratamento, exprime uma cinética do corpo sob a forma de um verdadeiro trote sem sair do lugar, indexando no real essa posição que é a de Kodjo: ser cavalo do pai. (Zafirooulos *apud* Santiago, 2001:177)

Zafirooulos reconhece, neste caso, que o significante “cavalo” se constitui como um nome para definir a metáfora delirante, que se manifesta de forma muito particular através do retorno no real do corpo de caráter alucinatório daquilo que está fora do registro simbólico. Cabe ressaltar que esse significante também encontra eco na relação que esse sujeito estabelecia com a droga, uma vez que a heroína é chamada por muitos pelo nome de “cavalo”.

Alberti (1998) comenta este caso enfatizando a questão da possessão, diferenciando sua função na histeria e na psicose. Na histeria, o ritual simbólico de iniciação do candomblé produz um apaziguamento dos sintomas histeriformes interpretados pela religião como um fenômeno de possessão. Entretanto, na psicose os fenômenos de possessão, que podem ser entendidos como manifestação de alucinações motoras, não são apaziguadas pelo ritual de iniciação devido à ausência de suporte simbólico determinada pela forclusão do Nome-do-Pai. A autora comenta que na psicose

de duas, uma: ou não há jeito de apaziguar o santo, uma vez que não há como inscrevê-lo no simbólico, ou o sistema interpretativo de alguma identificação cultural pode servir ao sujeito, de forma delirante, a construir uma suplência à forclusão do Nome-do-Pai. (Alberti, 1998:75)

O caso de Kodjo se inscreve na segunda possibilidade levantada pela autora. Ou seja, esse sujeito recorre a um sistema interpretativo distinto daquele que orienta sua religião, isto porque, “no caso da psicose o fenômeno da possessão não se inscreve justamente no sistema estrutural e estruturante das religiões; daí a vertente paranóica da construção delirante no caso relatado por Zafirooulos” (Alberti, 1998:76).

Nesse caso, articulado brilhantemente por Zafirooulos (1988), também foi possível reconhecer os efeitos no real da droga em sua dimensão significante. Na incorporação do significante em jogo na adesão a uma determinada marca de vinho –

“*Vieux Papes*” – reconhecemos uma forma de incorporar o pai pela via do real, na ausência de uma inscrição simbólica. O papel desempenhado pelo significante “cavalo” na dinâmica do caso Kodjo também aponta para um retorno no real. Esse significante comparece nas alucinações psicomotoras que representam o trote de um cavalo, e na relação com a droga, na medida em que “cavalo” se constitui como um dos nomes da heroína.

Zafirooulos (1988) reconheceu o papel que este significante – “cavalo” – passou a desempenhar na construção de uma metáfora delirante, que se desenhou da seguinte maneira: ser o cavalo do pai. Nesse caso, a dimensão significativa da droga pode desempenhar duas diferentes funções: retorno no real e elemento constituinte da metáfora delirante. Essa segunda função aponta para a possibilidade de o sujeito abandonar o recurso à droga determinado pela incidência desse significante no real a partir da inserção deste significante na trama de um esboço de metáfora delirante.

A dimensão significativa da droga foi reconhecida a partir de seus efeitos de retorno no real. No caso de Kodjo, essa dimensão da droga se presentificava no significante “cavalo”, que designava tanto a heroína, quanto sua posição delirante “ser cavalo do pai”. Assim, tal significante fazia retorno no real, num primeiro momento através do uso de heroína e, num segundo momento, pela via da alucinação psicomotora, que representava o trote de um cavalo.

Na particularidade do caso Kodjo, a dimensão significativa da droga se presentificou não apenas pela via do retorno no real, mas também pela sua incidência no esboço de uma metáfora delirante. O significante “cavalo” que inicialmente encontrava um destino pela via do real, ou seja, através do uso injetável de heroína, pôde encontrar um lugar simbólico através de sua inserção na construção de uma metáfora delirante. Zafirooulos compreende o uso de heroína nesse caso como uma tentativa de cura homóloga à reconstrução simbólica do delírio, no qual se alojou o significante atribuído à droga.

III – B) 7. Escrita

“Arrojo esta sombra términa de mim, hominiforma ineluctável, chamo-a de volta. Intérmina, seria ela minha, forma de minha forma? Quem me percebe aqui? Quem em lugar algum jamais lerá estas escritas palavras? Signos em campo branco.”
(Joyce, 1983:51)

Na clínica com psicóticos observamos a ocorrência do recurso à escrita como tentativa de estabilização. Nesse trabalho não faremos distinção entre os termos escrita e escritura; consideramos que ambos remetem a esse recurso estabilizador. Tal indistinção dos termos deve-se às diferentes traduções do termo francês *écriture*, que oscilam entre escritura e escrita. Em português a palavra “escritura”, de acordo com o Dicionário On-line Priberam da Língua Portuguesa, remete à escrita e ao “documento autêntico e legal de contrato” (2009). Já o termo escrita possui cinco acepções: 1) arte de escrever; 2) coisa que se escreveu; 3) lição de escrever; 4) forma da letra, caligrafia; e 5) escrituração comercial (idem). Apesar desses termos serem sinônimos, a nosso ver a palavra “escrita” é mais adequada para exprimir a tentativa de estabilização que se depreende deste trabalho sobre a letra, na medida em que remete à arte de escrever e à forma da letra, à caligrafia. Além do mais, “escritura”, em português, também remete ao documento contratual de posse de um imóvel, acepção que não concerne ao nosso tema de estudo.

Não é irrelevante a recorrência com que encontramos oficinas terapêuticas em centros de tratamento para psicóticos que possuem como objetivo a produção da escrita. Também é digno de nota o fato de muitos sujeitos endereçarem seus escritos durante uma análise. “Ocorre que uma cura analítica pode desencadear em um sujeito psicótico um trabalho de escrita” (Maleval, 2007b:58). Um caso de nossa clínica evidencia o desencadeamento do trabalho de escrita promovido pela entrada no tratamento. O sujeito em questão fazia de sua escrita um relato de suas vivências alucinatórias e de esparsas construções delirantes, que me endereçava durante os atendimentos, quando se dedicava à leitura de seus escritos e solicitava que eu os armazenasse em seu prontuário. Aqui fica clara a função do analista de depositário das produções escritas de sujeitos psicóticos.

Maleval (2007b) evoca uma distinção entre a criação psicótica e a obra de arte realizada por um neurótico, que a cria em torno de um vazio, decorrente de uma hiância instalada pelo recalque originário. A lógica da criação psicótica não é da mesma

ordem: “não é a falta a que suscita a produção, mas sim um demasiado cheio de gozo” (Maleval, 2007b:63).

A forclusão do Nome-do-Pai postula certamente uma desorganização inicial e natural da ordem simbólica, mas no mesmo movimento assinala a colocação em cena de um trabalho psíquico encarnado para remediar essa forclusão através de múltiplas produções criativas. É nesse sentido que Maleval evoca “um empuxo-à-criação é inerente à estrutura psicótica” (Maleval, 2007b:42). As perturbações psíquicas inerentes à psicose são suscetíveis à elaboração de desenhos, pinturas, esculturas, etc. Entretanto, Maleval destaca que são os escritos que predominam (Maleval, 2007b:43). Dada a prevalência dos escritos entre os recursos expressivos encontrados na clínica com psicóticos, esses se constituem como “a via régia para o estudo das produções artísticas dos psicóticos” (idem).

Um empuxo à escrita é constatado por Maleval (2002) em sua experiência clínica com psicóticos. O autor acrescenta que se os psicóticos se dedicam com tamanha insistência ao recurso da escrita é porque esse trabalho desempenha para eles uma função importante (p. 43). “Mais além da originalidade de Joyce há que constatar a existência de um empuxo à escrita próprio dos psicóticos cujo alcance terapêutico é, ao menos, manifesto” (p. 138). Nesse sentido, o autor destaca a indicação de que exista “uma homogeneidade entre o trabalho da letra e sua ‘publicação’, por uma parte, e um enodamento dos elementos da estrutura do sujeito, por outra” (idem).

A escrita pode aceder ao estatuto de obra e conferir um nome ao sujeito que venha fazer suplência ao desenodamento originário dos três registros e à forclusão do Nome-do-Pai. Sauvagnat (1999) considera que certas práticas de escrita podem se constituir, para alguns sujeitos psicóticos, como “um modo de suplência privilegiado à forclusão do Nome-do-Pai, permitindo assim uma estabilização de suas desordens” (p. 38).

Tal modalidade de suplência pode ser evidenciada pelo *sinthoma* representativo da obra de Joyce. Em sua obra de arte, Joyce “substancializa o sintoma” (Lacan, 1975-6/2007:27). Lacan questiona “como uma arte pode pretender de maneira divinatória substancializar o *sinthoma* em sua consistência, mas também em sua existência e em seu furo?” e evoca como resposta o quarto termo do nó que suplencia a disjunção dos três registros que, no caso de Joyce, se faz representar por sua obra (Lacan, 1975-6/2007: 38). Para Joyce, a escrita se constitui como “um fazer que dá suporte ao pensamento” (Lacan, 1975-6/2007:140).

Através do trabalho de escrita de uma obra destinada aos universitários, para que esses se debruçassem sobre ela por centenas de anos, Joyce pôde construir um nome para si com reverberação na cultura e com isso constituir um ego, uma imagem de si. A cena da surra que levou ainda na adolescência, na qual percebia seu corpo se desprender de si como um casca, é reveladora do fato de que Joyce não teria acesso a uma imagem unificada da superfície de seu corpo. Com o trabalho da escrita ele “conseguiu encaixar seu ego, remediando desta forma a um enodamento desfalecente de sua estrutura, a qual não era borromeana devido à desconexão do imaginário” (Maleval, 2002:267). Sua obra fez função de suplência, na medida em que produziu, mediante uma construção significativa, um modo de enquadramento do gozo que permitiu a restauração do enodamento dos três registros. Vale ressaltar que o *sinthoma*, enquanto quarto elo auxiliar do enodamento dos registros, promoveu a amarração do imaginário, que se apresentava solto, sem articulação com o simbólico e com o real. Entretanto, tal amarração não possui propriedade borromeana, o imaginário, apesar de arramado ao nó pelo elo do *sinthoma*, não se articula borromeaneamente com o real e o simbólico. Nesse sentido, Maleval nos diz que:

o enodamento produzido pela suplência, não borromeano, conserva a marca do defeito que ele mesmo remedia. Se trata de um encaixe mal feito, posto que o nó leva a marca da falta inicial. A escritura de Joyce não desperta as simpatias do leitor: produz a abolição do símbolo, corta o alento do sonho, lhe falta um elemento imaginário. (Maleval, 2002:267)

Ainda que o Seminário de Lacan dedicado a este escritor irlandês, constitua uma contribuição fundamental para o estudo da psicose, tal formulação “somente examina em detalhe uma fórmula muito particular de estabilização da estrutura psicótica em um artista excepcional” (Maleval, 2002:102).

Sobre Raymond Roussel, Maleval (2008) aproxima os efeitos de sua escrita com o que ocorre com a obra de Joyce. Aponta que seus escritos se parecem com “sonhos fictícios gerados, não pelo desejo do sujeito, mas sim por um trabalho autônomo da letra” (2008:124).

O projeto de Roussel consiste em apagar de seus escritos o sujeito da enunciação, de maneira tão radical como possível, em proveito de um auto-engendramento do texto pela letra, pareceria que sua obra inteira, a maneira da obra de Joyce, testemunha o erro a que supre. (Maleval, 2008:126)

A escrita, a qual Roussel consagrou sua existência, vem no lugar do sintoma, localizando o gozo. Suas obras demandavam muitos esforços, a ponto de dizer: “eu sangro sobre cada frase” (*Apud* Maleval, 2008: 124). “Tudo conduz desde esse momento a considerar que em Roussel, o procedimento se coloca em uma função de suplência, que lhe permite enlaçar o nó de maneira que o simbólico possa limitar o imaginário e o real” (Maleval, 2008:124).

Dada a profusão de produções escritas de sujeitos psicóticos, é preciso ressaltar que nem todo recurso à escrita possui função de suplência, de substancializar o *sinthoma*. Apesar disso, não devemos negligenciar o papel estabilizador que ocupam na clínica das psicoses. “Através do trabalho de escrita se busca um alívio em relação a esta invasão [do gozo]. Assim como o delírio constitui uma obra complexa que se constrói como uma tentativa de cura, a elaboração do escrito constitui um processo autoterapêutico” (Maleval, 2007b:63).

A escrita, além de se constituir como obra que desempenha o papel de suplência, pode apresentar três funções distintas, que podem se apresentar sobrepostas, a saber: fornecer suporte do pensamento, dar testemunho do delírio, como é possível reconhecer nas *Memórias* de Schreber, e se constituir como um depositário do gozo que se condensa na materialidade das folhas escritas, funcionando como um objeto fora do corpo. Enquanto objeto fora do corpo, o escrito pode desempenhar o papel de uma tentativa de exteriorização de um objeto do gozo que invade o corpo do sujeito.

A função de promover suporte ao pensamento pode ser evidenciada no caso de Joyce que já abordamos acima; entretanto, tal função comparece em outros casos nos quais não se observa o engendramento de uma suplência.

A escrita, a pintura e a escultura se revelam (...) como algo que pode contribuir para dar sustentação ao pensamento do psicótico. Quando o sujeito apresenta a desorganização de sua estrutura, estas servem para produzir fixações formais que se experimentam como necessárias. (Maleval, 2007b:44-5).

Enquanto testemunho do delírio, observamos na clínica que o tema dos escritos, via de regra, é regido pelo conteúdo do delírio. “É bastante evidente que estão tão a serviço dos temas delirantes que se pode sugerir que é o delírio isso do que o sujeito se esforça em desprender-se” (Maleval, 2007b:46). Essa tentativa de se desprender do delírio mediante o trabalho da escrita pode ser evidenciado no caso de Lara que abordaremos a seguir.

Sobre as produções literárias de sujeitos psicóticos, é preciso colocar o acento sobre sua “dimensão objetal” (Maleval, 2007b:48). Ainda que uma tentativa de colocar à distância um objeto de gozo esteja no princípio dessas práticas, elas buscam também, quando se complexificam, captar na escrita o gozo do sujeito: é o que mostra a frequência de tais produções postas a serviço do delírio. “Nesta perspectiva, Schreber e Artaud indicam que o texto lhes proporciona importantes fixações formais” (Maleval, 2007b:49-50).

A escrita, enquanto testemunho do delírio, se constitui como um passo a mais frente à mobilização do significante em torno da trama do delírio, na medida em que o sujeito empreende um trabalho sobre a letra, operando uma fixação do gozo. “De fato há que assinalar que o depósito de gozo se acompanha geralmente de uma significantização deste gozo: se trata de conter por meio do significante as experiências enigmáticas, mas essenciais, que surgem do real” (Maleval, 2007b:50).

Enquanto depósito de gozo, a produção escrita opera como uma tentativa de apartar-se do gozo inerente à vivência alucinatória do sujeito. “O psicótico põe sua produção a serviço de uma tentativa de produzir uma distância do objeto *a* encarnado em um depósito de letras” (Maleval, 2007b:48). Entretanto, esse procedimento funciona no real, não faz advir uma simbolização da castração. Desse modo, o alívio proveniente da prática da escrita não se mostra eficaz, é sempre necessário reiterá-la. Nesse sentido, a insistente necessidade de certas práticas escriturais encontra aí sua razão.

É manifesto que a prática da letra suscita para o psicótico não somente um depósito e uma significação do gozo do Outro. Esse processo pode ademais completar-se com um esforço de esvaziamento do gozo buscado por meio da “publicação”. Ela instaura um corte entre o sujeito escritor, e o que de seu ser teria tomado a substância de livro. “À ficção do delírio se soma então uma tentativa de fixação do ser do sujeito” (Maleval, 2007b:52).

O caso de Artaud demonstra a trajetória de um psicótico que recorreu à escrita como uma tentativa de estabilização de sua psicose. Maleval comenta este caso e aponta “Artaud sugere claramente que a escritura coloca para ele uma função de alívio” (Maleval, 2007b:45). A escrita, além de ser um testemunho de seu delírio, se constituía como uma condição para sua existência e um suporte para seu pensamento. Em um de seus escritos fica clara a relação entre a escrita, o pensamento e sua existência:

Eu vou poder escrever o que eu penso
estar seguro de pensar o que eu escrevo
e pensar enfim aquilo de que eu preciso
para escrever,
ou seja, para existir.¹⁸ (*Apud* Bruno, 1996:54)

Sobre essa passagem do escrito de Artaud, Bruno (1996) aponta que “os resultados do pensamento não são intercambiáveis. Trata-se de produzir um pensamento que seja operador de escritura; de escritura, quer dizer, de existência” (p. 54).

Em um de seus livros, que foi perdido e por isso não publicado, Artaud se dedicou a uma escrita particular de decomposição da língua francesa e construção de uma língua nova a que qualquer pessoa, independente de sua nacionalidade, poderia ter acesso. Bruno (1996) reconhece nesse esforço de invenção de uma língua uma forma de condensação da “rede de gozo que não é emparelhada pelo delírio” (Bruno, 1996: 57) e acrescenta: “é a este nível que toma relevo a poesia como função de existência” (*idem*).

Escrita e letra

O recurso à escrita implica em um trabalho sobre a letra, que se destaca, materializando o significante. Aqui é relevante abordar a relação entre a escrita e a fala, assim como entre a letra e o significante que se altera na trajetória teórica de Lacan. A escrita encontra-se em relação de extimidade com a linguagem, apesar de ser “um traço onde se lê um efeito de linguagem” (Lacan, 1972-3/1998:164). A escrita também pode conter os efeitos dos fenômenos de linguagem que povoam a clínica da psicose, como veremos a seguir, quando trataremos da abordagem lacaniana sobre os escritos de psicóticos e na apresentação do caso de Lara, no qual a intrusão alucinatoria de significantes repercute em sua escrita.

Em uma lição de seu ensino intitulada “O escrito e a verdade” (1971b/2009), Lacan toma como objeto a ser enunciado a função da escrita. Nessa lição, evoca a distinção entre o escrito e a fala. Destaca que é preciso reinserir no escrito a fala, “enriquecê-lo seriamente com ela, mas não, naturalmente, sem inconvenientes de princípio, para que ele seja entendido. Podemos escrever uma porção de coisas, portanto, sem que isso chegue a nenhum ouvido. Mas está escrito” (Lacan, 1971b/2009: 57).

¹⁸ Passagem inserida na obra *Cahiers de retour à Paris* escrita entre fim de maio e julho de 1946.

Lacan vai afirmar neste seminário que “é a partir da fala, é claro, que se abre caminho para o escrito” (1971b/2009:57) e acrescenta a posição secundária da escrita em relação a toda função da linguagem. Apesar de comportar efeitos de linguagem e estar em referência íntima com esta, a escrita não é linguagem, como veremos a seguir. Tal ambigüidade da escrita no seio do ensino de Lacan, para nós, é indicativa da posição êxtima desta em relação à linguagem.

Só existe questão lógica a partir do escrito, na medida em que o escrito, justamente, não é a linguagem. Foi nesse sentido que enunciei que não existe metalinguagem. O próprio escrito, na medida em que se distingue da linguagem, está aí para nos mostrar que, se é do escrito que se interroga a linguagem, é justamente porque o escrito não é linguagem, mas só se constrói, só se fabrica por sua referência à linguagem. (Lacan, 1971b/2009:60)

Assim como a linguagem não é primeira em relação à *lalangue*, trata-se de um saber-fazer sobre *lalangue*, a escrita se constitui como um trabalho, uma fabricação suplementar sobre a linguagem.

Vejam agora a relação entre escrita, letra e significante. Miller (1996b) questiona: “é certeza o escrito enquanto tal ter estatuto de significante?” (p. 96). “Pergunta muito justificada, pois o que Lacan atribui, descobre, inventa ao escrito um estatuto distinto de significado” (idem). Miller reconhece, a partir de Lacan, que há no escrito “algo a mais ou algo distinto do significante” (idem). Trata-se da dimensão da letra que se constitui como o significante separado do significado. Miller ressalta que a escrita se situa nesse nível.

Miller reconhece a afinidade da letra com o simbólico, na medida em que esta apresenta uma relação de equivalência com o significante na década de 50. A letra, nesse momento do ensino de Lacan, calcado nas contribuições do escrito “A instância da letra”, se constitui como “apenas outro nome do significante, o nome deste quando se separa da significação” (Miller, 1996b: 97). Miller chega a nomear a letra como uma “mais-de-significante”, na medida em que “há tanto mais significância que o significante funciona como uma letra, separado de seu valor de significação. Esse mais-de-significante, é o que podemos chamar de efeito poético” (Miller, 1996b:98).

Lacan recorreu inicialmente à letra para demarcar a primazia do simbólico, ao reconhecer no trabalho do sonho, onde a linguagem comparece como equivalente ao estatuto de escrita, que é passível de decifração. Essa se constitui como a idéia central do escrito “A instância da letra”. Freire (1999) destaca que “neste artigo, letra e

significante parecem, em uma certa perspectiva, se igualar, já que estruturalmente o significante só pode se definir, *a posteriori*, para um sujeito a partir de sua localização em relação a outro significante” (Freire, 1999:574).

Ainda no primeiro ensino de Lacan, quando este evoca a dimensão da letra que se apresenta atrelada à noção de significante, é possível reconhecer a propósito do comentário acerca do conto “A carta roubada” de Edgar Allan Poe uma correlação com o gozo. Bezerril et al. (2004) aponta que no escrito de Lacan sobre este conto, a letra recebe “um tratamento que a esvazia do sentido, a carta/letra já indica uma localização do gozo” (p. 122).

Freire (1999) aponta que, a partir da década de 60, com o advento da conceituação do objeto *a*, que se constitui como resto da divisão subjetiva na relação com o Outro, uma conseqüência se estabelece, a saber, a impossibilidade de se manter a relação de equivalência entre sujeito e significante. Nesse sentido, “a distinção entre letra e significante se impõe” (Freire, 1999:575).

Na década de 70, essa distinção se realiza a partir das contribuições do escrito “Lituraterra” (1971a/2003), no qual Lacan se questiona como o inconsciente que, em seu ensino, fruto de seu retorno a Freud, se constitui como um efeito de linguagem que comanda a função da letra e apresenta uma nova definição para esse termo. Assim, a letra é articulada à noção de litoral, que faz fronteira entre o saber e o gozo. “Não é a letra propriamente o litoral? A borda do furo no saber que a psicanálise designa, justamente ao abordá-lo, não é isso que a letra desenha?” (Lacan, 1971b/2009: 109). É a partir dessa noção de litoral que introduz um furo no saber, que “a letra será separada do significante, ao mesmo tempo distinguindo e articulando dois registros heterogêneos: sujeito e objeto ou, de modo mais geral, simbólico e real” (Bezerril et al, 2004: 122).

Lacan evoca o equívoco apresentado por Joyce acerca das palavras em inglês “*letter*” e “*litter*” que, em seu deslizamento homofônico, coloca na mesma série a letra/carta, tradução do primeiro termo, e lixo, o que se traduz da segunda palavra. Assim, fazer da letra “liteiralixo” [*litière*] e da literatura “uma acomodação de restos” (1971a/2003:16). Com esse jogo de palavras joyceano, Lacan confere um lugar distinto do significante para a letra, aproximando-a da dimensão objetal de dejetos.

Laurent (1999) aponta que o escrito “Lituraterra” está centrado em dois aspectos que concernem à função da letra, a saber, o fato de ela fazer furo e ao mesmo tempo se fazer de objeto *a*, de lixo, dejetos que se deposita no escrito. Tal centramento

da letra pode ser entendido como “uma montagem entre sujeito e objeto: furo como o que desestrutura o Outro e o objeto que pende dele” (Bezerril et al, 2004:121).

A letra, atesta Lacan, se constitui como “o instrumento apropriado à escrita do discurso” (Lacan, 1971a/2003:18), o que “não a torna imprópria para designar a palavra tomada por outra, ou até por um outro, na frase, e portanto para simbolizar certos efeitos de significante, mas não impõe que nesses efeitos ela seja primária” (idem). Apesar da letra se prestar para simbolizar certos efeitos de significante, não é possível estabelecer uma relação de equivalência entre letra e significante. Lacan vai retificar a posição da letra que estava ligada à primazia do simbólico, como vemos na citação a seguir:

o que escrevi, com a ajuda de letras, sobre as formações do inconsciente, para recuperá-las de como Freud as formula, por serem o que são, efeitos do significante, não autoriza a fazer da letra um significante, nem lhe atribuir, ainda por cima, uma primazia em relação ao significante. (Lacan, 1971a/2003:19)

Ao perder a referência ao significante, a letra se articula ao real do gozo. “A escrita, a letra, está no real, e o significante, no simbólico” (Lacan, 1971b/2009: 114). A escrita permite cavar um vazio onde há excesso de gozo. Nesse vazio é possível alojar o gozo e “invocá-lo com seu artifício” (Lacan, 1971b/2009:118). Assim, a dimensão de artifício dada à escrita se constitui como uma tarefa que permite depositar o gozo, como vimos a propósito das funções da escrita. As funções do recurso à escrita e a primazia da letra nesse artifício tão presente na clínica com psicóticos, leva-nos às contribuições de Lacan sobre a escrita na psicose.

O interesse de Lacan pelas produções escritas de pacientes psicóticos já se evidencia desde a década de 30, antes mesmo de sua tese de doutorado. Em um artigo denominado “*Écrits inspirés: schizographie*” (1931/1975), ele destaca que os escritos “inspirados” não o são de forma alguma ligados à espiritualidade, mas devem-se a uma repetição mecânica, a um automatismo imposto, a uma estereotipia. A noção de déficit se destaca. “É quando um pensamento é curto e pobre, que o fenômeno automático o suplencia. Ele é sentido como exterior porque suplenciando um déficit do pensamento. Ele é julgado como válido porque evocado por uma emoção astênica” (Lacan, 1931/1975: 375).

Apesar da dimensão de déficit prevalecer nesse momento, Lacan irá retomar esse artigo no final de seu ensino a propósito da obra de Joyce, no qual as produções

psicóticas ganham novo relevo atrelado a uma positivação. Ele faz referência ao seu artigo sobre os “Escritos inspirados” ao se questionar se Joyce era louco e ao tentar dissecar o que trouxe inspiração para o autor. A retomada desse escrito no ensino tardio de Lacan nos permite empreender uma leitura sobre ele com outros olhos, depreendendo o que possui de fecundo, a saber, o que toca a inspiração dos escritos que, a nosso ver, possui íntima relação com os temas do delírio.

Certamente somos arrebatados ao enveredar por esse caminho, como testemunha o fato de eu ter começado escrevendo “Escritos inspirados”. É um fato eu ter começado assim, e é por isso que não deve me espantar muito ver-me novamente confrontado com Joyce. É justamente por essa razão que ousei levantar a questão de saber se Joyce era louco, isto é, por onde seus escritos lhe foram inspirados? (Lacan, 1975-6/2007:76)

A noção de déficit logo perde seu lugar na trajetória teórica de Lacan. Em sua tese de doutorado, um ano depois da escrita desse artigo, já observamos a positivação da escrita psicótica, como meio de acesso à vivência afetiva do paciente. Nesse sentido, Sauvagnat (1999) aponta que “a escrita de certos psicóticos como criação autêntica parece, então, excluir o uso bruto (estereotipia): é uma ‘nova sintaxe’” (p. 40).

Ao tecer considerações acerca do caso Aimée, Lacan dedica uma seção de sua tese às produções literárias de sua paciente. Tais produções, dois romances, cujos temas estavam alinhavados ao conteúdo de seu delírio, eram dirigidas pela paciente às editoras com vistas à publicação. Entretanto, nenhum de seus escritos chegou a ser publicado. Diante disso, Aimée apela à Corte Real da Inglaterra como seu último recurso na tentativa de conseguir publicá-los. Vale ressaltar que a paciente possui um delírio de caráter erotomaniaco com o príncipe inglês. É interessante notar o valor positivo que Lacan concede a essas produções, na medida em que são indícios do estado mental da paciente no momento em que se dedicava à escrita, permitindo apreender com vivacidade traços de sua personalidade, de seu caráter, dos complexos afetivos e das imagens mentais que a habitavam. A produção escrita se constitui como uma “matéria preciosa” (Lacan, 1932/1987:175) para o estudo das relações entre o delírio da pacientes e sua personalidade e para auxiliar na formulação diagnóstica.

Lacan destaca a ausência de estereotipias mentais e “anomalias sintáticas clássicas dos escritos dos paranóicos” (Lacan, 1932/1987:190) nesses dois romances de Aimée e privilegia o fato de ser possível depreender dessas produções as tendências afetivas da paciente que se revelam em seus escritos. Tais produções carecem de um

valor estético, o que Lacan atribui à falta de cultura da autora, que se manifesta pelo autodidatismo da mesma que transparece mediante declamações banais, erros históricos, confusão de idéias etc. Lacan reconhece em tais manifestações, os “frutos de uma intoxicação literária” (Lacan, 1932/1987:189), que são acrescidos de traços de desordem mental e de automatismo. A noção de “intoxicação literária” é de grande valor para nossa pesquisa, na medida em que aproxima o recurso à escrita do recurso à droga. No caso de Lara, que apresentaremos a seguir, a paciente abandona o recurso à droga na medida em que se deixou intoxicar pelas palavras. Lacadée (2007), em uma conversação clínica na Cidade de Deus sobre adolescentes, evocou uma “toxicomania das palavras” a ser estimulada no trabalho com crianças e adolescentes, que concerne à tentativa de valorizar o uso da palavra, em detrimento do agir característico dessa clínica, apresentando a possibilidade de extração de prazer no recurso à fala.

Aimée recorria a um dicionário para eleger aleatoriamente as palavras que seriam escritas. Ela se considerava uma “namorada das palavras” (Lacan, 1932/1987:190) e fazia um uso muito particular das mesmas. A escolha era orientada pelo “seu valor sonoro e sugestivo, sem que nem sempre acrescentasse a isto discernimento e atenção ao seu valor lingüístico adequado ou a seu alcance significativo” (idem). Aqui prevalece o uso da letra em detrimento do significante, na medida em que “a letra presentifica assim o que descola o significante do significado” (Miller, 1996b:97). Esse trabalho particular sobre as palavras é considerado por Lacan um “trabalho de marchetaria verbal” (idem). Trata-se de um trabalho árduo de inserir/embutir no seu texto as peças de seu delírio.

Em outro artigo da década de 30, intitulado “O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranóicas da experiência”, vemos novamente a positivação dos escritos de psicóticos que passam a ser indicativos para a antropologia de uma “revolução teórica” (Lacan, 1933c/1987:375). Nesse artigo, Lacan ressalta que

algumas destas formas da experiência vivida, dita mórbida, apresentam-se como particularmente fecundas em modos de expressão simbólicos que, por serem irracionais em seu fundamento, nem por isso são desprovidos de uma significação intencional eminente e de uma comunicabilidade tensional muito elevada. (Lacan, 1933c/1987:378)

Ao se dedicar ao estudo pormenorizado dos escritos de psicóticos que evidenciam as expressões simbólicas de suas experiências, Lacan reconhece que eles

“são, por um lado, os temas ideacionais e os atos significativos de seu delírio, e, por outro, as produções plásticas e poéticas em que são muito fecundos” (Lacan, 1933c/1987:378-9).

Com base nessa constatação, ele nos apresenta três proposições acerca dessas duas características das produções artísticas dos psicóticos. Em primeiro lugar, ressalta “a significação eminentemente humana desses símbolos” (Lacan, 1933c/1987:379) que se apresenta análoga aos temas delirantes, às produções míticas e à inspiração dos artistas consagrados. A segunda proposição toca a “identificação iterativa do objeto” (idem), o que articula com a fecundidade do delírio em suas repetições cíclicas, que não remete mais à noção de déficit e se aproxima dos processos de criação poética e de estilo. Por fim, apresenta o que considera o ponto mais notável, que toca no que o delírio possui de radicalidade e que não é passível de interpretação. “Os delírios, com efeito, não têm necessidade de nenhuma interpretação para exprimir, só por seus temas, e à maravilha, esses complexos instintivos e sociais que a psicanálise teve grande dificuldade em descobrir entre os neuróticos” (Lacan, 1933/1987:379). Assim, vai dar um lugar privilegiado ao delírio, situando-o “com muita frequência num ponto nevralgico das tensões sociais da atualidade histórica” (idem).

Na década de 60, Lacan retoma o tema da escrita em seu Seminário sobre a identificação (1961-2), no qual a função da escrita converge para a função da nomeação e é identificada ao lugar do Nome-do-Pai, que é instaurado como uma escrita. O fenômeno da escrita encontra-se atrelado à bateria de significantes, mais precisamente à noção de traço unário.

Nos anos 70, a escrita atinge uma nova acepção ligada ao nó borromeano e ao *sinthoma*. Lacan chega a afirmar que “não há topologia sem escrita” (Lacan, 1971b/2009:76). Com a topologia do nó borromeano, Lacan introduz uma outra dimensão da escrita atrelada ao real do gozo. Ainda que em “Lituraterra” ele já aponte a dimensão do gozo litorânea em relação à letra, somente com o auxílio do nó de borromeu e da escrita literária de Joyce, Lacan irá atrelar a letra ao gozo. Ele demonstra seu interesse pela escrita ao se ater à topologia do nó borromeano.

A escrita me interessa, posto que penso que é por meio desses pedacinhos de escrita que, historicamente, entramos no real, a saber, que paramos de imaginar. A escrita de letrinhas matemáticas é o que suporta o real. (...). A escrita pode ter sempre alguma coisa a ver com a maneira como escrevemos o nó. (Lacan, 1975-6/2007:66)

Vieira (2005b), a partir de Miller, evoca “dois corpos da escrita”, a saber, um que se insere na ordem do sentido e outro que atesta o que não tem sentido, o fora do sentido. Do lado do sentido, insere-se o escrito que comporta a fala e que se encontra atrelado ao discurso e que, por isso, permite comunicar um sentido, o significante e o sintoma. O segundo corpo da escrita concerne ao que não é passível de leitura, nem tampouco de compreensão. Trata-se da dimensão do *sinthoma* que não é suscetível à decifração inconsciente, da escrita borromeana e da escrita como marca ligada ao traço unário.

Bastos (2008) aponta que o movimento do seminário sobre Joyce aponta para a distinção de uma escrita do significante e uma escrita do nó borromeano. “Na escrita do significante, o uso da letra dá suporte ao significante; nessa outra modalidade de escrita, aquela dos nós, a letra não se encontra a serviço do significante, mas do gozo” (p. 356). Na escrita de Joyce, “o real da letra efetua a partilha entre o legível do significante e o ilegível” (idem).

Nessa trajetória teórica lacaniana, os escritos dos psicóticos ganham um novo relevo. Enquanto na década de 30, a escrita psicótica se constituía como uma expressão da loucura, na década de 70, por um lado, esta se apresenta em relação de equivalência entre a aparição do fenômeno elementar e o desenodamento da escrita do nó borromeano, como podemos observar nas epifanias presentes na obra de Joyce que são correlatas do lapso do nó, referente ao desatamento do elo do imaginário (Bastos, 2008). Por outro lado, a possibilidade de fazer suplência ao desenodamento dos elos correspondentes aos três registros também se encontra associada à escrita de sujeitos psicóticos, que tem como exemplo mais notório a obra de Joyce.

Escrita e o ‘pharmakon’

O termo *pharmakon*, oriundo da mitologia grega, evoca a ambigüidade de acepções, que podem designar ao mesmo tempo o remédio e o veneno. Tal ambigüidade é construída a partir da questão da escrita, sobre a qual se formulou o termo.

Na mitologia grega as letras são invenções do Deus Thoth. Laia (2002) nos esclarece que este também foi o responsável por criar “o número e o cálculo, a geometria, a astronomia e os dados” (p. 107). Suas invenções são oferecidas a Thamos, rei do Egito e representante de Amon que representa “o rei dos deuses, o rei dos reis e o deus dos deuses” (idem). Thoth apresenta a Thamos a escrita, que se constitui como um

“excelente recurso” contra a perda da memória. Assim, a “falha da memória e a falta de ciência encontraram seu remédio (*pharmakon*)” (idem). Entretanto, o rei se atém ao sentido de veneno também concernente ao termo *pharmakon*, uma vez que põe em questão a função da escrita, que dispensaria os homens de exercitarem sua memória, produzindo esquecimento na alma daqueles que tiverem acesso ao recurso da escrita. Assim, para Thamos, “a confiança depositada no que as letras poderiam fixar favoreceria o desleixo humano quanto à gravação autêntica, na própria alma, do que deveria ser vivamente lembrado” (idem).

Na conclusão de seu ensaio sobre a “Farmácia de Platão”, Derrida busca recuperar o valor paradigmático da escrita como *phármakon*, destacando uma leitura do termo que preserve sua ambigüidade, o que não significa acentuar seu aspecto positivo, de remédio para a memória, em detrimento da dimensão de veneno. Tal ambigüidade pode ser depreendida na passagem a seguir:

Não se pode na farmácia distinguir o remédio do veneno, o bem do mal, o verdadeiro do falso, o dentro do fora, o vital do mortal, o primeiro do segundo etc. Pensando nessa reversibilidade original, o *phármakon* é o mesmo precisamente porque não tem identidade. E o mesmo [é] como suplemento. (Derrida 1997:122)

Em seu artigo “A farmácia de Lacan”, Laia (2002) aponta que, antes de Derrida formular a “A farmácia de Platão”, fez uma passagem pela primeira, a farmácia lacaniana. Em ambas as farmácias, os elementos que são manipulados são os mesmos, a saber, o significante e a letra, a palavra falada e a escrita, e por fim, o símbolo e o real.

Nessa manipulação, cada um desses elementos é problematizado quanto à sua propriedade de ser, ou não, um *pharmakon*. Porém, o que vem tornar complexa essa manipulação é que esse termo grego – que poderemos traduzir por “droga” – incorpora sentidos antitéticos: designa o remédio, mas também o veneno. E é por isso que, se quisermos nomear assim por “pílulas”. (Laia, 2002: 105)

Laia (2002) evoca a dupla dimensão do *pharmakon* no que concerne ao recurso da escrita. Assim, “se a escritura pode ser tomada como um *pharmakon* no sentido de remédio, ela o seria para “re-cordar” (*hypomnesis*): para a verdadeira memória (*mnèmè*), viva e cognoscente, ou para a ciência autêntica, tal *pharmakon* seria muito mais um veneno” (p. 107).

Quando o Deus Thoth oferece as letras ao rei Thamos opera uma destituição da figura paterna representada pelo rei e por suas palavras proferidas, já que ele ainda não dispõe do recurso à escrita. Assim, o rei coloca a escrita em suspeita e em vigilância. Isto por que “os escritos, os discursos requerem sempre a presença de um pai que lhes autorize a verdadeira leitura” (Laia, 2002:108). Nesse sentido, Laia nos diz que

se os escritos requerem a presença de um pai, é porque ele já não está mais lá e, quando ele se apresenta, o faz a partir de uma dimensão diversa e estranha às letras, ou seja, a partir da palavra falada. Parece-me, então, que é justamente essa ausência do pai (ou, por outro lado, sua “presentificação” sempre estranha ao texto) que leva Derrida a situar o desejo de escrever como um “desejo de orfandade e da subversão parricida. (Laia, 2002: 108)

Na desconstrução que Derrida faz da farmácia de Platão, Laia reconhece que “não é mais propriamente o escrito que é a droga a ser depreciada, o *pharmakon*, mas tudo o que pode lhe fazer, às vezes, de uma função paterna” (2002:109). Enquanto Platão depreciava a escritura, Derrida faz uma condenação do pai.

A escrita, por ser parricida e órfã, nos deixa diante de um furo. Laia (2002), evocando Freud e Lacan, aponta que no parricídio apontado por Derrida, há uma “perversão”, não no sentido de uma infração à lei, mas no sentido de uma versão do pai, que comporta um reconhecimento, ainda que desviado, da Lei. Na farmácia de Lacan formulada por Laia (2002) é possível delimitar um outro estilo de intervenção frente ao furo que se presentifica “no campo da linguagem, na função da fala e na instância da letra” (p. 110), que diz respeito ao Nome-do-Pai, que “em sua íntima ausência ou estranha presença, referencia” (idem). Assim não se trata de uma ordenação infinita de sua idealização, tampouco da via da transgressão interminável à presença indireta da Lei. Trata-se na realidade de uma orientação na qual o furo, como um nó, cuja função é amarrar os registros e “cingir o sujeito traumatizado e vivificado pela palavra inscrita ou proferida desde que o Outro lhe tome o corpo” (idem).

É sobre o nó do sintoma que incide a farmácia de Lacan. Orientados por essa lógica do sintoma, “somos formados, como analistas, para tomar o *pharmakon* em sua literalidade antitética: a cura se processa com a corporificação do que nos é incurável” (Laia, 2002: 110).

O recurso à escrita entendida com o *pharmakon* é de grande relevância para nossa pesquisa, pois podemos articular a dimensão de remédio ao que promove

estabilização para sujeitos psicóticos que recorrem à escrita, como vimos no início desta seção, mas também pode ser correlacionada com a dimensão de veneno, na qual a escrita se impõe com um imperativo. Tal dimensão de imperativo se reconhece na observação de sujeitos que escrevem sem cessar, seja na superfície do corpo, mediante sucessivas tatuagens, muita vezes realizadas com cortes no corpo, como em um caso de nossa clínica no qual o paciente cortava o corpo com auxílio de lâminas escrevendo e fazendo desenhos e, depois, com uma espécie de decalque, imprimia seu sangue em folhas de papel que endereçava à analista. Ou ainda na experiência de psicóticos que escrevem nas paredes com seu próprio sangue ou com fezes.

Apesar de se constituir como um recurso auto-terapêutico, um remédio para as agruras da psicose, a escrita também pode contribuir para o recrudescimento das manifestações de fenômenos elementares, atuando sob a dimensão de veneno. Nesse sentido, Maleval (2007) nos diz que o efeito de desprendimento de gozo obtido pela escrita é precário, na medida em que falta uma simbolização de uma perda que é real. Disso resulta que “com freqüência o trabalho é reiterativo, e também que ultrapassa muitas vezes sua meta, experimentando-se então como um desgarramento catastrófico, podendo implicar um agravamento dos problemas, inclusive seu desencadeamento” (Maleval, 2007:63).

A química¹⁹ da letra em Joyce

Mandil (2003) reconhece na escrita de Joyce, especialmente em *Finnegans Wake*, uma verdadeira “farmácia”.

Nela, as palavras não têm uma identidade que poderíamos considerar própria, ou seja, que poderíamos associar irremediavelmente a um único significado ou sentido. E é precisamente por meio dessa dissolução da identidade no *phármakon*, no remédio e no veneno que a escrita, significante puro, “sem realidade exterior correspondente”, indecível, pode ser pensada como algo suplementar, como algo que, para além das oscilações do sentido, oferece um ponto de ancoragem. (Mandil, 2003:168)

¹⁹ Esta noção de química da letra foi extraída das contribuições de Ram Mandil em seu livro *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce* (2003), no qual há um capítulo intitulado “A escrita da voz: a química da letra joyceana”.

As palavras escritas por Joyce ganham o estatuto de voz na articulação de Mandil (2003), surgindo em seu texto esvaziadas de sentido, “tendo a dimensão de significante aparentemente sucumbido à primazia das letras, o que lhe dá uma conotação mais de objeto que de signo lingüístico” (Mandil, 2003:244).

Reconhecer o valor de *pharmakon* na escrita de Joyce implica em reconhecer o estatuto de remédio que faz suplência à forclusão do Nome-do-Pai, uma vez que Lacan supõe que seu pai era carente em lhe fornecer o estatuto do simbólico. Ao mesmo tempo, reconhecemos aí o estatuto de veneno, na medida em que sua escrita escapa ao sentido e deixa o leitor à deriva.

É interessante notar que Joyce faz referência à Thoth, o deus dos escritores, responsável por atribuir à escrita o estatuto de *pharmakon*. Em uma passagem de “O retrato do artista quando jovem” (1987), Joyce evoca “Thoth, o deus dos escritores, que escrevia com um junco sobre uma tabuinha e que carregava sobre a sua estreita cabeça de íbis a lua crescente (1987:278).

Laia (2001) reconhece que “o fluxo das palavras vai inundar as marcas subjetivas que elas designam e, nesse exercício da escrita, realiza-se uma espécie de contraponto à reverberação da voz paterna umedecida pelo álcool” (p. 126). Laia destaca a referência ao contraponto, na medida em que aponta que na escrita de Joyce está em jogo uma tentativa de “se haver com *lalíngua* e com o domínio retórico paterno” (idem). Sobre *Finnegans Wake*, Laia nos diz que:

uma nova estória se impõe e o domínio retórico-alcóolico de um pai vai ser evocado e, possivelmente por ter sido submetido a uma tal decomposição escritural, esse domínio poderá dar lugar a algum descanso, a alguma forma de pacificação: “era uma vez um bêbado e era um bêbado bem considerável e o resto e a paz de sua *tagarerumlice*” (Joyce, *Finnegans Wake*).” (Laia, 2001:127)

Na nota de rodapé, Laia introduz uma observação que nos parece pertinente para nosso trabalho:

considerando que a passagem em questão faz referência a um bêbado, pareceu-me possível sugerir que a *tagarelice* é, também, gerada pelo álcool e, por conseguinte, o termo anglo-irlandês é uma excelente opção porque me permite ler, nele mesmo, a referência à bebida (rum). Assim preferi traduzir *blaterumskite* por “*tagarerumlice*”. Por fim, assinalo que, em inglês, há dois termos que nos remetem também a *blaterumskite*, a saber, *blather* (“tagarelice”) e *blatherskite* (“tagarela”). (Laia, 2001:127-8)

É interessante notar que Lacan, a propósito de suas considerações do caso Joyce, evoca uma acepção química para o termo *écriture*. Ao se dedicar a demonstrar que escrito e escrita encontram-se no mesmo plano, destaca o seguinte:

Fala-se da escrita [*écriture*] como se ela fosse independente do escrito [*écrit*]. É isso que às vezes deixa o discurso muito atrapalhado. Aliás, esse termo ure* [De *écriture*, - *ure*: sufixo da língua francesa que indica que um composto químico é um sal de hidrácido, como em ácido sulfídrico (*sulfure*). (N T.)], que se acrescenta assim, dá bem a perceber de que pileque [*biture*] engraçado se trata, no caso.” (Lacan, 1971b/2009:74)

Vemos como o termo *écriture* evoca o pileque (*biture*) por meio de um jogo de palavras homonímico. O pileque da escrita pode ser evidenciado na escrita de Joyce que se esforça em colocar em palavras o que pode depreender da voz paterna embebida de álcool. O termo “*tagarerumlice*” evoca a tentativa de Joyce condensar o gozo herdado deste pai alcoolista por meio de um artesanato de letra. Por meio do artefato da escrita, Joyce tenta decodificar o gozo paterno ligado ao uso excessivo de álcool na radicalidade da letra que faz litoral ao gozo.

Na escrita de alguns psicóticos que recorrem à droga é comum observar uma tentativa de condensar o gozo ilimitado que a droga libera por meio de sua inscrição enquanto letra que se deposita em seus escritos. É o que podemos observar na escrita de Artaud²⁰, de Lara, na qual a droga comparece como letra depositada nas folhas escritas.

III – B) 7. 1. O caso Lara²¹

“A terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos.”
(Manoel de Barros, 2000:70)

(Parte da tese não autorizada para publicação em internet.)

²⁰ Nos anexos (p. 237 – adiante) incluímos uma carta de Artaud ao legislador que restringiu a venda de ópio.

²¹ Um fragmento deste caso foi publicado por mim em: MARTINS, V. T. (2006). “O que pode estar por trás do fenômeno da fissura?” In: CIRINO, O. e MEDEIROS, R. (Orgs.). *Álcool e Outras Drogas: Escolhas, Impasses e saídas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CONCLUSÃO

“Esta tarefa de cessar é que puxa minhas frases para antes de mim.”

(Manoel de Barros, 2000:70)

Para concluir este trabalho de pesquisa, retomamos a citação que abriu a introdução desta tese: “é então indispensável que o analista seja ao menos dois. O analista para ter efeitos e o analista que esses efeitos teorizam” (Lacan, 1974-5/Lição de 10/12/1974). Esperamos poder ter demonstrado os efeitos clínicos e uma teorização coerente com a bússola da clínica psicanalítica. Nosso intuito foi empreender considerações teóricas, interpretações da obra de Freud e do ensino de Lacan, que nos permitissem não nos desviarmos das constatações clínicas. Essa talvez tenha sido nossa grande dificuldade de articular teoria e clínica, sem com isso estabelecer uma leitura reducionista da clínica ou tentar a qualquer preço estabelecer equivalência entre uma consideração teórica e uma constatação clínica. Assim, algumas das questões levantadas em nosso trabalho talvez ainda careçam de um estudo mais aprofundado e de uma experiência clínica mais vasta.

A fim de delimitar nosso tema diante das vicissitudes da clínica das chamadas toxicomanias, adotamos uma terminologia “recurso à droga” que nos pareceu mais coerente para apreender a particularidade do consumo de drogas nas psicoses.

Tratar o recurso às drogas nas psicoses como uma epidemia do gozo (Zafirooulos, 1988) requer que apontemos um paradoxo evidenciado na clínica das psicoses. Ainda que o uso da droga libere um gozo ilimitado, como nos diz Maleval (2001), na clínica e na pena de alguns autores, constatamos que é no caso a caso que podemos delimitar uma função para a droga que toque a questão do gozo. Para alguns sujeitos, a droga, ao operar uma irrupção de um gozo excessivo, pode confrontá-los com o recrudescimento ou o aparecimento de manifestações de fenômenos alucinatórios indicativos de uma invasão do gozo no corpo. Entretanto, em outros casos, verificamos que a droga opera no sentido de uma limitação do gozo, de uma moderação do gozo. São casos em que o sujeito encontra conforto no recurso à droga, na medida em que esta funciona silenciando as alucinações verbais e conferindo consistência ao corpo vivenciado como despedaçado ou em estado de apodrecimento.

Iniciamos nosso percurso teórico apresentando o conceito de forclusão do Nome-do-Pai, que se constitui como o móbil responsável pelas manifestações clínicas

das psicoses. Acompanhamos a trajetória de Lacan, que parte de seu retorno à obra de Freud, de onde pinçou o termo *Verwerfung* e empreendeu uma intervenção conceitual ao propor sua tradução para o francês pelo termo jurídico *forclusion*, que remete a situação de um processo judicial, ao qual não se pode apelar, pois o seu prazo legal expirou. Com isso, Lacan introduz a dimensão da lei em jogo no processo de exclusão do significante paterno que encarna a função da lei simbólica.

É digno de nota que nossa trajetória não se restringiu ao retorno a Freud empreendido por Lacan; acompanhamos seu ensino passando pela pluralização dos Nomes-do-Pai até atingir o momento, onde se verifica o que Miller (2003a) denominou “o desenlace de Freud”, quando Lacan lança mão da topologia dos nós. Nesse percurso, apontamos que o conceito de foraclusão, apesar de ser datado da década de 50, não perde sua força com os avanços no ensino de Lacan. Tal conceito pode ser re-interpretado a partir da topologia dos nós, na medida em que o desenodamento da cadeia borromeana, que ocorre em função da ausência de um quarto termo correspondente a um dos possíveis Nomes do Pai, torna-se indicativo da foraclusão do Nome-do-Pai.

Após empreendermos uma fundamentação teórica sobre o que está em jogo na clínica das psicoses, partimos na direção de uma instrumentalização conceitual para nossas hipóteses teórico-clínicas que apontam para o duplo estatuto da droga, a saber, de objeto e significante e seus dois modos de operação que tocam a irrupção do gozo e as tentativas de estabilização.

Partimos da constatação de que a dimensão da droga é indissociável de seu estatuto duplo de objeto e significante. Nesse sentido, mais uma vez é importante destacarmos a articulação de Zafiropoulos (1990) que aponta que a droga se constitui como um objeto inerte que possui um nome. Na particularidade de cada caso, podemos reconhecer de que modo esse nome referido à droga se associa à cadeia significativa do sujeito. É digno de nota que nem sempre o sujeito empreende uma mobilização de sua cadeia significativa quando recorre à droga. Aceder a uma articulação entre o significante que nomeia a droga e os significantes que remetem à sua história de vida, à trama de seu delírio ou à identificação imaginária construída em torno da droga, requer um trabalho ativo do sujeito, que não se restringe ao mero consumo do objeto.

Para apreendermos o duplo estatuto da droga empreendemos um estudo sobre o conceito de objeto na obra de Freud e no ensino de Lacan, assim como do conceito de significante em psicanálise. Nessa trajetória de pesquisa nos dedicamos a

apreender uma concepção de objeto mais apropriada para conceder ao estatuto de objeto da droga. Nesse sentido, partimos do objeto perdido do desejo e da diversidade de objetos da pulsão, em seguida nos dedicamos a apresentar as distinções entre o objeto comum e a particularidade do objeto pequeno *a* inventado por Lacan.

O objeto *a*, por possuir a função de causa de desejo, primeira aceção dada ao termo, não nos parece aplicável ao estatuto de objeto que conferimos à droga nas psicoses devido à sua relação com o gozo. Tal indicação foi sustentada por nossa experiência clínica e pela pesquisa na literatura psicanalítica.

As cinco formas do objeto *a* enraizadas no corpo do sujeito foram apresentadas em nosso Capítulo II. Enfatizamos suas características singulares de se constituírem enquanto quedas do corpo do sujeito. Tal característica nos impediu, mais uma vez, de assimilar o objeto droga ao objeto *a*.

As operações constituintes da subjetividade, a saber, a alienação e a separação, também foram objeto de nossas considerações. Tais operações situam o sujeito em relação ao Outro. Além disso, no processo de separação opera o Nome-do-Pai que funciona como princípio separador do Outro materno de sua criança, o que tem como resultado uma perda de gozo, que se representa pela extração do objeto *a*. Tal extração do objeto *a* opera como normalizador da relação do sujeito com a realidade e não opera nas psicoses devido à forclusão do Nome-do-Pai.

Miller (1998) aponta que existem drogas que operam no sentido da alienação e outras na via da separação do Outro. Tal indicação é relativizada em nossa pesquisa, na medida em que reconhecemos que não há como empreender um catálogo das drogas indicando uma distinção entre aquelas que atuam na via da separação e outras que operam no sentido da alienação. A nosso ver, qualquer droga, independente de seu princípio ativo, pode cumprir as duas funções de alienação e de separação de acordo com a particularidade do caso. Nesse sentido, apresentamos dois casos: em um deles a droga funciona pela via da alienação ao Outro materno e no outro opera no sentido de uma tentativa de separação pela via do real do corpo, implicado no consumo exagerado de álcool e medicamentos.

Avançando no ensino de Lacan, chegamos à vertente de mais-de-gozar do objeto *a*. Tal vertente aponta para uma dimensão de renúncia ao gozo, requer que uma perda de gozo opere antes da tentativa de recuperação de gozo que o objeto mais-de-gozar vem representar. Apesar de alguns autores apontarem que a droga pode cumprir a função de objeto mais-de-gozar, entendemos que tal função opera na neurose, onde há

uma extração do objeto *a* que implica em uma perda de gozo. Na psicose, em função do fato do objeto *a* não se apresentar extraído, vemos uma dificuldade de atribuir à vertente do mais-de-gozar ao estatuto de objeto da droga. Assim, julgamos que seria mais pertinente considerar o objeto droga como um objeto comum, ofertado pela lógica de mercado da atualidade, cumprindo funções específicas que tocam os modos de operação identificados em nosso trabalho, a saber, a irrupção de um gozo ilimitado e os modos de estabilização.

O estatuto de significante se evidencia na medida em que o objeto droga possui um nome que pode se articular na cadeia significante do sujeito. Ao cingirmos o conceito de significante, tivemos o cuidado de cotejar uma articulação com a clínica da psicose, onde se observa um uso particular do significante, que muitas vezes se apresenta desarticulado da cadeia significante, introduzindo uma dimensão de perplexidade na vivência do sujeito psicótico.

Após cotejarmos os conceitos de objeto e de significante, nos dedicamos a demonstrar os modos de operação do recurso à droga. Nessa demonstração, tivemos o intuito de articular os modos de operação da droga com seu estatuto de objeto e significante. Nessa articulação, percebemos que, em alguns modos de operação, a dimensão de objeto prevalece sobre o estatuto de significante e em outros uma articulação sobre o significante que designa a droga se faz prevalente.

O primeiro modo de operação, a irrupção de um gozo ilimitado, corresponde às situações em que o sujeito, no ato de recorrer ao uso de drogas, não encontra apaziguamento dos efeitos nocivos da forclusão do Nome-do-Pai e é confrontado com a angústia suscitada pelos fenômenos alucinatórios. Tal modo de operação da droga comparece tanto na cena do desencadeamento, quanto nos momentos que o sucedem.

Ao aproximarmos o modo de operação da droga que toca a dimensão de um gozo ilimitado com a dimensão do desencadeamento, tivemos o cuidado de não tomar o recurso à droga como a causa do desencadeamento. Abordamos as condições essenciais para que um desencadeamento clássico ocorra e reconhecemos que o uso de drogas pode participar de forma coadjuvante nas situações dramáticas que suscitam a eclosão de fenômenos que declaram uma psicose. Assim, concordamos com Lacan, que sobre a intoxicação, nos adverte para não vermos nela a causa primeira de um desencadeamento, mas uma tentativa de compensação de um desequilíbrio psíquico. Além disso, Lacan aponta que são fraquezas psíquicas do sujeito que se apresentam como consequência da intoxicação.

Nesse modo de operação da droga, que revela a irrupção de um gozo ilimitado, ainda que constatemos que não há como dissociar o duplo estatuto da droga, não reconhecemos uma articulação significativa em torno droga. A nosso ver, nesse modo de operação, o estatuto de objeto da droga prevalece sobre o significante. Não vemos um trabalho sobre o significante que nomeia a droga, quando está em jogo a revelação ou o recrudescimento dos fenômenos elementares da psicose.

Quanto ao modo de operação da droga que toca as tentativas de estabilização, identificamos cinco modalidades que podem se apresentar articuladas com o recurso à droga. São elas: a moderação de gozo, a passagem ao ato, a compensação imaginária, o delírio e a escrita.

Elegemos a terminologia “estabilização” para nomear essas modalidades de compensação da psicose que se apresentam articuladas com o recurso à droga, mas também para destacar outras vertentes estabilizadoras, que apontam para as suplências. Essas dizem respeito a duas modalidades de estabilização que remontam a dois momentos distintos do ensino de Lacan, a saber, a metáfora delirante que corresponde às formulações da década de 50 e o *sinthoma* proveniente da década de 70. Somente o *sinthoma* possui a função de se constituir enquanto uma ação suplementar, um quarto elo que vem atar os três elos disjuntos do nó borromeano. O próprio Nome-do-Pai pode ser considerado como uma modalidade de suplência frente à disjunção dos três registros.

Em nosso trabalho partimos da consideração de que o recurso à droga não corresponde a uma suplência *sinthomática*, na medida em que não vemos como o consumo de uma droga possa cumprir a função dessa ação suplementar que vem dar consistência ao nó borromeano. A função do *sinthoma* de conferir diferença ao nó, permitindo identificar cada uma das consistências dos três registros não nos parece ser compatível com o que sujeito empreende no consumo de drogas.

Quanto à metáfora delirante que também faz função de suplência, não tivemos acesso a casos clínicos em que a droga compareça no cerne da trama metafórica de um delírio sistematizado. No enredo do delírio que ainda não atingiu a função de uma metáfora foi possível reconhecer, a partir de nossa pesquisa teórico-clínica, a inserção da droga em seu duplo estatuto.

O registro da invenção também foi articulado como uma modalidade de estabilização que comparece na vertente do *sinthoma*, da metáfora delirante, do delírio, da compensação imaginária e em outras pequenas invenções que o sujeito psicótico

empreende uma bricolagem para conferir uma relação de pertencimento com o corpo na esquizofrenia

A moderação de gozo se articula com o recurso à droga quando esta opera no sentido de uma limitação do gozo que invade o sujeito e permite uma certa ligação com o Outro. Trata-se de casos em que a droga apazigua o sujeito confrontado com a experiência de fragmentação corporal, conferindo uma sensação de consistência ao corpo. Casos em que o recurso à droga opera no sentido de silenciar as alucinações verbais também são incluídos nessa modalidade de estabilização que visa à moderação do gozo. Nesses casos, constatamos que a dimensão de objeto também é prevalente, na medida em que não verificamos um trabalho do sujeito de articulação sobre o significante.

Tal prevalência da dimensão de objeto também ocorre na passagem ao ato, que se constitui como uma tentativa de exteriorização do objeto *a* por meio de ações que golpeiam o corpo. São casos em que o uso de droga pela via injetável predomina e que se evidencia que a perfuração do corpo oferece alívio da angústia. Nesses casos, não se trata de identificar o objeto droga ao objeto *a* extraído, mas destacar as intervenções invasivas do ato de drogar-se que golpeiam o real do corpo.

Na identificação imaginária, observamos sujeitos que conquistam uma compensação da psicose por meio da construção de uma identificação em torno da droga, referida a grupos e comunidades de usuários de drogas. São casos em que observamos que o sujeito adere de forma identificatória a um significante relativo à droga, podendo inclusive prescindir do uso do objeto droga. Nesse modo de estabilização, a droga comparece em seu duplo estatuto de objeto e significante.

Na trama do delírio, a droga pode ocupar um lugar de significante que opere tanto no sentido de um imperativo: “use drogas”, quanto na possibilidade de um deslocamento de sentido, no qual prevalece a dimensão de significante que se descola do objeto droga, permitindo ao sujeito prescindir de seu uso. As noções de delírio parcial e monomania são apresentadas como uma vertente possível de se reconhecer o recurso à droga. São casos em que o sujeito elege uma droga específica que, em sua dimensão significante, se encadeia na história de vida do sujeito e vem se alojar em um delírio parcial.

A escrita se constitui como uma atividade que pode conferir alívio e estabilidade ao sujeito psicótico, na medida em que atua condensando o gozo por meio da letra que se deposita nas palavras escritas. No caso de Lara, vimos como a escrita

pôde funcionar inicialmente fazendo passar a droga de seu duplo estatuto de objeto e significante para a dimensão de letra, condensando o gozo que anteriormente extravasava por meio do uso excessivo de drogas. Em seguida, a escrita de um livro permitiu-lhe um desprendimento do delírio atrelado à figura de um cantor que encarnava a face de um perseguidor e uma estabilidade mais duradoura, conferindo-lhe a possibilidade de voltar a estudar e iniciar tentativas de trabalho.

Com intuito de sistematizar nossas considerações acerca dos modos de operação do recurso à droga e de que modo esses se articulam com o duplo e indissociável estatuto da droga, construímos a tabela abaixo. Aqui cabe uma ressalva: quando introduzimos o estatuto da droga, apontamos aqueles que, a nosso ver, se apresentaram mais prevalentes. Assim, quando introduzimos o objeto sobre o significante é para apontar a prevalência do objeto em relação ao significante. Quando introduzimos ambos os estatutos nesta tabela, nosso intuito é atestar e valorizar o fato de que sobre o significante houve um trabalho do sujeito de articulação em sua cadeia significante. A letra comparece a propósito da escrita, como um trabalho suplementar do sujeito, que concerne ao fato de se depositar o excesso de gozo proveniente da intoxicação em palavras escritas, nas quais a droga comparece circunscrita sob a dimensão de letra. O trabalho da escrita não se restringe ao gozo proveniente da droga, mas também concerne ao fato de o gozo se apresentar deslocalizado na vivência do psicótico.

Modos de Operação		Estatuto da droga
Irrupção de um gozo ilimitado		<u>Objeto</u> Significante
Modos de Estabilização	Moderação de gozo	<u>Objeto</u> Significante
	Passagem ao ato	<u>Objeto</u> Significante
	Compensação Imaginária	Objeto e Significante
	Delírio	Objeto e Significante
	Escrita	Objeto e Significante → Letra

O estatuto de letra para droga foi uma descoberta tardia em nossa pesquisa. Consideramos que requer um estudo mais aprofundado que não foi possível empreender neste trabalho. Nosso objetivo principal foi cingir o estatuto de objeto e de significante que conferimos à droga. Desse modo, as considerações sobre a função da escrita na psicose e a dimensão de letra da droga que se encontram nesta tese constituem o esboço de um estudo que merece maior aprofundamento. Tais considerações não merecem o estatuto de término, ponto final de nossa trajetória teórica, mas antes uma nova vertente de estudo que se abriu para nós ao concluir esta tese.

Para finalizar, uma passagem do livro *Água viva* de Clarice Lispector, para quem a escrita parecia cumprir uma importante função, como vemos no trecho de uma entrevista sua: “eu acho que, quando não escrevo, estou morta” (Lispector, 2009).

Então escrever é o modo de quem toma a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente.

Não quero ter a temível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero uma verdade inventada. (Lispector, 1998: 20)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, S. (1998). “O pai no candomblé” In: *Latusa – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise – Rio de Janeiro*. Nº 2: *Pai, religião e psicanálise*. Rio de Janeiro.
- ANDRADE, C. D. (1980). “O Homem e o Remédio: Qual o problema?”. In: *Jornal do Brasil*, 26/07/80.
- ARTAUD, A. (1917). “Carta ao legislador”. In: SIQUEIRA, D. (Org.). *Mal(dito) cidadão: numa sociedade com drogas*. São Paulo: King Graf Gráfica e Editora Ltda. Apoio DST/AIDS da Cidade de São Paulo.
- _____. (2008). “Van Gogh: o suicidado pela sociedade”. In: ARTAUD, A. (2008). *Linguagem e vida*. São Paulo: Perspectiva.
- AUCREMANNE, J. L.; JOSSON, M. J. et PAGE, N. (2003). “Penser la toxicomanie à partir de la psychose”. In: *Mental*. Paris, Nº 12, Mai.; pp. 65-74.
- BARANGER, W. (1994a). “Sobre o conceito lacaniano de objeto” In: BARANGER, W. (Org.). *Contribuições ao conceito de objeto em psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (1994b). “Conclusões e problemas a respeito do objeto” In: BARANGER, W. (Org.). *Contribuições ao conceito de objeto em psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BARROS, M. (2000). *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- BASTOS, A. (2008). O *sinthoma*: uma questão de escrita. In: *Ágora*. Rio de Janeiro, V. XI, Nº 2, pp. 349-356.
- BELAGA, G. (2008). “Estudio sobre las soluciones narcisistas en las psicosis”. In: VASCHETO, E. (2008). *Psicosis actuales: hacia un programa de investigación acerca de las psicosis ordinárias*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- BENETI, A. (1996). “Kakon e passagem ao ato na psicose”. In: *Curinga*. Nº 8, setembro de 1996.
- _____. (1998). “Toxicomania e suplência”. In: BENTES, L. e GOMES, R. F. (Orgs.). *O brilho da infelicidade / Kalimeros – Escola Brasileira de Psicanálise – RJ*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- BERCHERIE (1989). *Os fundamentos da clínica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERDULLAS, P. (2007). “Nombres de la compulsión”. In: FLEISCHER, D. (Org.) *Alcances y actualidad del concepto de compulsión: su relación con las adicciones*. Buenos Aires: Grama Ediciones.

- BEZERRIL, C. et al. (2004). “Imagens da letra” In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 41, pp. 119-125. SP: Edições Eolia.
- BORDERIAS, A. (2008). “Toxicomania e alcoolismo”. In: *Sicilicet: os objetos a na experiência psicanalítica*. Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- BRODSKY, G. (2006). *L’argument – Commentaire du Seminaire XI de Lacan*. Navarin, Diffusion Seuil.
- BROUSSE, M. H. (1988). “Question de suppléance”. In: *Ornicar?*. Nº 47 (outubro e dezembro).
- BRUNO, P. (1996). “Antonin Artaud: método”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 16, pp. 54-57. SP: Edições Eolia.
- CALDAS, H. (2007). *Da voz à escrita: clínica psicanalítica e literatura*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- CASTANET, H. e GEORGES, P. (2003). “Enganches, desenganches, reenganches”. In: MILLER, J. A. [et al]. *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes*. Buenos Aires: Paidós.
- CHATEL, M. M.(1995). *Mal-estar na procriação: as mulheres e a medicina da reprodução*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- CHIRIACO, S. (2005). “De la drogue à la suppléance: un traitement de l’angoisse”. In: *Mental: Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée*. Nº 16, p. 96-104.
- COSENTINO, J.C (1993). *Construcción de los Conceptos Freudianos*. Buenos Aires : Ediciones Manantial SRL.
- COUTINHO JORGE, M. A. (2000). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais*. Vol. 1; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª Edição.
- CRAMER, A. (Sem data). “A respeito das alucinações entre doentes mentais surdos mudos”. Tradução realizada por Elizabeth Karam e concedida durante o Seminário de Marcus André Vieira denominado “A presença do Outro” realizado no primeiro semestre de 2009.
- CRUZ, M. S. e FERREIRA, S. M.B (2001). “Determinantes socioculturais do uso abusivo de álcool e outras drogas: uma visão panorâmica”. In CRUZ, M. S. e FERREIRA, S. M. B. (Orgs.). *Álcool e Drogas: Usos, dependência e tratamentos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001 p. 95-113.

- DEFFIEUX, (2006). “Suplência”. In: *Silicet dos Nomes-do-Pai*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise.
- DERRIDA, J. (1997). *A farmácia de Platão*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- DEUTSCH, H. (1968). “Algunas formas de transtorno emocional y su relación con la esquizofrenia” In: *Revista de Psicoanalisis*. V. 25, Nº 2.
- DIAS, M. G. L. V. (2006). “Le sinthome” In: *Agora: Estudos em teoria psicanalítica*. V. 9, Nº 1, Rio de Janeiro, junho de 2006.
- DICIONÁRIO ON-LINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. (2009). Disponível em <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx> (Acesso em 25/05/2009).
- DUTRA, M. C. B. (2002). *As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao ato*. São Paulo: Annablume / Belo Horizonte: Fumec.
- _____. (2005). “As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao ato”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Ano VIII, número 3, setembro de 2005, pp. 48-58.
- DRUMOND, T. M. C. (1999). “No delírio, um imperativo: use drogas !” – trabalho apresentado na “XII Jornada do Centro Mineiro de Toxicomania – CMT” (mimeo).
- EIDELSZTEIN, A. (1995). *El grafo del deseo*. Buenos Aires: Manantial.
- ESQUIROL, E. (1838). *Des maladies mentales*. Tome Second. Paris: Libraire de L’Académie Royale de Medecine.
- FANÉS, V. (1993) “Los Muros del Lenguaje: Un caso de psicosis”. In: SINATRA, E.; SILLITTI, D. e TARRAB. M. (Orgs.). *Sujeto, Goce y Modernidad – Los fundamentos de la clínica*. Argentina: Atuel – TyA.
- FERREIRA, A. B. H. (1996). *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Versão 2.0. Editora Nova Fronteira.
- FREDA, H. (1986). “Le probleme de l’objet dans la toxicomanie”. In: *Delenda* (mimeo).
- _____. (1996-7/2005). Intervenção. In: MILLER, J. A. (1996-7/2005). *El Outro que no existe y sus comités de ética*. Colaboração de E. Laurent. Buenos Aires: Paidós.

- FREIRE, A. B. (1999). “Considerações sobre a letra: a psicose em questão”. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Número especial: Pesquisa em psicanálise. Volume 12, Número 3.
- FREUD, S. (1900/1996). “A Interpretação dos Sonhos” Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. IV e Vol. V). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1905/1996). “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1911/1996). “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1913/1996). “Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)” Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1915a/1996). “Os Instintos e suas Vicissitudes” Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1915b/1996). “O inconsciente” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1917[1916-7]/1996). "Conferência XXVII – Transferência" Em J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1918[1914]/1996). “História de uma neurose infantil”. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1920/1996). “Além do princípio do prazer” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1924[1923]/1996). “Neurose e psicose” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.

- _____. (1924/1996). “A perda da realidade na neurose e na psicose” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1925/1996). “A negativa” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1930[1929]/1996). “O Mal-Estar na Civilização” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1940[1938]/1996). “Esboço de psicanálise” In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago.
- GARCIA-ROZA, L. A. (1995). “Introdução a Metapsicologia Freudiana Vol. 3 – Artigos de Metapsicologia: narcisismo, pulsão, recalque e inconsciente (1914-1917).” Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GOLDENBERG, M. (2006). “Fobia e Nome-do-Pai: falso enlace e ligadura” In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- GUERRA, A. M. C. (2007). *A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência*. Rio de Janeiro, UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. (Tese de Doutorado).
- GUIRAUD, P. (1994). “Assassinatos imotivados”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 9, pp. 87-91. SP: Edições Eolia.
- HENRY, F. (2003). “Lalengua de la transferencia en las psicosis: Sección Clínica de Angers”. In: In: MILLER, J. A. [et al]. *La psicosis ordinaria: la convención de Antibes*. Buenos Aires: Paidós.
- INEM, C. L. (1999). “A Spaltung do sujeito e o fenômeno toxicomaníaco” In: ALBERTI, S. (Org.) *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquize*. Rio de Janeiro: Marca d’Água Livraria e Editora.
- JOYCE, J. (1983). *Ulisses*. Tradução por Antônio Houaiss. Segunda edição. Difusão Editorial: Portugal. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7039420/James-Joyce-Ulisses> (acesso em 18/04/2009).
- _____. (1987). *O retrato do artista quando jovem*. Tradução de José Geraldo Vieira. Ediuoro: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/11021249/James-Joyce-Retrato-Do-Artista-Quando-Jovem> (acesso em 18/04/2009).

- LACADÉE, P. (1996). “Devastações e realidade: a palavra sintoma ou remédio”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 16, pp. 77-79. SP: Eolia.
- _____. (2006). “O pai, do mito ao sintoma: montar a cavalo sobre o Nome-do-Pai”. Curinga, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise Seção Minas Gerais, n. 22, p. 17-35, jun. 2006. (Destinos da Angústia).
- _____. (2007). *Notas de uma conversação clínica na Cidade de Deus*. Rio de Janeiro – RJ (inédito).
- LACAN, J. (1931/1975). “Écrits inspirés: Schizographie”. In: *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris, Seuil.
- _____. (1932/1987). *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranóia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1933a/1987). “Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranóia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1933b/1987). “Exposição geral de nossos trabalhos científicos”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranóia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1933c/1987). “O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranóicas da experiência”. In: LACAN, J. (1932/1987). *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros Escritos sobre a paranóia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1938/1985). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1946/1998). “Formulações sobre a causalidade psíquica”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1948/1998). “A agressividade em psicanálise”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1950/1998). “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- _____. (1953/1998). “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1953-4/1986). *O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1954a/1998). “Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1954b/1998). “Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1955/1998). “A coisa freudiana”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1955-6/1988). *O Seminário, Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2ª Edição.
- _____. (1956/1998). “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1956-7/1995). *O Seminário, Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1957/1998). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1957-8a/1998). “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1957-8b/1999). *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1958/1998). “A significação do falo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1959/1998). “À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1959-60/1997). *O Seminário, Livro 7: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1960a/1998). “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1960b/1998). “Posição do inconsciente”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1960-1/1992). *O Seminário, Livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- _____. (1961-2). *Le séminaire, livre 9: L'identification*. (Inédito).
- _____. (1962-3/2005). *O Seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1963/2005). *Nomes do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1964/1998). *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1966a/2001). “O lugar da psicanálise na medicina” In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*; Nº 32, Dezembro.
- _____. (1966b/2003). “Apresentação das Memórias de um doente de nervos”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1966c/1998). “Seminário sobre “A carta roubada””. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1967a/2003). “O engano do sujeito suposto saber”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1967b/2003). “Alocução sobre as psicoses da criança”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1967c). “Petit discours aux psychiatres”. (mimeo).
- _____. (1967-8/2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1968-9). *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- _____. (1969-70/1992). *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1970/2003). “Radiofonia”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1971a/2003). “Lituraterra”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1971b/2009). *O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1971-2). *O Seminário, Livro 19: ...ou pior*. (Inédito).
- _____. (1972/2003). “O aturdido”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1972-3/1998). *O Seminário, Livro 20: Mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- _____. (1974a/1988). “La Tercera” In: *Intervenciones y Textos II*. Buenos Aires/Argentina: Manantial.
- _____. (1974b/2005). “O triunfo da Religião”. In: *O triunfo da religião, precedido de Discurso aos católicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1974-5). *O Seminário, Livro 22: R. S. I.* (Inédito).
- _____. (1975a/1976). “Clôture aux Journées d’Etudes des Cartels” In: *Lettres de L’École Freudienne de Paris*, 18, Abr. 1976.
- _____. (1975b/2007). “Joyce, o sintoma”. In: *O Seminário, Livro 23: Le Sinthome*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1975-6/2007). *O Seminário, Livro 23: Le Sinthome*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2ª Edição.
- _____. (1977/2001). “Abertura da seção clínica”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 30, pp. 6-9. São Paulo: Edições Eolia.
- LAIA, S. (1995). “Psicanálise e crítica literária: algumas considerações sobre o escrito, o significante, a letra e a voz”. (Mimeo).
- _____.(2001). *Os escritos fora de si – Joyce, Lacan e a loucura*. Belo Horizonte: Autêntica / FUMEC.
- _____.(2002). “A farmácia de Lacan”. In: *Clique – Revista dos Institutos Brasileiros de Psicanálise do Campo Freudiano: Palavras e pílulas: a psicanálise na era dos medicamentos*. Nº 1 , Abril de 2002, Belo Horizonte.
- LAURENT, E. (1995a). “Tres observaciones sobre la toxicomania” In: SINATRA, E.; SILLITTI, D. e TARRAB. M. (Orgs.). *Sujeto, Goce y Modernidad II – Los fundamentos de la clínica*. Argentina: Atuel – TyA.
- _____. (1995b). *Versões da clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1999). “La lettre vollée et le vol sur la lettre” In: *La cause freudienne: Revue de psychanalyse: les paradigmes de la jouissance*. Paris: ACF, Nº 43.
- _____. (2000a). *Los objetos de la pasión*. Buenos Aires: 2000.
- _____. (2000b). “Psicanálise e saúde mental: a prática feita por muitos.” Em: *Curinga*; Nº 14. EBP: Belo Horizonte (p. 168-9).
- _____. (2001). “Psicoanálisis y ciência: el vacío del sujeto y el exceso de los objetos”. In: Lazos. Escuela de la Orientación Lacaniana – Sección Rosar. Lazos.

- Rosario: EOL/ Rosario – Fundación, 2001, pp. 3-13. Nueva serie, N° 4; Publicación da Seção Rosario da EOL.
- _____. (2002a). “Como engolir a pílula” In: *Clique – Revista dos Institutos Brasileiros de Psicanálise do Campo Freudiano: Palavras e pílulas: a psicanálise na era dos medicamentos*. N° 1 , Abril de 2002, Belo Horizonte.
- _____. (2002b). “Poética pulsional”. In: *Almanaque / Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, A escrita em psicanálise*. Vol. 8, Nov. 2002. Belo Horizonte: IPSM- MG.
- _____. (2007). *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- LE POULICHET, S. (1996). *Toxicomanías y psicoanálisis: Las narcosis del deseo*. Buenos Aires: Amorroutu Editores.
- LEGUIL, F. (1987). “Le déclenchement d’une psychose”. In: *Ornicar? Revue du Champ Freudien*. N° 41, avril-juin, pp. 71-75.
- _____. (2008). “Falo”. In: *Silicet: os objetos a na experiência psicanalítica*. Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1989). *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus.
- LISPECTOR, C. (1998). *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. (2009). “Entrevista”. Disponível em : <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/clarice-lispector/clarice-lispector-5.php> (Acesso em 11/06/2009).
- MAESO, G. L. L. (2008). “Latusa: As latusas e o enxame zumbidor”. In: *Silicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- MALEVAL, J. C. (1985). “À propôs de deux manifestations du réel”. *Cahiers de Lectures freudiennes*, Maio de 1985, 6.
- _____. (1998). *La lógica del delírio*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- _____. (2001). “Particularidades del uso de drogas en las psicosis”. (inédito).
- _____. (2002). *La forclusión del Nombre del Padre: El concepto y su clínica*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2005a). “Il n’y a pas d’angoisse psychotique”. In: *Quarto*. N° 85, pp. 66-72.
- _____. (2005b). “Meurtre immotivé et fonction du passge à l’acte pour le sujet psychotique”. In: *Quarto*. N° 71, pp. 39-45.

- _____. (2006). “Foraclusão”. In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise.
- _____. (2007a). “Sobretudo verbosos” os autistas”. In: *Latusa*. Nº 12. Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise - Rio de Janeiro.
- _____. (2007b). “Las funciones de la escritura en la psicosis” In: *Capiton 3: Psicosis*. Publicación del Centro de Investigación y Docencia “Las Mercedes”. Ediplus Producción: Caracas/ Venezuela.
- _____. (2008). “Elaboración de una suplencia por un proceso de escritura Raymond Roussel”. In: VASCHETO, E. (2008). *Psicosis actuales: hacia un programa de investigación acerca de las psicosis ordinarias*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- MANDIL, R. (2003). *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Contra Capa Livraria / Faculdade de Letras UFMG.
- MARTINS, V. T. (2004). *Do enlace entre a toxicomania e a psicose: efeitos e manejos clínicos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise – UERJ.
- _____. (2005). “Que instituição para tratar de psicóticos que usam drogas?” In: ALTOÉ, Sônia; LIMA, Marcia Mello de. (Org.). *Pesquisa, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos. P.136-144.
- _____. (2006). “O que pode estar por trás do fenômeno da fissura?” In: CIRINO, O. e MEDEIROS, R. (Orgs.). *Álcool e Outras Drogas: Escolhas, Impasses e saídas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- MARTINS, V. T.; MARON, G. ; MARQUES, C. M.; BARBEITO, M. M. e CRESPO, L. (2007). “Há diferença na classe das compulsões?”. Trabalho apresentado no 3º Encontro Americano e XV Encontro Internacional do Campo Freudiano.
- MILLER.J. A. (1993). “Para una investigación sobre el goce auto-erótico”. In: SINATRA, E.; SILLITTI, D. e TARRAB. M. (Orgs.). *Sujeto, Goce y Modernidad – Los fundamentos de la clínica*. Argentina: Atuel – TyA.
- _____. (1994). “Jacques Lacan et la voix”. In: *Quarto – Revue de l'École de la Cause Freudienne: De la voix*. Belgique: ACF. Nº 54; pp. 47-52.
- _____. (1996a). *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- _____. (1996b). “O escrito na palavra”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 16, pp. 94-102. SP: Edições Eolia.
- _____. (1996-7/2005). *El Outro que no existe y sus comités de ética*. Colaboração de Éric Laurent. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (1998). “O sintoma como aparelho”. In: *O sintoma-charlatão: textos reunidos pela Fundação do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1999). *Los signos del goce*. Buenos Aires, Barcelona e México: Paidós.
- _____. (2000). “Os seis paradigmas do gozo”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 26/27, pp. 87-105. São Paulo: Edições Eolia.
- _____. (2003a). “O último ensino de Lacan”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 35, pp. 6-24. São Paulo: Eolia.
- _____. (2003b). “A invenção psicótica”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 36, pp. 6-16. São Paulo: Edições Eolia.
- _____. (2004). “Biologia Lacaniana e acontecimentos de corpo”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 41, pp. 7-67. São Paulo: Edições Eolia.
- _____. (2005a). “Preâmbulo” In: LACAN, J. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2005b). Introdução à leitura do Seminário da *Angústia* de Jacques Lacan. In: *Opção Lacaniana* 43.
- _____. (2005c). “Peças Avulsas”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 44, pp.. SP: Eolia.
- _____. (2005d). “Nota passo a passo” In: LACAN, J. (1975-6). *O Seminário, Livro 23: Le Sinthome*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- _____. (2005e). “La invención del delirio”. In: MILLER, J. A. [et al]. *El saber delirante*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2006a). “Peças Avulsas II”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 45. SP: Eolia.
- _____. (2006b) AMP 2008 – “Os objetos *a* na experiência analítica”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 46 pp. 30-34. SP: Eolia.
- _____. (2007). *La angustia lacaniana*. Buenos Aires: Paidós.

- MONRIBOT, P. (2002). “De viva voz”. In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 33, pp. 31-33. SP: Eolia.
- MUÑOZ, N. M. (2001). “A alucinação auditiva verbal: uma seta indicadora na floresta significativa”. In: FIGUEREIDO, A. C. (Org.). *Psicanálise: pesquisa e clínica*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA.
- NAPARSTEK, F. (1994) “Despistado” In: *Pharmakon*. Instituto del Campo Freudiano. Publicacion de Grupos e Instituciones de Toxicomania e Alcoholismo. N, 2.
- NAPARSTEK, F. y GALANTE, D. (2008). “Monotoxicomanías y politoxicomanías: la función del tóxico en las psicosis”. In: SALAMONE, L. D.; NAPARSTEK, F.; LEVATO, M. y GALANTE, D. (Orgs.). *Lo inclasificable de las toxicomanias: repuestas del psicoanálisis*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- NASIO, J. D. (1991). *Os olhos de Laura: o conceito de objeto a na teoria de Lacan seguido de uma introdução à topologia psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- NAVEAU, P. (1988). “Sur le déclenchement de la psychose”. In: *Ornicar? Revue du Champ Freudien*. N° 44, Janv-mars, pp. 77-87.
- _____. (2004). *Les psychoses et le lien social: le noeud défait*. Paris: Anthropos.
- _____. (2006). “Psychose et passage à l’acte”. In: *Les Feuilletts du Courtil – La norme singulière contre le formatage*. Número 24, Fev., pp. 7-13. Belgique.
- NEPOMIACHI, R. (2006). “Contributions de Ricardo Nepomiachi – VII - Aliénation et séparation”. In: BRODSKY, G. (2006). *L’argument – Commentaire du Séminaire XI de Lacan*. Navarin, Diffusion Seuil.
- POMMIER (2004). “Da passagem literal do objeto ao moedor do significante”. In: MELMAN, C. [et al.]. *O significante, a letra e o objeto*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- PRÉMON, M. F. (sem data). “Un défaut de pondération”. In: *Section clinique de Bordeaux: Les embrouilles du corps*. (Mimeo).
- QUINET, A. (2000a). *Teoria e Clínica da Psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2ª Edição.
- _____. (2000b). “Capítulo 1 – Psicóticos e adolescentes: por que se drogam tanto? - Debate” In: BAHIA, I. V., GROSSI, F. e CIRINO, O. (Orgs.). (2000). *Psicóticos e adolescentes: por que se drogam tanto?* Belo Horizonte: Centro Mineiro de Toxicomania.

- _____. (2002). *Um olhar a mais: Ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- RABINOVICH, D. (2004). *Clínica da pulsão: as impulsões*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- _____. (1986). *Sexualidad y significante*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.
- RABINOVITCH, S. (1999). *Les voix*. Ramonville Saint-Agne: Editions Erès.
- RECALCATI, M. (2003). *Clínica del vacío. Anorexias, dependências, psicosis*. Madrid/Espanha: Editorial Síntesis.
- _____. (2004a). “A questão preliminar na época do Outro que não existe”. Disponível em http://www.antroposmoderno.com/antroposmoderno/articulo.php?id_articulo=813 (Acesso em 27/06/2009).
- _____. (2004b). *La última cena: anorexia y bulimia*. Buenos Aires: Cifrado.
- RÉQUIZ, (2006). “Toxicomania”. In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- RÊGO BARROS, R. (2002). “Compulsões, desejo e gozo” In: *Latusa Nº 7: A fuga nas doenças impossíveis*. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise – EBP, 2002.
- _____. (2004). “A voz fora do corpo no cinema”. In: GUIMARÃES, D. M. *Voz na luz: psicanálise & cinema*. Editora Garamond, 2004.
- RIBEIRO, M. A. C. (2003) *Neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- RUEDA, F. (2008). “Objetividade” In: *Silicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- SOLANO-SUAREZ, E. (2006). “Gozo e Nome-do-Pai” In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- SOLER, C. (1991). *Artigos Clínicos*. Salvador: Fator.
- _____. (1997). “O sujeito e Outro II”. In: In: FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. (orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatros conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1999). “Autismo e paranóia”. In: ALBERTI, S. (Org.) *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro: Marca d’Água Livraria e Editora.
- _____. (2002). “A paranóia no ensino de Jacques Lacan”. In: QUINET, A. (org.) *Na mira do Outro*. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos.
- _____. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- SANTIAGO, J. (2001). *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SAUVAGNAT, F. (1999). “Les phénomènes élémentaires psychotiques et la fonction de l’écrit”. In: *Quarto-Revue de Psychanalyse*, N° 56, Bruxelles, ECF-ACF en Belgique, oct., p. 39-44.
- SEÑAS (2001). *Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños*. Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología: tradução de Eduardo Brandão, Claudia Berliner. 2ª Edição – São Paulo: Martins Fontes.
- SKRIABINE, P. (2006). “La clinique différentielle du sinthome”. In: *Quarto-Revue de Psychanalyse*, N° 86, Bruxelles, ECF-ACF en Belgique, oct., p. 58-64.
- SOLIMANO, (2008). “Gadget”. In: *Silicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- SOUZA, N. S. (1991). *Psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Revinter.
- STEVENS, A. (2000). “Points d’ancrage sans lê père”. In: *Les Feuilles du Courtil – Point d’ancrage, la creation des repères subjectifs en institution. IV Journées du RI3*. Numéro 18/19, Avril 2000. Belgique.
- _____. (2009). “Mono-symptômes et traits de psychose ordinaire”. In: *Quarto-Revue de Psychanalyse*, N° 94-95, Bruxelles, ECF-ACF en Belgique, oct., p. 61-65.
- TARRAB, M. (2000). “La sustancia, el cuerpo y el goce toxicomaniaco”. In: *Lazos: Hacia una clínica de las suplencias*. Publicación de Psicoanálisis. Año I – N° 1. Editorial Fundacion Ross: Córdoba.
- TENDLARZ, S. (1994). “Apresentação de Paul Guiraud” In: *Opção Lacaniana Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 9, pp. 85-86. SP: Edições Eolia.
- _____. (2006). “Complexo de Édipo e Nome-do-Pai” In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da AMP.
- VAISSERMANN, A. (1988). “Voix de retour”. In: *La lettre mensuelle – Cri et voix*. Paris: École de la cause freudienne. N° 67; pp. 19-22.
- _____. (1994). “La voix du psychotique”. In: *Quarto – Revue de l’École de la Cause Freudienne: De la voix*. Belgique: ACF. N° 54; pp. 9-11.

- VALLET, D. (1998). “Uma família dilacerada” In: FORBES, F. (org). *Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica: a conversação de Arcachon*. Rio de Janeiro: Contra Capa (Biblioteca Freudiana Brasileira).
- VIEIRA, M. A. (2005a). “O objeto e o desejo em tempos de superexposição” In: *Ágora*. Rio de Janeiro, V. 8, Nº 1.
- _____. (2005b). “Os dois corpos da escrita”. Comentário apresentado no Seminário do Conselho da EBP-Rio, em 15 de agosto de 2005. (Inédito).
- _____. (2006). “Objeto, objeto *a*”. In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. Publicação da Associação Mundial de Psicanálise.
- _____. (2008). *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- VIGANÓ, C. (2001). “Une nouvelle question préliminaire : l'exemple de la toxicomanie”. In: *Mental*, Nº 9, Junho de 2001.
- ZAFFORE, C. (2005). “Toxicomanía y psicosis I”. In: NAPARSTEK, F. y colaboradores. *Introducción a la clínica com toxicomanias y alcoholismo*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- ZAFIROPOULOS, M. (1988) *Le toxicomane n'existe pas*. Paris: Navarin Éditeur.
- _____. (1990). “Entretien: Rencontre avec le Greta” In: *Quarto-Revue de Psychanalyse*, Nº 42, Bruxelles, ECF-ACF en Belgique, Dez., p. 73-79.
- ZENONI, A. (2000). “A psicose fora do desencadeamento” In: *Abre Campos – Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares - Psicanálise e Instituição: A Segunda Clínica de Lacan*. Ano I, Nº 0, pp. 51-69. Belo Horizonte: FHEMIG.
- ZUCCHI, M. A. e COELHO DOS SANTOS, T. (2007). “Estrutura e gozo: os novos sintomas como solução na neurose e nas psicoses” In: FREIRE, A. B. (org.) *Apostar no sintoma*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- WINTREBERT, D. (2006). “L'automutilation, défense contre l'angoisse?” In: *Mental*. Nº 17, Abril, pp. 87-92.
- WOOLF, V. (2005a). “A marca na parede”. In: *Contos completos / Virginia Woolf*. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (2005b). “Objetos sólidos”. In: *Contos completos / Virginia Woolf*. São Paulo: Cosac Naify.

ANEXOS

Carta de Antonin Artaud ao legislador:

“Senhor legislador da lei 1936, aprovada por decreto em julho de 1917; sua lei não serve para nada mais que fastidiar a farmácia mundial sem proveito nenhum para o nível toxicômano da nação, porque:

1. O número de toxicômanos que se abastece na farmácia é ínfimo.
2. Os verdadeiros toxicômanos não se abastecem nas farmácias.
3. Os toxicômanos que se abastecem na farmácia são todos doentes.
4. O número de toxicômanos doentes é ínfimo em relação aos toxicômanos voluptuosos.
5. As restrições farmacêuticas à droga não reprimiram jamais os toxicômanos voluptuosos e organizados.
6. Haverá sempre traficantes.
7. Haverá sempre toxicômanos por vício de estrutura, por paixão.
8. Os toxicômanos doentes têm sobre a sociedade um direito imprescritível, que é que os deixem em paz.

É sobretudo uma questão de consciência. A lei sobre estupefacientes põe nas mãos do inspetor-usurpador o direito de dispor da dor dos homens, numa pretensão singular da medicina moderna de querer impor suas regras à consciência de cada um. Todos os balidos oficiais da lei não tem poder de ação frente a este fato de consciência, ou seja, que mais ainda que a morte, eu sou dono de minha dor. Todo o homem é juiz, juiz exclusivo, da quantidade de dor física, ou de vazio mental que pode honestamente suportar.

Lucidez ou não lucidez, tem uma lucidez que nenhuma enfermidade me arrebatará jamais, é aquela que me dita o sentimento de vida. E, se eu tiver perdido minha lucidez a medicina não tem outra coisa a fazer que dar-me substâncias que me permitam recobrar o uso desta lucidez.

Senhores ditadores da escola farmacêutica da França, tem uma coisa que deveriam considerar melhor, o ópio é essa imprescritível substância que permite retorna a vida de sua alma, daqueles que tiveram a desgraça de havê-la perdido.

Tem um mal contra o qual o ópio é soberano, este mal se chama Angústia, em sua forma mental, médica, psicológica, lógica ou farmacêutica, como vocês queiram.

A Angústia que faz os loucos. A Angústia que faz os suicidas. A Angústia que faz os condenados. A Angústia que a medicina não conhece. A Angústia que vosso doutor não entende. A Angústia que corta o cordão umbilical da vida. A Angústia que acaba com a vida.

Por vossa lei iníqua, vocês, põem em mãos de pessoas nas quais eu não tenho confiança, o direito de dispor de minha Angústia, uma Angústia que é em mim tão aguda como as agulhas de todas as bruxas do inferno.

Tremores do corpo e da alma, não existe sismógrafo humano que permita a quem me olhe, chegar a uma avaliação de minha dor mais exata, que aquela fulminante de meu espírito.

Sou o único juiz do que se passa comigo.

Desejo que tua lei recaia sobre teu pai, sobre tua mãe, sobre tua mulher e teus filhos, e toda tua posteridade. Enquanto isso suporto a tua lei” (Artaud, 1917:17-8).